



O espelho negro de uma nação

A África e sua
importância na
formação do Brasil

Adriana Pereira Campos
Gilvan Ventura da Silva
Kátia Sausen da Motta
(Orgs.)

 EDUFES

Organizadores:
Adriana Pereira Campos
Gilvan Ventura da Silva
Kátia Sausen da Motta

O espelho negro de uma nação

A África e sua
importância na
formação do Brasil

 **EDUFES**

Vitória, 2021



**Universidade Federal
do Espírito Santo**



Editora Universitária – Edufes

Filiada à Associação Brasileira
das Editoras Universitárias (Abeu)

Av. Fernando Ferrari, 514
Campus de Goiabeiras
Vitória – ES · Brasil
CEP 29075-910

+55 (27) 4009-7852
edufes@ufes.br
www.edufes.ufes.br

Reitor

Paulo Sergio de Paula Vargas

Vice-reitor

Roney Pignaton da Silva

Chefe de Gabinete

Cláudia Patrocínio Pedroza Canal

Diretor da Edufes

Wilberth Salgueiro

Conselho Editorial

Carlos Roberto Vallim, Eneida Maria Souza
Mendonça, Fátima Maria Silva, Graziela Baptista
Vidaurre, Isabella Vilhena Freire Martins, José
André Lourenço, Marcos Vogel, Margarete Sacht
Góes, Rogério Borges de Oliveira, Sandra Soares
Della Fonte, Sérgio da Fonseca Amaral

Secretaria do Conselho Editorial

Douglas Salomão

Administrativo

Josias Bravim
Washington Romão dos Santos

Seção de Edição e Revisão de Textos

Fernanda Scopel, George Vianna,
Jussara Rodrigues, Roberta
Estefânia Soares

Seção de Design

Ana Elisa Poubel, Juliana Braga,
Samira Bolonha Gomes, Willi Piske Jr.

Seção de Livraria e Comercialização

Adriani Raimondi, Dominique Piazzarollo,
Marcos de Alarcão, Maria Augusta
Postinghel, Maria de Lourdes Zampier



Este trabalho atende às determinações do Repositório Institucional do Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufes e está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Preparação de texto

Roberta Estefânia Soares

Projeto gráfico, diagramação e capa

Juliana Braga

Revisão de texto

Jussara Rodrigues

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

E77 O espelho negro de uma nação [recurso eletrônico] : a África e sua importância na formação do Brasil / Adriana Pereira Campos, Gilvan Ventura da Silva, Kátia Sausen da Motta, Organizadores. - Dados eletrônicos. - Vitória, ES : EDUFES, 2021.
272 p. : il.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-88077-56-6

Também publicado em formato impresso.

Modo de acesso: < <http://repositorio.ufes.br/handle/10/774>>

1. História – Estudo e ensino. 2. Negros - Brasil. 3. Escravidão – Brasil. 4. Cultura afro-brasileira. I. Campos, Adriana Pereira. II. Silva, Gilvan Ventura da, 1967-. III. Motta, Kátia Sausen da, 1986-.

CDU: 316.722

Elaborado por Maria Giovana Soares – CRB-6 ES-000605/O

Esta obra foi composta com
a família tipográfica Adobe Caslon Pro.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

A Lei nº 10.639 e o ensino de história da África e afro-brasileira: desafios e perspectivas

Patrícia Maria da Silva Merlo – 7

PARTE I – (RE)DESCOBRINDO UM CONTINENTE

A África na Antiguidade: da hominização à emergência da civilização egípcia

Gilvan Ventura da Silva – 16

Os impérios africanos do Mundo Antigo: Kush e Axum

Érica Cristhyane Morais da Silva – 41

Diversidade cultural e romanização no norte da África romano

Belchior Monteiro Lima Neto – 70

A escravidão atlântica

Mariza de Carvalho Soares – 90

PARTE II – O COTIDIANO DA ESCRAVIDÃO

Escravidão e liberdade em seus sentidos no dia a dia

Geraldo Antonio Soares – 103

Elementos da escravidão africana no Brasil

Carlos Engemann – 124

Escravo até prove-se o contrário: petição do liberto Delfino à Câmara dos Deputados (1826)

Adriana Pereira Campos e Kátia Sausen da Motta – 136

Crioulos e africanos na Província do Espírito Santo: uma região de contrastes

Rafaela Domingos Lago – 154

PARTE III – O ENSINO DA HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA

Dos horizontes e das políticas da memória: sobre a história e o ensino da história da escravidão e da pós-emancipação no Brasil

Flávio Gomes e Sandra Martins da Silva – 185

Nas trilhas da humanidade: discursos sobre o afrocentrismo em manuais escolares de história no Brasil e em Portugal

Anderson Ribeiro Oliva – 214

A escrita sobre povos africanos e afro-brasileiros na literatura escolar de história no contexto da segunda metade do século XX

Maria Telvira da Conceição – 239

APRESENTAÇÃO

Patrícia Maria da Silva Merlo

A Lei nº 10.639/2003 e o ensino de história da África e afro-brasileira: desafios e perspectivas

A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, de autoria de Esther Grossi e Ben-Hur Ferreira, que determinou a inclusão, no currículo escolar da educação básica, da obrigatoriedade do ensino da *história e cultura afro-brasileiras*, surgiu num contexto em que a maioria dos professores não contava com formação adequada para lidar com uma área de conhecimento tão abrangente, composta não apenas pelo estudo da história da África *stricto sensu*, mas também pelo estudo da presença africana no Brasil, da importância dos negros na constituição da sociedade brasileira e da sua luta atual por visibilidade. Não obstante esse entrave, a Lei apresentava um aspecto absolutamente meritório: o propósito de enfatizar a influência do povo negro na organização sociopolítica, econômica e cultural do país. Desde então, têm sido implementadas diversas iniciativas, sob a forma de publicações, oficinas, conferências, ciclos de palestras e cursos de especialização ou de aperfeiçoamento, visando a qualificar os profissionais dos ensinos fundamental e médio e converter a escola num espaço de reflexão acerca das inúmeras dificuldades ainda enfrentadas pela população negra, tarefa ao mesmo tempo urgente e necessária diante de uma sociedade ainda marcada pela memória da escravidão, mas que insiste em negar a sua dívida ancestral para com a África e os africanos.

Como uma das consequências mais notáveis da Lei nº 10.639, pode-se mencionar a consolidação, no Brasil, de uma subárea do conhecimento histórico que, na virada do século, não gozava de qualquer destaque nos meios universitários. Trata-se da história da África, que ao longo das duas últimas décadas vem ampliando a sua inserção acadêmica por meio de um aumento

significativo de dissertações e teses, incluindo aquelas que se voltam para o ensino de história afro-brasileira. Cumpre observar, no entanto, que a constituição de qualquer ramo de conhecimento é uma tarefa que demanda certo tempo, sendo necessário, naturalmente, o investimento contínuo em projetos de investigação e divulgação científica. Nesse sentido, a leitura da *História da África negra*, do pesquisador burquinabê Joseph Ki-Zerbo (1972), possibilita-nos uma clara percepção das dificuldades de se escrever, nas décadas de 1960 e 1970, uma síntese da história da África em virtude da ausência quase total, à época, de estudos sobre o passado das sociedades africanas, não obstante a sua antiguidade milenar. Num momento em que a Unesco se propunha a financiar pesquisas sobre o racismo tendo como enfoque privilegiado a experiência afro-americana, o estado lacunar das fontes de informação sobre o Continente Negro representava um sério obstáculo a ser transposto. Em face dessa situação, os historiadores, entre os quais o próprio Ki-Zerbo, foram compelidos a empreender verdadeiros “périplos” pelo território africano a fim de recolher informações que pudessem ensejar algum conhecimento sobre o continente.

Após mais de cinquenta anos de intensa investigação, a história da África encontra-se hoje, felizmente, em outro patamar. Segundo Oliva (2003), sobre a trajetória da disciplina nas últimas décadas, podemos destacar três importantes conclusões. A primeira vincula-se à afirmação do caráter *plural* da história do Continente Negro, superando-se assim um paradigma secular de interpretação que concebia amiúde o passado africano em termos globais e homogêneos, o que simplesmente eliminava os particularismos e, naturalmente, empobrecia a análise. A segunda nos alerta para uma notável expansão do raio geográfico das pesquisas e para a existência de uma dinâmica entre o macro e o micro que suscitam novos temas e objetos de investigação. Desse modo, os pesquisadores hoje, mais do que nunca, se aventuram para além da África do Norte rumo às porções meridionais do continente, ao mesmo tempo em que o olhar se desloca progressivamente das grandes civilizações para agrupamentos e sociedades outrora praticamente ignorados, como é o caso dos reinos do Congo e do Ndongo. Já a terceira nos revela que a instrumentalização do passado para a afirmação de determinadas ideologias de construção ou reconstrução do continente, procedimento ainda vigente nos círculos pan-africanistas, encobre muitas vezes a responsabilidade dos próprios países africanos, sobretudo das suas elites, na perpetuação das mazelas e contradições que os afligem.

No cenário atual de interesse crescente pela história da África, o Brasil vem, pouco a pouco, superando sua crônica escassez de conhecimento especializado, fruto, em parte, de um conjunto de políticas públicas visando à promoção da igualdade racial no país. Entre as iniciativas governamentais tomadas nesse sentido, uma das mais emblemáticas foi a promulgação da Lei nº 10.639, à qual aludimos na abertura desta apresentação. Embora aprovada nos anos iniciais do século XXI, o embrião da mencionada legislação começou a ser gestado logo após a promulgação da Constituição de 1988 (XAVIER; DORNELLES, 2009). Naquele ano, o deputado federal Paulo Paim apresentou um anteprojeto de lei sobre a obrigatoriedade do ensino de história afro-brasileira que, apesar de aprovado na Câmara dos Deputados, foi arquivado pelo Senado. Destino semelhante teve outro projeto versando sobre o mesmo assunto, o de nº 859, apresentado por Humberto Costa em 1995. O esforço mais produtivo em âmbito legislativo viria apenas em 1999, com a apresentação do projeto de Grossi e Ferreira, que gozou de ampla receptividade em ambas as casas legislativas. Em 2003, a Lei foi sancionada finalmente, tendo recebido, em 2008, um complemento, passando a incluir também o ensino da história e cultura indígena (Lei nº 11.645).

Entre os temas de história e cultura afro-brasileira mais debatidos desde então, temos a história da África, dos africanos e de seus descendentes; a luta dos negros no Brasil; a diversidade da cultura negra; e o lugar ocupado pelo negro na sociedade brasileira. Em termos pedagógicos, a Lei tem o claro propósito de transformar a escola num espaço de reflexão e debate sobre a situação dos afrodescendentes, possibilitando aos alunos uma compreensão mais abrangente da influência da cultura negra na formação histórica de nosso país. De fato, o tráfico e a escravidão negra influenciaram profundamente os rumos da história do Brasil, valendo a pena recordar que, fora da África, o maior contingente populacional de negros se encontra radicado em terras brasileiras. A população deslocada, por força do tráfico negreiro, da África para a América Portuguesa fincou, em solo brasileiro, suas raízes, constituindo família e reescrevendo a sua própria história, em permanente interação com os elementos europeus e indígenas. Atualmente, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) realizada em 2013, 53 % dos brasileiros se declaram pretos ou pardos. Apesar de representar a maioria da população, esse grupo continua a ser deveras desfavorecido. Dados apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada (Ipea) confirmam: pretos e pardos são a maioria dos analfabetos, com a maior taxa de distorção idade-série, e o trabalho infantil é mais comum entre eles do que entre os brancos.¹

Reconhecer que existem desigualdades raciais e combatê-las é um passo essencial na luta contra o racismo. Do ponto de vista do cotidiano escolar, a Lei nº 10.639/03 e a Lei nº 11.645/08 determinam que isso ocorra também dentro das escolas, que passaram a ter de abranger o assunto em seus currículos. Quando a escola adota os valores criativos e positivos dessas culturas, colabora de forma concreta para a superação do racismo e da discriminação que ainda aparelham fortemente a desigualdade brasileira. Entre as ações estabelecidas pela Lei estão incluídas a educação para o combate ao racismo; a reflexão sobre o papel do negro na história do Brasil; a valorização da história, da cultura africana e afro-brasileira; e o conhecimento científico construído por pesquisadores e pensadores negros. Tanto a legislação como seus dispositivos podem ser considerados instrumentos fundamentais no processo de implementação das políticas de ações afirmativas na educação brasileira nos seus diferentes níveis, etapas e modalidades educacionais.

A despeito de a legislação estar em vigor há mais de dez anos, ainda são poucas as ocasiões em que ela é bem incorporada ao dia a dia das escolas. Uma pesquisa realizada por diversos órgãos assinala os principais obstáculos para sua concretização: há insuficiente formação sobre o tema, poucos docentes conhecem a norma e muitos não a consideram legítima (GOMES, 2012). De fato, o processo de implementação encontra oposições e empecilhos pelos mesmos motivos que explicam a existência da Lei: no Brasil, existe um racismo soturno que desqualifica o debate acerca da discriminação. Alterar esse panorama demanda trabalho em distintas frentes, das políticas públicas ao cotidiano da sala de aula. As redes de ensino precisam proporcionar capacitações específicas e a ampla discussão do assunto. Dessa forma, cria-se um ambiente favorável para que os administradores das escolas estimulem sua inclusão em diferentes esferas e os professores abordem os conteúdos relacionados à história e à cultura africana e afro-brasileira em suas aulas. Para repensar as próprias práticas e posicionamentos, os docentes precisam observar suas atitudes e expectativas em relação aos alunos com distintas cores de pele. O primeiro passo para

1. Dados recolhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (Pnad). Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2013.

ultrapassar o racismo silencioso é precisamente combater o argumento de que não há racismo, uma vez que a escola não está imune à discriminação. No cotidiano escolar, não é suficiente apenas problematizar atitudes racistas provenientes dos alunos ou da comunidade escolar, mas também rever o conteúdo ensinado. O objetivo deve ser desconstruir visões estereotipadas sobre africanos e afro-brasileiros e apontar seu valor na construção das sociedades contemporâneas. Para isso, é fundamental discutir o protagonismo desses grupos em diferentes momentos da história, representando-os como seres humanos que instituíram laços familiares, produtos culturais e que apresentam trajetórias próprias (GOMES, 2012).

Cabe lembrar que os diálogos, as discussões e os debates relativos às temáticas em questão carecem de novas dimensões que assegurem a sua apropriada inclusão no rol das pesquisas e do processo de ensino e aprendizagem. Tais iniciativas deverão, gradativamente, balizar atividades pedagógicas capazes de ajudar na compreensão de que “as múltiplas identidades são construídas socialmente ao longo do processo histórico, a partir da família e ancestrais, da história e das práticas culturais” (SILVA, 2010, p. 155). Do ponto de vista metodológico, tais práticas devem extrapolar as fronteiras entre as áreas do conhecimento, não apenas trazendo para o âmbito das discussões a diferença entre os próprios afrodescendentes, mas ressignificando as relações étnico-raciais intrínsecas nos conteúdos. Não há dúvida que, como propõe Aristeu da Rocha (2012, p. 98-99),

ações afirmativas precisam ser implementadas pelas universidades, institutos e escolas abrindo-se assim novos territórios para práticas formativas que girem em torno da História e Cultura Africana e Indígena, relações étnico-raciais, diversidade, preservação de nosso patrimônio material e imaterial.

Devemos considerar que um longo caminho ainda precisa ser percorrido para que a escola seja, de fato, um instrumento de afirmação de uma identidade pluricultural. A falta de conhecimento das peculiaridades e das especificidades regionais, em um país de dimensões continentais, bem como dos elementos referenciais das culturas silenciadas de índios, negros e imigrantes nos currículos escolares têm contribuído para a criação e manutenção de preconceitos e estereótipos por parte dos próprios brasileiros. Isso em nada favorece a construção de uma sociedade democrática que todos

almejamos, na qual as diferenças raciais e culturais não constituam motivo de discriminação social, mas sim um instrumento capaz de permitir a construção de uma nova identidade nacional, assentada no pluralismo cultural.

Diante de um cenário como esse, é inegável que as universidades são chamadas a desempenhar um papel decisivo no sentido de fomentar o estudo da história da África e dos africanos, promovendo a captação de profissionais especializados, investindo na expansão contínua do acervo bibliográfico sobre a disciplina em língua pátria e estimulando a execução de projetos de investigação na área. Conforme diagnóstico traçado por Marina de Mello e Souza (2012, p. 18),

é nítido que nos últimos anos, a despeito das dificuldades e, em muitos casos, da falta de empenho daqueles que deveriam estar à frente dos processos de implantação da lei, os temas ligados à cultura afro-brasileira e à África ganharam espaço nas reflexões e ações dos educadores.

Isso se constata por intermédio da proliferação dos cursos de formação de professores, da produção de material didático, da criação de sítios de internet e da publicação de literatura infantojuvenil e adulta tendo a África e os africanos como protagonistas.

No bojo desse esforço coletivo de construção dos instrumentos bibliográficos adequados para o estudo da história da África e dos afro-brasileiros é que nasceu a coletânea *O espelho negro de uma nação: a África e sua importância na formação do Brasil*, fruto de uma dessas tantas iniciativas visando a dar consecução à Lei: o curso de aperfeiçoamento Educação para as Relações Étnico-Raciais, História e Cultura Afro-Brasileiras, ofertado pela Universidade Aberta do Brasil entre os anos de 2011 e 2012 para os professores de história, artes e literatura da rede pública do Espírito Santo e que contou com a participação de professores da Ufes e de outras universidades do país, todos com reconhecida competência na área. Em virtude da qualidade alcançada pelo curso, os coordenadores foram estimulados a organizar esta coletânea, que recolhe, em sua maioria, os textos de apoio pedagógico elaborados na ocasião. Por meio deles, busca-se oferecer aos professores condições intelectuais adequadas para a abordagem, em sala de aula, de conteúdos que não integram ainda, com poucas e honrosas exceções, os currículos das licenciaturas da área de Ciências Humanas, Letras e Artes, o que representa um sério obstáculo ao cumprimento satisfatório da legislação.

De fato, tanto a oferta restrita de cursos regulares de aperfeiçoamento e/ou especialização quanto a escassa bibliografia acerca da história e cultura afro-brasileiras podem resultar num cenário pedagógico desfavorável, pois, sem o preparo adequado e sem material bibliográfico capaz de municiar os professores com informações confiáveis, torna-se difícil atingir os objetivos legais fixados. Cientes da responsabilidade da universidade pública para a consolidação de uma disciplina tão importante como a história e cultura afro-brasileiras e confiantes na possibilidade de, em médio prazo, reverter uma situação que ainda não é das mais favoráveis, os organizadores convidam o leitor a explorar um pouco da riqueza da história da África, que, em determinado momento, se (con)funde com a própria história do Brasil. Nesse sentido, o Continente Negro é concebido como um imenso espelho, pois, olhando para os africanos de ontem e de hoje, é impossível não descobrir neles um pouco daquilo que somos, razão pela qual, muito mais do que conhecimento, talvez o estudo da história da África e da cultura afro-brasileira proporcione a nós, brasileiros do século XXI, um autêntico reconhecimento.

Organizada por Adriana Pereira Campos, Gilvan Ventura da Silva e Kátia Sausen da Motta, a coletânea apresenta diversos aspectos do passado afro-brasileiro que podem ser levados para a sala de aula da educação básica, como também servem ao público em geral. A obra se encontra dividida em três partes, incluindo conteúdos de história da África e da experiência africana no Brasil. Na primeira parte, intitulada *(Re)Descobrimo um continente*, Gilvan Ventura da Silva, Érica Cristhyane Morais da Silva, Belchior Monteiro Lima Neto e Mariza de Carvalho Soares desvendam um pouco da África dos grandes impérios entre a Antiguidade e a Idade Moderna, despertando o leitor para o débito que a humanidade tem para com o continente onde o *Homo sapiens* iniciou sua jornada rumo à conquista do mundo. Na segunda parte, *O cotidiano da escravidão*, Geraldo Antonio Soares, Carlos Engemann, Adriana Pereira Campos, Kátia Sausen da Motta e Rafaela Domingos Lago discutem as polissemias da escravidão e da liberdade no Brasil do Oitocentos, com ênfase na maneira como os escravos se comportavam no dia a dia. Por fim, na terceira parte, Flávio Gomes, Sandra Martins da Silva, Anderson Ribeiro Oliva e Maria Telvira da Conceição refletem sobre os desafios colocados aos professores no ensino da história afro-brasileira. Os organizadores cumprem, dessa forma, uma tarefa de suma importância para a consolidação da Lei ao se empenhar em reunir produções acadêmicas de ponta oriundas dos grandes centros de pesquisa e disponibilizá-las ao grande público. Trata-se, pois, de um convite para conhecer a história do

Continente Negro e a trajetória dos africanos e de seus descendentes em *terra brasílis* por meio de pesquisas atuais que ajudam a compreender melhor esse rico universo que deverá ser apresentado aos alunos.

REFERÊNCIAS

GOMES, N. L. (Org.). **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/2003**. Brasília: Mec/Unesco, 2012.

GOMES, N. L.; JESUS, R. E. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. **Educar em Revista**, n. 47, p. 19-33, 2013.

KI-ZERBO, J. **História da África negra**. São Paulo: Europa-América, 1972.

OLIVA, A. R. A História da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 25, n. 3, p. 322-358, 2003.

ROCHA, A. C. História e cultura afro-brasileira: Lei 10.639/2003 como um caminho para formação docente. In: CAMARGO, M. A. S. (Org.). **Mosaico de vivências acadêmicas**. Cruz Alta/Santa Maria: Unicruz/Palotti, 2012.

SILVA, A. L. O ensino de história, África e a cultura afro-brasileira na educação básica: diálogos possíveis. In: COSTA, L. G. (Org.). **História e cultura afro-brasileira: subsídios para a prática da educação sobre relações étnico-raciais**. Maringá: EDUEM, 2010.

SOUZA, M. M. Algumas impressões e sugestões sobre o ensino de história da África. **História Hoje**, v. 1. n. 1, p. 17-28, 2012.

XAVIER, M. C.; DORNELLES, A. P. L. O debate parlamentar na tramitação da Lei 10.639/2003: interrogando o papel da escola na construção da identidade cultural e étnica no Brasil. **EccoS Revista Científica**, v. 11, n. 2, p. 569-586, 2009.



FERREZ, Marc. [Negras]. [S.l.: s.n.], [1870-1899]. 1 fotografia, 15 x 21,5 cm em c. 19 x 26,5. Adaptada. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon846210.jpg>. Acesso em: 14 nov. 2018.

PARTE I – (RE)DESCOBRINDO UM CONTINENTE

A ÁFRICA NA ANTIGUIDADE: DA HOMINIZAÇÃO À EMERGÊNCIA DA CIVILIZAÇÃO EGÍPCIA

Gilvan Ventura da Silva

A história da África ao longo dos séculos tem sido marcada por uma incômoda dependência para com a dinâmica das sociedades europeias, uma vez que, em termos estritos, o continente somente começa a despertar um interesse maior do Ocidente quando seu território passa a ser amiúde visitado por comerciantes, expedicionários e naturalistas europeus, cujo propósito é não apenas produzir um saber sobre a África por intermédio do contato regular com as populações autóctones, da observação das suas formas de vida, do reconhecimento da topografia e hidrografia e do inventário metódico dos recursos econômicos disponíveis, mas também estabelecer redes de poder e de dominação capazes de racionalizar a exploração das pessoas e do meio ambiente. A partir do périplo português, no alvorecer da Idade Moderna, a África se tornou, em definitivo, uma peça importante da geopolítica e da economia internacionais, o que, como é sabido, deu margem a uma série de experiências de controle externo, não raro desastrosas, que pouco a pouco minaram a própria capacidade de autogestão dos africanos, com consequências que se perpetuam até os nossos dias. Pois bem, um dos efeitos suplementares mais perversos da violência praticada pelas potências estrangeiras contra os africanos foi a leitura do passado destes povos pelo diapasão da própria trajetória europeia, o que por muito tempo manteve a África refém de um conjunto de lugares de memória que tem dificultado de modo, no mínimo, inadequado, posto que injusto, o conhecimento do Continente Negro por ele mesmo.

Felizmente, parece que nos últimos anos esse quadro vem se alterando com uma rapidez cada vez maior, à medida que aumenta a nossa percepção sobre a riqueza cultural africana e que a luta contra todas as formas de dis-

criminação (inclusive a da memória) alcança, com os modernos meios de comunicação, uma dimensão planetária. Nessa cruzada em prol da superação dos estereótipos, juízos de valor e lugares comuns que ainda conformam o nosso olhar sobre a África, a contribuição das disciplinas que lidam com o passado, a exemplo da história e da arqueologia, se faz decisiva, pois não se trata apenas de compreender melhor o lugar que o continente ocupa no cenário internacional, num contexto de acelerada globalização, mas de reconstruir o seu percurso histórico de modo a enfatizar uma plêiade de experiências pretéritas que lhe conferem evidente singularidade, como um contraponto mais do que necessário aos preconceitos que desde a Antiguidade têm alimentado a imagem de uma África exótica, bestial, primitiva, a última colocada na escala do progresso civilizacional. Estimulados por essas reflexões, temos por finalidade, neste capítulo, lançar alguma luz sobre dois acontecimentos emblemáticos e de profundo impacto envolvendo a África: o processo de hominização e a emergência da civilização egípcia, acontecimentos estes cujos efeitos sobre a história da humanidade são, a bem da verdade, evidentes, muito embora nem sempre nos demos conta de que tais experiências têm como cenário o Continente Negro. Antes, porém, julgamos conveniente expor, em linhas gerais, a configuração geográfica do continente, bem como discutir algumas representações antigas e modernas que, de certo modo, se encontram na raiz do desprezo contemporâneo que ainda atinge a África e seus habitantes.

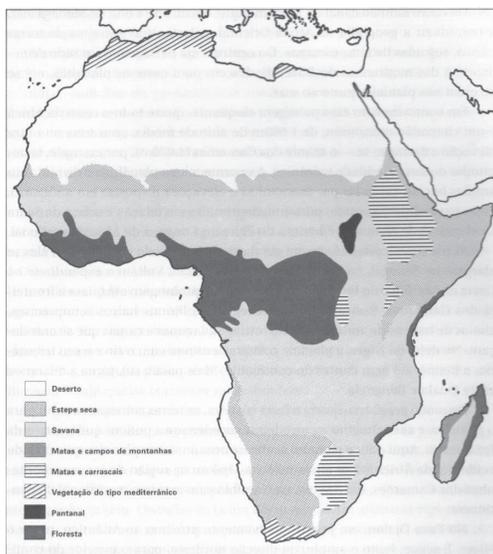
A diversidade ambiental

O continente africano apresenta um contorno geográfico bastante preciso e compacto, com um litoral isento de golfos, baías, penínsulas e lagos litorâneos. Nas proximidades da zona litorânea, tanto a Ocidente quanto a Oriente, há algumas poucas ilhas, tais como Madeira, Canárias, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e, a maior de todas, Madagascar, atual República Malgaxe. Tomando como referência o deserto do Saara, o continente se reparte em duas regiões distintas, a África Mediterrânea e a África Subsaariana. O Saara é o maior deserto do mundo, estendendo-se por cinco mil quilômetros do Atlântico ao Mar Vermelho e compreendendo os territórios do Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia, Egito, Sudão,

Chade, Níger, Mali e Mauritània. Quanto ao relevo, ultrapassada a faixa costeira e adentrando-se o continente, o território sofre uma elevação progressiva, com a formação de planaltos, de maneira que toda a África se apresenta como um bloco planáltico estável cuja coesão é rompida, em alguns momentos, por falhas no relevo.

A forma compacta do território africano determina o caráter continental e tropical de seu clima (Figura 1). De fato, a África se caracteriza basicamente por seu clima tropical. À medida que nos afastamos da Linha do Equador, a temperatura se torna mais amena, e a estação de seca, mais prolongada. A estiagem chega por vezes a ter a duração de oito ou nove meses. Já em outras regiões não chove nunca. Próximo à Linha do Equador, no entanto, o clima é quente e úmido, com chuvas constantes e intensas e a alternância da estação seca com a chuvosa. Partindo-se do norte, marcado pelo predomínio da zona desértica, passa-se a uma estreita faixa com vegetação de estepe, ou seja, adaptada aos climas seco ou semiárido, para, em seguida, alcançar-se as savanas (campos abertos com poucas árvores) e os cerrados, que se distinguem por uma vegetação arbustiva. Nas áreas de estepe, savana e cerrado é que encontramos os grandes mamíferos africanos: o búfalo, o elefante, o rinoceronte, o hipopótamo, a zebra, a girafa, o leão, o leopardo, a hiena e os numerosos tipos de símios e antílopes. Descendo um pouco mais rumo ao sul, temos a vegetação de floresta, hábitat dos grandes macacos, incluindo o gorila e o chimpanzé. Nas florestas, abundam os pássaros, os répteis, os mamíferos que vivem em árvores e os insetos. Vencida a floresta, temos novamente a savana e a estepe, com algumas zonas de mata anã. Do ponto de vista hidrográfico, a mais importante bacia é a do Zaire, com seus afluentes caudalosos e propícios às inundações. Outros rios importantes, além do Nilo, do qual trataremos mais adiante, são o Níger, o Senegal e o Chade.

Figura 1. As variações climáticas e ambientais do continente africano



Fonte: Silva (1992, p. 9)

Antigos, modernos e o (des)conhecimento sobre o Continente Negro

A diversidade e a exuberância da flora e da fauna africanas contrastam agudamente com a visão estereotipada que desde a Antiguidade se forjou acerca do continente, da sua história e da sua cultura. O topônimo *África* deriva, ao que tudo indica, do termo *afēr*, com o qual se designavam os *afri*, os ancestrais dos berberes contemporâneos, que habitavam as regiões ao sul de Cartago, uma antiga colônia fenícia (fundada em IX a.C.) que durante séculos gozou de uma significativa influência na bacia do Mediterrâneo Ocidental. Em árabe, *afar* significa pó, poeira, daí que os *afri* poderiam ser identificados como *porvos poeirentos*, o que talvez comporte um juízo de valor negativo sobre eles. Em época romana, o território africano propriamente dito se restringia à província criada em 146 a.C., na sequência da Terceira Guerra Púnica movida por Roma contra Cartago.²

2. Romanos e cartagineses se defrontaram em três ocasiões distintas entre os séculos III e II a.C. pelo domínio do Mar Mediterrâneo. Essas campanhas ficaram conhecidas como *Guerras*

A capital da recém-criada Província da *Africa Vetus* (atual Tunísia) foi Útica, vizinha de Cartago que havia se submetido deliberadamente a Roma. Desse momento em diante, os termos *Africa e afri* (no singular, *afēr*) são incorporados, em definitivo, à língua latina e empregados para designar a nova província e seus habitantes, respectivamente.

Ao longo dos anos, vagas de imigrantes provenientes da Península Itálica iniciaram a ocupação do território, com a fundação de colônias e cidades. Em virtude do processo de expansão imperial a sul do Mediterrâneo, outras províncias adjacentes foram sendo criadas (Mauritânia, Numídia, Cirene, Tripolitânia (Figura 2)), ao passo que, em 30 a.C., o Egito é anexado ao império e posto sob a tutela direta do imperador, sendo administrado por um prefeito de categoria equestre. Aos poucos, o vocábulo *Africa* passou a designar, para os romanos, o conjunto das províncias do império a sul do Mediterrâneo, tendo como fronteira natural (em latim, *limes*) o deserto do Saara. Além do deserto e das zonas costeiras, os romanos não se aventuraram. Com o tempo, o termo *Africa* se tornou recorrente, sendo empregado para designar o continente em sua totalidade, incluindo territórios jamais ocupados pelos romanos e cuja diversidade certamente ignoravam.

Figura 2. As províncias romanas do norte da África no século IV d.C.



Fonte: Mokhtar (1983, p. 481)

O desconhecimento com relação à história e à cultura africanas, no entanto, nunca foi um privilégio dos romanos. Mesmo o Egito faraônico, a despeito da sua inequívoca inserção no continente, nunca se aventurou além da Núbia (atual Sudão), mantendo-se assim afastado do contato direto com a África Central ou Ocidental. O faraó Necau, por volta do século VI a.C., havia comissionado navegantes fenícios para realizar o périplo da costa africana. Os fenícios contornaram o cabo da Boa Es-

Púnicas, uma vez que os romanos denominavam os cartagineses como púnicos.

perança, atravessaram o Estreito de Gibraltar (as Colunas de Hércules da Antiguidade) e retornaram, no terceiro ano de viagem, ao Egito, pelo Mediterrâneo. A façanha, realizada vinte séculos antes da dos portugueses, não alcançou qualquer repercussão no Mundo Antigo. Cerca de um século depois, por volta de 400 a.C., temos notícia de que Xerxes, rei da Pérsia, determinou que seu sobrinho, Sataspes, realizasse uma viagem de circum-navegação ao redor da África. Sataspes, pelo que se conta, atravessou o Estreito de Gibraltar e aportou em um território ao sul habitado por homens de pequena estatura, provavelmente pigmeus. Não sabemos ao certo se houve de fato tal expedição ou se estamos diante de mais uma versão de um tema literário bastante apreciado à época. Mais tarde, os cartagineses teriam tentado repetir, por intermédio de Hanão, chefe do clã dos Mogônidas, a façanha de Sataspes. A expedição, no entanto, não obteve êxito e muitos pesquisadores duvidam que Hanão tenha ultrapassado as Ilhas Canárias, em virtude da tecnologia marítima rudimentar então disponível. Sem o leme instalado na popa e sem as velas redondas, não teria sido possível aos cartagineses transpor as violentas correntes marítimas que sopram do Cabo Branco ao Cabo Verde. De qualquer modo, o que parece seguro é que Cartago detinha algumas colônias na costa atlântica da África, como comprova a descoberta de moedas e utensílios de cerâmica cartaginesa em alguns sítios do litoral.

Os romanos, por sua vez, também empreenderam viagens exploratórias pela costa africana. Após a Terceira Guerra Púnica, Políbio foi incumbido de reconhecer as possessões cartaginesas do litoral atlântico. Assim como Sataspes e Hanão, Políbio não teria avançado além das Ilhas Canárias. A escassez de dados concretos sobre o continente africano em época romana era tão evidente que Estrabão, autor do mais famoso compêndio geográfico da Antiguidade, acreditava que o oceano não circundava o continente, opondo-se assim a outros autores (como Heródoto), que afirmavam o contrário baseados na informação sobre o périplo de Neceu. Já o matemático e geógrafo alexandrino Ptolomeu elaborou, no século II d.C., um mapa do continente que serviu de fundamento para a cartografia da África até o século XVIII. No mapa (Figura 3), o Oceano Índico aparece como um mar fechado e a costa oriental da África se prolonga bastante para o leste.

Figura 3. Reconstituição do mapa-múndi de Ptolomeu feita pelos investigadores da Universidade da Cantábria (Santander, Espanha)



Fonte: Universidad de Cantabria. Disponível em: <<https://ocw.unican.es/mod/book/view.php?id=1306&chapterid=167>>. Acesso em: jul. 2015.

Pompônio Mela, autor do século I d.C., por sua vez, nos transmite uma descrição claramente fantasiosa da África negra que influenciou bastante o pensamento medieval. Segundo o autor:

Para além dos desertos, encontram-se povos mudos que só conseguem fazer-se entender por sinais: uns têm língua e não conseguem falar; outros são inteiramente desprovidos deste órgão; há outros ainda com a boca naturalmente fechada, que apenas apresentam sob as narinas um buracinho pelo qual bebem com o auxílio de uma cana e, quando precisam comer, aspiram um a um os grãos que ocasionalmente encontram no chão (apud COQUERY-VIDROVITCH, 1981, p. 27).

Outro autor romano, Plínio, o Velho, descreve, em sua *História natural*, os povos que habitavam o centro e o sul da África nos seguintes termos:

Os Atlantes, se acreditarmos no que dizem, perderam as características de seres humanos; não usam nomes que os distingam uns dos outros; contemplam o sol nascente e o poente, lançando imprecações terríveis, como se se tratasse de um astro funesto às suas pessoas e às suas culturas; nunca têm sonhos, como é o caso

dos outros homens. Os Trogloditas fazem cavernas que lhes servem de casas; alimentam-se da carne das serpentes; guincham, não têm voz e desconhecem o uso da palavra. Os Garamantes não se casam e as mulheres são propriedade comum (apud COQUERY-VIDROVITCH, 1981, p. 27).

Relatos dessa natureza, que bestializavam os habitantes da África e menosprezavam os seus usos e costumes, moldaram a representação dos ocidentais sobre o continente ao longo dos séculos. De fato, no decorrer do período em que a África foi terra franca para os exploradores e colonizadores modernos, sua história significava, quando muito, um apêndice da história desta ou daquela metrópole europeia, como sintetizou Hegel³ de modo surpreendente ao declarar, no seu *Filosofia da história*, obra publicada em 1837, que:

A África não é uma parte histórica do mundo. Não tem movimentos, progressos a mostrar, movimentos históricos próprios dela. Quer isto dizer que a sua parte setentrional pertence ao mundo europeu ou asiático. Aquilo que entendemos precisamente pela África é o espírito a-histórico, o espírito não desenvolvido, ainda envolto em condições de natureza e que deve ser aqui apresentado apenas como no limiar da história do mundo (apud KI-ZERBO, 1972, p. 10).

Uma opinião como essa encontrava eco, por exemplo, na obra *As raças e a história* (1924), na qual o autor, Eugène Pittard, afirma o seguinte:

As raças africanas propriamente ditas – à exceção do Egito e de uma parte da África Menor – não participaram na história, tal como a entendem os historiadores [...]. Não me recuso a aceitar que tenhamos nas veias algumas gotas de um sangue africano (de africano provavelmente de pele amarela), mas devemos confessar que aquilo que delas pode subsistir é muito difícil de encontrar (apud KI-ZERBO, 1972, p. 10-11).

Tais interpretações, eivadas de um preconceito explícito contra um continente humilhado pela violência da colonização, contribuíram bastante

3. Friedrich Hegel (1770-1831) foi um dos mais influentes filósofos alemães da sua geração. Adepto do idealismo, Hegel identificava ser e pensamento como um único princípio.

para a ignorância acerca da história da África, reforçando-se o mito histórico que propugnava a inércia dos povos africanos, cujo desenvolvimento cultural teria sido sempre o resultado de alguma influência proveniente do exterior. Essa situação começou a se modificar a partir do movimento geral de descolonização iniciado logo após o término da Segunda Guerra Mundial, com a multiplicação de estudos levados a cabo pelos próprios intelectuais africanos e por africanistas de diversas nacionalidades que refutavam com veemência os pressupostos da visão colonial europeia sobre o continente. O que se observa, desde então, é a luta da África para afirmar sua identidade e sua importância, não apenas no cenário contemporâneo, mas igualmente no contexto da história da humanidade. No decorrer dessa empreitada, a arqueologia, a antropologia e a história antiga, com toda a sua renovação conceitual, têm fornecido um auxílio inestimável ao movimento de revalorização da história da África que se produz nos dias de hoje ao destacar o fato de que o processo de hominização, ou seja, de evolução do gênero humano, teve o seu início no continente africano.

A África, berço da hominização

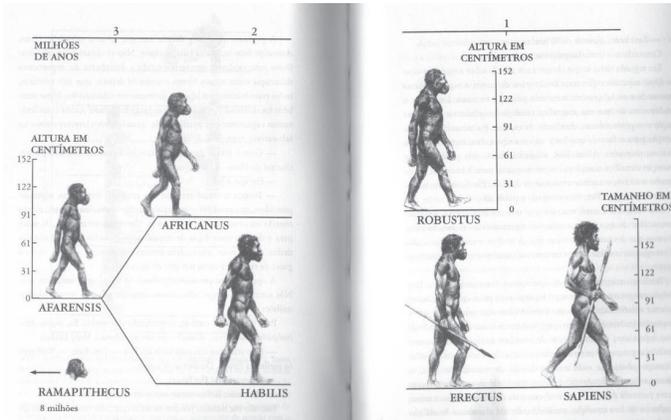
Charles Darwin, em sua obra *A descendência do homem*, publicada em 1871, já havia antecipado a hipótese de que o processo que conduziu ao surgimento do gênero humano teria se iniciado na África. De fato, sabia-se então que, na África, tinham vivido macacos extintos que se relacionavam diretamente com os gorilas e os chimpanzés, as espécies de mamíferos mais próximas do homem ainda existentes e cujo *habitat* é justamente o continente africano. Isso levou Darwin a supor que a evolução humana também pudesse se localizar na África. No entanto, quando da publicação de *A descendência do homem*, nenhum fóssil humano primordial havia sido encontrado. Por esse motivo, a hipótese de Darwin se baseou tão somente em uma analogia com a evolução dos próprios macacos. Em virtude não apenas da ausência de dados empíricos que comprovassem a teoria, mas também das concepções vigentes acerca da história e cultura africanas, a hipótese de Darwin foi descartada pelos arqueólogos e antropólogos da época, para quem o *Homo sapiens*, uma espécie reconhecidamente nobre, não poderia, em absoluto, ter se originado na África. Na passagem do século XIX para o

XX, com a descoberta de fósseis humanos na Europa e na Ásia, a hipótese de Darwin parecia cada vez mais distante de comprovação, a despeito das evidências pré-históricas trazidas à luz pelas escavações em solo africano. De fato, o início do registro de fósseis humanos na África ocorre em 1924, quando Raymond Dart anuncia a descoberta da criança Taung, um australopitécino (macaco da África do Sul) que viveu há cerca de dois milhões de anos e que teria sido um dos ancestrais do homem. Na ocasião, entretanto, o preconceito contra a África como sítio primário da evolução humana foi mais forte, o que determinou o abandono da descoberta de Dart pela comunidade científica, mesmo destino outrora reservado à hipótese de Darwin. No entanto, em 1931, Louis Leakey, pesquisador da Universidade de Cambridge nascido e criado no Quênia, decidiu empreender escavações na África Oriental com vistas a comprovar a primazia do Continente Negro no tocante à evolução humana, o que inaugurou um novo horizonte de pesquisas sobre o assunto.

Hoje se sabe que o passo decisivo rumo ao surgimento do homem foi o advento do bipedismo, uma importante transformação adaptativa que alteraria a função dos membros superiores de órgãos locomotores para órgãos de manipulação de instrumentos. Tal alteração se encontra conectada com as modificações geológicas e climáticas que atingiram o continente africano há cerca de quinze milhões de anos. Por volta dessa época, a África apresentava uma vasta extensão de florestas que abrigavam uma grande diversidade de macacos, especialmente os grandes macacos. Todavia, na parte oriental do continente, numa faixa que ia do Mar Vermelho a Moçambique, passando pela Etiópia, pelo Quênia e pela Tanzânia, começou a ocorrer a elevação progressiva do terreno, conduzindo à formação de montanhas com mais de três mil metros de altitude que redefiniram não apenas a topografia da região, mas também o clima. Interferindo nas correntes aéreas no sentido oeste-leste, as cadeias de montanhas forçaram a diminuição da pluviosidade dos territórios da África Oriental. Com menos chuva, as florestas úmidas não puderam se manter. A cobertura de árvores começou a se desfazer e o território passou a abrigar florestas, bosques e arbustos. Diante dessa pluralidade de nichos ecológicos, a inovação evolutiva se viu favorecida, surgindo o bipedismo como uma importante adaptação a uma nova vida em ambiente aberto, o que conferiu aos ancestrais do homem maior eficiência na exploração dos recursos naturais disponíveis.

Entre quatro e dois milhões de anos surgem, na África do Sul, os australopitecíneos, macacos bípedes considerados os mais antigos ancestrais humanos, como nos revelam o fóssil da criança Taung descoberto por Dart, ao qual já nos referimos, e outros exemplares catalogados por pesquisadores como Robert Broom e Mary Leakey. Desse modo, evidenciou-se que tanto a África do Sul quanto a África Oriental eram sítios pródigos para a investigação em torno da evolução humana. O passo seguinte foi dado por Jonathan Leakey, que, em 1960, junto ao desfiladeiro Olduvai, na Tanzânia, encontrou um fóssil com uma constituição física um pouco mais leve do que a dos australopitecíneos e com um cérebro cerca de 50 % maior. Louis Leakey batizou essa nova espécie de *Homo habilis*, ou seja, “homem habilidoso para o fabrico de instrumentos”, e considerou-a a linhagem que conduziu à formação dos humanos modernos. O *Homo habilis* recebeu esse nome por se encontrar associado à descoberta concomitante, no desfiladeiro Olduvai, de artefatos de pedra lascada (martelos, cutelos, raspadores), o que tornava a África precursora também no emprego da tecnologia. Assim, há cerca de dois milhões de anos, a árvore humana apresentava dois ramos: o dos australopitecíneos e o dos *Homini*, até que por volta de um milhão de anos atrás os australopitecíneos foram extintos, restando apenas o gênero *Homo*. A etapa seguinte da evolução humana é o *Homo erectus*. Com um cérebro maior, o *Homo erectus*, em muitos aspectos, se aproxima dos humanos modernos, possuindo uma infância prolongada e exibindo padrões de cooperação social que provavelmente incluíam divisão sexual do trabalho e repartição de alimento. Um importante exemplar do *Homo erectus* foi encontrado nas proximidades do Lago Turkana, no Quênia, em 1980. O *Homo erectus* foi a espécie que partiu da África em torno de um milhão de anos atrás para se estabelecer na Europa e na Ásia, impulsionando assim a cadeia evolutiva até o surgimento do *Homo sapiens* há uns quinhentos mil anos. Do *Homo sapiens* derivou, por volta de 120 mil anos atrás, o *Homo sapiens sapiens*, que, após o desaparecimento do Homem de Neanderthal (*Homo sapiens neanderthalensis*), há cerca de 34 mil anos, se converteu na única subespécie humana a habitar o planeta.

Figura 4. Quadro sinótico da evolução humana demonstrando como uma das linhagens do *Australopithecus afarensis* resultou no surgimento do *Homo sapiens*



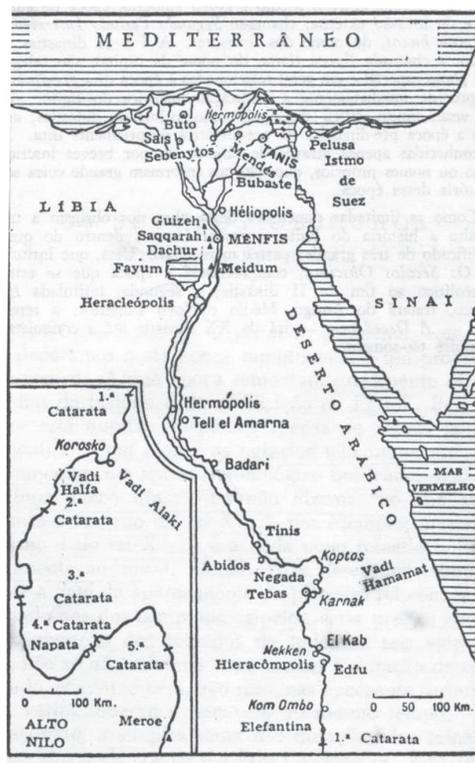
Fonte: Johanson e Edey (1996, p. 378-379)

Nasce uma civilização

A África não foi apenas o berço da hominização, mas igualmente a pátria de importantes civilizações que se desenvolveram na Antiguidade. Não obstante a primazia da Mesopotâmia, o continente africano possui a segunda civilização mais antiga da história, ou seja, a egípcia. Por *civilização* entendemos uma sociedade que apresenta o seguinte conjunto de características: a) organização política formal (Estado); b) diferenciação entre proprietários e não proprietários dos meios de produção; c) incorporação das crenças religiosas por um poder local; d) artesanato especializado; e) sistema de escrita; f) fundação de cidades (urbanização); g) projetos que demandem trabalho em conjunto. Uma configuração social desse tipo começa a surgir no Egito por volta de 3200 a.C., no período denominado Pré-Dinástico. Outrora se imaginava que a emergência da civilização no Egito resultasse de algum tipo de interferência externa ao continente. Isso porque alguns objetos datados do fim do Pré-Dinástico se assemelham a exemplares mesopotâmios, o que levou alguns autores a imaginar a existência de uma *raça dinástica* que, vinda da Mesopotâmia ou do Delta, teria produzido a unifica-

ção do território egípcio e instituído o Estado faraônico. Tal hipótese, além de carecer de evidências empíricas consistentes, ignora as trocas comerciais então existentes entre a África e a Ásia. Por essa razão, é preferível supor que a criação da civilização faraônica foi um acontecimento endógeno, ou seja, próprio do continente africano, o que é corroborado pela continuidade cultural entre o Protodinástico (3000-2920 a.C.) e o Dinástico Primitivo (2920-2649 a.C.).⁴

Figura 5. O território do Egito na Antiguidade



Fonte: Vercoutter (1986, p. 35)

4. A história do Egito é convencionalmente dividida nos seguintes períodos: Dinástico Primitivo (2920-2649 a.C.); Reino Antigo (2649-2134 a.C.); Primeiro Período Intermediário (2134-2040 a.C.); Reino Médio (2040-1640 a.C.); Segundo Período Intermediário (1640-1550 a.C.); Reino Novo (1550-1070 a.C.); Terceiro Período Intermediário (1070-712 a.C.); Época Tardia (712-332 a.C.) (CARDOSO, 1991, p. 57).

Durante a fase imediatamente anterior à unificação, denominada Gerzeano ou Nagada II (3600-3000 a.C.), ocorre uma série de importantes transformações culturais no Alto Egito. Nos sítios de Hieracômpolis, Coptos, Nagada e Abidos, constatam-se a diferenciação espacial entre sepulturas mais e menos abastadas; a existência de artesãos especializados na produção de vasos de alabastro, objetos cerimoniais e utensílios de cobre; a presença de extensos celeiros, o que indica a concentração de recursos; a construção de templos e de fortificações, o que teria exigido algum grau de organização do trabalho; a criação de nomos ou *spat*, confederações sob o patrocínio de uma divindade particular e com líderes que controlavam um território delimitado. Nesse momento temos, portanto, a formação de *sistemas locais de poder* a partir dos quais terá início o processo de unificação.

Por razões que não sabemos ao certo, na fase final de Nagada II tanto o Delta quanto o Vale passam a constituir uma unidade cultural com dois centros distintos: um em torno do Fayum, no Delta, e outro em torno de Tebas, no Vale. A etapa seguinte é a da unificação política, marcada por conflitos intensos no sentido sul-norte que culminaram na instituição do Estado faraônico. Muito embora as listas dinásticas conservadas no Papiro de Turim e na Lista Real de Abidos e a obra de Manethon, autor de um compêndio de história egípcia no período helenístico, registrem o nome de um tal Men ou Menés, que teria sido o responsável pela unificação egípcia, o fato é que não há comprovação histórica da existência da personagem em questão. O faraó mais antigo atestado pela Arqueologia é Scórpion, representado, numa imagem, com a coroa branca característica do Alto Egito. Na verdade, não sabemos ao certo o nome do faraó, cuja denominação deriva do escorpião retratado na cena de abertura de um canal de irrigação pelo faraó. Em seguida, temos Narmer (Figuras 6a e 6b), cuja paleta votiva o traz portando sucessivamente as duas coroas, a branca, do Alto Egito, e a vermelha, do Baixo. Isso parece nos indicar que foi Narmer o responsável pela unificação de ambos os territórios. Os pesquisadores tendem a identificá-lo com Menés.

Figura 6a. Detalhes da paleta votiva de Narmer em que o faraó aparece portando a coroa branca



Fonte: Meuleau (1963, p. 32)

Figura 6b. Detalhes da paleta votiva de Narmer em que o faraó aparece portando a coroa vermelha



Fonte: Meuleau (1963, p. 32)

O desenvolvimento do Egito ocorreu sob o controle do Estado faraônico, que regulava as trocas com o exterior e a alocação de mão de obra. Isso fez com que surgisse um abismo entre a elite e a massa camponesa. A forte centralização, no entanto, não eliminou os sistemas locais de poder, mas apenas os acomodou numa nova lógica política. Por esse motivo, em todas as ocasiões em que o Estado se mostrou enfraquecido, os sistemas lo-

cais de poder ascenderam, como vemos nos três Períodos Intermediários da história egípcia. Cumpre mencionar que um instrumento notável da centralização patrocinada pelo Estado foi a escrita, cujas origens remontavam, muito provavelmente, a empréstimos oriundos da Mesopotâmia. A primeira modalidade de escrita egípcia foi a hieroglífica, que conjugava símbolos representando sons (fonogramas) e símbolos representando ideias (pictogramas) na transmissão do significado. A escrita hieroglífica se confunde com os primórdios da unificação (3100-3000 a.C.), tendo sido inicialmente empregada na redação de textos curtos inscritos sobre a pedra e objetos de cerâmica. Os hieróglifos serviam para grafar diferentes tipos de texto (inscrições dos templos e túmulos, manuscritos em papiro), mas com o tempo surgiram outras modalidades de notação deles derivadas, como o hierático e o demótico, escritas cursivas mais simples e de uso cotidiano. Desse modo, os hieróglifos foram reservados à redação de textos religiosos e monumentais, advindo daí sua denominação, uma vez que, em grego, o termo *hieróglifo* significa “letra sagrada esculpida”. A escrita, no Egito, era patrimônio de uma elite de escribas e sacerdotes que davam apoio administrativo ao Estado egípcio e assim se conservou por milênios.

Quem eram os antigos egípcios?

A respeito da composição étnica da população egípcia, muito se tem discutido, não apenas em virtude da escassez de documentos, o que dificulta a obtenção de conclusões seguras, mas também das implicações ideológicas resultantes do desejo de alguns pesquisadores em qualificar a civilização egípcia como uma civilização da África negra, sem dúvida com o intuito de elevar a autoestima dos africanos de hoje. Uma das correntes de interpretação mais antigas sobre o povoamento do Egito, formulada em finais do século XIX, postulava que a população egípcia primitiva, embora de origem africana, não era negra, mas mediterrânea ou “camita”, ou seja, branca com algumas variações étnicas, uma vez que, nos grupos analisados, o elemento negro puro era muito reduzido. Em 1921, H. Junker formulou a hipótese segundo a qual os negros “autênticos” só teriam surgido, no Egito, por volta de 1600 a.C. A hipótese de Junker foi tão bem recebida entre os pesquisadores da época que o vocábulo egípcio *nehesy*, habitualmente traduzido

por “negro”, foi substituído por “núbio”. Em 1955, entretanto, Cheikh Anta Diop, invocando evidências culturais, linguísticas e literárias, redefiniu as bases do debate ao propor que a população egípcia era composta por elementos negroides. A tese de Diop, produto do pan-africanismo, foi retomada no início da década de 1970 com grande repercussão por Théophile Obenga. Ambas as posições, tanto a que considera os egípcios integrantes de uma etnia mediterrânea quanto a que os considera negroides, não são hoje mais defensáveis em virtude do seu caráter mutuamente excludente. Na realidade, é impossível, partindo-se apenas de esqueletos, determinar com segurança a pigmentação da pele de um indivíduo, e isso para não mencionar a própria dificuldade em se determinar a quantidade de melanina necessária para alguém ser classificado como “branco”, “negro” ou “amarelo”, o que deve tornar o pesquisador muito mais cuidadoso no trato com a documentação.

Figura 7. Afresco de Abu Simbel representando prisioneiros africanos de etnia negra. As imagens foram copiadas por Rosselini e publicadas na obra *Monuments de l’Egypte et de la Nubie*



Fonte: Vercoutter (2002, p. 95)

As principais fontes que possuímos para o estudo das características de povoamento do Egito na Antiguidade são de quatro tipos: a) físicas (vestígios humanos conservados pelo clima seco do deserto); b) iconográficas (desenhos, pinturas, baixos-relevos, estátuas); c) linguísticas; d) etnológicas (resultantes da comparação das informações de que dispomos para o Egito

com as de outras culturas antigas). A correta interpretação dessas fontes depende, em primeiro lugar, da fixação precisa da sua cronologia, o que nem sempre é possível. Em segundo lugar, do consenso dos pesquisadores em torno das categorias de análise empregadas, por exemplo, “negroide”, “hamita” e “camita”. Além disso, há ainda o problema da distribuição desigual dos sítios arqueológicos, de modo que estamos muito mais informados sobre as condições de povoamento da Núbia e do Alto Egito do que do Delta. Levando-se em consideração tais limitações, é possível formular algumas conclusões sobre o povoamento do Egito na Antiguidade. Durante a fase final do Paleolítico, ou seja, entre 12000 e 10000 a.C., a Núbia foi ocupada por uma etnia de estatura mediana, sem que se possa identificá-la como negroide ou não negroide. Na fase do Neolítico (8000-5000 a.C.), os dados disponíveis, embora lacunares e imprecisos, parecem indicar um padrão de povoamento que se repetirá na fase seguinte, a do Pré-Dinástico (5000-3300 a.C.): mescla de negroides, mediterrâneos, homens afins à raça de Cro-Magnon e derivados da mistura desses três componentes.⁵ Negroides e mediterrâneos comporiam, cada um, cerca de 30 % da população, sendo os demais 40 % divididos entre os homens de Cro-Magnon e os mestiços. Tal heterogeneidade, no entanto, não nos impede de falar na existência de uma etnia egípcia oriunda do próprio continente africano.

A gestão dos recursos materiais

A vitalidade da civilização egípcia dependia, em larga medida, de uma exploração ordenada dos recursos naturais e humanos. O Nilo era o principal recurso natural à disposição dos egípcios. Sua nascente se localiza no Lago Vitória, na fronteira com o Quênia, a Uganda e a Tanzânia. O rio possui uma extensão de aproximadamente 6.500 km e sua hidrografia, antes da construção da represa de Assuã, era bastante previsível. Na Antiguidade, as cheias que ocorriam entre julho e outubro dependiam das monções, do derretimento da neve nas montanhas da Etiópia durante o verão e das chuvas nos territórios de Uganda e Tanzânia. De novembro a fevereiro,

5. O homem de Cro-Magnon é um tipo humano descoberto em 1868 num sítio do mesmo nome localizado na região da Dordonha (França). Os homens de Cro-Magnon apresentavam uma estatura elevada (1,80 m a 1,96 m) e uma capacidade craniana comparável à dos homens atuais.

ocorria a drenagem da inundação, época propícia para a sementeira. De março a junho, realizava-se a colheita. Durante a cheia, os sedimentos mais pesados eram depositados nas laterais, formando diques naturais, ao passo que os sedimentos mais leves fertilizavam o solo. A profundidade média da inundação era de 1,2 metro, e a permanência média da água, de quatro a seis semanas. As bacias do Vale eram naturalmente irrigáveis e naturalmente drenáveis, exigindo uma intervenção mínima dos camponeses. Além de propiciar o cultivo do trigo, da cevada e do linho, o Nilo constituía um reservatório para o extrativismo animal e vegetal. Dele, os egípcios retiravam peixe, papiro (utilizado no fabrico de cabanas, barcos, esteiras, cordas e material para a escrita), juncos e caniços (matéria-prima para a confecção de cestas, cordas, móveis e barcos) e barro, com o qual faziam tijolos crus e objetos de cerâmica. Além de tudo isso, o Nilo era também o principal meio de integração entre o Alto e o Baixo Egito.

A caça, praticada nos pântanos e desertos, fornecia animais para domesticação e alimentação, mas o seu peso na dieta do homem egípcio não era muito significativo. Das colinas que margeiam o Vale, o Deserto Arábico e a Península do Sinai os egípcios retiravam pedras para construção, sílex (empregado na confecção de instrumentos) e pedras semipreciosas. O Egito, no entanto, era pobre em metais, tendo que importar o ouro, o cobre, o estanho e o electro (liga natural de ouro e prata). Do exterior, em especial de Biblos, na costa fenícia, provinha a madeira nobre utilizada nas construções. Já o lápis-lazúli, material empregado com frequência no artesanato especializado, era trazido do Afeganistão. Do País de Punt (costa da Etiópia), os egípcios importavam incenso, peles e animais. Cumpre mencionar que até o Reino Novo não havia, no Egito, a figura do comerciante. Os contatos com outros povos eram controlados pelo Estado, que instituíam periodicamente caravanas com a finalidade de captar, no exterior, aquilo de que necessitava.

No Egito, o emprego de uma tecnologia rudimentar pôde ser compensado pela extrema racionalização da mão de obra a serviço da casa faraônica. De fato, mediante a reunião de equipes numerosas operando em sistema de cooperação simples e a especialização de tarefas, os egípcios foram capazes de realizar obras verdadeiramente extraordinárias, a exemplo das suas pirâmides e templos. O sistema técnico egípcio se fundamentava não em uma tecnologia sofisticada, mas num estrito controle da força humana, razão pela qual durante todo o período faraônico constatamos uma preocupação constante

com o cálculo dessa força por meio de censos periódicos. O grau de controle do Estado faraônico sobre a mão de obra é atestado, por exemplo, nas inscrições feitas em zonas de mineração e pedreiras. Sabemos que uma expedição de Senuosret I, faraó do Reino Médio, em busca de xisto, envolveu cerca de dezessete mil pessoas. Disso se conclui que, ao contrário do que nos sugere Hecateu em seu famoso epigrama repetido à exaustão nos manuais escolares, o Egito não foi uma “dádiva do Nilo”, mas sim o resultado de um gerenciamento racional e eficaz dos seus recursos humanos promovido pelo Estado.⁶

As formas da vida religiosa

Embora seja difícil – para não dizer impossível – sintetizar em poucas linhas a complexa experiência religiosa dos antigos egípcios no decorrer de mais de três milênios de história, podemos afirmar que, de modo geral, predominava, no Egito, o politeísmo conjugado com uma das suas mais importantes variantes, a zoolatria, uma vez que o culto a determinados animais, representantes das divindades, era uma característica marcante da religiosidade egípcia. Em se tratando do Egito Antigo, talvez fosse preferível se falar em *religiões*, no plural, uma vez que as tradições locais eram variadas e bastante influentes. Supõe-se que até o Pré-Dinástico cada *nomos* ou *spat* (confederação tribal) possuísse sua divindade protetora, de natureza totêmica. Todavia, por essa época a cidade de Hieracômpolis, no Médio Egito, santuário do deus-falcão Hórus, já constituiria um importante centro de peregrinação, atraindo devotos de localidades distantes. Em face da extrema dispersão dos cultos, que tendia a desafiar a crescente centralização do poder, os sacerdotes a serviço da casa faraônica, no período imediatamente posterior à unificação, se empenharam em impor alguma ordem à multiplicidade de deuses e cultos sem, contudo, eliminar os santuários locais. Esse processo foi operacionalizado por meio de duas estratégias fundamentais. A primeira delas consistiu na reunião das divindades em tríades familiares de caráter artificial. É assim que Ptah, deus tutelar de Mênfis e amiúde representado como um morto mumificado, foi considerado esposo de Sekhmet, a deusa de cabeça de leoa. O filho de ambos, Nefertum, foi então associado à

6. Hecateu, originário da cidade de Mileto, foi um renomado filósofo e geógrafo grego do século VI a.C.

flor do lótus, na condição de terceiro membro da tríade. A segunda estratégia implicou a construção de sínteses teológicas complexas que pretendiam explicar a origem dos deuses e dos homens. Entre as diversas sínteses que de quando em quando surgiam e que atendiam, a bem da verdade, às conveniências das elites locais recém-instaladas no poder, as mais importantes foram a de Heliópolis, segundo a qual o deus solar Ra (ou Re, numa possível variante) era tido como o supremo demiurgo; a de Mênfis, tendo à frente Ptah, o deus criador por excelência; e a de Hermópolis, na qual Thot, divindade com cabeça de íbis, detinha a primazia. Vale a pena assinalar que sínteses desse tipo eram demasiado artificiais, o que dificultava sua assimilação pela maioria da população, além de conterem flagrantes contradições. Mesmo em face da extrema dispersão de cultos, alguns deuses chegaram a ser adorados por todo o território egípcio. Um mecanismo eficiente de promoção de uma divindade local era o patrocínio da sua devoção pela casa faraônica. Um exemplo disso foi a tendência à “solarização” da religião egípcia ocorrida durante o governo da V Dinastia, dita Heliopolitana, ocasião em que diversas divindades, sem perderem as suas características particulares, foram associadas ao deus solar Ra, num processo sincrético que os especialistas costumam qualificar como *henoteísmo*: o amálgama de diversas divindades em uma única, mas sem que nenhum perca a sua individualidade em benefício da divindade suprema ou principal.

A religião egípcia, no período faraônico, era uma religião templária por excelência, razão pela qual a arquitetura dos templos constitui um elemento indispensável para a investigação acerca das concepções religiosas dos antigos egípcios. O templo egípcio era tido, antes e acima de tudo, como um monumento destinado a proteger os homens da desordem e do caos, o que lhe conferia uma notável potência mística. Na condição de residência oficial do deus e sede de operações mágicas secretas, os templos egípcios, ao contrário da maioria dos templos contemporâneos, ao menos no Ocidente, eram interditados à visitação pública. Em seu interior, numa câmara de difícil acesso, ficava a estátua da divindade, que necessitava ser diariamente alimentada e vestida. Pela manhã, o sacerdote em serviço retirava a estátua do seu santuário e a abraçava a fim de infundir-lhe o sopro vital, pois, de acordo com a crença dos egípcios, mais do que uma mera representação, a estátua era capaz de encerrar a própria divindade. Em ocasiões festivas, a estátua deixava o templo em procissão, sempre escoltada pela corporação sacerdotal. A *dyna-*

mis (potência divina) também poderia residir num animal sagrado, mantido fora do edifício principal, ao qual era permitido o acesso da população.

Além da adoração das estátuas divinas conservadas nos templos, um componente fundamental do sistema religioso egípcio era o culto aos mortos. Acerca do assunto, havia três concepções, por vezes em concorrência uma com as outras. Na primeira delas, supunha-se que o morto, tendo passado pelos ritos funerários adequados, ressuscitaria na própria tumba, considerada sua “casa de eternidade”. Na segunda, o morto participaria de um destino celeste, estelar ou solar. Já na terceira, viveria no mundo subterrâneo, território controlado por Osíris. Dois princípios sobrenaturais intimamente relacionados ao culto funerário eram o *ka*, o “princípio de sustento”, e o *ba*, o “princípio de mobilidade”, ambos personificados pelo corpo preservado do morto, por uma estatueta ou qualquer outra efígie. Por intermédio do *ka*, o defunto recebia as oferendas regulares (comida, bebida, vestimentas) que os vivos depositavam nas tumbas ou realizava, ele mesmo, os ritos de praxe em seu túmulo, “sustentando-se a si próprio”, por assim dizer. Já o *ba* permitia que o morto deixasse, em algumas ocasiões, a tumba para peregrinar por outras regiões, a exemplo do Nilo inferior, onde se defrontaria com forças hostis e ameaçadoras. Considerando que, em termos espirituais, o desejo maior do egípcio era, no futuro, ressuscitar e retomar suas atividades rotineiras, a preservação do cadáver tornava-se uma prioridade, como comprova o avanço das técnicas de embalsamamento. No início, não existia a mumificação estrita, buscando-se preservar o corpo por meio de tiras de tecido embebidas em resina, que, depois de secas, constituíam um invólucro resistente para os ossos. No século XXVII a.C., sob a IV dinastia, a mumificação propriamente dita passa a ser praticada, consistindo na extração e/ou dissolução dos órgãos internos do morto, o que era feito por intermédio de incisões ou da introdução de líquidos abrasivos pelo ânus. Em seguida, o cadáver era coberto com natrão até desidratar por completo (cerca de quarenta dias). Findo esse tempo, as cavidades abertas do corpo eram lavadas com vinho de palmeira e preenchidas com palha, serragem ou trapos. Cumprida essa etapa, o corpo era envolto em tiras de linho, nas quais eram inseridos amuletos e fórmulas mágicas, conforme as prescrições rituais. Essa fase costumava durar cerca de quinze dias. Por fim, o morto era depositado numa tumba, que poderia ser uma pirâmide, em se tratando de membros da casa faraônica, ou mesmo um nicho escavado na rocha, no caso de pessoas comuns. O embalsamamento,

no início praticado apenas pela elite, se tornou pouco a pouco mais popular, o que implicou, como seria de se esperar, a adoção de procedimentos mais simples e acessíveis às pessoas de menor poder aquisitivo, embora nossas informações acerca dos sepultamentos entre os estratos inferiores da população sejam, infelizmente, bastante escassas, em parte devido à ausência de uma arquitetura elaborada, ao contrário do que ocorria nos meios aristocráticos.

Considerações finais

Tomando por base o conjunto de reflexões, ainda que breves, apresentadas no decorrer deste texto, somos certamente obrigados a reconsiderar a importância do imenso legado cultural africano para a história da humanidade, o que nos fornece instrumentos intelectuais para superar os preconceitos que ainda cercam o Continente Negro. Sabemos hoje que a África, outrora desprezada pelos literatos e cientistas, desfruta de um papel de primeira grandeza no processo evolutivo humano, pois foi um dia do solo africano que partiu o *Homo erectus* para colonizar o planeta, o que nos permite inverter a lógica imperialista europeia e romper, em definitivo, com o *mito da passividade africana* tal como o encontramos formulado na obra de Hegel e reproduzido amiúde pelos seus seguidores. Que a África não careça de história, de desenvolvimento ou de complexidade é uma obviedade para todos os que, abrindo mão de pré-conceitos de longa data, se permitam reconhecer, por exemplo, a sofisticação das civilizações antigas enraizadas no continente africano, entre as quais a egípcia é, indiscutivelmente, a mais extraordinária, não apenas pela grandiosidade dos seus monumentos em pedra, mas pela sua duração milenar. E, no entanto, a África para nós, pesquisadores, professores e estudantes brasileiros, ainda se revela um território exótico e mal compreendido, a despeito da ancestralidade da nossa herança africana, que remonta aos primórdios da colonização portuguesa. Nos primeiros anos desse novo milênio a situação parece aos poucos se reverter, sem dúvida como resultado de um sólido movimento social em prol do reconhecimento da herança negra na construção da Nação brasileira, que, enfim, tem obtido respaldo nos círculos governamentais responsáveis por uma série de medidas educacionais que, entre outros objetivos e a título de um “ajuste de contas” com o nosso passado colonial, pretendem dar visibilidade à história e à cultura africanas. Nesse sentido, a investigação sobre a África

na Antiguidade tem como mérito nos revelar uma história plural e eivada de grandeza e de feitos admiráveis, o que sem dúvida constitui um poderoso recurso contra todo e qualquer tipo de etnocentrismo, seja o preconizado pelo imperialismo europeu do século XIX, seja o pretendido, no mundo contemporâneo, pelos Estados Unidos, com o seu ambicioso projeto de fundir a história da humanidade com a história da democracia norte-americana.

REFERÊNCIAS

BAKOS, M. M. **O que são hieroglifos**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRAIDWOOD, R. **Homens pré-históricos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

BUSTAMANTE, R. M. C. Latim, púnico e berbere na África do Norte: identidade e alteridade. **Phoînix**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 312-327, 2000.

CARDOSO, C. F. S. **Antigüidade oriental**: política e religião. São Paulo: Contexto, 1990.

CARDOSO, C. F. S. **Deuses, múmias e ziggurats**. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

CARDOSO, C. F. S. **O Egito Antigo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARDOSO, C. F. S. **Sete olhares sobre a Antigüidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

CARDOSO, C. F. S. **Sociedades do Antigo Oriente Próximo**. São Paulo: Ática, 1991.

COQUERY-VIDROVITCH, C. **A descoberta de África**. Lisboa: Ed. 70, 1981.

FOWDEN, G. **Empire to Commonwealth**: consequences of monotheism in Late Antiquity. Princeton: Princeton University Press, 1993.

GUGLIELMO, A. R. **A pré-história: uma abordagem ecológica.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

HOOKER, J. T. **Lendo o passado.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

JOHANSON, D. C.; EDEY, M. A. **Lucy: os primórdios da humanidade.** Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1996.

KI-ZERBO, J. **História da África negra.** Lisboa: Europa-América, 1972.

LEAKEY, R. **A origem da espécie humana.** Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

MEULEAU, M. **Égypte, Orient, Grèce.** Paris: Bordas, 1963.

MILLAR, F. **El Imperio Romano y sus pueblos limítrofes.** Madrid: Siglo XXI, 1997.

MOKHTAR, G. (Org.). **História geral da África: a África Antiga.** São Paulo: Ática, 1983.

OLIVER, R. **A experiência africana.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984.

SARAIVA, J. F. S. **Formação da África contemporânea.** São Paulo: Atual, 1987.

SHAFER, B. (Org.). **As religiões no Egito Antigo.** São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

SILVA, A. da C. e. **A enxada e a lança: a África antes dos portugueses.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

VERCOUTTER, J. **Em busca do Egito esquecido.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VERCOUTTER, J. et al. **Poblamiento del antiguo Egipto y desciframiento de la escritura meroítica.** Barcelona: Serbal, 1983.

OS IMPÉRIOS AFRICANOS DO MUNDO ANTIGO: KUSH E AXUM

Érica Cristhyane Morais da Silva

Na escola, quando nos ensinam sobre o comércio de escravos, nós não aprendemos sobre a glória dos reis [...] (MARLEY, 2011, p. 7).

O Mundo Antigo é repleto de histórias de grandes e fascinantes impérios. Não obstante, quando evocamos os termos “império” e “Mundo Antigo”, o primeiro exemplo evidente é, inevitavelmente, o Império Romano. No *Dicionário de Política*, por exemplo, os organizadores Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino iniciam o verbete império com a experiência romana e ainda destacam que este é “um modelo tipicamente romano, tanto pela forma como pelo conteúdo” (2010, p. 621-626). Em 1997, Jean Tulard declararia que: “não há império no Ocidente que não faça referência ao Império Romano. Em última instância, não existe outro império se não aquele de Roma” (p. 14). De fato, Roma – uma cidade, mas também a designação de um império (GUARINELLO, 2003, p. 53) – é considerada como o mais fascinante e grandioso império da Antiguidade. No entanto, isso não significa dizer que foi o único.⁷

7. Entre outros, houve o Império Egípcio (Reino Antigo, 2686-2125 a.C.; Reino Médio, 2055-1650 a.C.; Reino Novo, 1550-1069 a.C.); o Império Hitita (1650-1200 a.C.); o Império Neoassírio (c. 934-605 a.C.); o Império Neobabilônico (612-539 a.C.); o Império Persa (Aquemênida) 550-330 a.C.; Parto-Arsácida (247 a.C.-224 d.C.); Sassânida (224-651 d.C.); o Império Ateniense (378-338 a.C.); o Império Macedônico (338-60 a.C.); o Império Chinês (221 a.C.-220 d.C.). A historiografia acerca da história destes impérios é vasta e abundante, e, recentemente, tem se ampliado o escopo espacial para a compreensão da constituição de formas diversas de impérios e das particularidades que podem ser alcançadas com estudos de história comparada ou a partir de estudos que considerem determinado império segundo seus próprios termos e características internas com base tanto em evidências textuais como provenientes de cultura ma-

No território africano, o Império Egípcio governado pelos faraós é o mais conhecido e estudado. A fascinação pela história do Egito faraônico significou, contudo, o desconhecimento ou, pelo menos, a pouca divulgação da história de outros impérios africanos importantes da Antiguidade. Assim, não podemos pensar que o Egito dos faraós se configurou como o único império da África Antiga. Entre a região norte do atual Sudão e ao sul da cidade de Assuã, no território do Egito contemporâneo, existiu um império antigo importante de origem indígena e com influências egípcias: o *Império Cuxita*, com sedes, inicialmente, na cidade de Kerma, seguida de Napata e, posteriormente, na cidade antiga de Méroe. E, na região conhecida como o *Chifre da África* e, particularmente, no norte da Etiópia contemporânea, localizava-se a cidade antiga de Axum, que se tornaria a sede do *Império Axumita*. Na historiografia, ambos são designados, muito frequentemente, como reinos, mas podem e devem ser concebidos também como impérios.

Os principais documentos para o estudo dos impérios africanos de Kush e Axum

Atualmente, temos disponível uma rica cultura material e documentação escrita para os estudos dos impérios africanos de Kush e Axum. Boubacar N. Keita (2013, p. 131-132) destaca que, para a história da região da Núbia e do Império de Kush, nós temos três conjuntos de textos e testemunhos (escritos): 1) textos antigos do Egito que se referem a dados de relações comerciais e políticas entre a região da Núbia e o Egito; 2) testemunhos gregos e romanos que fazem referência ao território da antiga Etiópia, como as *Histórias*, de Heródoto, e a *Biblioteca histórica*, de Diodoro da Sicília

terial. Sobre o tema, conferir, por exemplo, a obra organizada por Susan E. Alcock, Terence N. D'Altroy, Kathleen D. Morrison e Carla M. Sinopoli, intitulada *Empires: perspectives from Archaeology and History*, ou ainda a obra, recém-publicada e traduzida para o português, *Impérios antigos, da Mesopotâmia à origem do Islã*, de Eric H. Cline e Mark W. Graham. Ambas as publicações apresentam importantes contribuições sobre as novas tendências no estudo dessa temática em termos metodológicos e teóricos, que trazem à tona novas possibilidades de interpretação e ressignificação do conceito de império e nos auxiliam a compreender e conhecer formas novas, diversas e particulares de império e imperialismo. No âmbito desses debates, com inclusão de vestígios de cultura material e novos sentidos agregados ao conceito, nos é possível rever a história de povos e reinos com base em novas perspectivas, pois, uma vez concebidos como impérios, a estes são atribuídos novos contornos e novas compreensões acerca da dinâmica das sociedades em questão.

(ou Diodoro Sículo); 3) a Bíblia, que fornece várias passagens e referências sobre a Núbia. Embora Keita não apresente, de forma sistemática, a disponibilidade ou uso da cultura material para a história da Núbia e de Kush, em seu texto há importantes menções às *stelae*. A *Estela da Vitória*, que foi descoberta em Napata e hoje se encontra no Museu do Cairo, é considerada como um dos textos mais longos e detalhados do Egito Antigo (KEITA, 2013, p. 134-135; LECLANT, 2011, p. 274).

A documentação sobre a história do Império Axumita abunda. Algumas fontes escritas são apresentadas por David W. Phillipson (2014, p. 57-68). Primeiramente, as inscrições em pedra contribuem para o estudo da história político-religiosa axumita. Todavia, seu acesso ainda é restrito e há pouca literatura especializada que tenha estes textos como objetos de investigação. Além disso, os textos são escritos em grego e na língua vernácula da região, o Ge'ez, o que obsta, a princípio, o estudo imediato dos fatos sem uma formação apropriada. Em segundo lugar, existe o que o autor denomina de manuscritos de textos antigos e, sob essa categoria, Phillipson concebe o *Périplo do Mar da Eritreia*, cuja autoria é de um egípcio anônimo, e o *Kebra Negast* (“A glória dos reis”), um texto em Ge'ez, que se refere ao mundo monárquico etíope. Em terceiro lugar estão as ilustrações que acompanham a obra *Topografia cristã*, de Cosme Indicopleustes.

O *Périplo do Mar da Eritreia* pode ser definido, como afirma Lionel Casson (2012, Preface, p. x), como um “[...] manual para comerciantes que negociam entre as regiões do Egito romano e a África oriental, o sul da Arábia e a Índia” e, assim sendo, “é um documento ímpar e precioso”, pois oferece informações detalhadas e precisas de um assunto pouco conhecido ou investigado: as trocas comerciais, os produtos trocados, os comerciantes, cobrindo regiões da África, da Arábia e de Roma.

O *Kebra Negast* trata da história da linhagem salomônica dos reis da Etiópia, descendentes da união de Salomão, rei de Jerusalém, com a rainha de Sabá, e, embora a forma do texto moderno tenha sido fixada no século XIV, há indícios de que tenha utilizado materiais que datam pelo menos de setecentos anos antes (OFCANSKY; SHINN, 2004, p. 238; PHILLIPSON, 2014, p. 66). Considerado como “um épico nacional etíope”, o *Kebra Negast* é composto de referências ao Antigo Testamento, ao Novo Testamento e aos textos apócrifos, utilizando materiais de escritos religiosos gregos, cópticos, sírios e árabes (HENZE, 2000, p. 56).

A *Topografia cristã*, de Cosme Indicopleustes, constitui uma fonte relativamente mais conhecida e, diante do conjunto de documentos aqui introduzido para o estudo da história de Axum, diríamos, a mais acessível e estudada⁸, porém ainda pouco explorada em determinadas temáticas, por exemplo, a história do Império Axumita. David W. Phillipson (2014, p. 68) afirma que o texto da *Topografia cristã* contém informações valiosas para o historiador que se dedica ao estudo do Império Axumita. Todavia, destaca, especialmente, a importância das ilustrações que acompanham a obra. Em *História das terras e lugares lendários*, no capítulo “A terra plana e os Antípodas”, Umberto Eco (2013, p. 13, 29, 34), refletindo sobre as concepções acerca da forma da Terra, inclui, no debate, a perspectiva de Cosme Indicopleustes. Eco descreve a concepção da forma da Terra de Cosme da seguinte maneira:

[...] sempre pensando no tabernáculo bíblico, que o cosmos era retangular, com um arco encimando a superfície plana da Terra. No modelo de Cosme, a abóbada curva esconde-se de nossos olhos por trás do *estereoma*, ou seja, o véu do firmamento. Abaixo, estende-se o ecúmeno, ou seja, toda a terra que habitamos, que se apoia no Oceano e, numa inclinação imperceptível e contínua, sobe na direção noroeste, onde se ergue uma montanha tão alta que sua presença escapa aos olhos e seu cume confunde com as nuvens. O Sol, movido pelos anjos – aos quais se devem as chuvas, os terremotos e todos os outros fenômenos atmosféricos –, passa diante da montanha de manhã, descendo do oriente para o sul e iluminando o mundo; à tarde ele volta a subir, mas para o ocidente, e desaparece atrás da montanha. A Lua e as estrelas cumpririam o ciclo inverso.

Essa abordagem à *Topografia cristã*, uma abordagem geocartográfica, tem sido a mais comum no estudo dessa obra. Umberto Eco (2013, p. 13), inclusive, concebe Cosme Indicopleustes como “um geógrafo bizantino do

8. Argumentamos ser acessível e mais estudada porque há muita menção e citação à obra e a seu autor, uma historiografia abundante (KOMINKO, 2013) sobre a obra e edições comentadas com texto crítico, notas e introdução em inglês, francês, alemão (ANDERSON, 2013; SCHNEIDER, 2010). Uma dessas edições, produzida por Wanda Wolska Conus (1968), em língua francesa, da *Topografia cristã*, em três tomos, se tornou uma edição de referência da obra e foi publicada pela Coleção Sources Chrétiennes das Edições Du Cerf.

século VI”. O debate sobre as concepções acerca da forma como os antigos representavam a Terra é, absolutamente, legítimo e necessário. Não obstante, a obra de Cosme não se restringe aos dados geográficos e cartográficos, mesmo sendo classificada como uma obra “teológica”, “cosmológica” e “geográfica” (TIHON, 2008, p. 810).

Cosme Indicopleustes, tido como um “cristão”, um “monge”, um “monge cristão nestoriano” e um “comerciante alexandrino”, pode nos oferecer muito mais dados e evidências (MANIMANIS; THEODOSIOU; DIMITRIJEVIC, 2013, p. 19; MANGO, 2009, p. 13). Assim, sendo Cosme um comerciante, é possível extrair evidências de suas viagens da *Topografia cristã*. Evidências sobre os lugares que Cosme conheceu, os povos, os animais, a cultura, a política, a economia (conferir *Topographie chrétienne*, II, 29, 30, 56, 58; XI, 3-9).

A cultura material é riquíssima para a história do Império de Axum. As primeiras escavações na região de Axum foram iniciadas nos primeiros três meses de 1906, sendo conhecidas como Deutsche Aksum Expedition (DAE), que se tornaram a pedra angular para os estudos futuros sobre Axum, principalmente na área arquitetural (BRANDT; FATTOVICH, 1990, p. 96). As expedições arqueológicas alemãs na região de Axum resultaram em evidências acerca de construções residenciais, o que permite, por exemplo, lançar luz sobre a sociedade axumita (CONNAH, 2001, p. 83). Ainda é possível se estudar o assunto com base na cerâmica, na numismática e na epigrafia. A primeira cunhagem axumita é de uma moeda de ouro com a efígie do rei Endibis (ou Endubis), do século III d.C. (SILVA, 1992, p. 168; PHILLIPSON, 2005, p. 230, conferir Figura 116). Assim, as histórias dos Impérios de Kush e Axum podem ser estudadas e compreendidas mediante uma gama variada de documentos. Esses impérios compreenderam duas importantes regiões da África Antiga: a Núbia e a Etiópia.

Mapa 1. O Egito, a Núbia e a Etiópia



Fonte: d-maps.com (acesso em 22 dez. 2017), com dados e alterações incluídos pela autora com base na historiografia.

O Império Cuxita em Kerma, Napata e Méroé

A história do Império de Kush se situa, cronologicamente, entre meados de 3000 a.C. e o século IV d.C. Entre a expansão e a retração de seu território, corresponde à área, compreendida ao sul da terceira catarata, a conhecida por Alta Núbia, com sede na cidade de Kerma, chegando a ocupar, em sua maior extensão, o território egípcio durante o período da dominação núbia do Egito, durante o Império Cuxita, em Napata. Na cro-

nologia egípcia, corresponde ao Terceiro Período Intermediário. No período chamado de Napata Meroítico, entre os séculos VIII a.C. e IV d.C., as sedes do império são, primeiro, a cidade de Napata (séc. VIII a.C.-III a.C.) e, em seguida, a cidade de Méroe (séc. III a.C.-IV d.C.). Outro elemento a se ressaltar é que, geralmente, a historiografia destaca a história cuxita sempre em relação ao Egito. De fato, o Egito será uma influência significativa junto aos cuxitas. Todavia, Kush apresenta particularidades que tornam este império “tributário dos egípcios, mas possuindo também seu perfil próprio” (SILVA, 2007, p. 31). Além disso, na história do império núbio de Kush, a cidade de Kerma sempre figurou como um capítulo à parte⁹. Ao contrário, propomos tratar aqui os assentamentos iniciais e o desenvolvimento da cultura e da expansão cuxita em sua primeira fase do controle da região núbica pela população estacionada em Kerma como parte da história do Império de Kush. Kerma compõe, assim, uma importante etapa na história desse império.

O Império de Kush emerge na cidade de Kerma entre, grosso modo, 2000 (ou 2500) e 1500 a.C.¹⁰ Em uma estela descoberta por Jean François Champollion e Ippolito Rosellini, em 1830, na cidade fortificada de Buhen, ao norte da segunda catarata, Kerma aparece pela primeira vez identificada pelo nome de Kush (K3s) (TÖRÖK, 2009, p. 87). Antes da transferência do Império de Kush para a cidade de Napata, é possível conhecer algo da

9. Na estrutura da obra *História geral da África*, editada por Mokhtar, a história do império em Kerma é apresentada no Capítulo 9 – “A Núbia antes de Napata (3100 a 750 antes da Era Cristã)” – de Nagm El Din Mohamed Sherif e, em seguida, no Capítulo 10 – “O Império de Kush: Napata e Méroe” – de J. Leclant. Com Kerma separada em um capítulo próprio, Sherif (2011, p. 235-272) trata da história da cidade no conjunto das considerações sobre os assentamentos dos grupos A, B e C na região da Núbia e sua história relacionada às hostilidades com o Egito. Essa divisão que separa a história de Kerma da de Napata e Méroe aparece, com frequência, em outras obras. Na obra *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*, Silva (2011, p. 97-121; 123-166) destina um capítulo à parte para a história de Kerma e outro para as histórias de Napata e Méroe, capítulos 3 e 4, respectivamente. A história de Kerma também aparece incluída na história e cronologia do Egito, em Bard (2015, p. 217-223), quando trata do Segundo Período Intermediário. Em *The Oxford History of Ancient Egypt*, Bourriau (2000, p. 196-197), ao discorrer sobre o Segundo Período Intermediário da história do Egito, inclui a história do “Império de Kush”, na sua fase da “Kerma Clássica”. Aqui, embora se reconheça parte da história da cidade de Kerma como integrante da história do Império de Kush, esta está locada no interior de uma cronologia egípcia.

10. Para a periodização da história em Kerma, Morkot (2001, p. 242) recorre à datação de c. 2000-1500 a.C. Já Bard (2015, p. 217) utiliza o intervalo temporal entre 2500-1500 a.C.

estrutura da cidade e da cultura cuxita em Kerma.¹¹ Na fase inicial (após c. 2500 a.C.), as casas eram construídas em um formato redondo com junco e madeira; numa época intermediária, classificada como Kerma Intermediária, a sociedade se torna um pouco mais complexa, como é evidenciado pelas técnicas funerárias, que incluem sepultamentos com rebanhos inteiros e um número significativo de crianças sacrificadas; numa terceira fase da história de Kerma, dita Kerma Clássica (c. 1750-1500 a.C.), já é possível observar uma organização em larga escala dos assentamentos existentes na cidade com grandes necrópoles de reis, com construções residenciais e templos cujas estruturas constituíam fortificações e fossos que protegiam duzentas casas residenciais. Em determinados espaços citadinos havia cabanas construídas com madeira e folhas de palmeiras, um edifício com finalidades de audiência para o rei e, por fim, entre as construções, uma em particular chama a atenção: a *Dufufa ocidental*, edifício compacto construído com tijolos crus e que poderia ter sido um templo, o Templo de Kerma (SILVA, 2011, p. 111-113; BARD, 2015, p. 217; HARKLESS, 2010, p. 85-88).

O período clássico em Kerma coincide com a retração das investidas do Egito na região da Núbia, devido à invasão e à dominação estrangeira (os hicsos, com a ocupação do Delta e a instalação de um faraó em Avaris), que fragmentaram o reino faraônico no Segundo Período Intermediário da história egípcia (SILVA, 2011, p. 109-110; BOURRIAU, 2000, p. 196). Esse contexto favorável contribuiu para a expansão e o aumento do controle de Kerma sobre as regiões da Baixa e da Alta Núbia. Não obstante, devemos destacar que alianças entre Kerma e líderes de um forte Grupo C, na Baixa Núbia, nos parecem um fator importante para esse fortalecimento (BARD, 2015, p. 220). Kerma, cuja cultura era de pecuaristas e de guerreiros arqueiros, se tornou sede cuxita de um poder regional que controlava o comércio e o território entre a Baixa Núbia e a Alta Núbia, tendo estabelecido, inclusive, alianças com os hicsos (BOURRIAU, 2000, p. 197; SILVA, 2011, p. 110-111).

A partir de 1500 a.C., o Império Cuxita de Kerma perderia o controle da região, uma vez que os reis de Tebas entrariam em conflito com os hicsos, expulsando-os do norte do Egito. Em seguida, os faraós centraram esforços na retomada do controle do sul núbio, entrando em conflito com a políti-

11. A historiografia e a literatura especializada destacam, com mais frequência, a história do Império de Kush nas cidades de Napata e Méroe devido a escassas informações acerca da fase cuxita em Kerma (LECLANT, 2011, p. 273).

ca expansionista do Império de Kush-Kerma. Assim, foi durante a Dinastia XVIII, mediante as investidas de Amósis e Tutmósis I, que a Núbia e o Império de Kush-Kerma foram conquistados, ocorrendo o fim da independência dos cuxitas. Mas, segundo Robert Morkot (2001, p. 234, 244, tradução nossa):

A fase da expansão do Reino Novo [Dinastias XVIII-XX] na Núbia se diferencia de expansões anteriores. Primeiro, porque existiu uma clara política de integração da população de modo a integrá-la na administração [...]. Segundo, o fator tempo é importante. Incluindo o período de expansão, a presença do Reino Novo egípcio na Núbia durou 500 anos, em oposição à ocupação intermitente do Antigo Reino (400 anos) e à ocupação restrita do Reino Médio (260 anos). Em terceiro lugar, a ideologia egípcia reflete uma atitude diferente. Desde meados da Dinastia XVIII adiante, desenvolveu-se uma terminologia distinta. Isto, certamente, tem raízes em títulos tradicionais, mas incluiu novos elementos que reforçavam a superioridade dos faraós em comparação aos outros reis, a saber, “Reis dos Reis”, “Governante dos Governantes”.

A incorporação da população núbia à nova administração não significou, contudo, a ausência de conflitos. Os príncipes da Baixa Núbia parecem não ter se oposto às autoridades egípcias, mas a Alta Núbia provou ser mais difícil de ser incorporada, havendo vários conflitos, uma vez que o poder de Kerma precisaria ser quebrado. Nesse contexto, novos laços poderiam ser construídos mediante casamentos e cultos comuns (MORKOT, 2001, p. 239-240). O modelo explicativo de Morkot sobre a dominação egípcia da Núbia e do Império Cuxita, em Kerma, é interessante de ser destacado. Segundo o autor, mesmo durante a dominação egípcia da Núbia, no Reino Novo a Alta Núbia permaneceu sob o controle direto de autoridades locais, de modo que a *egípcianização* do território não ocorreu na mesma proporção que o resto da Núbia.

Com certa independência, surge uma nova oportunidade de fortalecimento dos príncipes de Kush. A história do Império de Kush é dominada, deste ponto em diante, pela transferência da capital do Império de Kush – da cidade de Kerma para a cidade de Napata –, um acontecimento ainda controverso. A história da Núbia desde o fim do domínio egípcio sob a XX Dinastia (c. 1069 a.C.) até 900 a.C. é um hiato. Várias são as explicações para o abandono da região da Núbia e a opção pela transferência do governo do

Império de Kerma para Napata: a) problemas relativos ao nível do Nilo, o que teria obrigado o abandono da região; b) uma evacuação núbia planejada em direção ao sul (HARKLESS, 2010, p. 89; TÖRÖK, 2009, p. 200). Michele R. Buzon (2014, p. 2, tradução nossa) resume e completa essas explicações:

Os pesquisadores sugerem uma série de hipóteses sobre a origem dos líderes de Napata. Török (1995) sugere que a elite da Núbia (de Kerma na terceira catarata) sobreviveu ao colapso do sistema egípcio do Reino Novo e a autoridade local foi mantida, mudando a base de poder para a região da quarta catarata. Shinnie (1996) também indica argumentos que relacionam os governantes de Napata com a antiga capital da Núbia em Kerma. Um influxo de pessoas vindas do sul da Núbia, fora dos limites imperiais egípcios, também surge como uma explicação alternativa. Por outro lado, Kendall (1999) propôs que os governantes de Napata eram, na verdade, um grupo de sacerdotes egípcios que fugiram da capital de Tebas depois de uma série de rebeliões. Outra sugestão é que os domínios da Núbia foram abandonados (Shinnie, 1996; Gatilho, 1976) ou que permaneceram habitados por uma série de tribos independentes (Morkot, 1995; O'Connor, 1993; Török, 1995) entre o período do Reino Novo e das Dinastias de Napata. O registro arqueológico é escasso entre o final do Novo Reino e a ascensão da família real em Napata, o que deixa muitas perguntas sem respostas sobre os governantes e habitantes da Núbia durante essas eras.

As explicações são múltiplas, mas os argumentos que permitem manter a relação entre a cultura e a política de Kerma e as de Napata-Méroe como etapas da história de um mesmo império nos parecem plausíveis. Alguns túmulos do Reino Novo foram encontrados perto da região de Jebel Barkal, além de um templo dedicado ao deus tebano Amon pertencente à área da cidade de Napata. Embora uma datação não tenha sido ainda estabelecida, foram encontrados artefatos de cerâmica e pinturas parietais nesses túmulos, o que sugere uma continuação das tradições culturais de Kerma. Isso significa que esses elementos da cultura material se vinculavam mais a uma elite nativa (e cuxita) do que à cultura egípcia (EDWARDS, 2004, p. 103-105). Todavia, em Napata-Méroe, o Império de Kush viria a ganhar novos contornos.

A cidade de Napata se localizava a jusante da quarta catarata e era composta por importantes necrópoles: El Kurru, Nuri, o templo de Amon em Jebel Barkal (que também possui necrópoles) e outro templo, em Sanam (CONNAH, 2001, p. 35). O templo de Jebel Barkal parece anteceder à constituição da cidade de Napata, um povoado que remontava à época da XVIII Dinastia egípcia e depois se “fez cidade”, com uma população que era um amálgama de egípcios, núbios egipcianizados, uma elite autóctone e imigrantes de outras regiões da Núbia atraídos pelo polo comercial florescente e pelo centro religioso e político (SILVA, 2011, p. 123; EDWARDS, 2004, p. 112; LECLANT, 2011, p. 273; POPE, 2014, p. 14). O Império de Kush de Napata estabeleceu seu domínio tanto a norte quanto a sul da antiga Núbia, estendendo seu governo, inclusive, à região do Egito sob a XXV Dinastia (EDWARDS, 2004, p. 112).

No período da chamada “monarquia dupla”, em que se conjugam o Império de Kush e o Egípcio faraônico sob a XXV Dinastia, é notável o quanto os dois impérios apresentam importantes distinções (LECLANT, 2011, p. 277-278). A linhagem de reis de Napata se inicia com Alara, cuja vida e reinado ainda permanecem obscuros. Apenas sabemos seu nome e sua existência como o mais antigo príncipe de Kurru, no período napata. Seu irmão, Kashta, o sucederia como rei do Império de Kush e primeiro faraó da XXV Dinastia núbia do Egito (conferir Tabela 1; HARKLESS, 2010, p. 126). A sucessão real, de tradição cuxita, obedecia ao critério da nomeação dinástica e hereditária. Porém não se processava pela regra egípcia (de pai para filho), mas para o segundo irmão, seguido dos irmãos restantes, embora haja exceções a esta regra (SILVA, 2011, p. 130). Pianqui, filho e sucessor de Kashta, deu continuidade às pretensões do seu pai e consolidou a dominação núbia do Egito. Na sequência, temos Shabaka, irmão de Pianqui, seguido de Shabataka, filho de Shabaka. Taharqa, como sucessor de Shabataka, assumiu a guerra contra os assírios que ameaçavam o governo cuxita no Egito desde o governo de Shabaka (LECLANT, 2011, p. 257-266; HARKLESS, 2010, p. 132-135). A XXV Dinastia se encerra com Tanutamon, filho de Shabataka, derrotado na luta contra as investidas assírias no Egito.

Egito e Núbia se tornaram, sob a XXV Dinastia, dois impérios governados pelo mesmo monarca. E isso é que é digno de nota. O Império de Kush em Napata, embora integrado ao Egito faraônico, era como um império independente, com suas particularidades, como comprova a representação

simbólica do “duplo uraeus, as duas serpentes que se erguem sobre a fronte do faraó e o protegem” (LECLANT, 2011, p. 277). Com a retirada dos faraós núbios do Egito, o Império Cuxita continuou sua história na região da Alta Núbia. Essa história, difícil de determinar, se fundamenta nos indícios deixados pelas necrópoles, palácios e templos (as necrópoles e os templos na região de Napata – El Kurru, Nuri, Jebel Barkal – e as necrópoles de Méroe – Begrawiya Norte e Begrawiya Sul). Depois da XXV Dinastia e da retirada do Egito, o reinado do Império de Kush em Napata prossegue, mas a história desse período só é possível mediante o fragmentado conhecimento acerca do governo de alguns poucos monarcas dessa época. Atlanersa (653-643 a.C.), filho de Taharqo, foi sucedido por Sencamanisquém (643-623 a.C.), ambos comprometidos com as construções em Jebel Barkal e com templos dedicados a Amon. Em seguida, a sucessão passa aos filhos de Sencamanisquém, Anlamani (623-593 a.C.) e Aspelta (593-568 a.C.). O governo de Aspelta é considerado o marco inicial de um processo de transferência da capital do Império Cuxita para Méroe, o que se completa no decorrer do século III a.C., com a morte de Nastasen (335-310 a.C.), que assinala também o fim dos sepultamentos reais em Nuri (SHINNIE, 2008, p. 217-218; LECLANT, 2011, p. 282). A transição para o período meroítico do Império de Kush é objeto de diversas explicações. Segundo Jeremy W. Pope (2014, p. 33, tradução nossa):

O período em Napata é narrado, geralmente, como uma história de declínio, correspondendo à perda dos territórios do Egito e da Baixa Núbia e à ampliação de atividades em Méroe, que culminará na transferência do cemitério real de Napata para a cidade de Méroe no decorrer do século III a.C. [...]. Mas tal interpretação implicitamente pressupõe que uma África do sul indeterminada próximo à Napata já é um território pertencente aos reis cuxitas como uma herança natural deles e, portanto, a transferência para Méroe é considerada mais uma retração que uma expansão do estado cuxita.

Na perspectiva desse autor, Méroe apresentava uma independência e autonomia locais e se situava em um território hostil, de disputas em busca do controle e do domínio do território durante a XXV Dinastia. A incorporação das elites locais e de Méroe ao Império de Kush acontece mediante casamentos diplomáticos entre as mulheres de Méroe e os reis de El Kurru

(POPE, 2014, p. 32). Essa explicação apresenta uma alternativa plausível de uma transferência menos dramática e repentina da capital e associa a cultura e a política cuxitas, em Napata, à cultura e política meroíticas, que convergem de forma definitiva a partir do século III a.C. Em Méroe, o Império Cuxita apresenta uma organização política e estruturas administrativas de proporções inéditas. É possível reconhecer uma administração centrada no palácio, havendo a ampliação do número de altos funcionários e aliados das chefias locais. Além disso, outro aspecto importante foi o redimensionamento do papel da mulher, as rainhas mãe e esposas, que se tornam personagens centrais no governo, o que pode ser atestado pelos túmulos dos reis e rainhas do Império de Kush (conferir Tabelas 1 e 2).

Tabela 1. Os túmulos dos reis do Império Cuxita

Data aproximada de governo	Em Napata ¹² (Túmulo)	Informações adicionais
c. 806-751 a.C.	Alara	O mais antigo rei conhecido
c. 760-751 a.C.	Kashta (Ku.8)	Faraó da XXV Dinastia Egípcia
751-716 a.C.	Pianqui (Ku.17)	Faraó da XXV Dinastia Egípcia
716-701 a.C.	Shabaka (Ku.15)	Faraó da XXV Dinastia Egípcia
701-690 a.C.	Shabataka (Ku.18)	Faraó da XXV Dinastia Egípcia
690-664 a.C.	Taharqo (Nu.1)	Faraó da XXV Dinastia Egípcia
664-653 a.C.	Tanutamon (Nu.16)	Faraó da XXV Dinastia Egípcia
653-643 a.C.	Atlanersa (Nu.20)	
643-623 a.C.	Sencamanisquém (Nu.3)	
623-593 a.C.	Anlamani (Nu.6)	
593-568 a.C.	Aspelta (Nu.8)	
568-555 a.C.	Amtalqa (Nu.9)	
555-542 a.C.	Malenaqen (Nu.5)	
542-538 a.C.	Analmaye (Nu.18)	
538-519 a.C.	Amani-nataki-lebte (Nu.10)	
519-510 a.C.	Karkamani (Nu.7)	
510-487 a.C.	Amaniastabarqa (Nu.2)	

12. Os “príncipes de Kerma” não foram aqui incluídos por falta de evidências documentais e historiográficas que possibilitassem a composição de uma lista.

487-468 a.C.	Siaspiqa (Nu.4)	
468-463 a.C.	Nasakhma (Nu.19)	
463-435 a.C.	Malewiebamani (Nu.11)	
435-431 a.C.	Talakhmani (Nu.16)	
431-405 a.C.	Amani-nete-yerike (Nu.12)	
405-404 a.C.	Bakakeren (Nu.17)	
404-369 a.C.	Harsiotef (Nu.13)	
369-350 a.C.	Unknown? (Ku.1)	
350-335 a.C.	Akhratan (Nu.14)	
335-310 a.C.	Nastasen (Nu.15)	Último rei a ser enterrado na região de Napata / Nuri
(????)	Akitisanes (Bar.11)	
(????)	Aryamani (Bar.14)	
(????)	Kash [...] (Bar.15)	
(????)	Pianqui-erike-qo (?)	
c. 300 a.C.	Sebrakamani (?)	

Fonte: Elaborada com base em Harkless (2010, p. 127, 135, 137-146), Edwards (2004, p. 115) e Silva (2011, p. 2011, 213-214).

Tabela 2. Os túmulos dos reis e das rainhas do Império Cuxita

Data aproximada de governo	Em Méroe (Túmulo)	Informações adicionais
c. 600	Mernua	Uma das primeiras rainhas evidenciadas na história cuxita
310-295 a.C.	Amanibakhi?	Rei
c. 295-275 a.C.	Arakamani (Beg.S.6)	Rei
275-260 a.C.	Amanislo (Beg.S.5)	Rei
260-250 a.C.	Bartare (Beg.S.10)	Rainha
250-235 a.C.	Amani-tekha (Beg.N.4)	
235-218 a.C.	Arnekhamani (Beg.N.53)	
218-200 a.C.	Arkamani (Beg.N.7)	
200-185 a.C.	Tabirqo (Beg.N.9)	

185-170 a.C.	Nome desconhecido (Beg.N.8)	Rei
170-160 a.C.	Shanakdakhete (Beg.N.11)	Rainha
160-145 a.C.	Nome desconhecido (Beg.N.12)	Rei
145-120 a.C.	Naquirinsan (Beg.N.13)	
120-100 a.C.	Tanyidamani (Beg.N.20)	
100-80 a.C.	Nome desconhecido (Beg.N.21)	
80-65 a.C.	Nome desconhecido (Beg.N.14)	
65-41 a.C.	Amanikhabale (Beg.N.2)	
	Teriteqas (Beg.N.14)	
21-20 a.C.	Amanirenas (Beg.N.21)	Rainha
41-12 a.C.	Amanishakhete (Beg.N.6)	Rainha
c. inícios do I a.C.	Nawidemak	Rainha
12 a.C.-12 d.C.	Amanitare (Beg.N.1) [Natakamani (Beg.N.22)]	Rainha Rei
12-17 d.C.	Sherkarer (Beg.N.10)	
17-35 d.C.	Pisakar? (Beg.N.15)	
35-45 d.C.	Amanitaraqide (Beg.N.16)	
45-62 d.C.	Amanitenmemide (Beg.N.17)	
62-85 d.C.	Amanikhatashan ((Beg.N.18)	Rainha
85-103 d.C.	Tarekeniwal (Beg.N.19)	
103-108 d.C.	Amanikhalika (Beg.N.32)	
108-132 d.C.	Aritenyebekhe (Beg.N.34)	
132-137 d.C.	Aqrakamani (Beg.N.40)	
137-146 d.C.	Adeqetali (Beg.N.41)	
146-165 d.C.	Takideamani (Beg.N.29)	
165-184 d.C.	Nome desconhecido (Beg.N.30)	
187-194 d.C.	Amanakhereqerem? (Beg.N.37)	
194-209 d.C.	Teritedakhatey (Beg.N.38)	
209-228 d.C.	Aryesbekhe (Beg.N.36)	
228-246 d.C.	Teridnide (Beg.N.51)	
246 d.C.	Aretnide (Beg.N.35)	
246-266 d.C.	Teqerideamani (Beg.N.28)	
266-283 d.C.	Tamelerdeamani (Beg.N.27)	

283-300 d.C.	Yesbekheamani (Beg.N.24)	
300-308 d.C.	Lakhideamani (Beg.N.26)	
308-320 d.C.	Maleqerebar (Beg.N.25)	Rainha
Meados do séc. IV d.C.	Amanipilade	Rainha (Última Dinastia Cuxita)

Fonte: Elaborada com base em Harkless (2010, p. 146-150), Grajetzki (2013, p. 170), Pope (2014, p. 32), Edwards (2004, p. 144) e Shinnie (2008, p. 230-231).

No Império de Kush¹³, de fato, as mulheres tinham um papel particularmente importante e ocupavam postos político-culturais significativos na sociedade cuxita. No período Napata-Méroe, as filhas dos reis se convertiam em sacerdotisas e as mães ocupavam a prestigiosa posição de rainhas-mãe sob a figura das *candaces*, cuja palavra, na linguagem meroítica, remete aos termos *Ktke* ou *Kdke*, que significam rainhas-mãe reinantes (LECLANT, 2011, p. 303-305; SILVA, 2007, p. 33). As rainhas do Império de Kush (Tabela 2) – mãe e esposas – participavam nas cerimônias de eleição e coroação do rei (como no caso de Taharqo) e nas cerimônias religiosas relacionadas às oferendas divinas e, posteriormente, agiram como soberanas no campo político, portando inclusive títulos reais (LECLANT, 2011, p. 304).

A cidade de Méroe, como uma região disputada e estratégica, era alvo das investidas de um outro império, cuja capital, Axum, se localizava na região da Etiópia, ao norte. A Núbia e a Etiópia eram importantes regiões da África Antiga.¹⁴ Embora os limites geográficos desses Estados sejam algo

13. Não sabemos sobre a situação das mulheres na sociedade cuxita de Kerma, muito menos ainda sobre as mulheres em Napata, todavia o caso do papel desempenhado pelas mulheres na sociedade cuxita de Méroe nos leva a supor que, também em Kerma como em Napata, as mulheres participavam ativamente na sociedade. A rainha Mernua (talvez a esposa de Anlmani ou Aspelta) é o caso mais antigo atestado de sepultamento real que, embora tenha sido sepultada na área de Méroe, se situa dentro do período entre os governos em Napata e Méroe (Aspelta inicia o processo de transferência da capital). Sobre a rainha Mernua, conferir Pope (2014, p. 15, 32). Embora não tenhamos mais informações, apenas nomes e relações familiares, existiram rainhas e princesas em Napata, e, pelas evidências dos túmulos reais escavados, há, aproximadamente, 45 tumbas pertencentes a princesas e rainhas (DUNHAM; MACADAM, 1949, p. 141-148).

14. Outras regiões foram igualmente importantes para a história do continente africano. Na Antiguidade, ainda temos o Egito, das histórias dos faraós, “uma civilização africana” (SILVA, 2007, p. 11-41). No contexto do medievo, o Magreb e o Sudão Ocidental com a formação de impérios africanos, Gana, Mali e Songai (CAMPOS, 2007, p. 43-65).

difícil de ser delimitado (ADAM; VERCOUTTER, 2011, p. 215-218), podemos definir, grosso modo, algumas fronteiras. A Núbia era dividida em duas áreas: a Baixa Núbia (também chamada de Núbia Egípcia), localizada entre a primeira catarata (logo ao sul de Assuã) e a segunda catarata, compreendendo parte da região do atual Egito e uma parcela do norte do Sudão; e a Alta Núbia (também chamada de Núbia Sudanesa), entre a segunda e um pouco mais ao sul da sexta catarata, incluindo a cidade de Cartum (Mapa 1). A Etiópia antiga não correspondia exatamente ao território da Etiópia contemporânea. Embora seus limites geográficos sejam difíceis de delimitar, a Etiópia antiga compreendia a região da Eritreia e a maior parte do território da Etiópia atual, sendo Adulis a área portuária do Império de Axum (Mapa 1). Essas regiões eram importantes econômica, política e culturalmente, além de serem territórios estratégicos.

A Núbia, segundo Adam e Vercoutter (2011, p. 213-233), detinha uma importância ímpar por servir de elo entre a África Central e o Mediterrâneo. Além disso, da Núbia, em sua porção mais ao sul, provinham incenso, goma, marfim, ébano e panteras, além de matérias-primas que interessavam à população do Egito, que pilhava o território núbio em seus recursos minerais (principalmente, ouro e pedraria), animais (para extração do marfim, produção de couro e plumagem de avestruz), vegetação (ébano) e recursos humanos (escravos) (MORKOT, 2001, p. 241; ADAM; VERCOUTTER, 2011, p. 223).

A região da Etiópia antiga era uma das mais estratégicas, em virtude da área portuária de Adulis, ponto de convergência de rotas de comércio e de conexões com a população da Península Arábica, ao sul, e de acesso ao Mar Vermelho e ao Oceano Índico. Axum ainda mantinha relações com a Núbia e, por consequência, também possuía acesso ao Mediterrâneo. Além dessa localização privilegiada, que era ao mesmo tempo disputada, Axum não apenas exportava marfim, mas também produtos manufaturados com esta matéria-prima trabalhados com técnicas artísticas sofisticadas oriundas da região (PHILLIPSON, 2009, p. 357).

A Etiópia também mantinha laços de proximidade, via trocas comerciais, com o mundo greco-romano desde o século I a.C., o que significou também trocas culturais. Quanto a isso, temos evidências que mostram o rei Zoscales (um dos mais antigos reis conhecidos de Axum) como proficiente na leitura e na escrita do grego, e é possível observar inscrições axumitas grafadas em grego (HATKE, 2013, p. 25). A Núbia e a Etiópia não eram mundos segre-

gados, suas histórias se imbricaram e se relacionaram. As histórias de Kush e Axum convergem entre si tendo como palco esses territórios estratégicos e fundamentais (Núbia e Etiópia) para a África na Antiguidade.

A rivalidade entre Kush e Axum estava relacionada a fatores econômicos. Axum expandiu seus domínios até a cidade cuxita de Méroe. Kush, que por cerca de um milênio forneceu produtos ao Egito pelo corredor do Nilo, perdeu o controle da região da Alta Núbia para Axum no decorrer do século I d.C. Desse modo, o escoamento do marfim passa a ser feito pelo porto de Adulis, em lugar de ser encaminhado à cidade de Méroe, como constatamos pelas evidências presentes no *Périplo do Mar da Eritreia* (MEKONNEN, 2013, p. 25). A história das operações militares axumitas de ocupação da Alta Núbia também pode ser evidenciada por meio da epigrafia (WOODHEAD, acesso em 3 mar. 2018). Não obstante, Heliodoro de Emesa, autor grego datado do século IV d.C., declara que entre ambos, Kush e Axum, as relações costumavam ser amistosas:

Ao fim do desfile dos emissários que chegaram para a ocasião e cada um foi presenteado pelo rei com um regalo de igual valor e, outro preço na maioria dos casos, quando, em último lugar, chegaram os emissários do povo axumita, um povo que não estava submetido a tributos já que eram amigos e aliados do rei (HELIODORO, 1979, tradução nossa).

Entre acordos e conflitos, Kush e Axum contribuíram para a composição da cultura de populações do Egito, da África Central e do Sudão Oriental, sendo influenciados, inclusive, pelos contatos político-culturais provenientes das regiões da Península Arábica e da região do Mediterrâneo greco romano. Por essas razões e pela importância de ambos para uma compreensão mais completa da história do continente africano, o contexto histórico desses impérios merece ser conhecido (HELIODORO, 1979, tradução nossa).

O Império de Axum

O império etíope de Axum floresceu entre os séculos I e VII d.C. e, segundo David W. Phillipson (2014, p. 1), este foi o período no qual Axum passou por um desenvolvimento gradual importante, no decorrer do qual

“uma economia baseada em agricultura de subsistência” dos povos que habitaram a região (o norte da atual Etiópia e partes adjacentes da Eritreia) foi substituída por

[...] uma civilização literata complexa, cuja população erigiu um dos maiores e mais elaborados monólitos, sem precedente na história desse mundo, cunhava moedas em cobre, prata e ouro, desenvolveu uma sofisticada metalurgia, esculpia marfim e produziu manuscritos iluminados, [uma civilização] que estendeu seu domínio a outros territórios vizinhos incluindo parte da península arábica, desenvolveu um comércio que se estendia, em uma direção, desde o mediterrâneo ocidental, e na outra, até o Sri Lanka e cujos reis cristãos eram considerados aliados políticos e religiosos tanto por imperadores romanos quanto bizantinos (tradução nossa).

Um primeiro argumento sobre essas transformações é o de que elas poderiam estar associadas ao desenvolvimento do comércio internacional na região (KEITA, 2013, p. 155). O comércio foi um elemento fundamental para o Império de Axum. De fato, Axum sempre foi um entreposto importante, que permitiu intercâmbios econômicos (mas também político-culturais) entre populações do Império Romano, sociedades que margeavam o Mar Vermelho, povos árabes, populações da Ásia e, inclusive, sociedades do interior do continente africano (PHILLIPSON, 2009, p. 353; KEITA, 2013, p. 155; DOMBROWSKI, 1985, p. 3). Para Mani, profeta que viveu no século III d.C. e que foi o precursor do maniqueísmo, existem “[...] quatro grandes reinos na terra: o primeiro é o reino da Babilônia e da Pérsia; o segundo é o reino de Roma; o terceiro é o reino dos axumitas; o quarto é o reino dos chineses” (KOBISCHANOV, 1979, p. 59, tradução nossa).

O Império de Axum é, em larga medida, a história de um entreposto que se converteu em um império, mas que, para além da dimensão econômica, apresentava estruturas políticas e culturais que precisam ser (re)conhecidas.¹⁵ Segundo Kobischanov (2011, p. 401), “Axum parece ter sido, inicialmente, um principado que com o tempo se tornou província”.

15. A história do Império de Axum tem sido muito frequentemente a história de sua economia, suas trocas comerciais, importações e exportações. Um dos avanços conquistados pela historiografia acerca do Império Axumita é, de fato, o interesse mais sistemático na história social e cultural que se faz possível pela descoberta e exploração de um significativo número de evidências provenientes de cultura material e de textos (PIOVANELLI, 2014, p. 329-350).

Nesse cenário, a hegemonia era algo que precisaria ser afirmada sempre que um novo príncipe ascendesse ao trono mediante campanhas militares contínuas. A autoridade maior do Império de Axum era, sem dúvida, a figura do rei e a sucessão era hereditária de pai para filho, mas podendo ocorrer também entre irmãos consanguíneos (PHILLIPSON, 2014, p. 80). A estrutura política e hierárquica do Império de Axum se caracterizava da seguinte forma: o rei de Axum, chamado *basileus*, era o chefe supremo do Estado axumita, seguido pelos reis (*basiliscoi*) de regiões e cidades que caíram sob o domínio axumita. O corpo administrativo de funcionários do reino axumita era composto da população submetida que, geralmente, era rebaixada de seus *status* anteriores à dominação de Axum. Cosmas Indicopleustes (1970, II, 51, tradução nossa) fornece evidências de um “arconte”, uma espécie de dirigente, governador:

Sobre o país chamado Sasou, este também é perto do Oceano uma vez que está perto do país do incenso, ele é rico em minas de ouro. A cada dois anos, o rei dos axumitas, pelo intermédio do governador de Agau, envia seus homens para comercializar o ouro.

O rei axumita possuía sob o seu comando uma rede de aliados e funcionários provenientes da população local, como podemos evidenciar pelo ex-certo. A autoridade e o governo axumitas incorporaram diplomaticamente a elite local tanto por meios políticos quanto religiosos. Não conhecemos, em detalhes, a vida e o governo dos reis axumitas, mas a numismática tem sido de grande valor no estudo dos monarcas, pois por meio dela foi possível, por exemplo, reconstruir os nomes dos reis e construir uma lista real, uma vez que Axum começa a cunhar moedas por volta do século III d.C. (KOBISCHANOV, 1979, p. 59; ANFRAY, 2011, p. 392-394; conferir Tabela 3). Ezana, rei axumita entre 333 e 356 d.C., é um dos que podemos estudar por diferentes documentos: inscrições, monumentos e textos. Ezana, inicialmente politeísta, foi o primeiro rei a adotar o cristianismo como religião e foi aquele que invadiu o território do Império de Kush em sua fase meroítica. Seu governo representou um período de prosperidade e de ampliação do império, que teve continuidade com seus sucessores.

Culturalmente, o Império de Axum “era conhecido pelo seu cosmopolitismo”, agregando e transformando várias influências provenientes das zonas limítrofes (KEITA, 2013, p. 155). Os monumentos e a arquitetura

palaciana confirmavam a busca pelo grandioso, seja em suas proporções métricas (por exemplo, o grande Obelisco/Estela de Axum), seja pela riqueza de seus estilos decorativos (KOBISCHANOV, 2011, p. 417). Em termos religiosos, a coexistência de várias religiões (cristianismo, judaísmo, islamismo, paganismo) é visível tanto material quanto simbolicamente, encontrando-se presente nas inscrições, nos templos e nos ritos funerários. Axum e seu império foram uma potência comercial, mas nos legaram, sobretudo, uma rica e vigorosa cultura, exercendo influência sobre as sociedades com as quais mantiveram contato.

Tabela 3. Os reis do Império Axumita

Data aproximada de governo	Os reis de Axum	Informações adicionais
c. 170-200 d.C.	(?)	
c. 200-230 d.C.	GDR(T)	
c. 250 d.C.	Sembrouthes?	Aparece em uma inscrição cuja historicidade é posta em dúvida. Conferir Phillipson (2014, p. 80)
c. 270-300 d.C.	Endubis	
	Aphilas	
	WZB (Wazeba)	
	Ousanas	
c. 330-360 d.C.	Ezana	Primeiro rei cristão
	Quazebas	
	Eon	
	MHDYS	
c. 450 d.C.	Ebana	
c. 420 d.C.	Nezana	
	Nezool	
c. 500 d.C.	Ousas	
c. 510-540 d.C.	Kaleb	
	[W'ZB]	
	Alla 'Amidas	
	Wazena	

	Ella Gabaz
	Ioel
	Hataz
	Israel
	Gersem
c. 630 d.C.	Armah

Fonte: Elaborada com base em Pierluigi Piovanelli (2014, p. 334 e 338) e David W. Phillipson (2014, p. 82).

Considerações finais

Retomando a citação de Ziggy Marley, mencionada na abertura do capítulo, “na escola, quando nos ensinam sobre o comércio de escravos, nós não aprendemos sobre a glória dos reis [...]”, como indicativo de que é preciso também conhecermos essa outra história da África, a história dos impérios e dos reis, para compreendermos o quanto ainda há que se desvendar da “África, este continente ainda desconhecido”, como sugere Gilvan Ventura da Silva (2007, p. 14). De fato, e inclusive no Brasil, como afirma José Rivair Macedo (2013, p. 23), ainda pensamos na África como se fosse um “espaço homogêneo e compacto, mas isso é um engano”. E as histórias dos impérios africanos de Kush e Axum são evidências disso. Como uma parte importante da história da África Antiga, estes foram impérios singulares que dominaram uma parcela estratégica do território africano e com isso marcaram e definiram uma história africana mais complexa e intrincada, composta por uma rica diversidade étnica, política e cultural. Nas palavras de George Hatke (2013, p. 11, tradução nossa):

O império etíope de Axum e o império núbio de Kush foram duas grandes civilizações da Antiguidade. Ambos tinham uma política expansionista que os aproximava do mundo exterior aos seus territórios de origem mediante comércio de longa distância e deixaram ricas evidências de suas respectivas histórias na forma de monumentos e inscrições. Axum dominou o norte das terras da Etiópia desde pelo menos os primeiros séculos de nossa era até o século VII, Kush dominou desde o Vale do Nilo médio até, aproximadamente, o sul do Baixo Nilo Azul do século IX a.C. até meados do século IV d.C.

Assim, a África, no Mundo Antigo, se mostrou muito mais rica política e culturalmente em suas imagens do que há algumas décadas. Não se restringindo mais a uma história acerca do comércio de escravos, mas incluindo também o do comércio de especiarias, artigos de luxo confeccionados em cerâmica, metal e marfim, presença de sofisticada produção artística local, de belas construções e monumentos arquitetônicos, de inscrições cuja língua variava entre o grego e o Ge'ez, no Império Axumita. Já no Império de Kush a existência de uma linguagem meroítica era derivada de hieróglifos (SILVA, 2007, p. 31). Todo esse cenário restitui à África uma parte ínfima de uma história e cultura fascinantes, que ainda precisam ser redescobertas e conhecidas.

REFERÊNCIAS

Documentação escrita

CASSON, L. **The Periplus Maris Erythraei**: text with introduction, translation and commentary. New Jersey: Princeton University Press, 2012.

COSMAE AEGYPTII MONACHI. Christiana Topographia. In: MIGNE, J. P. **Patrologia Graeca**. Paris: J. P. Migne, 1860. v. 88, p. 51-476.

COSMAS INDICOPLEUSTES. Topographie chrétienne. In: WOLSKA CONUS, W. **Cosmas Indicopleustès, Topographie chrétienne**. Tome I. Paris: Du Cerf, 1968.

COSMAS INDICOPLEUSTES. Topographie chrétienne. In: WOLSKA CONUS, W. **Cosmas Indicopleustès, Topographie chrétienne**. Tome II. Paris: Du Cerf, 1970.

COSMAS INDICOPLEUSTES. Topographie chrétienne. In: WOLSKA CONUS, W. **Cosmas Indicopleustès, Topographie chrétienne**. Tome III. Paris: Du Cerf, 1973.

HELIODORO. **Las Etiópicas o Teágenes y Caricleia**. Madrid: Editorial Gredos, 1979.

KOSMAS INDIKOPLEUSTES. Christliche Topografie. In: SCHNEIDER, H. **Kosmas Indikopleustes, Christliche Topographie**. Turnhout: Brepols, 2010.

WOODHEAD, A. G. SEG, 24, 1246. Meroe (nunc Khartoum in Museo Historico). Epistula regis Meroae, s. Vp(?). In: CHANIOTIS, A. et al. **Supplementum Epigraphicum Graecum**. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1163/1874-6772_seg_a24_1246>. Acesso em: 3 mar. 2018.

Obras de apoio

ADAM, S.; VERCOUTTER, J. A importância da Núbia: um elo entre a África Central e o Mediterrâneo. In: MOKHTAR, G. **História geral da África**. São Paulo: Cortez, 2011 . v. 2, p. 213-233.

ALCOCK, S. E. et al. **Empires: perspectives from Archaeology and History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

ANDERSON, J. C. **The Christian topography of Kosmas Indikopleustes**: Firenze, Biblioteca Medicea Laurenziana, plut. 9.28. The map of the universe redraw in the sixth century with a contribution on the slavic recensions. Rome: Edizioni di Storia e Letteratura, 2013.

ANFRAY, F. A civilização de Axum do século I ao século VII. In: MOKHTAR, G. **História geral da África**. São Paulo: Cortez, 2011. v. 2, p. 375-397.

BARD, K. A. **An introduction to the Archaeology of ancient Egypt**. Oxford: Wiley Blackwell, 2015.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

BRANDT, S. A.; FATTOVICH, R. Late quaternary archeological research in the Horn of Africa. In: ROBERTSHAW, P. **A history of African Archaeology**. Oxford: James Currey Publishers, 1990.

BOURRIAU, J. The Second Intermediate Period (c. 1650-1550 BC). In: SHAW, I. **The Oxford History of the Ancient Egypt**. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 172-206.

BUZON, M. R. Tombos during the Napatan period (~750-660 BC): exploring the consequences of sociopolitical transitions in ancient Nubia. **International Journal of Paleopathology**, v. 7, p. 1-7, 2014.

CAMPOS, A. P. A África e seus impérios medievais. In: CAMPOS, A. P.; SILVA, G. V. da. **Da África ao Brasil: itinerários históricos da cultura negra**. Vitória: Flor&Cultura, 2007. p. 43-65.

CLARK, G. Let every soul be subject: the Fathers and the empire. In: ALEXANDER, L. **Images of empire**. Sheffield: JSOT Press, 1991. p. 251-275.

CLINE, E. H.; GRAHAM, M. W. **Impérios antigos, da Mesopotâmia à origem do Islã**. São Paulo: Madras, 2012.

CONNAH, G. **African Civilization: an archaeological perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

D-MAPS.COM. **Map Nile**: hydrography, states, main cities, names. Disponível em: <https://d-maps.com/carte.php?num_car=27614&lang=em>. Acesso em: 22 dez. 2017.

DOMBROWSKI, F. A. **Ethiopia's access to the sea**. Leiden: Brill, 1985.

DUNHAM, D.; MACADAM, M. F. L. Names and relationships of the Royal Family of Napata. **The Journal of Egyptian Archaeology**, v. 35, p. 139-149, 1949.

ECO, U. **História das terras e lugares lendários**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

EDWARDS, D. N. **The Nubian Past: an archaeology of Sudan**. London: Routledge, 2004.

GOLDSTONE, J. A.; HALDON, J. F. Ancient States, empires, and exploitation: problems and perspectives. In: MORRIS, I; SCHEIDEL, W. **The dynamics of ancient empires: state power from Assyrian to Byzantium**. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 3-29.

GRAJETZKI, W. **Tomb treasures of Late Middle Kingdom: The Archaeology of emale burials**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2013.

GUARINELLO, N. L. Uma morfologia da história: as formas da história Antiga. **Politeia**, v. 3, n. 1, p. 41-61, 2003.

HARKLESS, N. D. **Nubian pharaohs and meroitic kings, the Kingdom of Kush**. Bloomington: AuthorHouse, 2010.

HATKE, G. **Aksum and Nubia: warfare, commerce, and political fictions in ancient northeast Africa**. New York: New York University Press, 2013.

HENZE, P. B. **Layers of time: a history of Ethiopia**. London: C. Hurst and Co. Publishers, 2000.

KEITA, B. N. **História da África negra**. Luanda: Texto, 2013.

KOBISCHANOV, Y. M. **Axum**. University Park: Pennsylvania State University Press, 1979.

KOBISCHANOV, Y. M. Axum do século I ao século IV: economia, sistema político e cultura. In: MOKHTAR, G. **História geral da África: África Antiga**. São Paulo: Cortez, 2011. v. 2, p. 399-423.

KOMINKO, M. **The world of Kosmas: Illustrated Byzantine Codices of the Christian Topography**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

LECLANT, J. O Império de Kush: Napata e Méroe. In: MOKHTAR, G. **História geral da África**. São Paulo: Cortez, 2011. v. 2, p. 273-295.

MACEDO, J. R. **História da África**. São Paulo: Contexto, 2013.

MANGO, M. M. Byzantine trade: local, regional, interregional and international. In: MANGO, M. M. **Byzantine trade, 4th-12th centuries: the archaeology of local, regional and international exchange.** Farnham: Ashgate Publishing, 2009. p. 3-14.

MANIMANIS, V. N.; THEODOSIOU, E.; DIMITRIJEVIC, M. S. The contribution of Byzantine men of the church in Science Cosmas Indicopleustes (6TH Century). **European Journal of Science and Theology**, v. 9, n. 2, p. 19-29, 2013.

MARLEY, Z. Introduction. In: HAUSMAN, G. **The Kebra Nagast: the lost Bible of Rastafarian wisdom and Faith from Ethiopia and Jamaica.** New York: Macmillan, 2011. p. 7-10.

MEKONNEN, Y. **Ethiopia: the land, its people, history and culture.** Pretoria: New Africa Press, 2013.

MORKOT, R. Egypt and Nubia. In: ALCOCK, S. E. et al. **Empires: perspectives from Archaeology and History.** Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 227-249.

MORRIS, I.; SCHEIDEL, W. **The dynamics of ancient empires.** Oxford: Oxford University Press, 2009.

OFCANSKY, T. P; SHINN, D. H. **Historical dictionary of Ethiopia.** Oxford: Scarecrow Press, 2004.

PHILLIPSON, D. W. **African Archaeology.** Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

PHILLIPSON, D. W. Aksum, the entrepot, and highland Ethiopia, 3rd – 12th centuries. In: MANGO, M. M. **Byzantine trade, 4th-12th centuries: the archaeology of local, regional and international Exchange.** Farnham: Ashgate Publishing, 2009. p. 353-368.

PHILLIPSON, D. W. **Foundations of an African Civilization: Aksum**

& The Northern Horn, 1000 BC – AD 1300. Addis Ababa: Addis Ababa University Press, 2014.

PIOVANELLI, P. Reconstructing the social and cultural history of the aksumite kingdom: some methodological reflections. In: DIJKSTRA, J. H. F.; FISCHER, G. **Inside and Out: interactions between Rome and the peoples on the Arabian and Egyptian frontiers in Late Antiquity**. Leuven: Peeters, 2014. p. 329-350.

POPE, J. W. **The double kingdom under Taharqo: studies in the history of Kush and Egypt, c. 690 664 BC**. Leiden: Brill, 2014.

SCHNEIDER, H. **Kosmas Indikopleustes**, Christliche Topographie. Turnhout: Brepols, 2010.

SHERIF, N. D. M. A Núbia antes de Napata (3100 a 750 antes da Era Cristã). In: MOKHTAR, G. **História geral da África**. São Paulo: Cortez, 2011. v. 2, p. 235-272.

SHINNIE, P. L. The Nilotic Sudan and Ethiopia, c. 660 BC – AD 600. In: FAGE, J. D.; OLIVER, R. **The Cambridge History of Africa**. c. 500 BC to AD 1050. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. v. 2, p. 210-271.

SILVA, A. da C. e. **A enxada e a lança: a África antes dos portugueses**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

SILVA, A. da C. e. **A enxada e a lança: a África antes dos portugueses**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SILVA, A. da C. e. **Imagens da África**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SILVA, G. V. da. A África na Antiguidade. In: CAMPOS, A. P.; SILVA, G. V. da. **Da África ao Brasil: itinerários históricos da cultura negra**. Vitória: Flor&Cultura, 2007. p. 14-41.

TIHON, A. Numeracy and Science. In: JEFFREYS, E; HALDON, J. F.; CORMACK, R. **The Oxford Handbook of Byzantine Studies**. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 803-819.

TÖRÖK, L. **Between two worlds**: the frontier region between ancient Nubia and Egypt, 3700 BC AD 500. Leiden: Brill, 2009.

TULARD, J. **Les empires occidentaux**: de Rome à Berlin. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

WOLSKA CONUS, W. **Cosmas Indicopleustès, Topographie chrétienne**. Tome I. Paris: Du Cerf, 1968.

DIVERSIDADE CULTURAL E ROMANIZAÇÃO NO NORTE DA ÁFRICA ROMANO

Belchior Monteiro Lima Neto

A África foi umas das mais importantes províncias romanas, correspondendo, na Antiguidade, aos territórios localizados ao norte do deserto do Saara e compreendidos entre os atuais Marrocos (a oeste) e Líbia (a leste). A *Provincia Africa* era uma região estratégica no império, abastecendo com grãos, vinho, azeite, ouro e escravos as demais províncias e, sobretudo, a própria cidade de Roma. As ruínas arqueológicas ainda hoje visíveis no norte da África – tais como os diversos fóruns, basílicas, teatros e anfiteatros – atestam-nos a prosperidade das diferentes cidades e elites locais, demonstrando-nos o grande desenvolvimento e a relevância da sociedade romana no território.¹⁶

Nossa intenção, neste capítulo, é compreender um pouco da história do norte da África romano. Nosso interesse, aqui, é oferecer um panorama geral da *Provincia Africa* no período conhecido como Principado, considerado como aquele em que ocorre a consolidação da conquista romana na região, uma época de grande enriquecimento e de aproximação das aristocracias locais aos valores preconizados por uma cultura imperial (RAVEN, 1993; MAHJOUBI, 1985; MATTINGLY, 1994).¹⁷ Os dois primeiros séculos de

16. Utilizamos o termo elite a partir de uma conceituação relacionada à chamada teoria das elites, segundo a qual em toda sociedade há sempre um grupo minoritário, melhor organizado e em condições privilegiadas em termos de poder político, econômico e social, que podemos designar como elite (BOBBIO, 1991, p. 385).

17. Paul Petit (1989) entende o período do Principado como o da *Pax Romana*, iniciado com Augusto e se estendendo até fins do século II. Foi uma época de estabilidade em decorrência da instituição do poder pessoal e da centralização política empreendida pelo *princeps*, com a implantação de uma máquina político-administrativa para gerenciar o império e consolidar suas fronteiras. Essa época também se caracteriza por um substancial desenvolvimento do comércio

nossa era, ademais, são vistos como os do apogeu do próprio império, sendo, portanto, um período propício para a elaboração de nossas análises acerca da sociedade norte-africana romana (PETIT, 1989; GRIMAL, 1993).

O início da dominação romana no norte da África remonta ao século II a.C., mais precisamente ao ano de 146 a.C., data reconhecida como do término da Terceira Guerra Púnica.¹⁸ Como resultado, é organizada por Roma a chamada *Provincia Africa*, que também fora designada pelo epíteto de *Proconsularis*, já que sua administração ficava a cargo de um procônsul diretamente subordinado ao Senado romano.¹⁹ Posteriormente, no século I a.C., Júlio César criaria a *Africa Nova*, como consequência direta do término da guerra civil (49-46 a.C.) que pôs em lados contrários os partidários de César e os de Pompeu.²⁰ Nesse conflito, o rei Juba I, soberano do reino da Numídia, apoiou militarmente a facção liderada por Pompeu, o que proporcionou, após a vitória de César, a dissolução e a agregação do reino númida e de suas possessões – entre elas a região a leste de Cartago conhecida como Tripolitânia – ao território diretamente administrado por Roma.²¹ A partir daí, a *Africa Proconsularis* ficaria dividida em *Africa Vetus* – formada pelo antigo território conquistado aos

e da produção agrícola, beneficiando Roma e as províncias, principalmente as suas elites.

18. As Guerras Púnicas consistiram numa série de três guerras que colocaram Roma em conflito direto com Cartago, cidade-Estado fenícia que dominava territórios no norte da África, Espanha e Sicília. Entre os anos de 264 a.C. e 146 a.C., as duas potências se enfrentaram no intuito de conseguirem para si uma hegemonia duradoura no Mediterrâneo ocidental. Ao fim das Guerras Púnicas, Cartago capitulou frente às forças romanas e foi totalmente destruída. Como resultado do conflito, Roma pôde se apoderar das regiões antes subjugadas pelo poderio cartaginês, o que incluía o norte da África (RAVEN, 1993, p. 33-48).

19. “Tratava-se de um funcionário de posição muito elevada, pois era escolhido entre os dois mais antigos ex-cônsules [...]. Além de suas prerrogativas judiciárias, que faziam do procônsul o juiz supremo da província, tanto nas ações criminais quanto nas de natureza civil, ele era investido de poderes administrativos e financeiros: supervisionava a administração e as autoridades municipais, em princípio autônomas, e comunicava-lhes as leis e os regulamentos imperiais [...]; exercia o controle [...] sobre o sistema fiscal, cujos lucros eram destinados ao *aerarium saturni*” (MAHJOUBI, 1985, p. 475).

20. A segunda Guerra Civil foi um conflito militar ocorrido entre 49 e 46 a.C. Foi o confronto de Júlio César contra a facção conservadora do Senado, liderada militarmente por Pompeu. A guerra terminou com a ascensão definitiva de César como ditador romano (GRIMAL, 1993, p. 27-32).

21. O antigo reino da Numídia correspondia à atual Argélia e à parte oriental da moderna Tunísia. Antes da anexação ao domínio romano, a Numídia fora um Estado satélite de Roma no norte da África, apoiando militarmente os romanos durante o episódio das Guerras Púnicas (MAHJOUBI, 1985, p. 497-498).

cartagineses – e *Africa Nova* – cujas terras incluíam o antigo reino da Númídia e a Tripolitânia (RAVEN, 1993, p. 51-52; BIRLEY, 2002, p. 8).²²

Para melhor administrar e controlar as terras conquistadas aos númidas, o imperador Calígula (37-41), por volta do ano 39, efetuou uma importante reorganização político-militar na *Africa Proconsularis*. Criou-se, desta forma, o território militar da Númídia – posteriormente elevado à condição de província entre os anos de 198 e 199 –, que ficaria sob a autoridade do legado encarregado pelo comando da III Legião Augusta.²³ Pode-se, tomando como base autores como Raven (1993), Mahjoubi (1985) e Chausa (1994), interpretar tais medidas como uma consequência das dificuldades de se assegurar a paz e a ordem pública na região, o que a revolta de Tacfarinas, ocorrida durante os anos de 17 a 25, demonstra claramente.²⁴

Dando continuidade à sua expansão em terras norte-africanas, os romanos iniciam uma escalada sobre os territórios a oeste da *Africa Proconsularis*, sobre a região conhecida como Mauritânia. Até por volta do ano de 40, o reino da Mauritânia existia como uma espécie de protetorado, no qual seus reis eram elevados ao poder mediante a concordância e a anuência dos imperadores romanos.²⁵ As razões para a ocorrência desse fato são desconhecidas, mas pode-se aventurar, em consonância com Mahjoubi (1985, p. 508), que a administração direta das terras mauritanas fosse ainda prematura devido ao seu nível insignificante de urbanização e de romanização, tornando-se ainda

22. Tem-se que somar a este território as quatro colônias de Cirta, a oeste da *Africa Vetus*, que César havia cedido a *P. Sittius*. Após a morte deste último, as colônias foram prontamente integradas às terras provinciais (MAHJOUBI, 1985, p. 506).

23. A III Legião Augusta foi o destacamento do exército romano responsável pela segurança do norte da África. Era uma legião formada por um corpo de aproximadamente 20 a 25 mil soldados e assistida por auxiliares recrutados entre a população local (RAVEN, 1993, p. 56-58).

24. A revolta do númida Tacfarinas se prolongou por cerca de oito anos durante o reinado do imperador Tibério (14-37) e se estendeu por toda a fronteira meridional das possessões norte-africanas romanas. Segundo Mahjoubi (1985, p. 502) e Raven (1993, p. 59-61), o conflito foi o resultado da expansão da conquista romana em direção ao sul da *Africa Proconsularis*, fato que notadamente gerou a expulsão das tribos autóctones de suas terras e uma instabilidade na região.

25. Em 33 a.C., o rei Boco, o Jovem, subiu ao trono do reino da Mauritânia, selando uma submissão direta frente aos romanos, que, pela mesma época, instalaram na região onze colônias de veteranos. Em 25 a.C., Otávio Augusto oferece a Juba II o reino, e em 23 d.C. seu filho Ptolomeu o sucede no trono, sendo posteriormente assassinado a mando de Calígula. A partir desse momento, que remonta ao ano de 40, o reino da Mauritânia é anexado definitivamente aos domínios imperiais (MAHJOUBI, 1985, p. 498-499).

necessária a intervenção de chefes locais.²⁶ Em 42, o imperador Cláudio (41-54) decidiu criar as duas províncias da Mauritânia, a Cesariana, a leste, e a Tingitana, a oeste. Como a Numídia, as duas novas províncias ficariam sob a autoridade direta de legados imperiais, na maioria das vezes procuradores equestres, um residindo em Iol-Cesareia e o outro em Volubilis, de onde comandavam as tropas auxiliares e exerciam poderes civis e militares.

Pode-se conjecturar, como feito anteriormente em relação à Numídia, que o fato de as duas províncias mauritanas serem governadas por legados imperiais no comando de tropas auxiliares indica que esta região era acossada por constante instabilidade, estando a ordem pública romana em ininterrupta ameaça. Tomando como referência o artigo de Enrique Gozalbes Cravioto (2002), “Tumultos y resistencia indígena en Mauretania Tingitana”, pode-se observar uma realidade de distúrbios entre uma população romana e/ou romanizada e as diversas tribos seminômades que habitavam o interior da província.²⁷

Com a anexação das duas Mauritânias sob a administração direta de Roma, o domínio imperial no norte da África se estabelecerá de forma definitiva, e as fronteiras a oeste, a leste e ao sul da *Africa Proconsularis* não mais sofreriam mudanças radicais. A região, desta forma, fora dividida no período do Principado em quatro províncias: a África Proconsular – subdividida em *Africa Vetus* e *Nova* –, a Numídia, a Mauritânia Cesariana e a Mauritânia Tingitana.

Os domínios romanos no continente africano – fora o Egito, que constituía um caso à parte²⁸ – limitavam-se a uma estreita faixa ao norte, entre o litoral do Mar Mediterrâneo e o deserto do Saara.²⁹ Próximo às franjas do deserto, onde a agricultura era quase impraticável, localizava-se o *limes* norte-africano, designado de *fossatum africae*. Tal fronteira, na realidade,

26. Compreendemos romanização como um processo multifacetado de mudança sociocultural, iniciada a partir das relações entre romanos e provinciais (BUSTAMANTE; DAVIDSON; MENDES, 2005, p. 25).

27. Para uma relação completa das diferentes tribos seminômades que habitavam as terras da Província da Mauritânia Tingitana, ver Gozalbes Cravioto (2002).

28. O território do Egito era considerado como propriedade pessoal do imperador e não fazia parte da *Provincia Africa* (VASQUES, 2005, p. 12-14).

29. A Cirenaica, mesmo situando-se na costa norte da África, entre o Egito e a *Africa Proconsularis*, correspondendo à parte oriental da atual Líbia, não fazia parte da chamada *Provincia Africa*. Conquistada inicialmente por Alexandre, passaria depois para o domínio dos Ptolomeus e mais tarde para Roma, que a herdou de Ptolomeu Apion no ano de 96 a.C. Em 67 a.C., a Cirenaica e a ilha de Creta foram unidas para constituir uma única província, fato que permaneceria até a reforma administrativa de Diocleciano, no ano de 300 (REYNOLDS, 2000, p. 547-558).

não constituía uma linha ininterrupta de separação e defesa entre o mundo romano e o “bárbaro” exterior, mas, em vez disso, caracterizava-se como uma região de contato entre diferentes culturas.³⁰

O *fossatum africae* era formado por uma linha descontínua de fortes, estradas, valas, trincheiras e muros que dificilmente se poderia interpretar como um *limes* de separação e defesa contra as ameaças externas.³¹ Pode-se concebê-lo, de acordo com David Cherry (2005, p. 28), como uma rede complexa de controle, administração e taxaço dos movimentos das tribos seminômades que habitavam a região meridional das províncias romanas no norte da África e que sazonalmente atravessavam a fronteira à procura de pastos que fossem suficientemente abundantes para seus rebanhos.

A população de tais tribos, espalhada pelo interior, é designada comumente nas inscrições e pela historiografia como *mauri*, *getuli*, *afri*, ou simplesmente *barbari*, falantes de dialetos líbicos ou do púnico, ou de uma mistura destas línguas com o latim. Eram genericamente denominados de *deditici*, ou seja, “todos aqueles que não vivessem num centro de tipo municipal” (MAHJOUBI, 1985, p. 500-501). Estes habitantes da *hinterland* norte-africana constantemente entravam em atrito com o mundo romano, representado pelas inúmeras *civitates* fundadas ou tornadas colônias honorárias pelo poder central. Formavam “uma África marginal que periodicamente vinha perturbar a ordem da África romana” (CORASSIN, 1985, p. 157-158).

Observa-se, na África romana, a existência de uma vasta região interior habitada por diversas tribos seminômades. Na realidade, à parte o mundo das cidades, que compreendia o território diretamente controlado pelas elites citadinas norte-africanas, havia localidades que estavam quase que completamente fora do alcance do poderio romano. Todo esse território extracitadino formava o que se pode designar como *hinterland* norte-africana, sendo uma região, em muitos casos, avessa à romanização e propícia ao banditismo.³²

30. Para os romanos, a ideia de linha de fronteira como uma separação, uma marca que estabelecia o fim dos domínios do *imperium*, era totalmente desconhecida. Para eles, o Império Romano era senhor de toda a *oikoumène*, da totalidade do mundo conhecido, mas somente a melhor parte dele era interessante de ser controlado diretamente (HIDALGO DE LA VEGA, 2005).

31. O *fossatum africae* atravessava os pontos de entrada a sudoeste dos montes Aurès, circundando-os até o extremo leste do monte Hodna e ao longo dos postos avançados de defesa construídos por Adriano em *Gemellae* (RAVEN, 1993, p. 76).

32. Por meio da análise das fontes antigas, principalmente das *Metamorphoses* de Apuleio de Madaura, verifica-se um banditismo crônico no interior norte-africano, fenômeno que, em

Para além desta região habitada por tribos seminômades, o domínio romano sobre o norte da África, como regra geral para a maioria das regiões do império, se estabelecia num bem consolidado relacionamento entre o governo central, com sede em Roma, e as diversas elites cidadinas locais. O grande pilar de sustentação do Império Romano se constituía a partir de uma intrincada rede de alianças entre um centro acumulador de riquezas e de poder e uma aristocracia municipal periférica enriquecida e que se perpetuava em seus privilégios e *status* por meio das benesses imperiais. Tal característica é a que explica a importância das *civitates* no interior do império e demonstra a relevância de se analisar as diversas cidades norte-africanas no período alto-imperial.³³

As *civitates* do norte da África compunham um emaranhado de cidades de origens diversas. Algumas delas reportavam a sua fundação ao passado púnico, principalmente aquelas localizadas na costa mediterrânica, tais como Cartago e Lepcis Magna, que se constituíam nas duas maiores cidades regionais. Outras, como Volubilis, Siga, Iol Caesarea, Cirta, Dougga e Zama, eram antigas capitais tribais, posteriormente romanizadas e incorporadas ao império. Havia ainda as diversas colônias romanas, a maioria delas contando com veteranos dos exércitos e imigrantes italianos, como foi o caso de Diana Veteranorum e Timgad. Por fim, tem-se que ressaltar também as numerosas pequenas cidades que se disseminavam pelo interior norte-africano, muitas delas constituídas a partir de vilas e aldeias cujos mercados locais prósperos permitiram a sua elevação ao *status* de *civitas*.

A maioria das cidades norte-africanas era de porte médio ou pequeno e possuía uma população bastante reduzida e escassa, que, em sua grande parte, não ultrapassava a casa das vinte mil pessoas. Provavelmente, somente Cartago possuísse mais do que cem mil habitantes, e Lepcis Magna, a segunda maior aglomeração urbana provincial, chegara, no máximo, a oitenta mil pessoas. Em Iol Caesarea, na Mauritânia Cesariana, pode-se estipular, com dados referentes à capacidade de seu aqueduto principal, um número próximo a quarenta mil residentes. Calcula-se, a partir do tamanho da área

grande medida, estava diretamente associado ao processo de exclusão das tribos seminômades locais de seus territórios ancestrais. Sobre o banditismo no norte da África romano, ver Lima Neto (2011) e Hidalgo de la Vega (1986, p. 59-67).

33. O termo *civitas*, substantivo comumente traduzido por cidade, relacionava-se ao estatuto sociojurídico de uma comunidade assentada num espaço urbano (*urbs*) e alargada sobre uma área rural (*ager*), independente e cimentada nas leis (MENDES, 2001, p. 26).

ocupada pelas *civitates*, que pelo menos mais uma dúzia de cidades teria entre trinta e quarenta mil habitantes, sendo incluídas nesta lista Hadrumentum, Útica e Hippo Regius, na *Africa Proconsularis*; Volubilis, na Mauritânia Tingitana; e Cirta, na Numídia (MAHJOUBI, 1985, p. 514-519).

Segundo dados retirados de duas fontes valiosas para o conhecimento das regiões provinciais do império, o *Itinerarium Antonini* e a *Tabula Peutingeriana*, sugere-se um número de aproximadamente seiscentas *civitates* existentes no norte da África romano, quantidade significativa, mesmo se levarmos em conta que a grande maioria delas era de pequeno porte.³⁴ Das províncias norte-africanas romanas, a mais fortemente urbanizada era, sem dúvida, a *Africa Proconsularis*, que, provavelmente, teria chegado a uma densidade populacional de cerca de cem habitantes por quilômetro quadrado, fato que contrastava com a ocorrência de regiões ainda muito pouco urbanizadas, como as províncias da Mauritânia Cesariana e Tingitana (MAHJOUBI, 1985, p. 514-519).

Nas diversas *civitates* norte-africanas, os decuriões eram os detentores do poder político, econômico e social.³⁵ No norte da África, esta ordem foi bastante próspera, constituindo o que comumente se denomina como elite cidadina provincial. Compunham o *ordo decurionum* os cidadãos acima dos 25 anos que possuíssem cadeira cativa no conselho de suas cidades (*decurionatus*) por já terem exercido alguma magistratura municipal e os magistrados eleitos anualmente, posição que lhes conferia, nas inúmeras *civitates* disseminadas pelo império, a cidadania romana. Em princípio, a condição de membro dessas elites cidadinas não era hereditária, mas, mediante o fato de os filhos dos decuriões herdarem a riqueza e o prestígio dos pais, na prática, a entrada na ordem superior destas *civitates* se limitava às poucas e privilegiadas famílias aristocráticas, aquelas que poderiam arcar com os custos de formarem o grupo dirigente das cidades (ALFÖLDY, 1996, p. 174-175).

34. O *Itinerarium Antonini* é um registro das estações e distâncias ao longo de várias estradas do Império Romano. A sua autoria é desconhecida, bem como a data de sua publicação, mas presume-se que seja de início do século III. A *Tabula Peutingeriana* é um mapa que descreve as distâncias, as cidades e as vias romanas, sendo uma fonte provavelmente datada do final do século IV (MATTINGLY, 1994, p. 61-66).

35. Havia certa hierarquia entre os três escalões superiores da sociedade imperial romana, que pode ser medida pela riqueza mínima exigida aos indivíduos que se candidatavam a tais ordens. Para o *ordo senatorius* o censo era de um milhão de sestércios, para o *equester* de quatrocentos mil e, por fim, para o *decurionum* variava entre cem e vinte mil, de acordo com o tamanho da cidade à qual pertenciam (ALFÖLDY, 1996, p. 159, 169, 175).

A quantidade de decuriões de cada *civitas* não ultrapassava geralmente o número de cem elementos, sendo raras as exceções a esta regra.³⁶ Nas inúmeras *civitates* do império, estima-se que deveriam existir entre cem e cento e cinquenta mil indivíduos pertencentes ao *ordo decurionum* (ALFÖLDY, 1996, p. 174-175). Para o norte da África, seguindo as estatísticas de Duncan-Jones (1963, p. 84), pode-se conceber que o número de membros dessas elites cidadinas girasse em torno de 25 mil, o que corresponderia a aproximadamente 2 % de todos os homens adultos das cidades, fato que demonstra o quão restrito era o acesso a essa ordem social.³⁷

A principal fonte de riqueza dos decuriões norte-africanos provinha da exploração agrícola do amplo território rural adjacente às suas *civitates*, cujas terras mais férteis e as maiores propriedades a eles pertenciam.³⁸ Pode-se medir o grau de enriquecimento destas aristocracias municipais por meio do exemplo da cidade de Oea, na Tripolitânia. Apuleio de Madaura³⁹, autor norte-africano que viveu em Oea entre os anos de 157 e 159, descreveu, em sua *Apologia*, a fortuna de algumas das mais importantes famílias da cidade.⁴⁰ Para sua esposa, Emília Pudentila, o autor madaurense estabeleceu

36. Exceções a esta regra poderiam ser vistas nas grandes cidades da parte oriental do império, cujo conselho de anciãos (*gerusia*) ultrapassava facilmente o número de cem componentes, e também nas pequenas cidades espalhadas pelas várias regiões do *orbis Romanorum*, nas quais a riqueza da população local não permitia que se projetasse o número de cem indivíduos ricos o suficiente para alcançar o censo mínimo exigido pela *civitas* (ALFÖLDY, 1996, p. 174).

37. Acrescentando a esses aproximadamente 25 mil decuriões norte-africanos os seus familiares mais próximos, como esposas, filhos e parentes os mais variados possíveis, pode-se ter um número estimado entre cem e duzentos mil indivíduos pertencentes à elite cidadina no norte da África em meados do século II (DUNCAN-JONES, 1963, p. 83).

38. A cidade antiga não era, como as suas homônimas modernas, apenas aglomerações de casas num perímetro urbano, mas constituía-se também de uma área rural (*ager*) que lhe completava. O núcleo urbano propriamente dito era habitado, em sua grande parte, por aqueles que podiam dar-se ao luxo de viver longe de um solo cultivável, isto é, por uma elite que, por intermédio de sua riqueza, poderia usufruir de todas as comodidades cidadinas, tais como teatros, anfiteatros, bibliotecas e termas (DUNCAN-JONES, 1963, p. 83).

39. Apuleio foi um autor norte-africano que viveu entre os anos de 120 e 170, tendo conseguido grande notoriedade como filósofo platônico, orador e escritor. O catálogo de obras de autoria de Apuleio é extenso e se relaciona a vários gêneros e estilos, tais como novelas, discursos, tratados científicos e filosóficos. Dos inúmeros livros escritos pelo autor, a maioria se perdeu, chegando aos dias atuais apenas cinco obras: *Apologia*, *Florida*, *Metamorphoses*, *De Deo Socratis*, *De mundo* e *De Platone*. Para uma análise pormenorizada da biografia e da bibliografia de Apuleio, ver Harrison (2000), Vallette (2002) e Sandy (1997).

40. *Apologia* pode ser conceituada como um discurso jurídico de autodefesa proferido por Apuleio,

um patrimônio estipulado em quatro milhões de sestércios (Apuleio, *Apologia*, 71, 6). Esta era uma fortuna vultosa, haja vista o alto valor do seu dote, trezentos mil sestércios, e a generosa soma de dinheiro doada à população de Oea, cinquenta mil sestércios, em virtude do casamento de seu filho mais velho, Sicínio Ponciano, e da posse da toga viril de seu caçula, Sicínio Pudente (Apul., *Apol.*, 73, 9; 87, 10-11; 98, 5).⁴¹ Outra personagem da qual Apuleio descreve a riqueza pessoal é Herênio Rufino, cuja herança paterna havia lhe rendido cerca de três milhões de sestércios, e como dote de sua filha pagara o montante de quatrocentos mil (Apul., *Apol.*, 75, 8; 76, 6). Estes valores são bastante representativos se pensarmos que a fortuna mínima exigida pelos indivíduos que se candidatavam às ordens superiores do império era de um milhão de sestércios para o *ordo senatorius* e de quatrocentos mil para o *ordo equester* (ALFÖLDY, 1996, p. 159; 169).

O domínio romano no norte da África proporcionou grande enriquecimento das aristocracias cidadinas locais, fenômeno que é explicado, em parte, pela própria abertura de novos e mais ricos mercados consumidores aos produtos agrícolas regionais – sobretudo cereais, vinho e azeite. A riqueza advinda da associação das elites norte-africanas à economia imperial estimulou, além disso, a construção de novas edificações, essenciais às *civitates*, tais como fóruns, monumentos, termas, teatros, basílicas e anfiteatros, dando às principais cidades norte-africanas uma aparência “romana”. Em grande medida, a partir do século I d.C., intensificou-se um processo de romanização nas províncias africanas, aproximando as elites locais aos valores e hábitos comungados por uma cultura imperial romana.

Entre o início do primeiro e meados do terceiro século houve uma autêntica cultura imperial romana, comungada, principalmente, pelas diferentes elites que compunham o império.⁴² Tal proposição foi elaborada por

no ano de 159, diante do tribunal do procônsul da África. Nesta obra, Apuleio se defende de várias acusações – a principal delas, a de magia amorosa – impetradas contra ele por Sicínio Pudente e Sicínio Emiliano, respectivamente filho e ex-cunhado da rica viúva Emília Pudentila, mulher com a qual Apuleio se casou e que, supostamente, enfeitiçou (HARRISON, 2000, p. 39-41).

41. A tomada da toga viril era uma cerimônia religiosa que consagrava a passagem do adolescente à condição de homem. Ao completar 15 anos, o jovem depositava as *insigniae pueritiae* no altar dos deuses lares da cidade e vestia a toga, símbolo que representava a posse da cidadania da cidade (MUNGUÍA, 1980, p. 173).

42. A cultura imperial, em certa medida, era patrimônio dos membros das ordens superiores da sociedade romana. Esta afirmação, contudo, tem que ser relativizada e não invalida a possi-

Janet Huskinson (2000b, p. 5-6) a partir de sua conceituação de cultura como um conjunto de significados partilhados pelos indivíduos que integram um mesmo sistema cultural, expressa em práticas compartilhadas e no emprego de representações de uma identidade comum. Para Huskinson (2000b, p. 5-6), o domínio do latim e do grego, a posse da cidadania romana e a participação nos cargos públicos, nos cultos e nas festividades cívicas, o gozo das benesses urbanas nos teatros, anfiteatros e termas e a difusão de uma educação baseada na *paideia* greco-romana foram elementos compartilhados que davam significado àquilo que poderíamos denominar como “romano”.⁴³

Tal concepção, ademais, não invalidaria a dinâmica de mestiçagem e hibridismo que deve ser levada em conta quando estudamos as sociedades provinciais. O conceito de cultura imperial, nas palavras de Huskinson (2000a, p. 121), “é plástica o suficiente para agregar a diversidade”, posto que a existência de elementos compartilhados não inibiria a ocorrência de influências mútuas entre romanos e não romanos.

Tome-se, como exemplo, um mosaico de meados do século II encontrado em Thysdrus⁴⁴, na África Proconsular, num local denominado de “Casa de África”.⁴⁵ Nele, observa-se a representação do Império Romano

bilidade de os escalões mais baixos da sociedade imperial compartilharem, mesmo que apenas tangencialmente, os valores de uma cultura imperial. Não se deve, *a priori*, considerá-la um bem exclusivo das elites cidadinas, pois, pensando-se, como Carlo Ginzburg (2006), no conceito de circularidade cultural enquanto formas de inter-relações culturais entre diferentes estratos sociais, conclui-se a existência de diversas situações cotidianas em que essa “cultura de elite” poderia ser disseminada e assimilada pelos *humiliores*, como no caso dos festivais de teatro, das exibições oratórias nos anfiteatros, das celebrações em honra do imperador, entre outras festividades cívicas.

43. O termo *paideia* pode ser entendido como o conjunto de aprendizados literários, retóricos, oratórios, políticos, filosóficos e mitológicos que instruíam os indivíduos pertencentes às elites cidadinas. Constituiu a formação educacional das ordens superiores romanas, sendo fundada nos princípios da cultura clássica greco-romana e um componente indispensável para a obtenção de uma posição de destaque na sociedade imperial (SILVA, 2010, p. 8).

44. Os mosaicos eram um dos elementos decorativos mais admirados nas residências das elites provinciais, adornando com cores vivas o chão, as paredes e os tetos das *domus* romanas. Sua função não era meramente decorativa, enfeitando os aposentos da casa como se fossem simples afrescos, mas também demonstravam as práticas, os valores e as crenças do ambiente social do qual faziam parte (BUSTAMANTE, 1999, p. 210).

45. “Thysdrus localizava-se a meio caminho da estrada que ligava as cidades portuárias de Hadrumetum (atual Sousse) e Taparura (atual Sfax), pela qual se escoava a produção de azeite da região. Graças a esta riqueza, a elite de Thysdrus pôde realizar atividade edilícia pública, tais como anfiteatros, trabalhos hidráulicos e restauração das termas. [...] Além de obras públicas, edificaram ricas residências ornadas com belos mosaicos” (BUSTAMANTE, 1999, p. 206).

por meio de um mosaico circular, no qual são apresentados sete medalhões hexagonais emoldurados com motivos florais e figuras humanas. Ao centro, observa-se uma mulher sentada e vestida com uma túnica branca, um manto púrpura e segurando o globo terrestre nas mãos, uma alegoria provável de Roma como centro do poder imperial. Os seis outros medalhões, que circundam o anterior, são representações das diversas províncias, todas com figuras femininas vestidas com a túnica romana e apresentadas a partir dos padrões clássicos greco-romanos, mas ornadas com símbolos e paramentos que as remetem à particularidade de suas regiões de origem.

O mosaico de “Casa de África” demonstra bem o relacionamento que existia entre o *modus vivendi* romano e a diversidade regional, num processo de negociação em que o provincial se tornava “romano” sem perder a sua originalidade. O “romano”, dessa forma, constituía-se a partir do compartilhamento de determinadas práticas comuns, elementos que não invalidavam a existência de identidades regionais concomitantes à romana, como a expressa pela lealdade à *civitas* natal ou pela valorização de sua região de origem (BUSTAMANTE; DAVIDSON; MENDES, 2005, p. 25).

Reportando-nos ao norte da África romano, percebe-se a existência de uma sociedade multicultural, na qual influências púnicas, líbicas e romanas se faziam presentes e atuantes. O romano norte-africano era partícipe de uma realidade híbrida, já que, ao mesmo tempo que comungava de um modo de vida “romano” – participando da cúria de sua cidade, sendo educado nos moldes de uma instrução greco-romana e gozando as benesses urbanas nos teatros, termas e anfiteatros –, era abarcado por um passado e por uma herança cultural púnico-líbica. Um excerto da *Apologia*, de Apuleio, pode nos ser bastante esclarecedor no intuito de entendermos o sentido do multiculturalismo e da romanização verificados na África romana em meados do século II. A esse respeito, o autor madaurense afirma:

Em relação à minha pátria [Madaura], tens dito, baseando-te em meus próprios escritos, que está situada na fronteira entre a Numídia e a Getúlia.⁴⁶ Em efeito, eu mesmo declarei, em uma con-

46. A cidade natal de Apuleio, ao que tudo indica, era Madaura, colônia romana fundada na Numídia por veteranos dos exércitos no período Flaviano (69-96), o que se deduz de uma inscrição epigráfica local que a designa como *Colonia Flavia Augusta veteranorum Madaurensium* (*Inscriptions Latines de l'Algérie*, 2152). À época de Apuleio, Madaura era uma cidade de pequenas proporções, situada a 230 quilômetros oeste de Cartago e a 900 metros acima do nível

ferência pública, [...] que eu era seminúmida e semigétulo. Não vejo por que razão hei de me envergonhar mais disso que Ciro, o Antigo⁴⁷, por haver nascido de raça mestiça [...], posto que não há de se ter em conta onde uma pessoa nasceu, mas sim que formação moral tem; não há de se considerar em que país, mas sim sobre que princípios tem cimentado sua vida. [...] Não digo isto porque me envergonho de minha pátria, coisa que jamais faria, mesmo que ainda fôssemos a cidadela do Rei Sifax.⁴⁸ Uma vez vencido este, passamos a ser súditos do Rei Massinisa⁴⁹, por concessão graciosa do povo romano, e depois, após nova fundação, fomos convertidos em uma colônia muito próspera. Nesta colônia, meu pai ocupou o elevado cargo de *duunvir* [...] e eu ocupo seu mesmo posto nesta querida cidade desde que comecei a formar parte de sua cúria, mantendo-me à altura de tal cargo (Apuleio, *Apologia*, 24, 1-10).

O que se pode concluir da passagem citada é que Apuleio se percebia como um indivíduo híbrido, meio romano, meio gétulo/númida. Este multiculturalismo inerente à sua identidade em nada atrapalhava ou contradizia a sua posição como cidadão romano, haja vista a sua participação na política imperial por meio de seu pertencimento à cúria de sua cidade natal. De acordo com Apuleio, mesmo possuindo uma constituição étnica mestiça, ele se fazia digno de ser romano em virtude de sua formação educacional, ou seja, por intermédio de sua *paideia*, um dos elementos fundamentais na constituição da cultura imperial romana.

Tal multiculturalismo norte-africano também pode ser constatado por meio das fontes numismáticas das principais cidades locais.⁵⁰ Tomando uma moe-

do mar, no declive sul da cadeia do Atlas, sendo um importante centro de integração e de fronteira com algumas das tribos seminômades que habitavam o sul da Númídia, principalmente os Gétulos e os Musulanes (HARRISON, 2000, p. 4).

47. Ciro foi o maior dos reis persas da Antiguidade, sendo semimedo, por sua mãe Mandane, e semipersa, por seu pai Cambisés (MUNGUÍÁ, 1980, p. 95).

48. Sifax foi um rei númida que teve importante papel na Segunda Guerra Púnica, sendo derrotado pelas tropas romanas e transportado a Roma para o desfile triunfal de Cipião Africano (MAHJOUBI, 1985, p. 497-498).

49. Massinisa, rival de Sifax, colaborou com Cipião Africano na luta contra os cartagineses. Depois da vitória romana em Zama, recebeu a soberania sobre as terras da Númídia (MUNGUÍÁ, 1980, p. 96).

50. Utilizamos, em nosso trabalho, um *corpus* de fontes numismático denominado de *Numismatique de l'Ancienne Afrique*.

da de bronze cunhada em Oea, em meados do século I, como exemplo, vê-se claramente a justaposição de símbolos romanos àqueles que denotavam uma valoração púnica local (*Numismatique de l'Ancienne Afrique*, 1861, p. 36). Na moeda, nota-se a exaltação do poder imperial, em seu verso, por intermédio da representação da efígie do imperador Tibério (14-37) – com a inscrição latina *TICAESAR AVGUSTUS*. No anverso, tem-se a figura de Apolo laureado, vestido com a toga romana e à sua frente uma cítara. O anverso da moeda, ademais, possui a inscrição – localizada à esquerda da efígie de Apolo – da cidade responsável por sua emissão, contudo escrita em alfabeto púnico (*Wyʾt*), fato que nos remete a uma tentativa de valorização da identidade cidadina local.

A latinização dos nomes próprios foi outra importante marca de hibridismo cultural verificada no norte da África. Em muitos casos, os nomes e sobrenomes locais ganharam, a partir do século I, equivalentes latinos que se aproximavam etimologicamente ou foneticamente de seus antecedentes púnicos.⁵¹ Isso pode ser verificado no caso de nomes como *Muttunbal* – filho de *Baal* – e *Muttun* – dádiva –, que foram traduzidos para o latim mantendo-se os seus significados originais: *Saturninus* – associado a Saturno, paralelo romano do deus *Baal* – e *Donatus* ou *Datus* – o que se relaciona à doação (MATTINGLY, 1994, p. 58).

No tocante aos nomes traduzidos a partir das semelhanças fonéticas, pode-se citar o exemplo do sobrenome *Aemilii*. Observa-se que a designação *Aemilii* fora uma adaptação para o latim de um antigo sobrenome púnico, *Himilis*, fato que pode ser constatado na epigrafia do século I da cidade de Lepcis Magna, quando certo *Caphada Aemilius* se diz filho de *Iddibal Himilis* (*Inscriptions of Roman Tripolitania*, 1952, p. 324).⁵² Nota-se como, em apenas uma geração, o nome púnico se adaptou às novas exigências da onomástica romana, formando um híbrido em que a denominação do indivíduo possuía um prenome púnico misturado com sua nova *gens* latinizada. Provavelmente, *Caphada Aemilius* se tornara um cidadão romano e teve que latinizar o seu sobrenome em função disso.⁵³

51. Para Mattingly (1994, p. 58), havia dois principais modos de latinização dos nomes de origem púnica: um ao acaso, adotando nomes relacionados aos imperadores reinantes ou de importantes patronos da cidade (como senadores ou procônsules); o outro a partir de uma tentativa de tradução dos nomes antigos para similares latinos, usando associações etimológicas ou fonéticas.

52. Utilizamos, neste capítulo, um *corpus* de fontes epigráficas norte-africanas, denominado de *Inscriptions of Roman Tripolitania*.

53. Josephine Quinn (2010, p. 56) sugere que a falta da partícula *ben* – filho de – também

Vê-se, além disso, a utilização do latim na própria escrita de palavras e expressões púnicas. Esse fato evidencia o grau de mestiçagem existente, pois demonstra a adaptação do idioma púnico a um conjunto de fonemas que lhe era originalmente estranho. De acordo com Mattingly (1987, p. 74), “frases tais como *amator civium suorum e amator patriae* são traduções literais de títulos hononários púnicos tradicionais” (*Inscriptions of Roman Tripolitania*, 1952, p. 95, 275, 318, 321, 323, 567, 603). Encontram-se também, em algumas inscrições funerárias, textos púnicos diretamente escritos em alfabeto latino, tal como *FELIOTH LADEM SY-ROGATE YMMANNAI*, que Levi Della Vida (1927, p. 108) traduziu como “feito nas oficinas de Rogate Ymmannai”.⁵⁴

A existência de um bilinguismo na África romana pode ser ressaltada em algumas inscrições epigráficas locais. Nelas, paralelamente ao texto latino, encontra-se a tradução púnica equivalente. Em Lepcis Magna, por exemplo, nos textos epigráficos que celebravam a construção do teatro romano da cidade, tem-se a dedicatória feita por *Annobal Rufus*, filho de *Himilcho Tapapius*, como o responsável pela construção do novo prédio. Havia um conjunto de três inscrições, textualmente idênticas, das quais uma se localizava na entrada principal do teatro, escrita somente em latim (*Inscriptions of Roman Tripolitania*, 1952, p. 323), e as outras duas no interior do prédio, compostas em latim e púnico (p. 321-322).

Creemos que a ocorrência de tais inscrições, com equivalentes púnicos aos textos latinos, tivesse uma função prática evidente no dia a dia das cidades, posto que provavelmente uma parte considerável da população citadina não estivesse apta a ler no idioma latino. O bilinguismo era uma necessidade cotidiana numa região em que as pessoas – a despeito de falarem um vernáculo púnico tradicional – estavam, de inúmeras maneiras, imersas em relações políticas imperiais, fato que tornava imprescindível o uso do latim.⁵⁵

denota um processo de latinização dos nomes púnicos no norte da África, desviando-se da convenção tradicional local de denominar os indivíduos a partir de sua filiação paterna.

54. Para mais exemplos de inscrições epigráficas escritas em púnico, mas utilizando o alfabeto latino, ver *Inscriptions of Roman Tripolitania* (1952, p. 826, 827, 828).

55. Corroborando esta afirmação, pode-se evocar também a citação feita em *Historia Augusta* (15, 7) de que a irmã do imperador Septímio Severo, ambos provenientes da cidade de Lepcis Magna, teria sido incapaz de se comunicar em latim, falando somente em idioma púnico.

Os exemplos já elencados nos demonstram o quão plural e multifacetada era a África romana. As principais cidades da região eram *civitates* com um longo passado púnico, mas que se romanizavam e se influenciavam, nos dois primeiros séculos de nossa era, por um novo estilo de vida, por novos hábitos, por aquilo que Janet Huskinson (2000a, p. 121) definiu como cultura imperial romana. Em suma, o período conhecido como Principado foi uma época de romanização das elites e das cidades norte-africanas, com a adoção de um *modus vivendi* “romano”, mesclado com valores e costumes ancestrais.⁵⁶

Acreditamos, em virtude disso, que, muito embora o termo romanização tenha sido questionado pela historiografia recente, a sua utilização, na falta de um substituto à altura que explique a relação entre os romanos e os demais povos, ainda nos é amplamente operacional.⁵⁷ Tal conceito não deve ser entendido como a transformação do nativo em um completo romano, tendo em vista ser isto impossível – é impraticável o abandono de sua própria cultura em prol de outra –, mas como o indivíduo autóctone adquirindo características pertencentes à sociedade romana, sem que necessariamente renuncie totalmente à sua. O fenômeno da romanização tem que ser percebido como um caminho de duas vias, como

um processo de mudança sociocultural, multifacetada em termos de significados e de mecanismos, que teve início com a relação entre os padrões culturais romanos e a diversidade cultural provincial, em uma dinâmica de negociação bidirecional (BUSTAMANTE; DAVIDSON; MENDES, 2005, p. 25).

É nesse sentido que podemos compreender a sociedade romana norte-africana como multicultural, uma vez que ela estava imersa num processo de comunicação cultural de um estilo de vida – “romano” – aberto a influências e hibridismos os mais variados.

56. Neste capítulo, demos ênfase às elites cidadinas, haja vista que as fontes disponíveis para o estudo do norte da África romano muito pouco nos informam acerca dos demais grupos da sociedade norte-africana à época. Devido a esse imperativo, nossas análises acerca da romanização da África romana se limitaram às ordens superiores das diversas *civitates* locais.

57. Para uma posição crítica em relação ao conceito de romanização, ver Hingley (2010) e Mattingly (1996).

REFERÊNCIAS

Documentação primária impressa

APULÉE. **Apologie et Florides**. Introduction et traduction de Paul Valette. Paris: Les Belles Lettres, 2002.

APULÉE. **Opuscules philosophiques et fragments**. Texte établi, traduit et commenté par Jean Beaujeu. Paris: Les Belles Lettres, 1973.

APULEIUS. **Metamorphoses**: books I-VI. Translated and introduction by J. Arthur Hanson. London: Loeb Classical Library, 1989.

APULEIUS. **Metamorphoses**: books VII-XI. Translated by J. Arthur Hanson. London: Loeb Classical Library, 1989.

HISTORIA AUGUSTA. Translated by J. David Magie. London: Loeb Classical Library, 1921.

INSCRIPTIONS LATINES DE L'ALGÉRIE. Recueillie et publiée par Stéphane Gsell. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1922.

INSCRIPTIONS OF ROMAN TRIPOLITANIA. Rome: British School at Rome, 1952.

ITINERARIUM ANTONINI. Roma: Imprensio Friderici Nicolai, 1877.

NUMISMATIQUE DE L'ANCIENNE AFRIQUE. Copenhague: Bianco Luno, 1861.

TABULA PEUTINGERIANA. Cura di Francesco Prontera. Roma: Leo S. Olschki Editore, 2003.

Obras de apoio

ALFÖLDY, G. **Historia social de Roma**. Madri: Alianza Editorial, 1996.

BIRLEY, A. R. **Septimus Severus: the African emperor.** London and New York: Routledge, 2002.

BOBBIO, N. Teoria das elites. In: BOBBIO, N. **Dicionário de política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991. p. 385-391.

BUSTAMANTE, R. M. da C. Práticas religiosas nas cidades romano-africanas: identidade e alteridade. **Phoînix**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 325-348, 1999.

BUSTAMANTE, R. M. da C.; DAVIDSON, J.; MENDES, N. M. A experiência imperialista romana: teorias e práticas. **Tempo**, Niterói, v. 9, n. 18, p. 17-41, 2005.

CHAUSA, A. Modelos de reservas de indígenas en el África romana. **Gerión**, Madrid, n. 2, p. 95-101, 1994.

CHERRY, D. **Frontier and society in Roman North Africa.** New York: Oxford University Press, 2005.

CORASSIN, M. L. Romanização e marginalidade na África do Norte. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 157-165, 1985.

DUNCAN-JONES, R. P. City population in Roman Africa. **The Journal of Roman Studies**, London, v. 53, p. 85-90, 1963.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOZALBES CRAVIOTO, E. Tumultos y resistencia indígena en Mauretania Tingitana. **Gerión**, Madrid, n. 1, v. 20, p. 451-485, 2002.

GRIMAL, P. **O Império Romano.** Lisboa: Edições 70, 1993.

HARRISON, S. J. **Apuleius: a Latin sophist.** New York: Oxford University, 2000.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Algunas reflexiones sobre los límites del *olkoumene* en el Imperio Romano. **Gerión**, Madrid, v. 23, n. 1, p. 271-285, 2005.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. **Sociedad e ideología en el Império Romano**: Apuleyo de Madaura. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1986.

HINGLEY, R. **O imperialismo romano**: novas perspectivas a partir da Bretanha. São Paulo: Annablume, 2010.

HUSKINSON, J. Elite culture and the identity of empire. In: HUSKINSON, J. (Org.) **Experiencing Rome**: culture, identity and power in the Roman empire. New York: Routledge, 2000a. p. 95-124.

HUSKINSON, J. Looking for culture, identity and power. In: HUSKINSON, J. (Org.). **Experiencing Rome**: culture, identity and power in the Roman empire. New York: Routledge, 2000b. p. 3-28.

LEVI DELLA VIDA, G. Le iscrizioni neopuniche della Tripolitania. **Rivista della Tripolitania**, Roma, n. 3, p. 91-116, 1927.

LIMA NETO, B. M. **Bandidos e elites cidadinas na África romana**: um estudo sobre a formação de estigmas com base nas *Metamorphoses* de Apuleio de Madaura (século II). 2011. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

MAHJOURI, A. O período romano e pós-romano na África do Norte. In: MOKHTAR, G. (Coord.). **História geral da África**. São Paulo: Ática, 1985. p. 473-509.

MATTINGLY, D. J. From one colonialism to another: imperialism and the Maghreb. In: COOPER, N.; WEBSTER, J. (Ed.). **Roman imperialism**: post-colonial perspectives. Leicester: University of Leicester, 1996. p. 49-69.

MATTINGLY, D. J. Libyans and the limes: culture and society in Roman Tripolitania. **Antiquités africaines**, n. 23, p. 71-94, 1987.

MATTINGLY, D. J. **Tripolitania**. Michigan: University of Michigan, 1994.

MENDES, N. M. Romanização e as questões de identidade e alteridade. **Boletim do CPA**, Campinas, n. 11, p. 25-42, 2001.

MUNGUÍA, S. S. Introducción general. In: APULEYO. **Apología y Flórida**. Madrid: Gredos, 1980. p. 7-49.

PETIT, P. **A paz romana**. São Paulo: Edusp, 1989.

QUINN, J. C. The reinvention of Lepcis. **Bollettino di Archeologia on line**, Roma, n. 330, p. 52-69, 2010. Disponível em: <www.archeologia.beni.culturali.it>. Acesso em: 12 jan. 2012.

RAVEN, S. **Rome in Africa**. London and New York: Routledge, 1993.

REYNOLDS, J. Cyrenaica. In: BOWMAN, A. K.; GARNSEY, P.; RATHBONE, D. (Org.). **The Cambridge ancient history: the high empire**. Cambridge: Cambridge University, 2000. p. 547-558.

SANDY, G. **The Greek world of Apuleius**. New York: Brill, 1997.

SILVA, G. V. da. A formação dos cidadãos do céu: João Crisóstomo e a christon paideia. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 32, n. 1, p. 7-17, 2010.

VALLETTE, P. Introduction. In: APULÉE. **Apologie et Florides**. Paris: Les Belles Lettres, 2002. p. V-XXXVIII.

VASQUES, M. S. **Crenças funerárias e identidade cultural no Egito romano: máscaras de múmia**. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

WHITTAKER, C. R. Africa. In: BOWMAN, A. K.; GARNSEY, P.; RATHBONE, D. (Org.). **The Cambridge ancient history**: the high empire. Cambridge: Cambridge University, 2000. p. 514-546.

A ESCRAVIDÃO ATLÂNTICA⁵⁸

Mariza de Carvalho Soares

A construção do campo da história da escravidão atlântica

O processo de construção de uma área de estudos e pesquisas de história atlântica teve início no final da Segunda Guerra Mundial, quando os historiadores americanos e europeus começaram a pensar os Estados Unidos e a Europa ocidental como um todo, destacando mais suas conexões do que a distância que o Oceano Atlântico lhes impunha. Entre os temas mais enfocados estava a construção de sistemas políticos e econômicos “internacionais”. A expressão *civilização ocidental* passou a ser usada para designar esse conjunto de países do Hemisfério Norte banhados pelo Atlântico que, pela guerra, tinham estreitado laços e passado a valorizar uma ligação antes não reconhecida ou não reivindicada.

Assim sendo, o objetivo não era construir uma história comparativa das políticas nacionais, mas abordar temas que ultrapassavam essas fronteiras e envolviam diferentes países, como foi, exemplarmente, a experiência da guerra e as reflexões sobre ela. Essa abordagem perdeu força ao longo das décadas seguintes, embora ainda possa ser reconhecida em grande parte da historiografia americana mais conservadora. Vez por outra, também nesse mesmo quadro, ela ressurgiu, enfocando novos temas ou situações não mais associadas à história do pós-guerra e aos problemas da Guerra Fria e da eventualidade de uma Terceira Guerra Mundial.

Um desses ressurgimentos foi justamente o da história da escravidão atlântica. Nesse caso, o corte com a historiografia anterior foi profundo, na

58. Uma versão deste capítulo foi publicada no livro *O sistema escravista lusobrasileiro e o cotidiano da escravidão* (2011). Trata-se de um trabalho ensaístico, sem notas e com bibliografia inserida ao final do capítulo.

medida em que inovou não apenas nos temas tratados, mas inclusive no deslocamento temporal. A escravidão atlântica começa a ser alvo da atenção dos historiadores com a participação dos países do Hemisfério Norte no uso da mão de obra escrava e também no comércio dos escravos africanos através do Atlântico. Assim sendo, esse segmento da história atlântica deslocou seu eixo para o Hemisfério Sul e ampliou sua abrangência para tempos mais remotos, que chegam ao século XV e à exploração do Atlântico.

Outro ponto importante a ser destacado é o crescimento da história social e da história cultural, ocorrido mais ou menos na mesma época do surgimento da história da escravidão atlântica, o que proporcionou uma progressiva aproximação entre elas, trazendo uma marca ainda mais distintiva para os estudos da escravidão atlântica que, além do deslocamento geográfico (do Atlântico Norte para o Atlântico Sul) e temporal (do século XX para os séculos anteriores), trouxe também uma mudança na abordagem teórica. Temas como escravidão, rebeliões, migrações, religiosidade, entre outros, invadiram a história atlântica. No Brasil, o exemplo mais recente dessa nova abordagem é o livro dos historiadores Peter Linebaugh e Marcus Rediker, *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*, publicado em inglês em 2000 e lançado no Brasil em 2008.

Mudaram a geografia da investigação, a temporalidade abrangida, os temas tratados e as teorias que os sustentavam, restando como elemento de ligação entre essas duas historiografias atlânticas (a do pós-guerra e a atual) a abordagem a saber: deixando de lado as histórias nacionais, a história atlântica enfoca temas que transbordam as fronteiras nacionais e que só podem ser eficazmente tratados se levado em conta o conjunto das relações ali estabelecidas. Os estudos denominados “história da escravidão atlântica” são, portanto, recentes, mas já recobrem uma infinidade de temas impossíveis de serem arrolados ao longo de um texto. Mesmo temas geralmente tratados pela historiografia como pertencentes a campos autônomos têm sido reunidos neste guarda-chuva, que, para se instituir como campo ou área de conhecimento, teve que se distinguir dos demais segmentos da história da escravidão já estabelecidos. Entre eles estavam os estudos sobre a história da escravidão nas Américas e a história da escravidão na África.

Não sem surpresa ficou por algum tempo fora da abrangência desses estudos a história da escravidão na Europa. O tema tendeu a ser silenciado por muitas décadas, mas começa agora a ser mais bem explorado. Outra incor-

poração lenta, mas que vem ganhando força, é a dos estudos da história da escravidão indígena nas Américas. Por tratar de “índios”, e não de “negros”, esse segmento historiográfico foi por muito tempo considerado uma linha de investigação à parte. A desracialização dos estudos da escravidão é uma difícil barreira e também um dos maiores desafios da história da escravidão atlântica.

Partindo do quadro apresentado, podemos agora pensar um pouco mais sobre os estudos da história da escravidão no Brasil e sobre a atenção dos historiadores brasileiros para com a história da escravidão atlântica, especialmente a construção de uma história da escravidão atlântica no Brasil.

A história da escravidão atlântica no Brasil

Situado no Hemisfério Sul, tendo participado apenas marginalmente da Segunda Grande Guerra e estando longe dos circuitos internacionais do pós-guerra concentrados na Europa ocidental e nos Estados Unidos, o Brasil – e seus historiadores – foi pouco exposto à história atlântica, que só chegou ao país muito recentemente, a partir do ano 2000, mais especialmente após a publicação do livro do historiador inglês Paul Gilroy, *O Atlântico Negro*, publicado em 1993 e lançado no Brasil em 2001. Já antes desse lançamento, em 1997, o livro *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura* discute a racialização e o lugar do africano no mundo moderno. Seu autor, o filósofo e crítico literário ganense Kwame Anthony Appiah, postula um ponto de vista africano e não racializado como alternativa a temas como o “pan-africanismo” e a “negritude”. Apesar de bastante lido, o livro não teve tanto sucesso quanto *O Atlântico Negro* e, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, os estudos do Atlântico têm tido uma forte presença de autores que utilizam raça e racialização como base para suas análises.

Assim sendo, parte dos estudos sobre a história da escravidão no Brasil se desenvolveu paralelamente à história atlântica, sem maiores conexões com ela até muito recentemente. Outros se aproximaram da produção internacional, principalmente americana, e também do debate sobre a raça e a racialização da escravidão. Antes de abordar a história da escravidão atlântica no Brasil, portanto, é preciso conhecer um pouco mais como se constituiu, no Brasil, uma área de estudos de história da escravidão propriamente dita.

Não se fará aqui uma retrospectiva da produção historiográfica brasileira, destacando-se apenas que por muitos anos os estudos sobre o comércio atlântico de escravos estabeleceram o vínculo entre a história das Américas, da Europa e da África. Mas não se tratava então de uma história da escravidão atlântica e muito menos de uma história da escravidão voltada para a presença de africanos nas Américas, ou de qualquer atenção para a existência de uma escravidão africana anterior ao comércio atlântico de escravos. É importante que se diga que poucos autores acompanharam o surgimento de uma historiografia da história da escravidão atlântica, a maior parte deles americanos e europeus, influenciados pela historiografia do pós-guerra. No Brasil, o processo de alargamento da historiografia em direção ao Atlântico ocorreu quase sempre de forma independente e por outros caminhos. Vejamos então quais foram eles.

A história social marcou a historiografia da escravidão no Brasil a partir de meados dos anos de 1980. De lá para cá, as pesquisas têm multiplicado os casos estudados, mas a grande virada aconteceu quando os historiadores passaram a se interessar pelos africanos e pela história da África. Em sua primeira edição de *Rebelião escrava no Brasil*, em 1986, João José Reis, mesmo tratando diretamente com africanos rebelados que tinham cruzado o Atlântico no contexto da escravidão, destacava a temática da rebelião escrava, e não os temas que mais tarde seriam alvo de atenção dos estudiosos da história atlântica, como o Islã nas Américas, a diversidade étnica entre os escravos africanos ou as conexões entre as rebeliões atlânticas nos séculos XVIII e XIX. Na edição ampliada de 2000 do mesmo livro, o autor acrescenta ao texto original exatamente o contexto mais amplo que o anteriormente apresentado. Mais recentemente, o livro *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro*, de Jaime Rodrigues, publicado em 2005, é um excelente exemplo dessa abordagem do ponto de vista da circulação de bens, homens e ideias em torno do Atlântico.

Aos meandros da história da escravidão e do comércio de escravos deve ser agregada ainda outra vertente historiográfica: a da história da diáspora africana. Só recentemente a história da escravidão tem atentado para a especificidade dos africanos no seio da população escrava nas várias partes do Atlântico, o que tem resultado no estreitamento do diálogo entre a história da escravidão e da diáspora africana nas Américas sem que, com isso, se tenha perdido a perspectiva da diferença entre as abor-

dagens desses dois campos. Enquanto a história da escravidão moderna tem caminhado lado a lado à história das Américas e do Caribe, a história da diáspora africana é um desdobramento recente da história da África e da história da escravidão na África. A história da diáspora africana tem como marca distintiva o fato de estar mais interessada no processo de deslocamento de pessoas do que dos sistemas sociais e nos temas mais recorrentes da história atlântica ou da história da escravidão. Ela trata dos processos sociais por meio de um olhar sobre as pessoas envolvidas neles, no caso os africanos reduzidos à escravidão e enviados às Américas. Não por acidente se fala em *migração forçada*, termo cunhado pelo historiador Joseph Inikori, em 1982, com o livro *Forced migration: the impact of the export slave trade on African societies*. Por seu contato com vários grupos de pesquisa internacionais, entre eles o projeto Rota do Escravo, da Unesco, o livro de Alberto da Costa e Silva, *Um rio chamado Atlântico*, de 2003, marcou também essa atenção sobre as pessoas, sendo o próprio autor um viajante que saiu do Brasil para ser embaixador na Nigéria.

Outra vertente que não pode ser desprezada é a dos estudos sobre o comércio atlântico de escravos e que, no Brasil, ainda hoje aparece sobre a rubrica “tráfico de escravos”. O tema foi abordado pela primeira vez por Maurício Goulart, em 1949, com o livro *A escravidão africana no Brasil*, quando falar sobre a importação de escravos africanos era um tema da história econômica, e não da diáspora ou do Atlântico. Essa obra apresenta uma quantificação do número de africanos trazidos para o Brasil, que só muito recentemente foi revista por parte do projeto do *Transatlantic Slave Trade Database*. Até então, no que diz respeito ao Brasil, mesmo a quantificação internacionalmente conhecida, apresentada pelo historiador Philip Curtin em *The transatlantic slave trade* (1969), não alterou os totais divulgados por Goulart vinte anos antes.

Assim, a historiografia da escravidão no Brasil ao longo das últimas décadas entrou em contato e se nutriu de uma variedade de abordagens, chegando tarde a uma aproximação da história atlântica, mais pelos títulos de seus livros do que por um efetivo diálogo com aquela corrente historiográfica. De qualquer modo, ambas as linhas de investigação encontram-se hoje irremediavelmente associadas e, no Brasil, a história da escravidão atlântica chegou a um patamar no qual é impossível – em qualquer quadro de análise – ignorar uma reflexão, por sumária que seja, sobre as conexões atlânticas e a presença afri-

cana nas Américas. Tal virada abre caminho para uma perspectiva historiográfica que incorpora não apenas o comércio atlântico de escravos, mas também os deslocamentos humanos e os processos culturais que permeiam esses movimentos, assim como o reassentamento dessas populações e sua inserção social nas diferentes sociedades americanas, ao longo de várias gerações, desde o início da colonização até a extinção final do comércio transatlântico de escravos e, posteriormente, a abolição geral da escravidão.

Um exemplo de como dialogar com a história da escravidão atlântica

A história atlântica nasce, como indicado, voltada para temas contemporâneos e para a compreensão de sistemas internacionais ou transnacionais. Nesse sentido, presta pouca atenção aos processos sociais que envolvem mais diretamente as pessoas e o impacto causado pelas mudanças sociais em suas vidas. Assim sendo, o grande benefício da história da escravidão atlântica parece ter sido combinar essa abordagem atlântica (ampla e transnacional) com a perspectiva da diáspora africana. Como visto, a história da diáspora tem de particular o fato de acompanhar pessoas em suas migrações forçadas ao redor do mundo. Não aleatoriamente, antes de se falar numa diáspora africana, o termo foi usado na Bíblia e, depois, transposto para a diáspora moderna dos judeus, justamente após o holocausto (*Shoah*), durante a Segunda Guerra Mundial.

A proposta dos trabalhos sobre a diáspora africana é entender os processos sociais que a provocaram e a acompanharam e aqueles que resultaram da dispersão de onze milhões de africanos que atravessaram o Atlântico ao longo de quatro séculos. Partindo dessa perspectiva, a vertente mais fértil para a história da escravidão atlântica no Brasil tem sido aquela que agrega à historiografia da escravidão a questão da necessidade de conhecer a efetiva procedência dos africanos como pré-condição para entender como se deu, na sua particularidade, a inserção deles na sociedade colonial. É nesse sentido que falo de uma história atlântica, isto é, não apenas para mostrar a circulação de pessoas mas, sim, para entender os deslocamentos e reassentamentos de grupos.

Enquanto, por exemplo, a história do escravo Baquaqua apresentada por Robin Law e Paul Lovejoy ou a do “crioulo atlântico” do historiador americano Ira Berlin destacam a mobilidade de alguns indivíduos, o foco

deve se concentrar naqueles que não se movem, que estabelecem laços estreitos nos lugares aonde chegam e em que ficam. Nesse sentido, trata-se de uma história que trabalha com grupos ao invés de pessoas isoladas. A biografia importa como metodologia para acessar e perseguir grupos, não como narrativa individual inserida num contexto de época. Por isso, deve-se buscar nos lugares da geografia atlântica – em terra, não no mar – o entendimento dos movimentos de pessoas: de onde saíram, como e por onde foram transportados, como chegaram e, por fim, de que modo essa experiência forçada coletiva transformou suas vidas.

Diante da grande diversidade de grupos étnicos e procedências envolvidas, este autor dedica-se a um grupo em particular: os chamados Mina. A documentação disponível faz referência aos “pretos minas”, permitindo reconstituir os passos da sua migração desde seu ponto de partida, na chamada Baía do Benim, na costa ocidental africana, até o Brasil, mais especialmente até Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, ao longo de toda a vigência da escravidão, mas, notadamente, a partir das últimas décadas do século XVII até o final do tráfico atlântico, na década de 1850. Não resta dúvida que ao longo de mais de um século, e em tempos tão turbulentos, a África e os africanos sofreram profundas mudanças, individual e coletivamente, o mesmo acontecendo com aqueles trazidos para o Brasil. De todo modo, é surpreendente pensar que, apesar de toda a pressão pela mudança, e pelas mudanças efetivas que vivenciaram, essas pessoas mantiveram um forte sentimento de identidade, aqui representado pela identidade “mina”, por mim estudada no livro *Devotos da cor* (2000).

A identificação dos africanos que cruzaram o Atlântico ao longo de quatro séculos tem geralmente resultado da datação de acontecimentos diversos (principalmente secas, guerras, estabelecimento de mercados e rotas comerciais) que dão uma estimativa da oferta de escravos, assim como por dados nem sempre precisos sobre a distribuição desses africanos pelos portos das Américas. Entre os séculos XV e XVIII, grande parte da documentação que sustenta a historiografia africana se baseia em relatos e fontes de algum modo relacionadas à presença europeia no litoral africano, bem como nos deslocamentos dos mercadores e líderes religiosos muçulmanos. Um dos mais fortes argumentos para esta abordagem é o fato de que a historiografia dos povos africanos lida com enormes lacunas documentais para os séculos anteriores à presença europeia, especialmente nas áreas não atingidas pelo Islã.

Assim sendo, informações sobre a distribuição dos africanos nas Américas que resultam do comércio atlântico, e não de fontes produzidas pelos próprios escravizados, não são fontes de natureza diversa da maioria daquelas analisadas pelos pesquisadores da história da África. É interessante destacar que boa parte da documentação que sustenta a investigação histórica foi não apenas produzida em função do comércio atlântico, mas, efetivamente, produzida na Europa. Acresça-se a isso o fato de que dificilmente a historiografia africanista tem acesso a documentos produzidos por africanos que possam informar sobre as condições em que os apresamentos e o comércio de escravos se deram. Assim sendo, mais do que as histórias nacionais, a história atlântica tem se deparado com uma enorme diversidade e, talvez, uma maior desproporção no que diz respeito às fontes disponíveis, sem mencionar os custos elevados de pesquisas que cruzam três continentes.

No Brasil, o acesso aos inventários de senhores de escravos, a diferentes listagens nominativas e à documentação eclesiástica (especialmente os batismos, os testamentos de africanos alforriados e documentação das irmandades leigas) são fontes preciosas a serem exploradas. Esses materiais são privilegiados por identificar os deslocamentos humanos e o reconhecimento das rotas seguidas pelos africanos, informação quase nunca disponível nas fontes francesas e inglesas. Por meio da identificação das rotas – aí incluídos os trechos marítimos e terrestres –, cobrindo desde os pontos de saída da África até o destino final dos escravos nas Américas, é possível não apenas entender o comércio atlântico de escravos, mas também a diáspora e as formas de reinserção do escravo na sociedade escravista nas Américas. Tal procedimento permite ao historiador identificar o modo como africanos tiveram a possibilidade de se reorganizar no cativeiro.

Chega-se aqui ao ponto crucial do que se pretende argumentar: a existência, na América portuguesa e no Brasil, de um número significativo de grupos de africanos que, mesmo fragmentados e sujeitos à escravidão, conseguiram sobreviver à travessia atlântica e se organizar, fazendo uso de línguas e crenças africanas em diferentes contextos. Embora seja difícil, talvez mesmo impossível, resgatar a trajetória individual de cada um, algumas histórias de vida nos ajudam a recompor essas rotas. Delas podemos tirar algumas conclusões e afirmar que os grupos étnicos africanos ficaram séria e, muitas vezes, irremediavelmente inviabilizados pelo processo de escravização na África. Mas, em algumas circunstâncias mais frequentes do que acreditávamos até pouco

tempo, membros desses grupos conseguiram se reagrupar no cativeiro. Não se trata de uma recomposição do grupo étnico antigo, já que para isso seria necessária uma estabilidade, concentração e duração que a escravidão não concedeu a essas pessoas. Mas, indiscutivelmente, reagruparam-se segundo suas procedências, no caso por mim estudado, a procedência Mina, e tendo como referência um passado vivido e representado na memória.

A referência por parte desses escravos africanos a uma “terra” ou “nações” (mina, angola, cabinda, moçambique, entre outras) mostra o uso de termos próprios do universo colonial português para se referir a uma noção de território étnico que traziam na memória. Por meio dessas novas identidades, é possível acompanhar suas estratégias de organização. Tal recurso não pode nos levar à ilusão de que reproduziam uma organização territorial e política “africana” no sentido de ser ela original, intocada, pré-existente à chegada dos europeus na África. Se, por um lado, é preciso evitar essa interpretação ingênua da terminologia, por outro, não há dúvida que a nomenclatura evoca de forma contundente um passado coletivo que procuram reviver. Essas referências, mesmo que esparsas, a um passado geograficamente localizado mostra um profundo vínculo com os lugares de onde saíram, indicando que o rastreamento das chamadas “nações” e “terras” se apresenta, até agora, como a melhor estratégia para conectar os dois pontos extremos das rotas da diáspora africana: o lugar de onde as pessoas saem e aquele para onde elas vão. É na confluência desses deslocamentos que a história da escravidão atlântica deve se situar, mostrando as conexões entre as várias partes do Atlântico (Américas, África e Europa) e seus agentes (senhores ricos e pobres, pequenos comerciantes ou mercadores de grande porte, profissionais de várias especialidades, fossem eles escravos, livres ou libertos, e toda uma gama de pessoas diversas).

Embora precárias do ponto de vista de uma análise demográfica e ainda primárias do ponto de vista da linguística, essas ocorrências mostram que, no caso do Brasil, certamente com variações locais, a presença de designações muito semelhantes em diferentes partes do norte ao sul, durante toda a vigência da escravidão, é bastante significativa. Em algumas delas, a associação a localidades, línguas, grupos e reinos é fácil. Em outras, são apenas hipóteses passíveis de correção ao longo do tempo. Nos dois casos, é difícil saber como o vínculo entre cada indivíduo e a designação que lhe corresponde ocorreu e em que medida ela pode ter sido alterada ao longo

do tempo, de acordo com diferentes circunstâncias. Tais questões só podem ser enfrentadas num nível de análise mais aprofundado, para o qual os dados muitas vezes são escassos. Por isso, a correspondência aparentemente simplista entre grupos da diáspora e grupos africanos é apenas um artifício para tentar traçar suas rotas migratórias, sem com isso pretender buscar qualquer interpretação “continuista” do ponto de vista da cultura.

Mesmo assim, situar os portos de desembarque dessas nações e o destino desses escravos, assim como proceder a uma cronologia da diáspora, é fundamental não apenas para a história da escravidão mas também para a história da África por apontar para uma cronologia pouco explorada dos contatos entre os portos do litoral e os mercados de escravos africanos, tanto no litoral quanto no interior. É nesse entroncamento, mais uma vez, que devemos situar a história da escravidão atlântica, cuja abordagem permite que se vejam esses deslocamentos e essa cronologia de um ponto de vista mais amplo. O comércio de escravos realizado pelos portugueses através do Atlântico no século XVI, quando o principal mercado eram as colônias espanholas, assim como o comércio realizado pelos ingleses no final do século XVIII só podem ser entendidos de um ponto de vista que ultrapassa as fronteiras de cada um desses reinos para pensar o papel que cada um deles teve no chamado “mundo atlântico”.

Por fim, é importante lembrar que a chamada escravidão atlântica envolve diretamente o debate sobre o comércio de escravos entre a África e as Américas, partindo-se do período do comércio legal, cuja duração vai do século XVI ao XIX, com diferenças dependendo do ano do início e fim desse comércio, e chegando-se até sua total extinção, na segunda metade do século XIX. Cuba foi uma das primeiras partes do Império Espanhol a receber africanos cativos, antes mesmo dos portugueses começarem a enviar escravos para Pernambuco; foi também a última a importar africanos, tendo o fim do comércio legal sido decretado em 1860 e a escravidão abolida em 1886. No caso do Brasil, a importação através de uma rede regular de comércio atlântico teve início por volta de 1530 e perdurou até 1830 como comércio legal; foi ilegal, mas não reprimido, até 1850 e só a partir de então o tráfico passou a ser efetivamente perseguido, chegando ao fim ao longo da década de 1860, embora existam sinais de desembarques ilegais posteriores.

REFERÊNCIAS

APPIAH, K. A. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BERLIN, I. De crioulo a africano: as origens atlânticas da sociedade afro-americana na América do Norte Continental. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 26, n. 2, p. 231-258, 2004.

CURTIN, P. **The transatlantic slave trade**. Madison: University of Wisconsin Press, 1969.

GILROY, P. **O Atlântico Negro**. Rio de Janeiro: 34, 2001.

GOULART, M. **A escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico**. São Paulo: Livraria Martins, 1949.

INIKORI, J. **Forced migration: the impact of the export slave trade on African societies**. London: Hutchinson, 1982.

LINEBAUGH, P.; REDIKER, M. **A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LOVEJOY, P. Identidade e a miragem da etnicidade. **Afro-Ásia**, n. 27, p. 9-39, 2002.

REIS, J. J. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês (1835)**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RODRIGUES, J. **De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVA, A. da C. e. **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

SOARES, M. de C. **Devotos da cor**: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.



BALBINA. Final do séc XIX. 1 fotografia. Acervo do Museu Solar Monjardim, Fundo Cartes de visite: 987.I.324. Adaptada.

PARTE II – O COTIDIANO DA ESCRAVIDÃO

ESCRavidÃO E LIBERDADE EM SEUS SENTIDOS NO DIA A DIA

Geraldo Antonio Soares

Ao tratar das influências culturais positivas recebidas dos negros africanos, Gilberto Freyre foi revolucionário para sua época. Ele foi o primeiro a escrever com todas as letras que a nossa miscigenação racial e cultural era um trunfo que tínhamos.

Neste contexto da formação brasileira, a religião católica foi um elemento essencial. Uma religião mais tolerante, menos ortodoxa e mais maleável às influências dos cultos de origem africana e indígena. Apesar de se exigir daqueles que chegavam certa profissão de fé no catolicismo, não se ia muito além. O que se formou no Brasil foi um catolicismo hegemônico, mas que quase nada tinha de pureza de dogma; um catolicismo brasileiro, e não propriamente apostólico romano.

Transfere-se de Portugal para a colônia brasileira a devoção a santos que, acreditava-se, teriam o poder de aproximar os sexos, de fecundar as mulheres e de proteger a maternidade: Santo Antônio, São João, São Gonçalo do Amarante, São Pedro, o Menino Deus, Nossa Senhora do Ó, da Boa Hora, da Conceição, do Bom Sucesso, do Bom Parto. Em relação à devoção a estes santos, o que se verifica é uma espécie de apropriação deles pelos devotos, ou seja, em vez de o fiel se submeter ao santo, o que se dá é o inverso. É o que ocorre com Santo Antônio, um dos santos, segundo Freyre, mais associados às práticas de feitiçaria afrodisíaca no Brasil. Santo Antônio é o santo das afeições perdidas, dos noivos, maridos ou amantes desaparecidos, dos amores frios ou mortos. Apropriam-se de Santo Antônio quando sua imagem é pendurada de cabeça para baixo dentro da cacimba ou do poço para que atenda às promessas o mais breve possível, sendo que os mais apressados chegam a colocá-la dentro de urinóis velhos (FREYRE, 1987, p. 247).

De acordo com Gilberto Freyre, verificou-se entre nós uma profunda confraternização de valores e sentimentos: princípios coletivistas, vindos das senzalas, e tendências para o individualismo e o privatismo, oriundas das casas-grandes. Já no contato com a ama de leite, o brasileiro da casa-grande

[...] recebeu nos afagos da mucama a revelação de uma bondade porventura maior que a dos brancos; de uma ternura como não a conhecem igual os europeus; o contágio de um misticismo quente, voluptuoso, de que tem enriquecido a sensibilidade, a imaginação, a religiosidade dos brasileiros (FREYRE, 1987, p. 355).

Para Gilberto Freyre, nas festas religiosas brasileiras,

[...] depois de dias tristíssimos, representação de cenas da Paixão, sermão em voz tremida, gente chorando alto com pena de Nosso Senhor, mulheres de preto, homens de luto fechado, a semana santa terminava em ceias alegres de peixe, de fritada de caranguejo, de caruru, de vatapá, cioba cozida com pirão (FREYRE, 2000, p. 74).

A religião se transforma assim em festa.

Religião no dia a dia da escravidão

Em março de 1880, o escravo Laurindo, do Pe. Joaquim de Santa Maria Magdalena Duarte, era acusado nada mais nada menos do que do roubo do cofre de São Benedito, que se encontrava na igreja de São Francisco.

Segundo o promotor público da comarca, na manhã de 16 de fevereiro de 1880, de seis para oito horas da manhã, o escravo Laurindo

[...] foi, em companhia de seu senhor, Pe. Magdalena Duarte, para a Igreja de São Francisco e, enquanto o Rev. Padre se ocupava no recinto da mesma igreja em confessar alguns penitentes e exercer outros atos próprios de sua profissão de caráter sacerdotal, o mesmo escravo dirigiu-se à sacristia, onde estava o cofre de São Benedito e, com a maior diligência e cuidado, arrombou

o referido cofre, em que os fiéis depositavam as suas contribuições, tirando uma quantia considerável de dinheiro, parte da qual ainda foi observada por algumas pessoas no poder daquele escravo (APEES, Inq. nº 626, 1880, fl. 2).

O cofre em questão, que pertencia à confraria de São Benedito, foi encontrado nesse mesmo dia por Perpétua Maria da Conceição, com 25 anos de idade, que vivia de agências, solteira, moradora e natural de Vitória, não sabendo ler e escrever. Segundo essa testemunha, nessa segunda-feira, dia dezesseis,

[...] de dez para onze horas do dia, vindo ao cemitério do Sacramento apanhar umas ervas medicinais, lá encontrou junto com um pano de chita vermelha, o cofre de S. Benedito arrombado pelo fundo, e que ela testemunha não sabe [sic] quem foi o delinquente de tal arrombamento (APEES, Inq. nº 626, 1880, fl. 10).

Francisco Euterpe Alfavaca, de 56 anos de idade, aposentado, viúvo, morador e natural de Vitória, acompanhou de sua janela os movimentos de Laurindo naquela manhã. Ele afirmou que

[...] no dia dezesseis do corrente, as [sic] seis horas da manhã, viu passar de sua janela o Rev. Pe. Joaquim de Santa Maria Magdalena Duarte e um seu moleque, cujo nome ignora, que o acompanhara, dirigiram-se a São Francisco; depois de lá chegarem, o moleque voltou a toda pressa à casa [do Pe. Duarte], ficando na igreja o dito padre, e voltou imediatamente, [...] depois viu-o passar pelo lado dos cemitérios de São Benedito e Sacramento em volta para o mesmo convento ou igreja sem nada nas mãos (APEES, Inq. nº 626, 1880, fl. 9).

Theodorico Neves, com 37 anos de idade, solteiro, alfaiate, natural de Vitória e morador nessa capital, não sabendo ler e escrever, narrou em seu depoimento que

[...] segunda feira, as [sic] dez horas do dia, pouco mais ou menos, encontrara-se na rua da Assembleia, com Laurindo, escravo do Pe. Duarte, com uma trouxa com dinheiro em cobre, sacudindo-a sobre as mãos, e quanto ao arrombamento do cofre, soube por ouvir dizer (APEES, Inq. nº 626, 1880, fls. 10-11).

Também se encontrou com Laurindo naquela manhã a testemunha Manoella Roza da Conceição, de 22 anos de idade, solteira, que vivia de agências e natural de Vitória, não sabendo ler nem escrever. Manoella, que, ao que tudo indica, era uma liberta, declarou em seu depoimento

[...] que não sabe que houve arrombamento algum no cofre de São Benedito, apenas viu Laurindo, escravo do Padre Duarte, com um pouco de dinheiro em cobre embrulhado em um lenço de cor encarnada e que ela testemunha pedira-lhe dois vinténs, porém ele não quisera dar (APEES, Inq. n.º 626, 1880, fl. 10).

Nos autos não consta a idade de Laurindo, mas consta que ele era natural de Vitória e que residia na casa de seu senhor desde o seu nascimento. Afirmou-se também que não tinha profissão alguma.

Quando perguntado sobre o que sabia sobre o arrombamento do cofre de São Benedito, Laurindo respondeu

[...] que soube, como já disse, por Manoella, na cancela da rua do Comércio, e que ele não foi o autor, sendo certo que acompanhou seu senhor ao Convento de São Francisco e quando lá chegara, foi mandado por ele endireitar o tapete por estar todo enrugado e depois conduziu um tamborete para ele ouvir a confissão à Bibiana e ao velho Assis e depois mandou buscar o missal para marcar o que devia dizer, e enquanto dizia a missa veio ele respondente à casa de seu senhor tomar café e depois voltou para o mesmo Convento, falando na volta com seus parceiros Manoel e Antônio, escravo ou agregado [sic] do vigário Wanzeller, isto na porta do dito vigário, voltando depois com seu senhor até a casa de sua residência (APEES, Inq. n.º 626, 1880, fl. 12).

O depoimento de Laurindo mostra algumas tarefas de um criado de um padre em Vitória naquela época. O que não deixa de ser curioso é que entre estas tarefas não constava a obrigação de assistir à missa que seu amo celebrava. Considerava o Pe. Magdalena Duarte o seu escravo já civilizado o bastante para dispensá-lo de assistir a tal cerimônia? Enquanto seu amo trabalhava, Laurindo pôde sair da igreja e ir até a casa de seu senhor tomar um café e depois ficar conversando fiado com parceiros seus na rua. Ao simbolismo de receber o corpo de Cristo e beber o seu sangue, dividido

com o Pe. Duarte e seus fiéis, Laurindo preferiu um cafezinho quente. Tudo isto se estivesse dizendo a verdade, porque se suspeitava que, enquanto seu amo celebrava a missa, ele se dedicou à tarefa menos prosaica de roubar as esmolas dos devotos de São Benedito.

Laurindo nega em seu depoimento que tenha praticado o roubo. Mas há fortes indícios de sua culpabilidade. No entanto, nada se conseguiu apurar pelo inquérito.

Antes de concluirmos, resta ainda um aspecto fundamental a ser analisado no inquérito. Trata-se da posição tomada pelo Pe. Duarte nesta história toda. Para que melhor possamos compreender esta sua posição, recorramos ao caso narrado por Sidney Chalhoub dos mais de vinte escravos que se rebelaram e agrediram seu proprietário, José Moreira Veludo, em sua casa de comissões, em 17 de março de 1872, na Corte do Rio de Janeiro. Sigamos a exposição dos rumos que tomou aquele processo:

Veludo ficou com várias contusões na cabeça e pelo corpo, sendo seus ferimentos considerados graves pelos médicos; no entanto, é a própria vítima quem contrata um advogado para defender seus agressores. Na denúncia, em 2 de abril de 1872, o Promotor Público havia enquadrado os escravos na lei de 10 de junho de 1835, o que os tornava sujeitos à pena de morte caso fossem condenados no júri popular. Isto é, havia um risco de perda total para o dono da casa de comissões. Muitos contos de réis estavam em jogo, e Veludo age rápido: no dia 15 de abril, portanto quase um mês após a agressão, ele entra com uma petição na qual explica que “dois ou três escravos” lhe haviam ferido levemente, e solicita um exame de sanidade para comprovar sua afirmação. Os médicos fizeram um novo exame, porém concluíram que os ferimentos haviam sido graves mesmo, sendo que o paciente ainda necessitava de uns dez dias para ficar recuperado.

O juiz de direito encarregado da pronúncia achou que a lei de 10 de junho de 1835 não era aplicável, classificou o crime como ofensas físicas graves e não como tentativa de morte, e julgou procedente a denúncia apenas contra sete dos vinte acusados. Veludo deve ter ficado aliviado, e dias depois entrou com uma petição solicitando alvará de soltura para os réus que não haviam sido pronunciados (CHALHOUB, 1990, p. 33).

O processo em que Laurindo é acusado, embora estivesse mais ainda para o burlesco que para o trágico, teve desdobramentos parecidos com este.

O Pe. Duarte não agiu de forma muito diferente do comerciante Veludo. No final do processo, consta uma petição por ele endereçada ao juiz municipal cujos termos são os seguintes:

Diz o Pe. Joaquim de Santa Maria Magdalena Duarte, que chegando a seu conhecimento achar-se neste Juízo iniciado um processo crime contra “Laurindo”, sendo porém intimado “Hylarino”, escravo do suplicante, vem este para defender e garantir os seus direitos apresentar seu advogado, e requerer que este seja o curador nomeado ao dito escravo, na forma da lei que considera o senhor como curador nato de seu escravo; ficando, assim, sem efeito a nomeação que V.Sa. já fez do solicitador Antônio Ayres de Aguiar, que aliás ainda não assinou termo algum, e nem foi juramentado [...] (APEES, Inq. nº 626, 1880, fl. 15).

Nessa petição há uma passagem fundamental. Disse o Pe. Duarte que, ao saber do processo já iniciado, “vem este para defender e garantir os seus direitos apresentar seu advogado”. De que direitos se trata aqui? Certamente que não eram os direitos do escravo Laurindo. Tratam-se dos direitos de propriedade do Pe. Duarte, ou da instituição Igreja, em relação ao seu escravo.

Apesar dos indícios de culpabilidade de Laurindo, o Pe. Duarte apresenta um advogado com a intenção evidente de absolvê-lo. Ou o Pe. Duarte acreditava na inocência de Laurindo, ou então, independentemente de ser Laurindo culpado ou não, não era de seu interesse que este fosse considerado culpado e preso. Neste último caso, o Pe. Duarte perderia os serviços de seu escravo. Mas, ainda com esta hipótese em mente, seria de interesse de Pe. Duarte continuar com um escravo que não respeitava nem o dinheiro dos santos? Não sabemos! O que é certo é que o Pe. Duarte resolveu assumir os seus riscos.

A Igreja também se envolvia nos negócios mundanos, inclusive nos negócios da escravidão, como proprietária de escravos. Em agosto de 1876, o promotor público da comarca apresenta uma denúncia contra o reverendo provincial dos Franciscanos e responsável pela administração do Convento da Penha, Frei João do Amor Divino Costa, de 46 anos, nacionalidade brasileira e nascido no Rio de Janeiro. O promotor público acusa Frei João do Amor Divino Costa por irregularidades em um relatório por este apre-

sentado ao Ministério do Império em 4 de outubro de 1871, em especial na parte relativa à relação dos *bens semoventes da classe escrava*. Frei João do Amor Divino Costa também é acusado por irregularidades na matrícula desses mesmos *bens semoventes da classe escrava* na alfândega da capital em 28 de setembro de 1872 (APEES, Inq. 499, 1876, fls. 2-3).

Entre os escravos do Convento da Penha que, segundo o promotor público, foram matriculados indevidamente na alfândega, em 1872, havia um fugido e que decidiu pela volta apresentando um padrinho. Trata-se do escravo Paulino, casado, filho natural de Helena – liberta –, capaz de qualquer trabalho, lavrador e alforriado por carta de 4 de setembro de 1875.

Paulino tomou emprestado com seu compadre José Custódio Alves da Motta, de 34 anos de idade, casado, negociante, natural de Portugal, morador em Vitória a quantia de 400\$000 (quatrocentos mil réis) para remir-se da obrigação de prestação de serviço por cinco anos ao Convento da Penha, contados a partir de 4 de outubro de 1871.

O síndico do Convento da Penha, tenente coronel José Ribeiro Coelho, disse em seu depoimento:

[...] que o dito escravo, havendo desobedecido ao Reverendo Frei João, ausentou-se do Convento, sem que todavia aparecesse a ele testemunha, vindo apenas à [sic] seu pedido para o apadrinhar o negociante José Custódio Coelho Alves da Motta e pediu a ele testemunha para que interviesse para com o Padre Mestre Provincial para que lhe perdoasse a afronta que à [sic] ele havia feito, e satisfazendo a pedido do dito Motta, me dirigi ao referido Padre Mestre que me atendeu, perdoando ao referido escravo a ofensa que dele havia recebido (APEES, Inq. 499, 1876, fl. 54).

Pelo que pensava o síndico do Convento da Penha, sem dúvida que o escravo Paulino fez bem em procurar um padrinho para que, por seu intermédio e do dele próprio, síndico, obtivesse do Frei João do Amor Divino Costa perdão pela ofensa ou afronta que dele, Paulino, havia recebido. Tal ofensa ou afronta foi a de desobedecer ao referido reverendo e “se ausentar” do convento.

Se fugir de um senhor era um crime, porque fundamentalmente afetava o direito de propriedade, fugir de um senhor que era um padre e responsável por um local de culto como o Convento da Penha era algo muito mais grave

– uma ofensa ou afronta –, ou melhor, um pecado. Paulino teve esta ousadia e, pelas palavras do tenente coronel José Ribeiro Coelho, parece ter ofendido não só a Frei João do Amor Divino Costa, como à própria instituição Igreja e mesmo a Deus.

Fuga de escravos

Na noite do dia 17 para 18 de outubro de 1875, da Fazenda Itapicú, localizada na freguesia de São José do Queimado, nas proximidades de Vitória, fugiram todos os escravos do lavrador e bacharel formado em direito Misael Ferreira Pena, somando 31 escravos e sete ingênuos. Segundo a queixa registrada por esse inconformado senhor, tratava-se de uma fuga inesperada e os seus escravos tomaram tal atitude “sem motivo que à isso os justificasse” (APEES, Inq. 484, 1875, fls. 2-6).

Misael Pena solicita providências às autoridades e também acusa vizinhos seus da comarca da Serra de acoitarem escravos. Informa ainda que por seus esforços particulares conseguiu a prisão de dezessete daqueles seus escravos. Partindo, segundo ele, de informações e denúncias daqueles seus escravos capturados, acusa genericamente vários vizinhos e especificamente Manoel Fernandes de Fraga Miranda, vendeiro estabelecido nas proximidades de sua fazenda, que teria fornecido aos escravos fugitivos “alimentos, armamentos, encontrados em poder deles e outras coisas mais” (APEES, Inq. 484, 1875, fl. 6).

Essas informações são importantes porque mostram que os escravos, quando fugiam, não tinham necessariamente que se internarem nas matas próximas, embora essa nunca deixasse de ser uma possibilidade para eles. Se não encontravam protetores, o que nos parece que não faltava era quem quisesse simplesmente utilizar seus serviços. Os escravos do Sr. Misael Pena, segundo o próprio, estavam trabalhando para vizinhos de sua fazenda, e a partir daí se deu a fuga.

Na lista dos escravos fugitivos, outra informação importante: ela está montada por famílias. Essa lista mostra uma ideia comum nos estudos convencionais sobre a escravidão: a dificuldade em formar famílias nem sempre se verifica entre os escravos, pelo menos para os escravos da Fazenda Itapicú. Certamente que o casamento não era algo generalizado entre os escravos, mas não pode ser visto como uma exceção rara. Na própria freguesia de São José do Queimado, onde se localizava a fazenda Itapicú, pelo

recenseamento de 1872, de um total de 780 escravos, 102 eram casados e 30 viúvos, o que é um número significativo, e isso mesmo sem considerarmos aqueles que formavam famílias sem serem casados.

A lista dos escravos fugitivos da fazenda Itapicú nos dá fortes indicações de que aqueles escravos valorizavam a família estável. Na lista constam duas famílias com cinco filhos e uma com quatro filhos, e, o que é mais importante, em quatro das seis famílias arroladas constam filhos com idade entre 14 e 16 anos, o que vem a demonstrar o quanto tais uniões eram estáveis.

O Sr. Misael Pena, que residia em Vitória e possuía um nível de instrução que não era a regra entre as elites proprietárias de escravos da época, nos oferece em sua queixa uma boa exposição do que deveria pensar essa parcela instruída das elites a respeito das fugas de seus escravos. Segundo ele,

[...] como este fato, em si mesmo grave, afeta o exercício legal do direito de propriedade sobre os escravos; como de sua não repressão virá o desprestígio e desmoralização desse direito, que, baseado em lei, é reconhecidamente necessário para o desenvolvimento da lavoura deste País e da Província; como ainda sucede que da falta de uma enérgica providência por parte da autoridade resultará para os demais escravos pernicioso exemplo, e como finalmente, acresce desses poderosos motivos que na mencionada freguesia do Queimado e sua vizinha comarca da Serra, há muitos escravos fugidos, uzeiros e vezeiros nesse procedimento, sendo além disso escandalosamente acoutados por muitos indivíduos daquelas paragens, o mesmo suplicante, denunciando a V. Exsa. estes graves fatos, e chamando para eles a sua solícita atenção, atenta à probabilidade do perigo que pode ocasionar à tranqüilidade pública com o estabelecimento de quilombos (APEES, Inq. 484, 1875, fl. 1, grifo do autor).

Já como um prosaico lavrador, o que declara ser, e também proprietário de escravos em São José do Queimado, o que o Sr. Misael Pena não podia aceitar era que vizinhos seus auferissem serviços de lavoura de escravos que não possuíam. No caso, seus escravos.

Ao mesmo tempo que aborda o direito de propriedade, o Sr. Misael Pena fala no estabelecimento de quilombos e no perigo que estes poderiam representar para a tranqüilidade pública. Estaria este senhor de escravos preocupado com as ameaças à ordem pública ou à ordem escravista? Possivelmente com ambas.

Para o Sr. Misael Pena, como para outros senhores no Brasil escravista, o escravo era um bem com um preço e cuja utilização proporcionava um serviço que possuía valor. A perda de um escravo que fosse incomodava o seu proprietário. Além do mais, o Sr. Misael Pena tinha a infelicidade de possuir uma fazenda em uma região em que os escravos eram, como dizia ele, “uzeiros e vezeiros” em fugir.

O que constatamos é que, quando um escravo fugia, havia de fato razões de rejeição de um lado e de atração de outro. Mas a rejeição maior era ao próprio cativo, com tudo que este representava, e a atração maior era a liberdade, também com tudo que ela podia representar ou com tudo que pensava o escravo que ela pudesse representar. Estas imagens de atração se construíam pela própria experiência do cativo. Se essas imagens eram justas ou não, só cada experiência de fuga podia dizer, mas a experiência do cativo era o que um escravo tinha de mais concreto, e era por isso que ele fugia.

Também havia alguns escravos que voltavam, e respostas simplistas sobre a fuga deles obviamente não eram satisfatórias. A fuga sempre estava associada a uma avaliação por parte do escravo de suas condições enquanto escravo e de suas expectativas em relação à liberdade. Mas não era apenas isso, uma vez que, tendo fugido, o escravo também avaliava a própria liberdade e as condições a ela associadas. Além do mais, escravidão e liberdade não eram tidas pelos escravos como valores absolutos, e a fuga não constituía uma linha divisória entre um mundo de desespero e o mundo dos sonhos.

Sentidos da liberdade

Podemos ter uma ideia mais precisa dos significados da liberdade para escravos e libertos a partir de dois inquéritos policiais que pesquisamos no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), nos quais as esperanças e desventuras em relação à liberdade vêm à tona.

No dia 4 de dezembro de 1872, Antônio Gonçalves Laranja, lavrador e proprietário, residente no lugar denominado Ilha das Pedras, pertencente à Vila do Espírito Santo (atual Vila Velha), sabendo ler e escrever, apresentou queixa contra Angelo Marcellino Pinto, liberto, com 40 anos de idade mais ou menos, casado, lavrador, de nacionalidade brasileira, residente no lugar denominado Paul, na Freguesia de Cariacica. A queixa era de que Angelo Marcellino havia seduzido um escravo de Antônio Gonçalves Laranja. O nome desse

escravo era Ignácio. Ele era preto de nação e aparentava ter mais de 50 anos.

Esse seria mais um caso de fuga de escravo vista por um proprietário como sedução para utilização de serviços não fosse uma série de circunstâncias peculiares envolvendo a situação e que assim a tornam de especial interesse para nós.

Começamos pelo depoimento do Sr. Antônio Gonçalves Laranja. Segundo ele, desde o dia 8 de setembro de 1872 o seu escravo Ignácio estava fugido de sua casa. Foi naquele dia que, aproveitando-se de sua ausência, apresentou-se em sua casa o liberto Angelo Marcellino, acompanhado de um escravo de nome Clemente, pertencente a Sebastião Pinto da Conceição, e, “iludindo a um filho dele respondente, de nome Policarpo, de idade de 14 anos, fez este dar um bilhete ao escravo Ignácio para procurar senhor sem consentimento da mulher dele respondente, nem dele” (APEES, Inq. nº 384, 1872, fl. 13).

Pelo depoimento e pela queixa do Sr. Antônio Gonçalves Laranja, ficamos sabendo ainda que a casa de Angelo Marcellino ficava defronte à dele, respondente, menos de um quilômetro, separadas as duas casas apenas pelo rio chamado Marinho; que o escravo Ignácio vinha trabalhando para Angelo Marcellino até recentemente, seja colhendo roça de milho, seja cuidando de um pequeno canavial, seja conduzindo barcadas de lenha, juntamente com Angelo Marcellino, até Vitória. Diz-nos ainda que procurou por todos os meios reaver o seu escravo e que Angelo Marcellino o insultou e que até uma vez, há um mês e meio, esperou a ele, Gonçalves Laranja, no caminho, quando voltava de Cariacica, e o atacou acompanhado de Joaquim de Sant’Anna Roza. Em relação a esse último episódio, o Sr. Antônio Gonçalves Laranja nos esclarece que não chegou a ser ofendido por Angelo Marcellino e Joaquim de Sant’Anna Roza, e sim que Angelo Marcellino

limitou-se a avançar sobre o cavalo em que montava ele respondente armado de cacete ameaçando-lhe e dizendo-lhe: se ainda não estava desenganado de procurar o escravo Ignácio e que lhe havia de fazer uma desfeita se continuasse a procurar o escravo (APEES, Inq. nº 384, 1872, fls. 5, 13 e 14).

Em seu depoimento, Angelo Marcellino confirmou que conhece o escravo Ignácio, mas que não sabe de seu paradeiro. Ao ser perguntado se o escravo Ignácio trabalhou em sua casa e terras, fazendo roça de milho, feijão e cana naquele ano, Angelo Marcellino respondeu:

que é verdade, plantou e que o milho e o feijão o escravo limpou e colheu quando estava em casa de seu senhor e que a cana ainda existe abandonada por não ser tratada, visto ter fugido o escravo depois que fez a colheita do milho no mês de setembro deste ano mais ou menos (APEES, Inq. nº 384, 1872, fl. 15).

No final de seu depoimento, ao ser perguntado se tem vindo à cidade vender lenha acompanhado do escravo Ignácio, Angelo Marcellino deu uma resposta direta e incisiva. Ele disse que

[...] não seria tão estúpido que viesse a esta cidade acompanhado de um escravo cativo e fugido de outrem; e que alguma vez que veio à cidade vender lenha com o dito escravo foi com o consentimento do senhor dele, em canoa dele, quando o escravo estava em casa dele; depois que fugiu, não pode saber aonde ele para, sabendo porém que está fugido (APES, Inq. nº 384, 1872, fls. 15-16).

Mesmo se pela última declaração de Angelo Marcellino fique claro que havia certo perigo em vir à cidade – e aqui Vitória aparece como o local urbano por excelência em relação às freguesias e às vilas próximas – acompanhado de um escravo fugido, não é o que podemos inferir do depoimento da primeira testemunha no inquérito.

Manoel Pinto Aleixo, de 51 anos de idade, empregado público, casado, residente em Vitória e natural do Porto, em Portugal, sabendo ler e escrever, ao ser perguntado se sabia se o réu vinha constantemente com o escravo Ignácio a esta cidade, conduzindo lenha para aqui vender, declarou “que encontrara uma noite o réu presente embarcando no cais Municipal com uma pessoa de cor preta, mas que esta testemunha não a conheceu, ignorando por isso se era escravo essa pessoa, ou livre, e para onde se dirigia” (APEES, Inq. nº 384, 1872, fls. 23-24). O que se observa pelo depoimento é uma dificuldade em se saber da condição de uma pessoa na cidade simplesmente pela sua cor ou ocupação.

Na primeira parte de seu depoimento, Angelo Marcellino admitiu que o escravo Ignácio trabalhou em suas terras, mas acrescentou um dado novo: Ignácio já ali trabalhava com o consentimento de seu senhor antes de ter fugido.

Joaquim de Siqueira Coutinho, de 30 anos de idade, lavrador, casado, morador no lugar denominado Campo Grande, no distrito de Cariacica, natural

da própria província, não sabendo ler e escrever, ao ser inquirido sobre os fatos, respondeu que ignorava que o réu ocultasse com fraude o escravo Ignácio, pertencente a Antônio Gonçalves Laranja, e acrescentou que

o que sabe a tal respeito é que antes de abandonar o dito escravo a casa de seu senhor, eximindo-se ao cativo, trabalhara nas terras do réu, com licença deste e consentimento do senhor do dito escravo, no sábado e domingo de cada semana, dias em que o dito escravo trabalhava para si (APEES, Inq. nº 384, 1872, fls. 24-25).

Mas o depoimento mais esclarecedor a esse respeito é o de José da Victoria do Espírito Santo, 60 anos de idade, lavrador, casado, morador na Vila do Espírito Santo, natural da própria província, não sabendo ler e escrever, que, ao ser inquirido sobre os fatos, disse

[...] que não sabe que o escravo Ignácio estivesse em poder do réu presente; porquanto indo ele testemunha com o próprio senhor do mesmo escravo procurá-lo em casa do réu, não o encontraram, porém que tendo o visto em uma plantação de cana nas terras do réu e perguntado de quem era esta, respondeu-lhe José de Santana Roza que era pertencente ao escravo Ignácio, que ali trabalhava em terras que lhe dava o réu porque o seu senhor não lhe dava terras para trabalhar (APEES, Inq. nº 384, 1872, fl. 33).

O escravo Ignácio, assim, por esse último depoimento, já havia conquistado o direito de trabalhar para si nos finais de semana, pois fazia isso com o consentimento de seu senhor. No depoimento também consta que as terras eram dadas ao escravo Ignácio pelo liberto Angelo Marcellino e que a plantação de cana pertencia ao próprio escravo. Embora não tenhamos como saber com certeza quais os parâmetros das relações de trabalho que existiam entre Angelo Marcellino, que cedia a terra, e Ignácio, que nela trabalhava, o certo é que não se tratava de uma pura e simples utilização da capacidade de trabalho de Ignácio como escravo por Angelo Marcellino. Não se tratava, portanto, de simples sedução de escravo, como queria o queixoso.

Ao escravo Ignácio se aplica plenamente aquilo que Hebe Maria Mattos (1998) chama de politização da ação cotidiana do escravo. Sentindo-se no direito de ter acesso a terras para trabalhar nos finais de semana e não tendo a sua expectativa atendida por seu senhor, Ignácio não esperou

para agir. Ele fez mais ainda, providenciou, com a intermediação do liberto Angelo Marcellino e do escravo Clemente, junto ao filho de seu senhor um inusitado “bilhete para procurar senhor”.

O que Ignácio procurava fazer era dar sentido a uma experiência de liberdade que era sua, embora ele ainda fosse cativo. Ignácio parecia ver a liberdade de uma forma que, segundo Sidney Chalhoub, era muito comum entre escravos, libertos e mesmo entre os senhores no Brasil escravista do século XIX. Tal visão de liberdade estava associada ao “viver sobre si”, que podia significar: “viver só, isto é, longe do senhor; e não pagar jornal ou dar ‘contas de sua vida a pessoa alguma” (CHALHOUB, 1990, p. 114). Ignácio mostrou-se disposto a radicalizar tal visão de liberdade com a fuga e com a disposição de procurar, ele mesmo, outro senhor que aceitasse as suas condições.

No último depoimento analisado, o de José da Victoria do Espírito Santo, também reaparece um personagem, que não depõe no inquérito e que só surge nele incidentalmente, mas de forma significativa. Trata-se do Sr. José de Sant’Anna Roza, que informou ao depoente José da Victoria do Espírito Santo e ao senhor do escravo Ignácio, Antônio Gonçalves Laranja, que a plantação de cana pertencia ao escravo Ignácio, quando eles foram à casa do réu procurar o escravo e não o encontraram e nem ao próprio réu. Mas encontraram na casa do réu Angelo Marcellino o Sr. Sant’Anna Roza.

Mas quem era José de Sant’Anna Roza? Pela queixa do Sr. Gonçalves Laranja, que abre o processo, ficamos sabendo que se trata, nada mais nada menos, do ex-senhor do réu Angelo Marcellino Pinto, e seu nome exato era José Joaquim de Sant’anna Roza (APEES, Inq. nº 384, 1872, fls. 5 e 14).

A complexidade da realidade histórica, imperceptível por qualquer tentativa de generalização, é realmente fascinante. Estamos diante de um caso em que um ex-escravo ajuda um escravo a fugir com a solidariedade de seu ex-senhor. Trata-se de uma situação em que tudo o que sabemos de convencional sobre o que governava as relações entre senhor e escravo vai pelos ares. Ainda bem que nestes momentos sentimos o chão firme sob nossos pés, porque podemos contar com uma fonte de tal qualidade.

Falta analisar o que significava para um escravo o fato de receber, ou obter, um “bilhete para procurar senhor”, algo que também nunca havíamos visto em tudo o que tínhamos lido até então sobre a escravidão. Para isso examinaremos o fato, muito mais trágico, de outro escravo que também recebeu um bilhete desse tipo, embora em circunstâncias totalmente diferentes.

Expectativas e vivências de liberdade

No dia 6 de julho de 1874 foi aberto um inquérito, solicitado pelo Sr. Joaquim José da Silva, para se verificar a identidade de um cadáver encontrado no mar, no local denominado Ilha das Caiheiras, próximo a Vitória.

Pelo auto de exame de cadáver, constatou-se que se tratava de um homem de cor parda, cabelos carapinhos, barba cerrada, estatura regular e aparentando ter entre 30 e 35 anos. Todas as testemunhas que viram o cadáver o reconheceram, apesar de seu adiantado estado de putrefação, e disseram se tratar de Francisco, escravo do Sr. Joaquim José da Silva, morador na própria ilha das Caiheiras. Ainda no auto de exame de cadáver, os peritos declararam que o cadáver em questão era o de Francisco José da Silva, pelo que ouviram dizer. Se o escravo realmente tinha sobrenome e, nesse caso, tratava-se de um escravo batizado, tal sobrenome é o de seu senhor. Conclui-se que a morte havia se dado por afogamento. Há também uma unanimidade nos depoimentos das testemunhas em concluir que tal afogamento se deu por livre e espontânea vontade do escravo Francisco, ou seja, que se tratava de um suicídio.

O inquérito foi conduzido então objetivando saber as razões pelas quais Francisco decidiu dar fim à própria vida. A primeira razão a que fomos levados a pensar que motivaria o suicídio de um escravo, e que devia também ter sido a primeira hipótese levantada por quem conduziu o inquérito, era o excesso de maus tratos de seu senhor. No entanto, em todas as inquirições, inclusive nos interrogatórios feitos a três libertos condicionais, parceiros de Francisco, todos responderam que Francisco era bem tratado por seu senhor.

Um sobrinho da mulher do senhor de Francisco, de nome Dionízio Pinto Furtado, de 40 anos de idade, viúvo, negociante, natural da própria província e morador na Ilha das Caiheiras, sabendo ler e escrever, declarou em seu depoimento que não havia problemas entre Francisco e seu senhor, a não ser um episódio específico e recente. À exceção desse episódio, “nada lhe consta deste com seu senhor, pelo contrário ele era bom escravo” (APEES, Inq. nº 452, 1874, fl. 13).

O episódio a que se referiu o sobrinho da mulher do senhor de Francisco foi narrado com detalhes pela primeira testemunha do inquérito, Cândido de Miranda Freitas, 52 anos de idade, natural de Vitória, empregado aposentado, morador na Ilha das Caiheiras, sabendo ler e escrever, que disse em seu depoimento que

[...] o próprio escravo, alguns dias antes de sua morte, dissera a ele testemunha que havia tido com o seu parceiro de nome Daniel, escravo também de seu senhor, uma contenda, e que nessa ocasião veio uma agregada da família e os repreendera afim de não incomodarem a seu senhor que estava doente ao que respondera o dito escravo Francisco que ela com isso não se importasse, e que se retirasse porquanto eram meras desavenças entre parceiros que o seu senhor não precisava saber, e porque a mesma agregada de novo instasse para que se calassem, repetiu o dito escravo acrescentando que esta não era coisa alguma, e que se alguma coisa era, que o comprasse; a que respondeu a agregada que o não comprava porque não tinha dinheiro, ao que respondeu-lhe o escravo dizendo o que era feito do dinheiro que ela tinha roubado a seu senhor. E sendo seu senhor sabedor disso, mandou dizer ao escravo Francisco que fosse procurar senhor, que dele não queria mais saber como seu escravo (APEES, Inq. nº 452, 1874, fl. 8).

Ao ser perguntado se havia tido com o escravo alguma outra conversação e se, mesmo durante essa de que falou, não lhe revelara o escravo mais alguma coisa, a testemunha acrescenta que

[...] o mesmo escravo lhe havia dito também que não queria mais servir a seu dito senhor, ao que ele testemunha aconselhou-o, fazendo-lhe ver que outro senhor melhor este não encontraria. O escravo porém repetiu-lhe que não queria mais sujeitar ao seu senhorio, a fim de não dar gosto à mesma agregada de comer mais o seu dinheiro (APEES, Inq. nº 452, 1874, fls. 8-9).

A partir de uma questão menor com seu parceiro Daniel, Francisco tivera uma discussão com uma agregada de seu senhor, que acabou por ser o que levou seu senhor a mandar dizer a Francisco que fosse procurar outro senhor. Joaquim José da Silva, portanto, não queria aborrecimentos com escravos seus.

Era comum escravos serem alforriados com a alegação de que estavam sendo libertados pelos bons serviços prestados. Embora bons serviços também pudessem se constituir em obstáculos à alforria, ao tornarem o escravo muito desejado ou mesmo indispensável para o seu senhor, o que Peter Eisenberg encontrou em suas fontes foi um caso único de um senhor que alforriou seu escravo pelos maus serviços prestados. Em 1884, o senhor do escravo Antônio, africano, alforriado com prestação de serviços, embora co-

brando por sua generosidade a quantia de 100\$000, o libertou. Na verdade o remiu da prestação de serviços anteriormente acordada “com a condição de nunca pisar no meu sítio nem no bairro dos Passarinhos termo de Jundiá, ficando com o direito de expulsá-lo de lá para fora, se por acaso aparecer lá algum dia” (EISENBERG, 1989, p. 297).

Francisco declarou a Cândido de Miranda, quando este lhe disse que ele não encontraria senhor melhor, que não queria mais se sujeitar a este senhor “a fim de não dar gosto à mesma agregada de comer mais o seu dinheiro”. Mas de que dinheiro estaria Francisco falando? À primeira vista parece se tratar do dinheiro de seu senhor. Mas para Francisco podia se tratar também de seu próprio dinheiro e, nesse caso, Francisco teria consciência de que era explorado pelo seu senhor, que com o seu trabalho sustentava esta agregada. Mesmo que admitamos que o nível de consciência de Francisco não chegasse a tal ponto, para ele pelo menos era claro que a agregada vivia à custa de seu senhor. Sua decisão de não querer mais servir a Joaquim José da Silva, sem contestar o conselho de Cândido de Miranda de que ele não encontraria melhor senhor, era, para Francisco, uma forma de evitar que a agregada continuasse a roubar o seu senhor. Francisco tinha consciência que havia uma relação entre o que entendia ser um roubo que praticava a agregada a seu senhor e o seu próprio trabalho. Quando diz que não queria mais se sujeitar a seu senhorio, ele revela sua decisão de cortar o mal pela raiz. Por enquanto, é apenas isto que podemos concluir. O que, aliás, não é pouco. Estamos de qualquer forma muito distantes de uma extravagante conclusão de que Francisco tenha se suicidado por um problema de consciência de classe. Não sabemos ainda por que ele se suicidou.

O depoimento de Daniel, 25 anos de idade, filho de Luiza (liberta), lavrador, natural da própria província, morador na ilha das Caiheiras e liberto condicionalmente por Joaquim José da Silva, lançou um pouco mais de luz nessa trajetória de trevas que devem ter sido os últimos dias de Francisco.

Daniel é o parceiro com quem Francisco tivera uma pequena desavença que desencadeou a discussão com a agregada de seu senhor. Ele disse em seu depoimento

[...] que o escravo morrera afogado, por ter seu senhor o mandado procurar novo senhor, e que dias antes de ter sido encontrado afogando-se [sic] por Manoel Pinto Pereira, tivera uma questão com ele respondente e por essa razão seu senhor incomodando-se lhe disse outra vez que procurasse senhor porque estando

doente não queria escravos que o incomodasse [sic]. No dia seguinte ao que teve certeza de que com efeito o comendador José Ribeiro Coelho tinha ordem para vendê-lo, apareceu doente, disse este que de uma indigestão, e no dia seguinte foi o sucesso que acima referiu (APEES, Inq. nº 452, 1874, fl. 19).

Nesse depoimento de Daniel há informações que são indispensáveis para a nossa tentativa de descobrir o que motivou Francisco a tomar essa decisão radical. Daniel disse que, no dia seguinte ao que teve certeza de que o procurador de seu senhor, o comendador José Ribeiro Coelho, efetivamente tinha ordem para vendê-lo, Francisco apareceu doente e no outro dia cometeu suicídio.

Ao tratar dos negócios da escravidão na Corte e de como às vezes tais negócios viravam pelo avesso, Sidney Chalhoub (1990) dá ênfase ao quanto podia ser traumático para um escravo a mudança de senhor. Nesse seu trabalho são explicitadas as diferentes maneiras como os escravos procuravam influenciar seu destino quando das vendas e como, quando não conseguiam agir no sentido seja de evitar a própria venda, seja de influenciar na escolha do novo senhor, adotavam estratégias mais radicais, como a fuga.

O senhor de Francisco não apenas lhe ordenou que procurasse novo senhor. Ele providenciou por seu procurador para que fosse vendido.

Como no depoimento de Daniel, em vários outros depoimentos somos informados de que o Sr. Joaquim José da Silva resolveu dizer a Francisco que não o queria mais como escravo e iria vendê-lo, porque, estando doente, não queria escravos que o incomodassem.

Além de Daniel, depõem no processo dois outros parceiros de Francisco. São eles: Gregório, representando ter 25 anos mais ou menos, filho natural da escrava Francisca, casado, carpinteiro, liberto condicionalmente, morador na ilha das Caiheiras, e Caetano, de 40 anos de idade mais ou menos, solteiro, lavrador, natural da Costa da África, liberto condicionalmente por Joaquim José da Silva, morador na ilha das Caiheiras.

Como Daniel, também Gregório e Caetano eram libertos condicionais. Essa condição aparentemente a meio termo entre a escravidão e a liberdade carregava uma grande dose de ambiguidade. O liberto condicional Gregório reconhece o cadáver do escravo Francisco, “de seu senhor Joaquim José da Silva”. Gregório não está informando que o senhor de Francisco era Joaquim José da Silva, o que seria redundante. O que ele quer dizer é que Francisco era escravo de seu próprio senhor, o que significa que Gregório, apesar de ser

liberto condicional, ainda se considerava como escravo. Gregório também diz que Francisco tivera uma questão com “um escravo seu companheiro”. Mas Daniel, com quem Francisco tivera a questão, era também liberto condicional e Gregório devia saber disso (APEES, Inq. nº 452, 1874, fl. 18). Podemos perceber assim que esses libertos condicionais viam sua liberdade como uma espécie de promessa formalizada e que, enquanto a condição de liberdade não fosse cumprida, ainda se consideravam como escravos.

Daniel e Caetano também responderam da mesma forma que Gregório: quando perguntados se reconheciam o cadáver a eles apresentado, disseram que Francisco era escravo “de seu senhor”, Joaquim José da Silva (APEES, Inq. nº 452, 1874, fls. 19-20).

Agora já podemos juntar as peças de nosso quebra-cabeça. São elas: a doença do senhor de Francisco; a condição dos parceiros de Francisco; e, por último, a decisão pela venda de Francisco. O incidente com a agregada não é uma peça indispensável.

Francisco tinha pelo menos três parceiros que já haviam sido libertados condicionalmente pelo seu senhor Joaquim José da Silva. Qual seria a condição sob a qual foram libertados Daniel, Gregório e Caetano? Muito provavelmente a de servirem a seu senhor até a morte dele.

Joaquim José da Silva estava doente e são várias as testemunhas que tinham conhecimento da enfermidade. O que nos leva a crer que essa condição já vinha de algum tempo e que não se tratava de um simples resfriado.

Certamente que Francisco tinha expectativas de se tornar liberto como o foram Daniel, Gregório e Caetano e, como eles, também devia contar com a liberdade definitiva para breve, com a morte de seu senhor. Francisco era tido como um escravo de bom comportamento e esperava ser premiado por isso. Sua venda agora significava começar tudo de novo e ele não suportou essa ideia. Para Francisco, a vida só fez sentido enquanto ele acreditava na liberdade. Quando essa ilusão se desfez, ele decidiu pôr fim à própria vida.

Sua decisão radical e desesperada pelo suicídio pode ser explicada por essa conjunção de fatores de seu destino. Que ele tenha decidido morrer entrando pela vastidão do mar pode reforçar a nossa interpretação ou não, sendo apenas uma imagem um tanto ou quanto poética, ou mesmo piegas, de sua morte, se é que pode haver poesia na morte. Abusiva ou não essa imagem, o fato é que para Francisco, para quem a liberdade devia parecer próxima, essa foi, afinal, a única liberdade possível.

O escravo Ignácio conseguiu, iludindo ou não o filho de seu senhor, um “bilhete para procurar senhor” e foi cuidar de sua vida. O escravo Francisco recebeu um bilhete do mesmo tipo e foi cuidar... de dar fim à própria vida. As experiências de vida e de busca por espaços de liberdade desses dois escravos mostram que o cotidiano da escravidão era povoado de esperanças em relação ao que podia se tornar a vida de cada um, e também de desventuras. Uns conseguiam tanto alimentar seus sonhos como às vezes absorver eventuais frustrações, outros não. Um prosaico “bilhete para procurar senhor” podia ser um recomeço ou um passo adiante para alguns e um fim para outros.

REFERÊNCIAS

Fontes

APEES. Inquérito nº 384, Cx. 664, 04.12.1872, Summario Crime, A justiça, Angelo Marcellino Pereira, 43 fls.

APEES. Inquérito nº 452, Cx. 668, 06.07.1874, Verificação de Identidade de cadáver, Joaquim José da Silva, requerente, 24 fls.

APEES. Inquérito nº 484, Cx. 669, 20.10.1875, Mandado de apreensão de escravos, 6 fls. não numeradas manuscritas.

APEES. Inquérito nº 499, Cx. 670, 29.08.1876, Summario Crime, A justiça, Frei João do Amor Divino Costa, réu, 72 fls.

APEES. Inq. nº 626, Cx. 676, 21.03.1880, Summario Crime, A Justiça, Laurindo, escravo do Pe. Joaquim de Santa Maria Magdalena Duarte, réu, 17 fls, manuscritas, fl. 2.

Obras de apoio

CHALHOUB, S. **Visões da liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

EISENBERG, P. L. Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX (1987). In: EISENBERG, P. L. **Homens esquecidos**: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

FREYRE, G. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

MATTOS, H. M. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, séc. XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

ELEMENTOS DA ESCRAVIDÃO AFRICANA NO BRASIL

Carlos Engemann

Ampliando a visão da escravidão

Quando se fala em escravidão no Brasil, uma das imagens mais candentes e expressivas é a do negro atado ao pelourinho, levando chibatadas, enquanto é observado por outros dois que, pelo sangue que vertem das nádegas, sabe-se que também já apanharam. Para além da aquarela de Jean-Baptiste Debret à qual aqui se faz referência, a imagem da violência, estrutural e pedagógica na instituição do cativo, ficou tão presente no imaginário brasileiro que praticamente eclipsou todas as demais possíveis. O imaginado contrato da violência e da não resistência, como dito por Carlos Augusto Taunay (2001), um grande cafeicultor fluminense e autor do famoso *Manual do Agricultor Brasileiro*, permite entrever apenas uma das muitas faces das relações escravistas. Em certo sentido, aceitar o açoite como único mecanismo nas relações entre senhores e escravos imporia um questionamento acerca da capacidade criativa desses homens e mulheres. Se assim o fosse, somente os que fugiram e se aquilombaram foram capazes de alguma ação. Todos os demais teriam sido, por conseguinte, incapazes.

Porém, há muito mais a saber sobre a escravidão do que simplesmente estudar os homens que açoitaram e os outros que foram por eles açoitados, tal como os fixados na aquarela de Debret. Dessa mesma imagem já nos é possível obter uma primeira característica a ser conhecida: a predominância numérica de homens na escravidão. Tal como mostra o pintor francês, havia mais homens que mulheres entre os escravos. Em geral foram dois terços a três quartos de homens no cômputo total da população cativa.⁵⁹ Esta

59. Como Debret retratou uma coletividade, sua aquarela pode tornar-se mais que mera ilustração; ela nos serve de fonte que, uma vez cruzada com outras fontes, referenda a ideia de

desproporção se deve a um fator crucial para a manutenção da escravatura no Brasil: o tráfico atlântico. Sem este comércio não haveria condições de manter a mão de obra cativa em níveis suficientes para atender à demanda da economia na América portuguesa, já que a natalidade sempre foi consideravelmente baixa e a mortalidade infantil, não apenas entre os escravos, era extremamente alta. Assim, sem o tráfico de escravos vindos da África, dificilmente teríamos escravos em quantidade e constância suficientes para atender às necessidades dos proprietários de terras no Brasil.

Dos indígenas aos africanos

O uso da mão de obra indígena esbarrou em alguns problemas que tornaram o expediente ineficaz. Capturados em larga escala no século XVI para fins de escravidão, com o crescimento das atividades econômicas, os índios tornaram-se incapazes de atender plenamente à demanda. Em primeiro lugar, havia a mortalidade elevada dos diversos grupos indígenas, preados ao longo dos séculos XVI e XVII, até quase não existirem mais. Gripes, sarampo, sífilis e outras doenças conhecidas na época pelo genérico nome de febres foram difundidas entre os nativos pelos europeus e contribuíram consideravelmente para uma fratura demográfica de grandes proporções.⁶⁰ A agravar essa fratura, estavam as guerras de preagem ou de ocupação, nas quais os índios, ao apresentarem resistência, eram mortos.

A grave mortalidade de nativos que acompanhou todo o processo de ocupação e conquista das terras fez com que, progressivamente, as expedições de preagem de escravos indígenas tivessem que ir cada vez mais longe e, por consequência, serem cada vez mais caras e de difícil realização. Com isso, tornava-se cada vez mais escasso o capital a ser investido nas expedições de captura de escravos índios. Em contrapartida, as expedições pelo Atlântico tinham duração regular e, portanto, custo mais ou menos previsível. Com um retorno mais garantido, o escambo de escravos na costa africana tornou-se mais atrativo para investidores e compradores.

que havia, na maior parte do tempo, um padrão de mais homens do que mulheres entre a população cativa.

60. Por fratura demográfica estamos designando a queda dos níveis populacionais entre os diversos grupos indígenas.

Na África, as populações que já lidavam com a escravidão em suas fronteiras muito antes da presença dos europeus faziam uso mais modesto da mão de obra escrava, geralmente em pequenos grupos agrícolas e para serviços domésticos. Com a chegada das frotas portuguesas, depois inglesas, holandesas e outras mais, a urgência pela produção de um número constante de escravos fez com que os mecanismos que anteriormente tinham como resultante a produção de cativos, tais como dívidas, oráculos e principalmente a guerra, passassem a ter como objetivo a consecução de cativos. Os grupos africanos militarmente mais fortes tinham condições de realizar várias razias e emboscadas, capturando um elevado número de indivíduos, que eram levados, geralmente atados por forquilhas dois a dois, até a costa, onde eram escambados e embarcados nos navios negreiros.

Os produtos utilizados no escambo de escravos nas praias e fortes africanos eram artigos supérfluos que serviam, na verdade, para gerar e manter o *status* dos africanos mais poderosos dentro dos grupos dominantes. Tecidos, pólvora, armas, tabaco e cachaça, entre outros, eram levados de vários pontos do Império Português à África, onde eram trocados por contingentes populacionais inteiros. Desse modo, a escravidão teve o curioso caráter de gerar e sustentar elites extremamente perversas e ordens sociais altamente excludentes em ambos os lados do Atlântico. Na América, o produto do trabalho dos escravos, uma vez expropriado, era o suporte de uma elite senhorial e de toda a estrutura social excludente que lhe era peculiar. Ao mesmo tempo, os produtos introduzidos nas sociedades africanas que escambavam cativos com os traficantes também contribuíam para a sustentação da diferenciação gerada pelas desiguais condições de apresamento.

Houve, no tráfico atlântico, uma confluência de demandas diferentes, porém complementares, em termos da população a ser escambada. Para os haréns islâmicos foram muitas das mulheres capturadas, vendidas ou trocadas como cativas, para se tornarem esposas; e para as plantações e cidades da América vieram, preferencialmente, homens considerados mais aptos ao trabalho pesado. Assim se explica, em grande medida, a discrepância entre os sexos na população escrava brasileira.

O mercado de escravos

No caso dos cativos remetidos ao Brasil, havia grande possibilidade de que o porto de destino fosse o de Salvador ou o do Rio de Janeiro, dependendo da época em que desembarcassem. Nos primeiros anos do século XVIII, quando as terras das Minas abriram seus generosos veios à cobiça dos homens, houve considerável crescimento na demanda por braços escravos no centro-sul da colônia. Os até então hegemônicos traficantes de escravos de Salvador, com trato em África principalmente nos portos de Grande Popa, Ajudá, Jaquim e Apá, na costa ocidental, viram seus lucros subirem e descerem em pouco mais de uma década. Subiram em função da demanda mineira atendida por eles, mesmo que deixando desabastecidas as plantações de açúcar nordestinas, apesar das sanções portuguesas que tentavam evitar a concentração de oferta em Minas Gerais. Descerem como corolário da aglutinação de mercadores no negócio do tráfico, gerando uma inflação no mercado de cativos das praias da África.

Para agravar os problemas dos traficantes soteropolitanos, o litoral da Costa da Mina foi sacudido por uma série de eventos de ordem político-militar que alterou significativamente o regime de controle portuário da região. A partir do início do segundo quartel do século XVIII, os reinos de Daomé e Oió – esse último o maior dos Estados iorubas – entram em disputa pelo controle do tráfico de escravos nos portos de Ajudá e Jaquim, como dito, dois dos principais portos do comércio baiano na África. O resultado final dessas disputas foi o declínio do tráfico e a destruição do porto de Jaquim e da fortaleza portuguesa de Ajudá.

Com isso, o que se viu foi o aumento da inserção de comerciantes do Rio de Janeiro no circuito do tráfico de almas pelo Atlântico, também favorecido pela abertura do Caminho Novo, que reduziu o tempo de chegada às Minas de cerca de quarenta dias para apenas dez ou doze dias, permitindo que, a partir da década de 1730, o porto da Praça XV fosse se tornando o maior receptor de africanos no Brasil. Assim, em meados dos Setecentos, o porto de Salvador já havia perdido a posição de principal entrada de escravos na colônia. Aportar na Baía de Guanabara e ser levado ao mercado do Valongo, estabelecido em substituição à Praça XV a pedido dos moradores da região, tornara-se uma frequente via de inserção na escravidão para os que saíam dos portos africanos rumo ao Brasil.

O Valongo, com sua paisagem bucólica, era a metáfora perfeita para as profundas desigualdades da sociedade escravista brasileira. Para alguns viajantes que registraram sua passagem por lá, o lugar era quase aprazível, com aparência de aldeia litorânea, emoldurada por uma paisagem exuberante que se descortinava pelas encostas do Morro da Conceição até o Morro do Livramento, recobertas de verde, abrigando pequenas casas de telhados avermelhados. Para outros, com olhos mais sensíveis, era um amontoado de lojas de carne, com odor pútrido, ar insalubre e aspecto repugnante. Para os escravos devia ser o umbral de uma nova realidade sociocultural, já que, a partir dali, passariam a ser chamados de boçais e estariam expostos ao escrutínio dos seus possíveis compradores, ainda sem entender o que falavam em suas ponderações e regateios.

Sobrevivendo como escravo: estratégias de negociação e de conflito

O reverendo Pascoe Granfell Hill, cujo diário foi publicado com o título *Cinquenta dias a bordo de um navio negro*, identificou nos cativos recém-chegados, expostos ao exame dos arrematadores durante um leilão, “um ar de obstinação [que] parecia expressar seus sentimentos de degradação por estarem sendo postos à venda”. Quiçá este ar de obstinação também revelasse um desapontamento com a imobilidade que a situação lhes impunha. Até que pudessem, por exemplo, ver seus novos nomes cristãos, associados às descrições de seus corpos, estampados em um dos muitos anúncios de fugas de escravos que frequentavam as páginas do *Jornal do Commercio* e de outros periódicos menores, ou ainda esquadrinhar alguma outra estratégia possível, certamente seria necessário conhecer um pouco mais os meandros da sociedade escravista brasileira.

A esse respeito, podemos ver o que ocorreu com Mahoma Gardo Baquaqua, um africano islâmico escravizado e enviado para o Brasil no século XIX. Sua trajetória é significativa: após passar por vários senhores, Baquaqua é vendido a um proprietário de navio mercante que levava café para os Estados Unidos. Ao chegar lá, Baquaqua foge e é acolhido por um grupo de abolicionistas, converte-se ao cristianismo e dita as suas memórias a um membro de sua congregação. A sua biografia é um documento de rara importância, já que apresenta visões de um escravo acerca da sociedade escravista brasileira.

A certa altura do texto, Baquaqua diz que seu plano primeiro era ser um bom escravo, para tentar embutir na alma de seu futuro proprietário o desejo de ser um bom senhor. Mais do que simples submissão, trata-se de construir uma estratégia. Embora essa tenha sido sua primeira escolha, por certo não era a única que conhecia. A resistência ao cativo, outra estratégia possível, era uma possibilidade real também na África. Segundo as pesquisas de José Curto, houve, entre 1846 e 1876, mais de três mil fugitivos recapturados em Angola, um dos principais portos de saída de africanos para o Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX, o que aponta para uma cultura de reação ao cativo também no lado africano do Atlântico. Eis o que se lê no *Boletim Oficial de Angola*, jornal governamental português da época: “Existe em depósito na cadeia pública, um escravo fugido de nome Ngunga, capturado em Cambambe, o qual diz pertencer ao morador de Ambaca, o Quinginge”.

Embora frustrada, a fuga de Ngunga é emblemática. Uma das consequências de se acreditar que a escravidão no Brasil era só o tronco é se habituar a pensar que a reação ao castigo foi uma estratégia endógena, forjada no suplício dos açoites e nas dores dos ferros. Se, ao caso de Ngunga, no entanto, acrescenta-se o de Baquaqua, fica evidente que tanto a negociação quanto o conflito não são novidades para os desembarcados. Talvez, parafraseando a *Fala do Trono de 1867*, tudo fosse uma questão de forma e oportunidade.

Trabalho e cotidiano

Uma vez comprados, os escravos eram utilizados em praticamente todo o tipo de trabalho que se possa imaginar. A conhecida afirmativa do padre Antonil, de que os escravos são os pés e as mãos dos senhores, resume bem esta condição. No entanto, uma das funções mais frequentes para um escravo era o trabalho agrícola, cuja intensidade podia variar de acordo com os períodos de plantio e colheita e seus intervalos. Cada cultivo tinha suas características próprias e dificuldades que lhes eram inerentes. Como narra o mesmo padre, o período da colheita da cana era um dos mais sacrificantes para o trabalho escravo, que se estendia noite adentro nas chamadas vigílias.

De modo geral, os escravos não trabalhavam sozinhos, eram grupos de trabalhadores sob a supervisão de um feitor ou capataz. O sistema de turmas ou *gangs* era considerado pelos proprietários o ideal para organizar e

vigiar o trabalho dos seus cativos. A fabricação de açúcar, a mineração, assim como a produção de café, quando realizadas em grande escala, eram produto do trabalho de numerosas turmas que se revezavam nas suas tarefas. Esse sistema caracterizou o trabalho escravo de tal modo que seria rejeitado como mecanismo de organização produtiva pelos ex-escravos, no período pós-abolição, por remeter à condição do cativo.

A organização do trabalho das turmas era complexa, pois envolvia grupos especializados em tarefas específicas e certa divisão sexual das tarefas. Na colheita da cana, por exemplo, aos homens cabia o corte e a limpeza das canas e às mulheres a amarração dos feixes. O mesmo sistema de organização impunha uma cota de trabalho para cada escravo, a fim de identificar a rentabilidade de cada indivíduo e evitar que o trabalho não tivesse o rendimento esperado. A quantidade de trabalho no corte da cana era ensinada aos escravos por meio de unidades de medidas fundamentais como as mãos, os dedos e os feixes de canas. Assim, a média era cortar sete mãos com dez feixes para cada dedo, com doze canas a cada feixe: as contas são simples, sete mãos vezes cinco dedos de cada mão, equivalem a 350 feixes; com doze canas em cada feixe, chegamos a 4.200 canas diariamente por escravo no eito. Se considerarmos corretas as informações de Antonil, teremos, por exemplo, que o engenho de Dona Feliciano da Pena, proprietária de terras na Ilha do Governador, Rio de Janeiro, falecida em 1656, e que possuía pelo menos 46 escravos capazes de trabalhar no eito na época da colheita, poderia produzir quase duzentas mil canas por dia para alimentar a sua moenda. Certamente por isso é que, ao falecer, seus bens somavam a bagatela de 13:070\$060 (treze contos, setenta mil e sessenta reis), o suficiente para comprar mais de cem dos melhores escravos, jovens, saudáveis e com ofício especializado (em média 1\$200,00 – mil e duzentos réis – na época).

Quanto às demais atividades, além das do eito, os escravos poderiam exercer as mais inusitadas tarefas em prol do sustento e da fortuna de seu senhor. Dona Feliciano possuía, entre seus escravos, quatro barqueiros (sendo um aprendiz), dois caldeireiros, dois carpinteiros, cinco carreiros e mais cozinheiras, escravos “da casa” e “do açougue”, além de um oleiro e um pescador. Além dessas, outras funções eram registradas com frequência nos inventários de proprietários, tais como: ferreiros e falquejadores, amas e parteiras, passadeiras e engomadeiras, tanoeiros e curtidores, barbeiros e enfermeiros, tecelões e até músicos.

Pela lista apresentada, percebe-se que também há uma divisão sexual de tarefas, como visto no eito da cana. É possível ver que as funções exercidas por escravas – cozinheiras, amas, parteiras, engomadeiras e passadeiras – referem-se aos cuidados mais imediatos dos senhores (incluindo os filhos e os objetos de uso pessoal deles). Estão ligadas, de algum modo, à casa e seus habitantes. Embora haja escravos trabalhando na casa e assinalados em inventários como “da casa” e mucamos, o predomínio nessas funções é feminino. Os homens que se especializavam de algum modo cuidavam, em geral, dos equipamentos e insumos para as atividades econômicas. Stuart Schwartz (2001, p. 89-122) mostra que determinados tipos de ocupação costumavam render ao escravo não apenas tempo extra para cuidar de sua própria produção, mas também uma diferenciação social em relação aos demais cativos. Desse modo, as estratégias podem ter sido diferenciadas em acordo com expectativas sociais específicas para cada sexo, segundo as possibilidades que lhes eram oferecidas para ascender a uma atividade diferente da labuta na lavoura de cana, de mandioca, do café, ou do que quer que se tratasse. De um lado teríamos as atividades de mando, ocasionalmente exercidas por escravos – feitor ou capataz –, e as de ofício especializado – ferreiros, tanoeiros, carpinteiros, fálquejadores, carreiros, curralheiros – abertas, em geral, aos homens, cabendo às mulheres funções domésticas e domiciliares.

Parte do interesse dos escravos no exercício de uma atividade especializada residia no fato de tal habilidade lhes facultar algum tempo livre para o cuidado de suas próprias roças. Isso se deve a uma peculiaridade do trabalho escravo no Brasil que acabou se disseminando para outras áreas escravistas. O chamado “sistema brasileiro”, inicialmente tido como extremamente cruel pelos proprietários caribenhos, acabou sendo adotado e ganhando espaço em outras partes. Tal sistema consistia em conceder aos escravos, em especial aos casados e ligados a uma família, mas não apenas a esses, um pedaço de terra para que pudessem trabalhar em suas próprias roças e produzir para consumo próprio e venda do excedente. Ainda que aparente ser um benefício aos escravos, fornecer a terra e permitir que nela trabalhassem nos domingos e dias santos era na verdade um alívio econômico para os senhores. Os escravos se tornavam ainda mais baratos, já que produziam seu próprio sustento, gerando pouca despesa de manutenção ao proprietário, que arcava apenas com algum eventual complemento às refeições, duas mudas de roupa de tecido grosseiro por ano e possíveis despesas médicas. A

vantagem para o escravo era poder acumular algum pecúlio proveniente da venda do eventual excedente de sua produção. Em compensação, ele trabalhava praticamente todos os dias de sua existência até que os seus recursos pudessem lhe facultar a compra da alforria.

Seja com o produto de suas plantações ou com o que os seus senhores forneciam, os escravos faziam, geralmente, de duas a três refeições ao dia. A primeira, o almoço, realizada ou ao nascer do sol, antes de saírem para trabalhar, ou até no máximo por volta das oito horas da manhã, com duração de cerca de trinta minutos. Uma segunda refeição, mais longa, acontecia por volta do meio dia, o jantar, que poderia incluir um pequeno intervalo de descanso, levando até duas horas. Eventualmente, poderia ocorrer ainda uma terceira refeição ao anoitecer, a ceia. O conteúdo das refeições também era variado, podendo incluir farinha de guerra (farinha de mandioca), arroz, feijão, milho, frutas locais e carne seca ou peixe.

População escrava, família e cotidiano

Outro elemento que também contribuiu para modelar o cotidiano dos escravos foi a sua constituição populacional particular. Viver como escravo, obviamente, também implicava conviver com escravos. Daí a importância que a estrutura populacional pode ter assumido na vida dos escravos. As possibilidades de composição são múltiplas, desde pequenos grupos com um ou dois escravos até senhores que eram donos de senzalas com mais de mil habitantes, entre homens, mulheres e crianças. Desse modo, como dissemos anteriormente, o quadro populacional da escravidão como um todo era específico, com contornos definidos pelas opções mercadológicas do tráfico transatlântico de almas, mas o quadro populacional de cada região e de cada unidade produtiva também poderia apresentar seus contornos distintos.

Segundo Sheila de Castro Faria (1998, p. 289-354), na região de Campos dos Goitacases entre 1698 e 1800, a maior parte dos proprietários de escravos era formada por donos de engenhocas com um número de escravos que variava de dois até 69. A razão era de 170 homens para cem mulheres, ou seja, cerca de dois terços de homens para um terço de mulheres. Além disso, ainda segundo a autora, os proprietários mais antigos – ou seja, os que apresentaram maquinarias classificadas como “já usadas” ou “velhas”, junto

com as ditas “novas” ou “ainda em bom uso” – tinham em suas escravarias significativas proporções de crianças. Apenas com esses dois dados, razão de mulheres e concentração de crianças, já é possível perceber que a formação de parentesco, ao menos o que se constitui entre mãe e filho, era possível nas propriedades de Campos.

Destarte, se forem tomados os dados da autora para o norte fluminense colonial, podemos perceber que havia diferenças profundas na constituição da estrutura social entre grupos escravos. O fato de as unidades produtivas mais antigas, indicadas pela presença de engenhos “usados” ou “velhos”, possuírem certo número de escravos em idade inferior a onze anos indica diferentes contextos sociais dados pela presença de laços parentais entre os escravos. Embora possa haver laços de parentesco entre indivíduos de escravarias pertencentes a senhores diferentes, como cônjuges e, mais frequentemente, compadres afilhados, a proliferação de parentes dentro de uma mesma escravaria, além de mais frequente, era certamente decisiva na criação de códigos de comportamento e regras de convívio. Daí que um africano comprado por um proprietário de um engenho mais antigo provavelmente tivesse que se adaptar às regras sociais que norteavam a política cotidiana, por encontrá-las consolidadas como costume entre os seus pares.

Quando falamos de regras sociais podemos pensar em todo tipo de padrão de solidariedade ou de hierarquia social, estabelecidos por meio dos mecanismos e regras do parentesco, de códigos de conduta e da partilha de crenças e rituais. Provavelmente a primeira delas é a hierarquização dada pelo parentesco, isto é, em princípio, mães têm autoridade sobre filhos, mas outras podem ter surgido nas tramas do cotidiano cativo de cada região ou unidade produtiva, composta de uma ou mais fazendas do mesmo proprietário. As regras básicas do parentesco definem que tipo de laço cada parente tem com seu correspondente, com quem se pode contrair parentescos como matrimônio e compadrio, a quem é vedada a consecução de parentesco (por ser incesto ou outra interdição qualquer). Os códigos de conduta referem-se à moral, ao que é lícito e ao que é ilícito no consenso de dado grupo. A moral está, em geral, ligada ao patrimônio de crenças religiosas e, portanto, aos rituais fundamentais de cada comunidade.

Batizar um rebento, então, tinha para os escravos um sentido social próprio, a bem da doutrina católica. Além disso, obter compadres e padrinhos significava engendrar laços sociais tanto de solidariedade quanto de hierar-

quia, o que significava organizar o universo social. O mesmo pode se dizer do matrimônio que, para além do amor romântico, era uma opção de aliança entre indivíduos e grupos de indivíduos. Por isso, o parentesco certamente ocupou lugar de destaque na vida dos escravos. A prova disso são as pilhas de livros de registros de casamentos, batismos e óbitos de escravos, que, além dos sacramentos, registraram padrões sociais, como a tendência à endogamia, isto é, a maior frequência no casamento entre si de indivíduos vindos da África e de casamentos entre si de escravos nascidos no Brasil, os chamados crioulos, do que casamentos envolvendo cônjuges de diferentes lados do Atlântico.

Conclusão

Como visto, a violência, com seu sentido pedagógico e repressor, convivia com outros mecanismos compensatórios para aliviar a tensão e a pressão que ela própria exercia sobre o cativo. Nesse sentido, a circulação de bens financeiros ou simbólicos poderia constituir um dos meios para tornar a vida cativa minimamente suportável. Tal circulação provavelmente gerava alguma acumulação, em especial do bem mais precioso em uma situação de penúria: a esperança. Para o senhor, a esperança era de que não haveria fugas ou rebeliões, para os escravos a esperança era de poder, um dia, acumular bens suficientes para chegar a sair de sua condição social, ascendendo para além da escravidão.

REFERÊNCIAS

ENGEMANN, C. **De laços e de nós**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

FARIA, S. de C. **A colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FLORENTINO, M. **Tráfico, cativo e liberdade**: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LOVEJOY, P. **A escravidão na África**: uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARQUESE, R. de B. **Feitores do corpo, missionários da mente**: senhores, letrados e o controle de escravos nas Américas, 1680-1880. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MATTOS, H. M. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste Escravista – Brasil, séc. XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SCHWARTZ, S. B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001.

SLENES, R. W. **Na senzala uma flor**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, M. de C. **Devotos da cor**: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

TAUNAY, C. A. **Manual do agricultor brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ESCRAVO ATÉ PROVE-SE O CONTRÁRIO: PETIÇÃO DO LIBERTO DELFINO À CÂMARA DOS DEPUTADOS (1826)⁶¹

Adriana Pereira Campos

Kátia Sausen da Motta

Este capítulo trata de certo liberto que figura entre os cidadãos signatários das petições enviadas à Câmara dos Deputados no ano de 1826. O direito de petição, garantido na Constituição do Império em 1824 (parágrafo 30 do artigo 179), provinha de longa tradição, cujas raízes se colocaram no alvorecer da Idade Moderna, em especial o *right of petition*, que permitiu aos súditos ingleses dirigirem representações ao rei. Segundo Vantuil Pereira (2010, p. 217), o Brasil independente herdou o instituto da antiga metrópole. Os portugueses eram autorizados a denunciar atos excessivos e desconhecidos do monarca enviando-lhe diretamente uma representação. O direito de petição também foi consagrado na Declaração de Direitos da Pensilvânia de 1776 e na Constituição Francesa de 1791. Em 1824, a carta magna brasileira registrou o direito nos seguintes termos:

Todo o Cidadão poderá apresentar por escrito ao Poder Legislativo e ao Executivo reclamações, queixas ou petições e até expor qualquer infração da Constituição requerendo perante a competente autoridade a efetiva responsabilidade dos infratores.

No caso em análise, certa petição foi dirigida ao Parlamento para reclamar da prisão ilegal sofrida por certo liberto sem a devida “formação de culpa”. Denunciava-se que o trâmite processual das provas sobre a legalidade da alforria não podia ensejar sua permanência no calabouço. Discutia-se

61. O presente texto foi apresentado no *VII Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, ocorrido em 2015 na Universidade Federal do Paraná.

a liberdade como presunção da condição civil de qualquer homem livre e a sua prevalência sobre a condição de propriedade. No entanto, toda essa súplica surgiu, em nossa opinião, em decorrência de processo denominado “ação de escravidão” (GRINBERG, 2009, p. 420; 2006, p. 106). Perdígão Malheiro apresentou, inclusive, a distinção entre as demandas judiciais que objetivavam declarar alguém escravo ou livre e liberto.⁶² O objetivo aqui é debater a precariedade da liberdade dos forros em contradição com o vocabulário liberal empregado por parte da elite brasileira e ainda demonstrar como os processos judiciais permaneciam atados aos conceitos legais de escravização quando se colocava em risco a segurança senhorial.

Do Delfino aos Barcelos Carneiros

A petição de Delfino foi uma entre as muitas enviadas à Câmara em 1826, o que tornou essa forma de representação marcante no ano de abertura da Assembleia Geral e cercada de grandes expectativas. Vantuil Pereira (2010, p. 244-245) contabilizou 73 petições ao mês, o que proporcionou verdadeira onda de requerimentos ao Poder Legislativo brasileiro por parte de seus cidadãos. Mais de 70 % dessas petições advieram de particulares, o que evidencia o problema central desse instrumento constitucional: a afluência robusta de representações individuais aos parlamentares num país onde a maioria era analfabeta.

Delfino, portanto, não estava sozinho ao se dirigir ao Congresso. No dia em que o parecer de sua petição foi lido em plenário, outras tantas foram avaliadas.⁶³ As petições apelavam diretamente ao conjunto dos deputados sem a interveniência de representantes e davam voz ao cidadão comum no espaço parlamentar por meio da leitura de seu requerimento. Curiosamente, contudo, a primeira carta constitucional foi omissa sobre a qualidade dos cidadãos que podiam se dirigir diretamente ao congresso, o que abriu oportunidade singular ao forro Delfino, cuja liberdade se encontrava questionada na Justiça criminal.

62. O jurista brasileiro esclarece que as tentativas judiciais de declarar uma pessoa escrava eram denominadas “ações de escravidão”, enquanto o processo inverso, declaração do indivíduo como livre ou liberto, era classificado como “ação de liberdade” (MALHEIRO, 1866, p. 128).

63. A petição foi encaminhada para a Comissão de Petições durante a sessão de 17 de julho de 1826. No entanto, no dia seguinte o requerimento foi despachado para a Comissão de Legislação e de Justiça Civil e Criminal. O parecer foi lido no plenário em 7 de maio de 1827 (*Anais da Câmara dos Deputados de 1826*, tomo I, p. 32).

A petição foi apresentada aos representantes legislativos poucos meses após o início dos trabalhos na Câmara dos Deputados, o que denota senso de oportunidade política por parte do demandante ou de seus representantes. Delfino era residente em Campos de Goytacazes, naquela época pertencente à Província do Espírito Santo, e encontrava-se preso no calabouço da Corte, fato contra o qual dirigia seus protestos. A ausência do cumprimento dos procedimentos judiciais por parte das autoridades poderia aproximar o caso de Delfino às diversas outras petições, não fosse seu estreito vínculo com a senzala. É exatamente essa particularidade que este texto pretende enfatizar.

A representação possui duas folhas escritas, frente e verso, às quais foram anexadas as cópias da carta de alforria de Delfino e das sentenças da “ação de escravização”. Ao final consta o parecer da Comissão parlamentar.⁶⁴ A documentação, no seu conjunto, tem onze folhas manuscritas que ilustram a singularidade deste caso em relação às petições remetidas ao Parlamento brasileiro. Verifica-se, da leitura dos autos, que Delfino emergira no mundo da liberdade no turbilhão de disputas entre os herdeiros do falecido João Antônio de Barcelos Coutinho⁶⁵, fazendeiro rico com profundas relações com o mundo do cativo.

Delfino sofrera, segundo relato de seu procurador, prisão ilegal sob o pretexto de ser escravo da fazenda Quissamã, administrada por João Antonio de Barcellos, filho varão do Brigadeiro José Caetano de Barcelos Coutinho, até seu assassinato em 1825. O caso é bastante complexo, porque envolve dissensões além do próprio Delfino. Desde a morte de João Antonio Barcellos, seu primo e cunhado, o Coronel João Carneiro da Silva, passara a reivindicar o lugar de herdeiro e apresentava-se como o administrador dos bens do Brigadeiro. Entre outras providências, o Coronel resolveu solicitar em juízo a prisão de Delfino, alegando ser seu verdadeiro possuidor. Conclui-se, então, que o cativo não se encontrava na fazenda quando o novo administrador assumiu o lugar.

Dos autos se depreende que, em 15 de março de 1826, Delfino se dirigia à capital do Império a mando de certo Joaquim José Gomes da Silva Castro. Ele portava, inclusive, passaporte em que se atribuía seu domínio a Joaquim e se autorizava sua viagem até a Corte. Exatamente quando deixava Campos de Goytacazes, Delfino fora aprisionado pelo Coronel João Carneiro e colocado

64. A Comissão de Legislação e de Justiça Civil e Criminal que elaborou o parecer era composta pelos seguintes deputados: José da Cruz Ferreira, Antônio da Silva Telles e Antônio Augusto da Silva.

65. No processo ele vem apenas designado como João Antonio Barcellos.

na sumaca de nome Catana. Neste ínterim, a requerimento de Joaquim José Gomes, Delfino foi enviado para a cadeia da Corte. Nos documentos consta que a prisão foi autorizada pelo Juízo Criminal do Bairro de São José, quando os dois contendores se enfrentaram sobre a posse do dito escravizado.

Tudo indica que o juiz resolveu manter na prisão o cativo enquanto analisava a contenda. Dessa decisão, Joaquim José Gomes interpôs embargo, questionando a decisão em face do fato novo produzido no curso dos acontecimentos. Segundo descrição do próprio procurador, Joaquim José Gomes “cansado de insulto [...] e levado mais do impulso de uma beneficência bem entendida do que uma ambição culposa libertou o suplicante” em 26 de maio de 1826 (CEDI, 1826, fl. 1, frente e verso). Com disposição de contrariar fortemente o administrador de Quissamã, Joaquim Gomes abriu mão da posse sobre Delfino para tentar pôr fim àquela mesquinha e ambiciosa que-rela, mas apenas conseguiu transformar a liberdade de Delfino em quimera.

E não era pequena a rixa resumida nos autos. O responsável por aprisionar Delfino foi o Coronel João Carneiro da Silva, suposto administrador da propriedade Quissamã, uma das principais fazendas produtoras de açúcar da região. A descrição de sua importância foi dada por Victor Frond e Charles Ribeyrolles (1859, p. 15). Na ocasião da passagem por Campos, em 1850, os viajantes franceses relataram a visita a “uma dessas opulentas fazendas de açúcar” e também sublinharam “o acolhimento delicado que se presta ao estrangeiro naquela grande e antiga casa, onde a hospitalidade é hábito de longos anos”.

Imagem 1. Fazenda Quissamã (1859)



Fonte: Ribeyrolles e Frond (1859).

Algum tempo depois, Quissamã também receberia outra visita ilustre: D. Pedro II.⁶⁶ A hospedagem do imperador evidencia não apenas o destaque da propriedade na paisagem local, mas também fornece indicativos da importância política da família que passaria efetivamente a ser a proprietária das terras, a Carneiro da Silva. O Coronel João Carneiro da Silva acumulou, alguns anos mais tarde, o título de Barão de Ururai, Comendador da Ordem da Rosa e da Ordem de Cristo (BLAKE, 1827-1903, p. 393; LAEMMERT, 1852, p. 47). De acordo com Rafael Bivar Marquese e Tâmis Peixoto Parron (2005, p. 116), a velha estirpe dos Carneiro da Silva se destacava entre os potentados familiares da região por sua aproximação política com a formação do novo Estado e com os quadros políticos que se instalavam no poder. O irmão do Coronel, José Carneiro da Silva, foi o principal representante político da família. Com atuação destacada no processo de independência, ele foi eleito deputado da Província do Rio de Janeiro e ostentou carreira nobiliárquica, tais como de Fidalgo, Barão e Visconde de Araruama.

O vínculo, portanto, entre Delfino e o Coronel João Carneiro era a fazenda Quissamã, que pertencera ao Coronel João Antônio Barcelos Coutinho. Barcelos sucedeu na administração da famosa fazenda a um irmão natural, Inácio Julião de Barcelos (nascido em 1759). Consta que João Barcelos contraiu matrimônio em 1786, aos 16 anos, com a prima D. Ana Joaquina de Velas Carneiro, irmã do Coronel João Carneiro da Silva. O casal, porém, não se entendeu e Ana Joaquina voltou a habitar na casa dos pais sem gerar nenhum filho do ex-marido. Pode-se imaginar o desgosto da família com este desenlace.

O Brigadeiro veio a falecer em 1814, e abriu-se a linha sucessória ao seu filho legítimo João Antonio Barcelos (SILVA, 1819, p. 44). Talvez o falecimento tenha dado a possibilidade de João Antônio iniciar o processo de perfilhação de seus cinco filhos naturais que tivera com três cativas de seu pai, Felícia Joaquina, Anastácia Ferreira e Paulina (SOARES, 2007, p. 398). Todos os filhos já tinham sido libertados na pia batismal, exceto João Batista, que nascera livre, pois sua mãe, Anastácia, fora antes libertada. Tudo indica que João Antônio de Barcellos se amasiara, portanto, com mulheres cativas e com uma delas gerou o varão e futuro herdeiro, João Batista de

66. Rafael de Bivar Marquese e Tâmis Peixoto Parron (2005) informam que o Imperador D. Pedro II visitou Campos de Goitacazes e se hospedou na fazenda Quissamã na segunda metade do Oitocentos.

Barcelos Coutinho. Aliás, Anastácia obtivera sua carta de alforria e pudera atuar em processo na defesa da herança do filho. O trágico fim do Coronel João Antonio Barcelos, assassinado em 1825, aos 42 anos, complicaria a vida dessa família egressa da senzala. Os parentes rebelaram-se, especialmente o ramo dos Carneiro da Silva, e a briga transbordou os limites da família e ganhou as páginas do *Jornal do Commercio*, que noticiou, por exemplo, no dia 17 de abril de 1828:

Os herdeiros do falecido Coronel João Antônio de Barcelos Coutinho e o Sargento Mor José Joaquim Pinto na qualidade de tutor dos menores, e administrador de todos os seus bens, e do encapelado pertencente a seu tutelado João Batista de Barcelos Coutinho, fazem público pela pessoa de seu bastante procurador Maurício Miguel Boom, também herdeiro, que ninguém compre aos Tenentes Coronéis João e José Carneiro da Silva, ou a outra qualquer pessoa, gado vacum, cavalar, lanígero, e nem bens alguns daquele falecido Coronel, porque eles não são Srs. dos mesmos, e sim intrusos como os Anunciantes já fizeram público em 17 de abril de 1826; igualmente fazem público que ninguém lhes compre propriedades algumas, e nem lhes pague foros das terras arrendadas, por que ainda se não concluiu o inventário e partilhas, e movem-se diversos pleitos; e protestam os Anunciantes haver todos os bens do poder, em que estiverem, assim como foros, arrendamentos das casas e tudo quanto pertencia ao casal daquele falecido (NOTÍCIAS..., p. 4).

O episódio ilustra de maneira exemplar a “precariedade estrutural da liberdade” como formulada por Sidney Chalhoub (2010). Mesmo um poderoso senhor de terras descendente de prestigiada família local poderia ter seu desejo de libertar os filhos obliterado por torpeza, mesquinhez e vingança daqueles que ambicionavam manter o patrimônio nas mãos senhoriais. A família Carneiro da Silva (SOARES, 2007, nota 10), inconformada com o destino da fortuna, reivindicou, na Justiça, o direito contido nas *Ordenações Filipinas* segundo o qual o vínculo dos bens deveria permanecer “perpetuamente” na família.

Dos trâmites do processo

Para compreender o principal argumento jurídico das ações envolvendo Delfino, o conceito de morgadio precisa ser esclarecido. O morgadio consistia num vínculo de terras, rendas ou outros utensílios provenientes de determinada profissão, feito pelo respectivo instituidor. Os bens assim vinculados não podiam ser vendidos nem de outra forma alienados, cabendo ao respectivo administrador (o morgado) o cumprimento das determinações do instituidor, o usufruto do morgadio e o gozo dos rendimentos proporcionados pelos bens vinculados. Só com expressa autorização real era possível vender ou trocar parte desses bens vinculados, ou mesmo extinguir o morgadio. Mas era possível acrescentar bens ao morgadio, e, por vezes, a instituição do vínculo obrigava mesmo que cada administrador lhe acrescentasse a sua terça.

Essa é a razão de João Antônio de Barcelos Coutinho e João Carneiro da Silva serem designados, nos autos, como administradores de Quissamã, que era um bem do morgadio instituído por ancestrais dos dois. Consta que Luís de Barcelos Machado fundou um morgadio e erigiu uma capela a Nossa Senhora do Desterro Furado, em 1694, mais tarde transferida para Capivari, vila localizada na Paraíba do Sul.⁶⁷ A fazenda Quissamã era vínculo desse morgadio e, no século XVIII, crescera em poder com a administração do Brigadeiro José Caetano de Barcelos Coutinho, que ao longo da vida comandara suas terras com atos de violência e repressão aos seus desafetos. Possivelmente, por esse motivo, João Barcelos aguardara o passamento do pai para legitimar seus filhos nascidos de mulheres cativas (SILVA, acesso em 21 fev. 2015).

A contestação dos Carneiros da Silva se baseava, portanto, no Título 100 do 4º Livro das *Ordenações Filipinas*, que prescrevia

Por que ordem se sucederá nos Morgados e bens vinculados
Por tirarmos as dúvidas, que se movem em alguns casos sobre
a sucessão dos Morgados, ordenamos, que na sucessão deles e

67. Antiga Capitania de São Tomé, doada por Dom João III a Pero de Góis, em 1534. Em 1627, Martim de Sá concedeu sesmarias a vários administradores na região denominada Campos dos Goitacás, em terras cedidas à Coroa pelo herdeiro do antigo donatário. Mais tarde, Salvador de Sá e Benevides adquiriu terras ao sul do rio Paraíba, onde ergueu um povoado. Em 1663, instalou-se a vila. Em 1674 foram criadas duas capitanias nessas terras; uma em favor do visconde de Asseca e outra destinada a João Correia de Sá, passando ambas a ficar conhecidas como Paraíba do Sul ou Campos dos Goitacás.

dos bens vinculados [...], de maneira que sempre o filho e seus descendentes legítimos per sua ordem representem a pessoa de seu pai [...] (PORTUGAL, Título 100, p. 990).

Pelo exposto pelo procurador Maurício Boom, o requerimento de João Carneiro denunciava Delfino como bem com *vínculo* ao morgadio e, como tal, encontrava-se sob seu poder como herdeiro. Em meio a essa intriga familiar, Joaquim José Gomes ingressara nos autos, primeiramente como proprietário de Delfino e, diante das resistências dos Carneiro da Silva, como seu benfeitor. A carta de alforria se produzira, como se viu, no curso do processo com o claro objetivo de causar efeito suspensivo a todo o arrazoado que sustentava Delfino no calabouço. Outra informação curiosa é a de que o procurador Maurício Bomm era também advogado de João Batista Barcelos Coutinho, o filho que João Antônio de Barcelos concebera com mulher liberta. E mais, Boom era também parente do falecido. Observam-se, nessa trama, certos laços entre livres e libertos que, de certo modo, beneficiaram Delfino.

O recurso à alforria afigura-se, nos autos, como ato que se sustentava nos novos conceitos jurídicos inscritos na carta constitucional. Os provocativos termos da petição inicial abusavam do vocabulário liberal da época. Maurício Boom, na posição de procurador de Delfino, lançava mão de pretensões de direitos ainda em discussão no país e usava de maneira muito hábil o conceito “liberdade” como algo universal, apesar de pisar em solo resolutamente escravista. Pode-se afirmar que suas alegações tomavam certo “horizonte de expectativa” de direitos, como já realizado, em vista das proposições da carta de 1824. Esse efeito retórico consubstanciava-se na pretensão de derrogar determinações das velhas ordenações ante a inscrição da liberdade e da cidadania na constituição do país. Reclamava-se, com efeito, da decisão da Casa de Suplicação, que mantivera a prisão de Delfino até que o processo de sucessão definisse a legalidade (ou não) de sua compra por Gomes e a legitimidade de sua carta de alforria. Afirmava-se que o veredito contrariava a posição de “guardião da Constituição”, que deveria ser observada por aquela Corte de Justiça.

Ao observar isoladamente a categoria na qual se enquadra o ato peticionário de Delfino, “Justiça Civil/Criminal”, verifica-se, de acordo com levantamento de Vantuil Pereira, que era o segundo tema mais abordado pelos requerentes da época. Este era um dos principais pontos relacionados

aos direitos do cidadão, pois se abordavam temas como as reformas institucionais, a dissolução do Desembargo do Paço, a criação do Supremo Tribunal de Justiça, o abuso de autoridades e as prisões sem culpa formada. No período de construção de novo edifício judiciário e legislativo e de extinção das instituições do Antigo Regime, o cidadão buscava, no Parlamento, a garantia dos direitos proclamados na Constituição (PEREIRA, 2010, p. 260-271). Andrea Slemian (2006, p. 198) afirma que as primeiras legislaturas da Câmara dos Deputados desempenhavam importante papel na confecção de leis, como também na função de guardiã contra as injustiças que pudessem ser praticadas aos moradores do novo país. A prova disso, conforme salienta a autora, estava no recorrente envio de pedidos de “observância das Leis” ao plenário logo em seu primeiro ano de trabalho.

Era justamente este o motivo da súplica de Delfino ao denunciar sua detenção arbitrária e a ausência do cumprimento dos procedimentos legais pelas autoridades competentes. Na petição, alertava-se aos deputados a “ferida que sofreu a Constituição neste negócio” e esperava-se dos “Augustos e Digníssimos Senhores” a devida atenção e urgência que o caso exige.

A alforria de Delfino, concedida por José Gomes Castro no andamento do processo, não apenas rompia seu *vínculo* com a escravidão, mas também o colocava sob o novo estatuto de cidadão do Império. A Constituição de 1824 demarcara, dois anos antes da petição, quem faria parte do recém-independente país e, no primeiro parágrafo do artigo responsável pela definição dos “cidadãos brasileiros”, incluiu os libertos como membros da nação.⁶⁸ No campo legal, o reconhecimento da cidadania permitiria a Delfino desfrutar de direitos civis e até de alguns dos direitos políticos caso possuísse a renda estipulada na carta magna brasileira. Essa era a linha de defesa adotada por Maurício Boom. Na petição enviada aos deputados, brandia-se contra a ilegalidade da prisão de um homem liberto “por pendências de questões civis, sem a presença de um crime em processo!” (CEDI, 1826, fl. 2).

Mais de trinta anos depois, o famoso publicista José Pimenta Bueno (1857, p. 414-415) afirmaria o impedimento da prisão sem culpa formada

68. “São Cidadãos Brasileiros” - “Os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação” (*Constituição Política do Império do Brasil*, 1824, art. 6, inciso I). Deve-se atentar que a Carta Constitucional se refere a libertos nascidos no Brasil, dessa forma, para um escravo africano tornar-se cidadão, não bastava apenas a concessão da alforria, mas também era necessário o pedido de naturalização.

como garantia fundamental dos cidadãos brasileiros. Nas vilas e nos lugares mais povoados, o juiz tinha o prazo de 24 horas para constar ao réu o motivo da prisão e os nomes de seu acusador. Além disso, a lei determinava que a prisão não poderia ser executada senão por ordem escrita de autoridade legítima, à exceção do flagrante de delito (BRASIL, 1824, art. 179, inciso VIII). O texto constitucional buscava resguardar elementos caros ao espírito constitucionalista e liberal da época e basilares em toda Constituição imperial, como a liberdade e a segurança individual. A prisão, de acordo com as anotações de Bueno (1857), afigurava-se em privação desses direitos. Apenas se admitia o sacrifício da liberdade após a formação de culpa do criminoso, quando a prisão se configurava indispensável, na opinião do jurista, para a manutenção da ordem e da justiça pública. De acordo com o autor:

Por isso mesmo, porém, que é um tão grave sacrifício, a lei deve, por suas sábias determinações, precaver e impedir toda arbitrariedade. É nesse intuito que ela ordena a entrega da nota da culpa ao preso, prescreve as condições legais da ordem de prisão, e que pune a infração de seus preceitos [...] (BUENO, 1857, p. 415).

O procurador de Delfino antecipava em três décadas igual concepção e considerou possível revolucionar o rito processual até ali desenhado por meio do princípio da ilegalidade de prisões sem culpa formada: “[...] O Suplicante como liberto é um cidadão o que como tal não pode ser preso, e muito menos continuar a existir em prisão” (CEDI, 1826, fl. 2). Além do mais, sua retórica liberal buscava criar perplexidade aos julgadores:

Admira que se autorizem prisões arbitrárias, que senão faça diferença do estado antigo da escravidão do Suplicante ao estado de Cidadão de que ele hoje logra. Admira que conhecendo-se no processo a qualidade de Cidadão na pessoa do Suplicante continua o mesmo processo contra ele como dantes (CEDI, 1826, fl. 2).

No embargo à sentença do juiz criminal do Bairro da Sé e de São José, o juiz pareceu acompanhar a interpretação de Maurício Boom. Pela certidão juntada à petição, o magistrado declara em sua sentença que

[...] pelas provas expedidas e o mais a que dos autos se colige e disposição de Direito e *em virtude da Liberdade* a folhas no-

venta e duas *que deve ser garantida* bem como deve ser garantida aquele Direito do Embargado que a pessoa enquanto não for convencido de injusto possuidor seja o pardo Delfino posto em Liberdade depois que tiver prestado fiança idônea [...] (CEDI, 1826, fl. 6 verso, grifos nossos).

Dois questões jurídicas importaram na interpretação do juiz: a primeira é a garantia da liberdade, e a outra, a de propriedade. Ele esclarecera, entretanto, que o problema de domínio deveria ser discutido em outro juízo, embora fosse relevante. Lícito concluir que a prisão prejudicaria a liberdade concedida a Delfino se ela se perpetuasse, e o domínio era assunto dos litigantes, não do prisioneiro. A fiança, contudo, comprova o caráter provisório da decisão. Caso o negócio se configurasse ilegal, como alegado pelo Embargado, o caso deveria ser retomado e nova decisão sobre a liberdade seria dada.

De fato, outro recurso derrubaria a frágil deliberação em favor da liberdade de Delfino. O Coronel João Carneiro da Silva utilizou recurso processual de agravo, pois considerava a liberdade de Delfino um risco ao seu domínio sobre o “cativo”. Os argumentos jurídicos do procurador mais uma vez o colocam na trincheira da defesa da liberdade, pois justificavam que o ilícito deveria ser cobrado do contraventor, e não do liberto, em razão de Delfino possuir a qualidade de cidadão:

Que tem o Suplicado Carneiro com o Suplicante? Proponha as ações que quiser contra aquele Gomes e Castro que comprou e libertou o Suplicante, porque contra este nada mais pode ter visto que a liberdade surtiu os seus efeitos.

Proponha as ações que quiser, se assentar que o Suplicante pode ser objeto de um vínculo, apesar de não ser estável a sua existência; proponha as ações que quiser, porém no meio de tudo o Suplicante há de ser Solto; muito mais porque prezo se lhe dificultam os meios de sua defesa (CEDI, 1826, fl. 2).

Na interpretação de Boom, e também do magistrado da decisão dos embargos, apenas João Carneiro da Silva ou Joaquim José Gomes deveriam sofrer as penas do processo, porque o efeito da carta de alforria produzira um cidadão que não poderia retornar à condição de escravo.

Da provisoriedade da liberdade no Brasil do Oitocentos

O Coronel João Carneiro da Silva defendeu a recuperação de seu cativo com base no título 58 das Ordenações, que tratava “dos que tomam forçosa-mente a posse da coisa, que outrem possui”. Como se viu, o embargo à decisão do juiz que manteve Delfino encarcerado no calabouço deu verdadeira cambalhota no processo, pois Joaquim José Gomes apresentou carta de alforria alterando totalmente a condição de Delfino, que, como liberto e cidadão, não podia permanecer na prisão sem culpa formada. Esse também foi o entendimento do magistrado que decidiu pela soltura do forro. Depois de pagar a fiança, o mesmo juiz não permitiu a liberação de Delfino, visto a decisão ter sofrido apelação à instância superior. Diante dessa recusa, o procurador de Delfino interpôs agravo, sustentando ocorrer tergiversação por meio de caminhos processuais sinuosos com o objetivo de resguardar prisão inconstitucional. Cabia, com efeito, recurso quando a sentença prejudicava direito de alguma das partes. O tribunal recursal à época, a Casa de Suplicação⁶⁹, prolatou acórdão sustentando a prisão do forro até julgamento da apelação.

Inconformado, Maurício Boom dirigiu-se ao Congresso contra o que denominava “chicana” de requerimentos cujo fim era somente retardar a liberação de Delfino. Em relatório de duas páginas, mas sem nenhuma reflexão mais aprofundada sobre o assunto, os parlamentares decidiram legitimar a decisão da Corte com base no argumento de que a apelação se encontrava em curso. As palavras empregadas na petição evidenciam, por um lado, a injustiça e a privação de direitos do forro e, por outro, sublinham o impasse jurídico entre escravidão e liberdade naquele período. O Regedor da Casa de Suplicação, João Ignacio da Cunha, consolidou a decisão do juiz criminal do Bairro da Sé, Francisco José Alves Carneiro, pois “[...] não podia ser de outro modo. Portanto, vistos os autos não lhe dão provimento.

69. “A transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, ocasionou profundas transformações na organização judiciária da colônia. Em 10 de maio daquele ano, o alvará do príncipe regente D. João elevou a Relação do Rio de Janeiro à condição de Casa da Suplicação do Brasil, como tribunal de última instância, tendo a mesma alçada da Casa da Suplicação de Lisboa, o que representou o início de uma justiça nacional. [...] No período imperial, com a criação do Supremo Tribunal de Justiça, em 1828, a Casa da Suplicação do Brasil foi extinta de direito, extinguindo-se de fato em 1833, quando se restaurou a Relação do Rio de Janeiro, que retornou à sua condição de tribunal local. [...]” (*Casa de Suplicação – 1803-1833*). Disponível em: <http://www.tjrj.jus.br/institucional/museu/pdf/evolucao/casa_de_suplicacao_brasil.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2015.

Rio, oito de julho de 1826” (SILVA, 1992, p. 12). O Congresso, diante deste singular caso, analisou os autos e laconicamente resolveu:

Acresce que o suplicante não pode dizer-se Cidadão enquanto não for ultimamente decidida a questão que pende sobre a sua liberdade. Portanto, a Comissão julga indeferível o Requerimento. Paço da Câmara dos Deputados, 8 de Agosto de 1826 (CEDI, 1826, fl. 11).

Essa jurisprudência levada ao Congresso, com poderes para interpretar a Constituição, confirma de maneira substancial a precariedade da liberdade concedida aos cativos no Brasil. É elucidativo constatar a frequência de argumentos tradicionais e conservadores da ordem senhorial como base das ações de escravidão impetradas no Judiciário brasileiro.⁷⁰ A mais subserviente dessas regras consistia na obrigação consagrada nas *Ordenações Filipinas* (PORTUGAL, Título 63, parágrafo 7º, p. 865-866): a falta de gratidão era elementar para a revogação da alforria. Ainda que no ano de 1866 Perdigão Malheiro tenha afirmado o descabimento da ingratidão como fulcro de ações de escravidão no direito brasileiro, Keila Grinberg (2006, p. 109) demonstrou seu uso recorrente na Corte de Apelação no Rio de Janeiro entre os anos de 1808 e 1870. A historiadora encontrou o dispositivo como elemento jurídico dos processos de reescravidão em treze processos. Contrariando, portanto, a exposição de Perdigão Malheiro, a prática jurídica reviveu ao longo do Oitocentos matéria das *Ordenações* que o jurista julgava proscriita pelas leis brasileiras.

Vale ressaltar que, nos casos da revogação com base na ingratidão, o querelante precisava, em primeiro lugar, afirmar a legitimidade da alforria concedida para, em seguida, questionar o comportamento “ingrato” do liberto. Certamente a ação ganhava fragilidade, pois o senhor antecipadamente aceitava litigar com um indivíduo de posse da liberdade e, conseqüentemente, da cidadania. E, talvez por isso, Keila Grinberg tenha encontrado a justificativa da inviolabilidade da propriedade mais frequentemente do que a falta de gratidão. Curiosamente, no artigo 179 da Constituição, que formava o grosso das justificativas de ação de escravidão, também figurava a segurança da inviolabilidade da liberdade. Possivelmente, em face dessa ambigüidade, não

70. Sobre o assunto consultar Campos (2003).

constam nem a ingratidão nem a inviolabilidade da propriedade nos requerimentos do Coronel João Carneiro da Silva. Preferiu-se optar por argumento mais vinculado ao domínio, com base no Título 58 das *Ordenações*.

Nesse ponto de nossa reflexão, chegamos à questão do papel do Judiciário no processo analisado e talvez possamos até discutir seu desempenho em casos semelhantes. Keila Grinberg (2009, p. 425), com mesma indagação, concluiu por certa mudança “tanto em termos formais – citação da legislação – quanto reais – conteúdo da ação”. Acrescentou, ainda, que a busca pelo Judiciário se justificava pelo fato de que em várias ações de escravidão “o autor alega serem os escravos em questão os principais, senão os únicos, bens da família”. A historiadora, com efeito, adverte que os senhores envolvidos nos processos de escravidão estavam longe de se constituírem parte da elite, mas sim homens de poucas posses. O Judiciário se afigurava no único recurso disponível a esses senhores para manterem o domínio sobre seus mancipios.

No caso de Delfino, pode-se confirmar o primeiro aspecto destacado por Keila Grinberg. O Coronel João Carneiro da Silva concentrou seus argumentos sobre o possível esbulho de sua propriedade. Pretendia atacar, antes, a posse que Joaquim José Gomes exibia sobre o cativo, mas sem apelar para o artigo constitucional que apontava ao mesmo tempo a inviolabilidade da propriedade e da liberdade. Os querelantes, aparentemente, não eram pessoas, como se viu, de poucas posses. No entanto, o enredo nos apresenta a luta entre o ramo da família composto por filhos do Coronel João Antônio de Barcelos com mulher forra e seus parentes legítimos. O recurso à Justiça apenas ocorreu quando foi contestado o aprisionamento de Delfino pelo Coronel João Carneiro da Silva, que o levou, em razão do requerimento de Joaquim José Gomes, até à cadeia da Corte. As iniciativas couberam sempre aos representantes da família natural, assim como o fora o requerimento inicial, o embargo e até a representação ao Congresso, uma vez que Delfino fora ali representado por seu procurador, também parente e advogado de João Batista Barcelos Coutinho, filho do falecido Brigadeiro.

Interessa, contudo, observar a briga entre os ramos da família que embaraçou a pretensão de escravização e libertação de Delfino. De um lado, optou-se por conferir liberdade ao cativo em face da prisão e, de outro, a busca pela reescravização quando lhe fora concedida a alforria. Além disso, o acórdão, assim como o parecer da comissão de parlamentares, optou por preservar o domínio senhorial em prejuízo da liberdade. A forte retórica

usada por Maurício Boom, procurador de Delfino, apenas encontrou abrigo na sentença do magistrado que embargou a decisão do colega da Barra de São José. Claramente ele se manifestou pela superioridade da liberdade sobre as querelas entre as partes. Com a apelação, os desembargadores decidiram-se por aguardar decisão da ação de escravização e, finalmente, os parlamentares conferiram ao acórdão autoridade jurídica cabal, assim como desconsideraram a liberdade de Delfino quando declaram que

[...] não pode executar-se a sentença de que se tem apelado, enquanto não é confirmada ou revogada na Instância Superior, salvo que a apelação é recebida em hum só efeito, e neste caso não se achava a de que se trata quando o suplicante requereu a soltura (CEDI, 1826, fl. 11).

Eis de fato a fragilidade ou, como conceitua Sidney Chalhoub, a precariedade da liberdade no Brasil do Oitocentos.

REFERÊNCIAS

Fontes

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro** (Volume 3: Letras Fr-Jo). 1827-1903.

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio do Brazil, 1824.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Annaes do Parlamento Brasileiro**. Tomo I, [1826]. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1871. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/28859>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

BUENO, J. A. P. **Direito Público Brasileiro e Analyse da Constituição do Império**. Rio de Janeiro: Typographia Imp. E Const. de J. Villeneuve, 1857. p. 414-415.

CEDI (Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados). **Requerimento de Delfino pardo**, 1826.

LAEMMERT, E. (Org.). **Almanak administrativo, mercantil e industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o anno bissexto de 1852**. Rio de Janeiro: Editores-proprietários Eduardo e Henrique Laemmert, 1852.

MALHEIRO, A. M. P. **A escravidão no Brasil**: ensaio histórico-jurídico-social. Parte 1a. (Jurídica): Direito sobre os escravos e libertos. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1866.

NOTÍCIAS particulares. **Jornal do Commercio**, Rio do Janeiro, ano 2, v. III, n. 161, p. 3-4, 17 abr. 1828. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_01&pasta=ano%20182&pesq=>. Acesso em: 17 jan. 2018.

PORTUGAL. Ordenações Filipinas, Livro 4. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242733>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

RIBEYROLLES, C.; FROND, V. **Brazil pitoresco**: historia, descripções, viagens, instituições, colonisação. Tomo III. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1859.

SILVA, J. C. da. **Memoria topographica e histórica sobre os Campos dos Goitacazes, com uma notícia breve de suas produções e commercio oferecida ao muito poderoso Rey e senhor nossos D. João VI por um natural do pays**. Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1819.

Obras de apoio

CAMPOS, A. P. **Nas barras dos tribunais**: direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

CHALHOUB, S. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **História Social**, n. 19, p. 33-62, 1º semestre 2010.

GRINBERG, K. Re-escravização, direitos e justiças no Brasil do século XIX. In: LARA, S. H.; MENDONÇA, J. M. N. (Org.). **Direitos e justiças no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. p. 101-128.

GRINBERG, K. Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil imperial. In: CARVALHO, J. M. de; NEVES, L. M. B. P. das (Org.). **Repensando o Brasil do Oitocentos**: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 415-435.

MARQUESE, R. de B.; PARRON, T. P. Azeredo Coutinho, Visconde de Araruama e a memória sobre o comércio dos escravos de 1838. **Revista de História**, n. 152, p. 99-126, 2005.

PEREIRA, V. **Ao soberano Congresso**: direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831). São Paulo: Alameda, 2010.

SILVA, M. A. C. da. Um espírito imparcial e as paisagens mais belas: considerações acerca da repercussão das imagens do álbum Brasil Pitoresco de Victor Frond e Charles Ribeyrolles. **Revista de História da Arte e Arqueologia**, n. 13, p. 93-108, jan./jul. 2010.

SILVA, M. P. T. D. P. **Macaé**: um esboço histórico e genealógico: a freguesia de N. Sra. do Desterro do Capivari. Disponível em: <http://www.marcopolo.pro.br/genealogia/paginas/fam_macae_cap.htm>. Acesso em: 21 fev. 2015.

SILVA, P. R. P. da. **A casa de suplicação do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa, 1992.

SLEMIAN, A. **Sob o império das leis**: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOARES, M. de S. Ad pias causas: as motivações religiosas na concessão das alforrias (Campos dos Goitacases, 1750-1830). **Caderno de Ciências Humanas** – Especiaria, v. 10, n. 18, p. 389-425, jul./dez. 2007.

TORRES-LONDOÑO, F. **A outra família**: concubinato, igreja e escândalo na colônia. São Paulo: Loyola, 1999.

CRIoulos e Africanos na Província do Espírito Santo: Uma Região de Contrastos⁷¹

Rafaela Domingos Lago

Os escravos eram significativos na composição social espírito-santense do Oitocentos: entre 1824 e 1872 representavam aproximadamente um terço dos habitantes da província. A manutenção da escravidão ocorria fundamentalmente pela reprodução natural, alternativa mais viável aos proprietários da região e que abriu caminho para a construção de laços familiares estáveis no interior das escravarias.

A Lei de 28 de setembro de 1871 exerceu impacto direto na fonte principal de manutenção da escravidão: o ventre das escravas. Se o Espírito Santo contava em 1872 com cativos em quantidade nunca antes vista no local (22.659), a partir de então este índice sofreu progressiva queda. Em dois anos eram menos 362 cativos. Entre 1874 e 1884, observou-se redução de 2.081. Em 1886 havia 6.835 escravos a menos na província, que passou a contar com uma população de 13.381 mancipios. Ou seja, pouco mais da metade do contingente escravo calculado em 1872.⁷²

Acredita-se que a diversidade de configuração social e econômica influenciou na diferenciação do perfil demográfico de escravos nos municípios e freguesias da Província do Espírito Santo. Este capítulo se concentra justamente na análise de duas regiões do solo espírito-santense com características distintas. Vitória, região central, afastada do mercado transatlântico de escravos, era marcada por pequenas propriedades de-

71. Este artigo é uma versão resumida do primeiro capítulo da dissertação de mestrado intitulada *Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888)*, defendida em 2013 no Programa de Pós-Graduação em História da Ufes.

72. Segundo o Recenseamento do Brasil em 1872 (BRAZIL, [1874?]). Para os anos de 1874, 1884 e 1887, confira Conrad (1978, p. 346, Tabela 3).

dicadas ao abastecimento do mercado interno e composta de escravarias antigas e estabilizadas. Já Itapemirim emergia no cenário provincial, na segunda metade do Oitocentos, como reduto das grandes lavouras de café. Ocupação recente e promissora, a região sul atraiu diversos fazendeiros de outras províncias e recebeu migração forçada de mão de obra escrava, inclusive africana.

Com base em mapas populacionais contidos nos Relatórios de Presidente de Província, no fundo de governadoria (APEES, 1851c) e em estudos referenciais sobre a escravidão no Espírito Santo, buscou-se delinear a paisagem humana e verificar possíveis alterações provocadas pelas mudanças econômicas e políticas que ocorreram especialmente após 1850 com a emergência do café no sul do Espírito Santo.

A demografia escrava na Província do Espírito Santo

A Província do Espírito Santo possuía reduzida população: atingia pouco menos de um por cento (0,8 %) dos habitantes do Brasil no Oitocentos.⁷³ Entretanto, contou com crescimento populacional expressivo. Em 1790 agrupava 22.493 indivíduos; em 1872, esse número praticamente quadruplicou, chegando à marca de 82.137.

Interessa destacar a presença marcante dos escravos a partir de uma visão inicialmente panorâmica da população da província. A tabela a seguir mostra o crescimento demográfico desse período:

73. No ano de 1874 o Brasil contava com uma população de 9.761.779 e a Província do Espírito Santo com 81.775 habitantes (DIRECTORIA GERAL DA ESTATÍSTICA, apud CONRAD, 1978, p. 345).

**Tabela 1. Estimativa populacional da Província do Espírito Santo
(1790, 1824, 1856 e 1872)**

Ano	Livres		Escravos		População total	
	n.*	%	n.	%	n.	%
1790	10.749	47,7	6.834	30,3	22.493**	100
1824	22.165	62,7	13.188	37,3	35.353	100
1856	36.793	75,3	12.100	24,7	48.893	100
1872	59.478	72,4	22.659	27,6	82.137	100

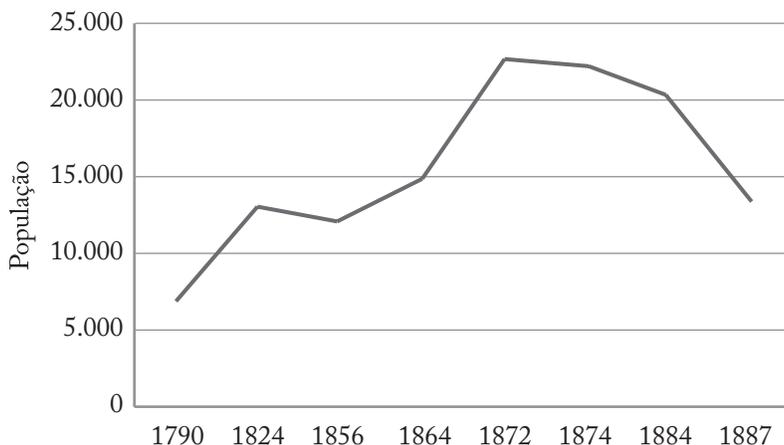
Fontes: Capitão-Mor Ignacio Mongiardino citado por Oliveira (2008, nota IV, p. 239); Vasconcelos (1978); Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo (1857); Recenseamento Geral do Império de 1872.

* n.=número absoluto.

** A informação fornecida pelo Capitão-Mor Mongiardino soma as Vilas da Vitoria, Nova Almeida, Espírito Santo, Guarapari e Benevente.

Em 1790, livres e cativos correspondiam a 10.749 e 6.834 indivíduos, respectivamente. Em 1824 o número de livres aumentou para 22.165 e o de escravos para 13.188. Ou seja, praticamente o dobro do contingente de habitantes da província em 1790. A seguir, visualiza-se mais detalhadamente o crescimento populacional dos escravos entre a última década do século XVIII e as vésperas do fim da escravidão.

**Gráfico 1. Estimativa do crescimento populacional de escravos na
Província do Espírito Santo**



Fontes: 1790, 1824, 1856 e 1872: conferir referências da Tabela 1; 1864, 1874, 1884 e 1887: Relatórios do Ministério da Agricultura, citados por Conrad (1975, p. 346).

O gráfico revela dois momentos de elevação da população escrava na província.⁷⁴ O primeiro, como já referido anteriormente, na década de 1820, e o segundo a partir de 1850, com ritmo de crescimento elevado até 1872. Segundo Campos (2011, p. 86), a explicação mais provável para o primeiro pico populacional na província relaciona-se à explosiva demanda por escravos verificada na América nos anos 20 do século XIX.

De acordo com Rafael de Bivar Marquese (2004, p. 259-335), o intenso comércio de escravos para portos como Rio de Janeiro e Salvador, nas primeiras décadas do Oitocentos, está ligado à expansão da produção agrícola de exportação. Em decorrência da revolução escrava de São Domingos (1791), tornou-se necessário suprir a produção da ex-colônia francesa, até então maior produtora mundial de café, responsável pelo fornecimento de cerca de 30 % da produção, em mesma escala, de açúcar e grande exportadora de algodão. Nesse sentido, os senhores de escravos da América responderam à conjuntura favorável ampliando a produção das propriedades rurais já existentes. Tanto em Cuba quanto no Brasil,

74. Os dois períodos foram identificados pela pesquisadora Adriana Pereira Campos (2011, p. 84-96).

o tráfico negreiro transatlântico foi o motor da expansão da agricultura escravista de exportação na primeira metade do século XIX.

Outro fator não menos importante nesse contexto foram as pressões inglesas pelo fim do comércio de africanos. Agudas entre 1820 e 1850, tais coações geraram insegurança nos proprietários brasileiros. De acordo com Manolo Florentino (2011, p. 43), o tratado firmado em 1827 entre Brasil e Inglaterra, que determinava o fim do tráfico atlântico em três anos, e ratificado em 7 de novembro de 1831 resultou em um considerável aumento na importação de escravos. Segundo o historiador, depois de receber de 100 a 1.200 escravos por ano entre 1831 e 1834, o Brasil conheceu desembarques anuais de mais de 40 mil africanos em 1838 e 1839. Entre 1846 e 1850, chegou-se à média anual de quase 50 mil escravos desembarcados.

Segundo Adriana Campos (2011, p. 86), a Capitania do Espírito Santo registrou um incremento modesto de cativos no mesmo período beneficiada pela crescente necessidade dos senhores de escravos de aumentar suas escravarias diante das ameaças externas de cessação do tráfico. Não por coincidência, Patrícia Merlo (2008) verificou em análise de inventários, após momento de estabilidade (1800-1819), forte crescimento das escravarias de Vitória com mais de vinte escravos no período que se estende de 1820 a 1829. Com base nos estudos realizados pela historiadora, é possível afirmar terem sido as compras de escravos efetuadas principalmente pelos proprietários mais abastados, enquanto os pequenos e médios investidores se viam afastados do mercado de cativos devido à alta de preços desencadeada pela suposta supressão do tráfico em 1830.

Em 1839, o presidente da província, João Lopes da Silva Couto, por meio do secretário de governo, Ildefonso Joaquim Barbosa de Oliveira, enviou o mapa da população do Espírito Santo ao então Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Justiça e encarregado interinamente do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos. Das informações contidas no mapa, organizado à vista dos relatórios parciais apresentados pelos juizes de paz – mesmo diante das ressalvas em relação ao valor absoluto da população⁷⁵

75. A primeira tabela evidencia o decréscimo na população escrava, que de 13.188 em 1824 passou a 9.233 em 1839. Em relação à população livre, nota-se igual declínio, de 22.165 em 1824 passou para 16.847 em 1839. O próprio presidente da província, no entanto, questiona tais valores. Nas palavras de Silva Coito: “Não posso dar inteiro credito a maior parte dos mapas parciais enviados pelos Juizes de Paz; não hesito em afirmar que não houve esse decréscimo de população, que aparece; por quanto não deparo com razão alguma, que justifique,

–, interessam as classificações e as porcentagens relacionadas à população escrava.

Tabela 2. Naturalidade da população escrava da Província do Espírito Santo (1839)

Cidade e Vilas	Pardos cativos		Escravos naturais do Brasil		Escravos naturais da África		Total	
	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%
Vitória	724	7,8	2.061	22,3	485	5,3	3.270	35,4
Itapemirim	42	0,5	567	6,1	1.026	11,1	1.635	17,7
Benevente	21	0,2	263	2,9	202	2,2	486	5,3
Guarapari	133	1,5	233	2,5	96	1,0	462	5,0
Espírito Santo	124	1,3	136	1,5	19	0,2	279	3,0
Serra	319	3,5	494	5,3	313	3,4	1.126	12,2
Nova Almeida	71	0,8	159	1,7	58	0,6	288	3,1
Linhares	9	0,1	11	0,1	10	0,1	30	0,3
Barra de São Matheus	-	-	146	1,6	121	1,3	267	2,9
São Matheus	75	0,8	811	8,8	504	5,5	1.390	15,1
Total	1.518	16,5	4.881	52,8	2.834	30,7	9.233	100

Fonte: Arquivo Nacional (1839, p. 48, microfilme 015_000_78).

De acordo com a Tabela 2, os escravos africanos representavam 30,7 % da população cativa no Espírito Santo em 1839, comprovando o dito anteriormente sobre o incremento das escravarias num contexto de desenfreada compra de cativos.

Em relação à distribuição da população escrava da província nesse período, é notória a concentração na Cidade de Vitória⁷⁶ (35,4 %). A segunda

antes inclino-me a acreditar que tem havido aumento principalmente desde 1833. Penso que ninguém se convencerá que uma Província salubre, onde não tem donde conste que tenha havido emigração por motivo algum, apresente no espaço de doze anos (1827-1839) uma diminuição de 9:273 habitantes!” (ESPÍRITO SANTO, 1839, p. 7).

76. Vitória foi erigida em cidade por Carta Imperial de 18 de março de 1823. Além da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, compõem a Cidade de Vitória as freguesias Nossa Senhora da Conceição de Vianna, Cariacica e Carapina, sendo as últimas criadas pela Lei provincial de 16 de dezembro de 1837. Juntas possuíam 2.951 fogos. (ARQUIVO NACIONAL, 1846, p. 45 e 53, microfilme 015_000_078).

região com maior percentual de cativos (17,7%), Vila de Itapemirim,⁷⁷ contava com metade do contingente de mancípios daquela. Os percentuais, no entanto, são invertidos quando se trata de africanos. Enquanto, em Vitória, computaram-se 5,3 %, Itapemirim alcançou a marca de 11,1 % no universo dos 30,7 % de escravos africanos da província. Inclusive, se somado o número de escravos pardos e naturais do Brasil, de acordo com a classificação da tabela, esses não alcançavam a metade do quantitativo de cativos da região sul, que juntos correspondiam a 37 % (609) deles, enquanto os africanos representavam a maioria: 62,7 %.

Com base nos dados demográficos expostos até agora, é possível aferir que houve ao menos crescimento da importação de cativos na província, inclusive de africanos na Vila de Itapemirim, região sul, num período marcado pelo aumento do tráfico atlântico.

Outra questão é a dinâmica do comércio no Espírito Santo. Se o elevado preço de escravos era um empecilho para a aquisição dessa mão de obra pelos pequenos proprietários de escravos em Vitória (MERLO, 2008, p. 128), não o era para os grandes fazendeiros que estavam se instalando em Itapemirim. Está-se, portanto, diante de um momento de formação da população escrava na região sul e de transformação do desenho demográfico de cativos da província. Isso graças à gradual substituição da lavoura canavieira pelo café entre 1830 e 1850.

É importante destacar, todavia, que, comparando-se o percentual de africanos da província (30,7 %) com o de outras regiões do Sudeste, onde a agricultura era voltada para a exportação já em meados da primeira metade do século XIX, o número de africanos em terras espírito-santenses torna-se menos expressivo. Na região do agro fluminense, por exemplo, eles representavam praticamente metade dos escravos presentes nos inventários (FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 67-68). Robert Slenes (1997, p. 249-250) observou, na grande lavoura do Sudeste, uma escravidão majoritariamente africana. Segundo o historiador, em treze localidades paulistas de economias variadas, 65 % dos escravos adultos eram africanos em 1829. Em Campinas essa cifra atingia 80 %. Nas propriedades maiores, a taxa de africanidade era ainda mais alta; em Campinas, no ano de 1829, 89 % dos adultos em plantéis com dez escravos ou mais provinham da África.

77. Nessa época, a Vila de Itapemirim era formada pela freguesia de Nossa Senhora do Amparo, composta por 607 fogos (ARQUIVO NACIONAL, 1846, p. 53).

Como exposto, a Vila de Itapemirim, em 1839, foi a que mais concentrou escravos africanos na província. Se os cafeeiros ocuparam os sertões do sul do Espírito Santo somente na década seguinte, é possível afirmar que os engenhos de açúcar, instalados a partir do início da ocupação desta região, em princípios do século XIX, se utilizavam de mão de obra escrava, sendo a maioria, inclusive, de africanos. Consoante Geisa Ribeiro (2012), houve notável crescimento desse cultivo na província entre 1826 e 1852, chegando Itapemirim a exportar o triplo do açúcar produzido por Vitória e mais da metade da produção exportada pela província em 1852.⁷⁸

Já a Cidade de Vitória, de ocupação mais antiga, destacou-se pela maior concentração de cativos brasileiros, o que indica a manutenção de mão de obra escrava alicerçada basicamente na reprodução endógena durante a primeira metade do século XIX.

As regiões da capital e de Itapemirim, portanto, destacavam-se no cenário provincial pela elevada concentração de cativos com perfis demográficos distintos. Tal constatação orientou o foco para tais regiões na análise da segunda marca de aumento da população escrava (1850-1872).

Até aqui se utilizaram os termos Cidade de Vitória e Vila de Itapemirim por serem coerentes com as expressões utilizadas nas fontes. Adiante será empregado, a partir da mesma lógica, o termo município. O município de Vitória era composto pelas freguesias Nossa Senhora da Vitória, São José do Queimado, São João de Cariacica, São João de Carapina e Santa Leopoldina (BRAZIL, [1874?]). O município de Itapemirim merece maior atenção, pois ocorreram alterações em sua composição devido a mudanças administrativas. Em Relatório de Presidente de Província, este município era composto em 1856 por Itapemirim, Cachoeiro e Itabapoana. No mesmo ano, contudo, Cachoeiro foi elevada de vila a freguesia; em 1872, já como município de Cachoeiro de Itapemirim⁷⁹, a freguesia de São Pedro de Cachoeiro tinha sob sua jurisdição seis freguesias, a saber: São Pedro de Alcântara do Rio Pardo, São Miguel do Veado, São Pedro de Itabapoana, São José do Calçado, Nossa Senhora da Conceição do Aldeamento Afonsino e Nossa Senhora da Penha

78. De acordo com a historiadora, contudo, a partir de 1855 a exportação de café ultrapassaria a do açúcar, que sofreu vertiginosa queda em relação aos anos anteriores (RIBEIRO, 2012, p. 92-93).

79. O município de São Pedro de Cachoeiro foi instalado em 25 de março de 1867 pelo então presidente da Câmara Municipal de Itapemirim, tenente Joaquim José Gomes da Silva Neto (DAEMON, 2010, p. 435).

do Alegre (BRAZIL, [1874?]). Já o Município de Itapemirim constituía a freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim.

O café, introduzido no Espírito Santo no início do século XIX, acabou por impor-se à economia capixaba em substituição à cultura da cana-de-açúcar com o surto cafeeiro experimentado pelo sul da província a partir de 1850.⁸⁰ De acordo com Vilma Almada (1984, p. 12), a produção de café revitalizou e ampliou a instituição escravista, assegurando o papel de pilar da economia capixaba até 1888, e foi a responsável pelo crescimento populacional da província, que no período de 1856 a 1872 praticamente viu duplicadas suas populações livre e escrava. No que concerne à população cativa, observe a tabela a seguir:

Tabela 3. Distribuição da população escrava de Vitória e Itapemirim (1843-1876)

Período	Total de escravos da província	Vitória	Itapemirim	Vitória	Itapemirim
		n	n	%	%
1843	10.376	3.301	2.109	31,8	20,3
1856	12.100	3.238	3.454	26,8	28,5
1872	22.659	5.455	10.355*	24,0	45,7
1875	20.847	6.082	11.516**	29,2	55,2
1876	20.806	5.839	11.863	28,0	57,0

Fontes: 1843 - Espírito Santo (1845); 1856 - Espírito Santo (1857); Censo de 1872, 1875 e 1876 - Directoria Geral de Estatística, citada por Almada (1984, p. 116).

* Os 10.355 escravos se referem à região de Itapemirim, composta pelos municípios de Cachoeiro de Itapemirim e de Itapemirim.

** O quantitativo de escravos em 1875 e 1876 corresponde ao município de Cachoeiro de Itapemirim.

Na tabela anterior, comprova-se o elevado número de escravos nos municípios de Vitória e Itapemirim. Juntos contavam, entre 1843 e 1876, com, no mínimo, 52,1 % dos cativos, chegando a alcançar a marca de 85,1 % do total de escravos da província.

Importa ressaltar, nesse período, o movimento demográfico dos escravos no município de Vitória. Sobre esse aspecto, destaca-se o trabalho de Aloiza Reali de Jesus (2009, p. 80-82). Ao comparar a população livre e

80. Daemon (2010, p. 282) relata que em 1815 foram remetidas a diversos lavradores do norte da capitania as primeiras sementes de cafeeiro, recomendando-se seu plantio e cultura.

escrava das principais localidades da província com a capital de Vitória⁸¹, a pesquisadora observou um esvaziamento populacional ocorrido na urbe após o ano de 1850. Aloiza de Jesus aponta a possibilidade de o movimento populacional ter sido motivado especialmente pela venda de cativos por parte dos pequenos proprietários, realizando o comércio da mão de obra anteriormente concentrada em ocupações urbanas, as quais foram preteridas com a expansão cafeeira do período. Segundo a historiadora, os escravos se concentravam em regiões onde se desenvolviam predominantemente atividades agrícolas, principalmente nas plantações de cana e café, não se negligenciando as plantações de milho, feijão e algodão. Prova-o a estatística de 1856 (ESPÍRITO SANTO, 1857), que registrou em Viana e Cariacica 1.274 e 896 cativos, respectivamente, enquanto a capital contava com 863 mancípios.

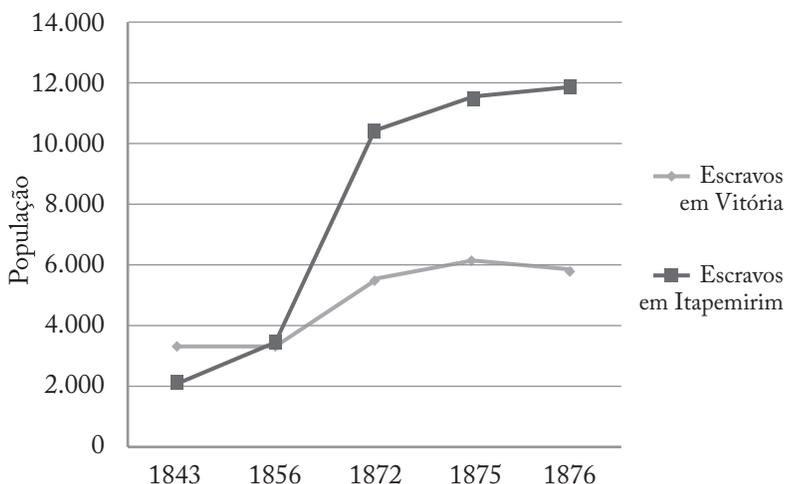
Retornando à comparação entre os municípios, se em 1843 a Cidade de Vitória concentrava 31,8 % da população escrava de toda a província, em 1856 se notou uma variação pouco maior de 1 % entre Vitória (26,7 %) e Itapemirim (28,5 %), que começava a se sobressair no cenário provincial. Em 1872, observou-se a definitiva inversão da primazia populacional de escravos: o município de Itapemirim alcançou a marca de 45,7 % de escravos, enquanto Vitória seguia com 24 %. Nos anos subsequentes, a região sul contou sozinha com mais da metade dos escravos de toda a província: 55,2 % em 1875 e 57 % em 1876.

Apesar da diminuição em porcentagem da população cativa em Vitória, é preciso frisar, como notório na Tabela 3, o crescimento absoluto dessa população entre 1856 e 1875, mesmo sendo em menor escala se comparada a Itapemirim. De acordo com Vilma Almada (1984, p. 70), na região da capital ocorreu a quase total absorção da mão de obra escrava rural pelo café, anteriormente empregada na cultura canavieira. Já em Itapemirim, além da cultura canavieira, havia ainda a expansão do cultivo de café em regiões do interior, que, cobertas de matas virgens, exigiam, na implantação das fazendas, um número maior de escravos.

Eis o novo cenário da demografia escrava em terras capixabas. Com o gráfico, observa-se o momento em que a região sul assumiu a primazia populacional de cativos na província:

81. A capital de Vitória corresponde a Freguesia de Nossa Senhora da Vitória.

Gráfico 2. Crescimento da população escrava de Vitória e Itapemirim



Fonte: Tabela 3.

Se com o crescimento da produção cafeeira a região sul tornou-se importante polo de atração de mão de obra, de onde vinham os escravos que, em 1876, chegaram a representar 57 % da população cativa da província?

Sabe-se, por meio de pesquisas realizadas por Vilma Almada (1984, p. 117), que não houve um importante tráfico intraprovincial. Ao analisar escrituras de venda de escravos do município de Vitória entre os anos de 1871 e 1877, a historiadora não constatou significativo número de vendas para o município de Cachoeiro de Itapemirim.⁸² Utilizando-se da estatística de 1875 de uma freguesia deste município⁸³, Almada destacou que 443 escravos (38,1 % do total) eram oriundos da região Centro-Sul, dos quais 296 (66,8 %) eram naturais de Minas Gerais, 142 (32 %) do Rio de Janeiro e 5 (1,2 %) de São Paulo. Os demais 282 (24,2 % do total) eram africanos, 77 (6,6 %) do Norte-Nordeste e apenas 362 (31,1 %) tinham nascido no

82. De acordo com Almada (1984, p. 117), em 80 escrituras, totalizando 91 escravos, 76 (83,5 %) permaneceram na região da capital, 13 (14,3 %) foram para outras províncias e apenas 2 (2,2 %) dirigiram-se para o município de Cachoeiro.

83. Vilma Almada (1984) optou por usar os dados estatísticos de 1875 da população de Nossa Senhora da Penha do Alegre por crer na displicência daqueles que responderam ao Censo de 1872 no que se refere à origem dos escravos do município de Cachoeiro.

Espírito Santo. Ao explorar os inventários do município de Cachoeiro entre 1874 e 1886, a historiadora confirma a veracidade dos dados registrados anteriormente. Dos 279 escravos pesquisados, 111, ou seja, 39,8 %, haviam nascido no Espírito Santo, enquanto os restantes 168 (60,2 %) eram naturais de Minas Gerais. Os demais 44 escravos (15,8 %) eram africanos ou naturais de outras províncias. A historiadora conclui, portanto, que um grande número de escravos chegou ao município de Cachoeiro acompanhando seus senhores, quando estes emigravam das províncias vizinhas em busca de terras onde pudessem abrir novas fazendas.

Resta tratar da presença dos africanos que não chegaram à região sul espírito-santense com seus proprietários. A partir de documentos oficiais, como relatórios de secretários de Estado e de chefes de polícia, constatou-se que a Província do Espírito Santo apresentou resistência⁸⁴ ao cumprimento da Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850 (BRASIL, 1850). Foram localizados ofícios sobre contrabando de africanos pelo menos até 1856. A seguir, relataram-se algumas correspondências entre autoridades da Corte e da província a respeito da chegada de embarcações, sobretudo na região sul.

Ocorrência de apreensão realizada pelo comandante do brigue de guerra inglês de uma sumaca nacional chamada “Amalia” foi exposta em ofício enviado pelo chefe de polícia José Bonifácio Nascentes Azambuja ao Ministério da Justiça (APEES, 1851e). Toda a tripulação estava envolvida com o tráfico de africanos e, por isso, foi capturada e enviada à Corte a fim de serem tomadas as devidas providências. Em outro ofício (APEES, 1851e), o mesmo chefe de polícia conta ter apreendido um navio, de nome Pachabote “Segundo”, na Vila de Itapemirim com africanos “boças”, tendo, em seguida, o remetido à Corte com sua tripulação de africanos a fim de que se tomassem as devidas providências.

Além de ofícios enviados à Corte pela administração da província, o Ministério de Justiça se comunicava com o poder local para relatar denúncias sobre o desembarque de africanos na região. Foi o que aconteceu com o aviso (APEES, 1851f) enviado pela Corte ao presidente da província e remetido aos delegados de Itapemirim e Guarapari, além dos

84. O *site* <<http://www.slavevoyages.org>> informa que 8.812 africanos desembarcaram no Brasil entre 1851 e 1866. Contudo, é necessário destacar que, se comparado com anos anteriores (1826-1850), em que desembarcaram 1.236.577 africanos em costas brasileiras, aquele número se torna menos expressivo.

subdelegados de Benevente, sobre o desembarque de 170 africanos “boçaes” feito pelo negociante Joaquim Ferreira de Oliveira com a ajuda de seus sócios Joaquim da Fonseca Guimarães e Geraldo⁸⁵, que conduziram os africanos para o interior de Itapemirim. Segundo o secretário do Ministério da Justiça, os delegados deveriam encontrar tais negociantes, bem como os papéis relativos ao comércio ilícito, para serem enviados à Corte juntamente com os africanos capturados.

Em outro ofício fora relatada a carta que o negociante Oliveira escreveu a um de seus sócios, Joaquim da Fonseca Guimarães, que havia auxiliado no desembarque dos africanos. Ao seguir com suas viagens, o negociante

[...] diz a todos que não desiste, e que tomara que de Angola lhe mandem negros que ele está pronto para os receber, e que não tem medo; que já teve ordem para ser deportado, mas que não foi e não vai, e que antes primeiro há de levá-lo o diabo e o Ministério: assim são as cartas que ele escreve para Angola ao seu sócio Francisco Antonio Flores que daqui saiu com passaporte só para mandar negros para cá ao tal papeleta traficante Oliveira Joaquim da Fonseca Guimarães e Geraldo. Vão sair para lá para venderem negros (APEES, 1851b).

Em 1851, o chefe de polícia José Bonifácio recebeu um ofício reservado do chefe de polícia da Corte, que se prontificava em enviar sua força policial para a Vila de Itapemirim a fim de auxiliar o delegado na diligência:

[...] denunciando o desembarque em Itapemirim de 270 Africanos na Fazenda do Coronel João Gomes, cunhado, que se diz do Barão de Itapemirim. A mesma denuncia teve o delegado da dita Vila, assim como ordem para varejar a mesma Fazenda e prender os criminosos e capturar os escravos; indigitando-se como Agente do contrabando a Joaquim da Fonseca Guimarães, que se diz fora para este fim a referida Vila (APEES, 1851d).

O desembarque de outros cem africanos foi informado ao chefe de polícia da Vila de Itapemirim. Tal carregamento pertencia ao negociante Jose Bernardino (APEES, 1851d). Já em 1852, Jose Bonifacio Nascentes

85. O documento não informa o sobrenome de Geraldo.

de Azambuja informou ao delegado de polícia de Itapemirim um projeto de desembarque de africanos livres destinados aos Gomes Bitencourt (APEES, 1851d).

Outro ofício enviado pela Corte ao chefe de polícia Felipe Jose Pereira Leal e posteriormente pelo secretário de guerra (APEES, 1851d) Jose Augusto Cesar Nabuco de Araujo comunicava o desembarque de aproximadamente 120 africanos que vieram da costa da África em um palhote de propriedade de Antonio Pinto da Fonseca. O chefe de polícia informou que o desembarque seria realizado entre os pontos de Itabapuama e Piúma e que se esperava um navio negreiro na fazenda chamada Sens, vizinha ao rio Itapemirim, onde já estava um caixeiro de José Bernardino de Sá, de nome Mendes e um tal de Oliveira, aguardando um patacho.

O ofício “reservado” – entregue pelo comandante do vapor de guerra Recife ao presidente da província Jose Ildefonso de Souza Ramos –, originário do Ministério dos Negócios da Justiça, em 19 de maio de 1852, continha informações sobre novas tentativas de importação de africanos:

[...] e sendo certo que os traficantes procurarão os portos dessa Província, principalmente Victoria, Aldea Velha, Itapemirim e Itapapoana, para efetuar os desembarques, cumpre que V. Ex. dê providencias para que não sejam surpreendidas as autoridades particularmente nos portos indicados, recomendando toda atenção a respeito dos correspondentes de Jose Bernardino de Sá, negociante nesta Corte (APEES, 1851d).

Passados seis anos da publicação da Lei Eusébio de Queirós, registrou-se a precatória de prisão contra Jose Alz da Costa, negociador e irmão de Manoel Alves da Costa Bastos, que veio da África na escuna “Mary e Smitte”, apreendida em vinte de janeiro na Barra de São Matheus, onde estava fundada com 384 africanos boças, importados “contra o disposto nas Leis de sete de Novembro de 1831, quatro de setembro de 1850, e cinco de Junho de 1854” (APEES, 1851g).

Como visto, é evidente, pelo menos até 1856, o desembarque de centenas de africanos nas praias do Espírito Santo. Ainda que parte fosse encaminhada para outras províncias mais ricas, é fato que grandes fazendeiros, principalmente da região sul, praticaram o comércio ilícito com intuito de abastecer de mão de obra africana suas escravarias.

O recrudescimento da vigilância por parte dos navios ingleses e do governo imperial em relação à entrada de africanos nos portos colocava o governo da província em situação complicada. Por um lado havia uma política de apreensão desses africanos livres, inclusive por meio de publicações na região assegurando aos habitantes do litoral prêmio garantido àqueles que apreendessem africanos no ato do desembarque ou imediatamente após ele, e não somente no mar (APEES, 1851c). Por outro lado, as autoridades alertavam com cuidado sobre este termo:

[...] não se devem dar buscas nas Fazendas, Engenhos e mesmo casas particulares, senão em caso de haver quase certeza de poderem ser ali encontrados os mesmos africanos recentemente desembarcados, e de modo a não confundi-los com os escravos possuídos anteriormente a Lei de 4 de Setembro de 1850 (APEES, 1851a).

Nesse sentido, importa destacar o fato de o governo provincial demonstrar sua intenção de não chegar a extremos que pudessem ferir totalmente os grupos poderosos de fazendeiros interessados no comércio ilícito, que, como visto, era composto inclusive por membro da família do Barão de Itapemirim e outros grandes fazendeiros da região.⁸⁶

Se no sul da província os inventários levantados por Geisa Ribeiro (2012), entre 1850 e 1871, informam que os africanos representavam aproximadamente 30 % daquela população escrava, na região de Vitória, de acordo com Patrícia Merlo (2008, p. 93), eles respondiam no mesmo período por aproximadamente 4 % do total de escravos. Como visto anteriormente, sem ter condições de arcar com os altos preços de africanos chegados ao país ilícitamente, a maioria dos proprietários de Vitória encontrou a via principal de sustentação de mão de obra escrava na reprodução endógena.

Horacio Gutiérrez (1988) encontrou, entre 1798 e 1830, escravarias compostas majoritariamente (85 %) por crioulos no Paraná. Trata-se de um dado, segundo ele, extravagante se lembrado o pequeno número de crioulos adscritos às zonas de *plantation*. Por tratar de pessoas que nasceram na escravidão, ou seja, não conheceram um passado de pessoas livres e não cresceram no ber-

86. De acordo com a historiadora Leonor de Araujo Santanna (2000, p. 301-306), o próprio Barão de Itapemirim, um dos maiores negreiros do Sudeste, continuou desembarcando africanos em terras capixabas até o final da década de 1860.

ço da cultura africana, o pesquisador finaliza seu trabalho indagando se nestas condições os parâmetros de relacionamento étnico, as atitudes, a cultura, a religião, etc. puderam assumir também características singulares.

As regiões em foco neste capítulo parecem responder pelo menos em parte aos questionamentos feitos por Gutiérrez. Adiante, procurar-se-á examinar de forma mais detida se a entrada de africanos no sul da província resultou na formação de perfil distinto ao da população majoritariamente crioula, localizada na região central, bem como o reflexo de tais diferenças.

Os dados para a análise foram extraídos de tabelas anexas em Relatórios de Presidente de Província referentes aos nascimentos de escravos das paróquias de Vitória e Itapemirim. O período proposto para representar a primeira metade do século XIX foi restringido para 1842 a 1847 por terem sido localizadas, nos documentos, informações anuais de forma ininterrupta.⁸⁷ Para a segunda metade do século, utilizou-se a mesma documentação, referente aos anos de 1851, 1853, 1855 e 1858.

A proposta é expor alguns aspectos demográficos das duas regiões privilegiadas pela pesquisa, que, conforme já asseverado, apesar de pertencerem à mesma província, eram marcadas por características distintas. A tabela adiante retrata o crescimento populacional endógeno de livres e escravos em Vitória a partir de taxas anuais de batismos.

Na paróquia de Vitória, em seis anos, ocorreram 2.888 batismos, que representam o número aproximado de nascimentos da população. Desse universo, 68 % eram livres (37 % meninos e 31 % meninas) e 32 % escravos (17 % meninos e 15 % meninas). Ou seja, para cada dois batismos de livres, batizava-se um escravo.⁸⁸ Esse dado é um elemento que comprova ter sido a manutenção da população escrava realizada através da reprodução endógena, indicando relativa ausência de interferência da população africana na demografia escrava de Vitória.⁸⁹ Tais aspectos, já evidenciados por Merlo

87. Cabe ressaltar que os números encontrados nos Relatórios de Presidente de Província são seguros, já que os anos de 1845, 1846 e 1847 coincidem com o computo dos registros de batismos levantados em Vitória nos mesmos anos.

88. Ao que parece, os cativos não se abstinham de procurar o batismo para seus filhos. Nesse sentido, deve ser considerado o fato de tratar-se de crioulos, ou seja, de pessoas que cresceram imbuídas da cultura popular católica.

89. Ao analisar a composição das populações africana e crioula, Manolo Florentino (1997, p. 55-58) demonstra terem sido os africanos os principais responsáveis pelos desequilíbrios sexual e etário, que por sua vez, comprometiam as capacidades de reprodução natural das escravarias.

(2008), Campos (2011) e Ribeiro (2012), sugerem ter sido a família, seja nuclear ou matrifocal, fundamental para a ampliação das escravarias localizadas na região central da província.

Tabela 4. Batismos na paróquia de Vitória (1842-1847)

Paróquia Vitória	Nascimentos								Total
	Livres				Escravos				
	Branços		De cor		Pardos		Pretos		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
1842	49	35	133	92	22	30	47	44	452
1843	54	38	147	159	18	26	68	61	571
1844	38	30	136	113	20	16	65	45	463
1845	46	35	120	72	12	18	84	36	423
1846	35	39	142	138	11	17	60	64	506
1847	50	35	135	113	23	36	43	38	473
Total	272	212	813	687	106	143	367	288	2.888
%	9,4	7,3	28,1	23,8	3,7	4,9	12,7	10	100

Fontes: 1842 - Espírito Santo (1843); 1843 - Espírito Santo (1845b); 1844 - Espírito Santo (1845a); 1845 - Espírito Santo (1846); 1846 - Espírito Santo (1848b); 1847 - Espírito Santo (1848a).

Como se observa nos dados expostos, dos nascidos escravos, 27,5 % foram designados “pardos” e 72,4 % denominados “pretos”. Em se tratando dos livres, os brancos correspondiam a 24,4 %, enquanto os “de cor” representavam 75,6 % dessa população. Os números revelam a predominância de uma população reconhecidamente parda e a prevalência de elevada mestiçagem na região, dificultando distinções entre livres e escravos, ao menos no campo visual.

A seguir, é possível visualizar, na tabela, o mesmo tipo de informação a respeito da Freguesia de Itapemirim:

Tabela 5. Batismos na paróquia de Itapemirim (1842-1847)

Paróquia Itapemirim	Nascimentos								Total
	Livres				Escravos				
	Branços		De cor		Pardos		Pretos		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
1842	34	22	25	30	21	29	47	34	242
1843	28	25	23	27	31	29	51	36	250
1844	29	19	14	15	29	19	50	37	212
1845	25	27	12	17	15	19	24	22	161
1846	50	56	37	31	25	20	45	40	304
1847	18	20	31	35	12	8	50	48	222
Total	184	169	142	155	133	124	267	217	1.391
%	13,2	12,1	10,2	11,2	9,6	8,9	19,2	15,6	100

Fonte: 1842 - Espírito Santo (1843); 1843 - Espírito Santo (1845b); 1844 - Espírito Santo (1845a); 1845 - Espírito Santo (1846); 1846 - Espírito Santo (1848b); 1847 - Espírito Santo (1848a).

De acordo com a Tabela 5, em Itapemirim nasceram mais escravos (53 %) do que livres (47 %). Tais percentuais condizem com a demografia dessa população, que em 1843 era formada majoritariamente por cativos (2.934), em face aos livres (1.825) da região (ESPÍRITO SANTO, 1845b).⁹⁰ Local de ocupação recente, os dados sugerem ainda o estabelecimento de senhores com um número considerável de escravas já em idade reprodutiva, o que explica a elevada fecundidade. Além dos grandes proprietários do sul contarem com a reprodução endógena das escravarias, havia ainda, como visto anteriormente, a compra de africanos para o abastecimento da mão de obra escrava. Eis a congruência de diversos fatores ocasionando um crescimento populacional vertiginoso de escravos numa área em pleno crescimento de *plantations* cafeeiras.

Em relação à cor, em Itapemirim, dos nascidos escravos, 34,7 % foram designados pardos e 65,3 % pretos. Entre os livres – ao contrário de Vitória – havia maior porcentagem de pessoas brancas (54,3 %) do que “de cor” (45,7 %). Se comparada à região central, onde 75,6 % da população livre era considerada “de cor”, é possível pensar na possibilidade de ter existido, no sul, menor intensidade nas relações entre diferentes grupos sociais.

90. Mapa da população da Província do Espírito Santo, organizado no ano de 1843, à vista das relações parciais, remetidas pelos delegados e subdelegados de polícia.

Ao recuar uma década do período em análise, observa-se, nos assentos batismais de livres de Vitória, entre 1832 e 1836 (CÚRIA METROPOLITANA DE VITÓRIA, 1831-1889), informação mais detalhada que a condição “de cor” dos livres. Dos 807 registros que trazem a cor do batizado: 32,1 % foram classificados como brancos; 47,7 % mulatos; 11,9 % negros; 7,2 % pardos; e 1,1 % pretos.

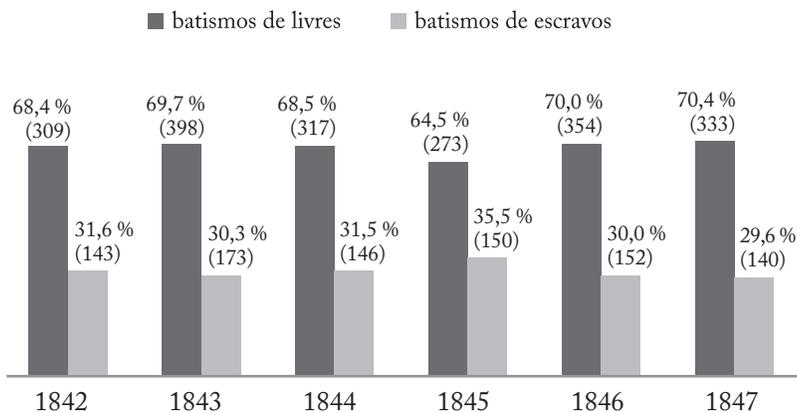
Em relação ao batismo de escravos da mesma localidade, ainda na primeira metade do Oitocentos (1845-1850), dos 675 registros em que consta a cor dos cativos: 72,4 % eram negros; 26,4 % mulatos; e 1,2 % pardos (CÚRIA METROPOLITANA DE VITÓRIA, 1845-1859). Sabe-se que, no Brasil escravista, a cor preta e negra era associada à escravidão. A cor, portanto, reforçava a condição social de escravo, e não somente a aparência da tez.⁹¹ Em Vitória tais cores de fato eram utilizadas com essa função, já que foram constatados cativos negros e pretos nos livros de batismo e Relatórios de Presidente de Província, respectivamente. Havia, contudo, escravos e livres qualificados como pardos e mulatos. Tal fato, também constatado por Cacilda Machado (2006, p. 137) em São José dos Pinhais (PR), indica que parte da população livre era vista “com um pé na escravidão”, distinguindo-se, segundo Roberto Guedes (2008), os egressos do cativeiro que carregam a ascendência escrava de parte da população escrava que tinha “um pé no mundo dos livres”.

Ainda que o pároco de Itapemirim não tenha registrado a cor de livres e escravos nos assentos batismais pesquisados, o predomínio de brancos (54,3 %) sobre os “de cor” (45,7 %) sugere uma população mais heterogênea ou menos diluída, posto se tratar de uma região em processo de ocupação recente. Não se descarta, contudo, que uma posterior estabilização da sociedade viesse a influenciar os padrões até então vigentes.

Os gráficos 3 e 4, apesar de serem confeccionados com dados sobre nascimentos, revelam algo sobre a demografia escrava de Vitória e Itapemirim no período analisado. Enquanto o primeiro ilustra certa constância, típica de região de escravarias antigas, com relativa estabilidade de nascimentos ao longo dos anos, inclusive de livres; o outro delinea instabilidades, reflexo, nesse caso, de uma localidade que exercia atração de livres e, conseqüentemente, a migração forçada de escravos, pelos motivos já destacados, o que explica as frequentes oscilações entre os nascimentos das populações no período em tela.

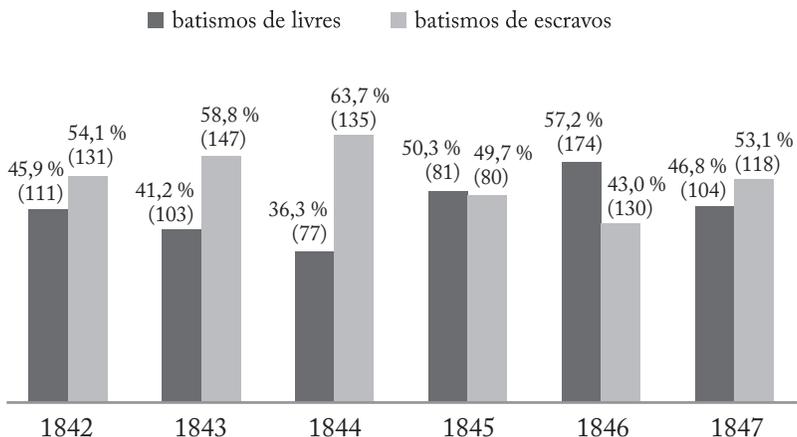
91. Roberto Guedes (2008, p. 94) observou em Porto Feliz (SP) que a mobilidade social poderia ser expressa na cor, e que esta variava de acordo com o lugar social que o indivíduo ocupava na sociedade escravista.

Gráfico 3. Batismos de livres e escravos da paróquia de Vitória (1842-1847)⁹²



Fonte: Tabela 4.

Gráfico 4. Batismos de livres e escravos da paróquia de Itapemirim (1842-1847)



Fonte: Tabela 5.

92. O Gráfico 3 e os demais que o seguem referem-se às porcentagens de batismos de livres e escravos, contudo foram inseridos os números absolutos de batismo para se ter uma ideia de sua variação ao longo dos anos.

Para os anos posteriores à lei antitráfico de 1850 não foram localizados, nos Relatórios de Presidente de Província, dados anuais ininterruptos como na análise anterior.⁹³ Visto que a soma dos valores anuais não corresponde ao total de nascidos entre 1851 e 1858, foram extraídas informações da tabela a seguir referentes às proporções entre as populações livres e escravas de Vitória e Itapemirim:

Tabela 6. Batismos na paróquia de Vitória (1851-1858)

Paróquia Itapemirim	Nascimentos								Total
	Livres				Escravos				
	Branços		De cor		Pardos		Pretos		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
1851	27	28	75	75	10	19	40	34	308
1853	26	21	46	47	7	9	21	22	199
1855	41	31	24	27	9	7	24	12	175
1858	20	16	28	40	4	9	14	11	142
Total	114	96	173	189	30	44	99	79	824
%	13,8	11,7	21,0	22,9	3,6	5,3	12,0	9,6	100

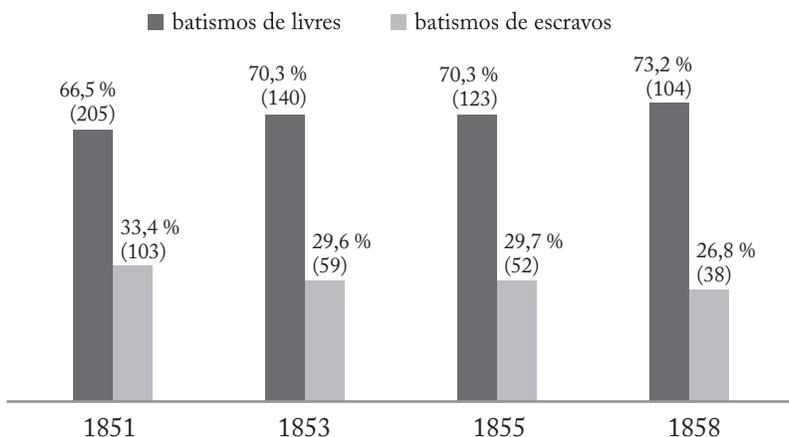
Fontes: 1851 - Espírito Santo (1852); 1853 - Espírito Santo (1854); 1855 - Espírito Santo (1857); 1858 - Espírito Santo (1859).

De acordo com a tabela, dos 824 nascidos na Freguesia de Vitória, 69,4 % (572) eram livres e 30,5 % (252) escravos. As porcentagens totais entre livres e escravos permaneceram semelhantes às de 1842-1847. Em relação aos nascimentos anuais, observou-se gradual queda. Os dados disponíveis para análise não permitem afirmar os motivos de diminuição de nascimentos na região. Contudo, é possível sugerir ter sido consequência do esvaziamento populacional da urbe na década de 1850, como posto anteriormente. Além disso, deve-se considerar a febre amarela, a varíola, a cólera e outras doenças que assolaram o Espírito Santo na década de 1850, ceifando milhares de vidas. É admissível pensar que a população escrava, por sua condição econômica e social, tenha sofrido mais com tais doenças (OLIVEIRA, 2008, p. 368-370).

93. Apesar de os registros de batismo de Vitória conterem os anos consecutivos, o mesmo não acontece com os de Itapemirim, já que o documento mais antigo data de 1859. Por isso privilegiou-se as informações retiradas dos Relatórios de Presidente de Província.

O gráfico a seguir figura o que foi dito sobre a queda anual de nascimentos de livres e escravos na Freguesia de Vitória e ainda revela uma tendência mais acentuada de decréscimo da natalidade da população cativa, que em 1858 chegou a representar 26,7 % (38) de nascimentos, enquanto os livres eram 73,2 % (104).

Gráfico 5. Batismos de livres e escravos da paróquia de Vitória (1851-1858)



Fonte: Tabela 6.

Em relação à Freguesia de Itapemirim ocorreram alterações nas taxas de nascimento, como se observa na tabela a seguir:

Tabela 7. Batismos na paróquia de Itapemirim (1851-1855)*

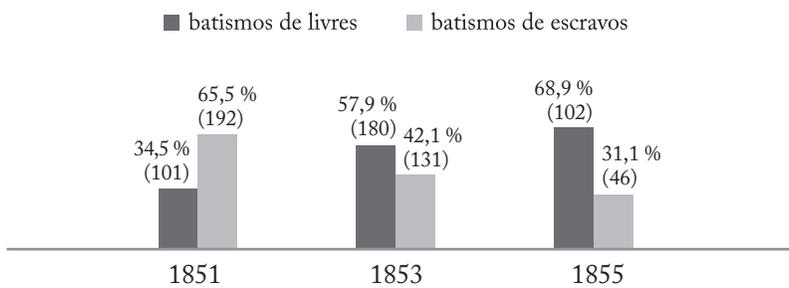
Paróquia Itapemirim	Nascimentos								Total
	Livres				Escravos				
	Branços		De cor		Pardos		Pretos		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
1851	38	31	17	15	31	33	62	66	293
1853	53	48	42	37	16	18	48	49	311
1855	26	25	25	26	10	13	13	10	148
Total	117	104	84	78	57	64	123	125	752
%	15,5	13,8	11,2	10,4	7,6	8,5	16,3	16,6	100

Fonte: 1851 - Espírito Santo (1852); 1853 - Espírito Santo (1854); 1855 - Espírito Santo (1857).

* Não foram enviadas à Câmara as informações da paróquia de Itapemirim referente ao ano de 1858.

Na década de 1840, a maioria dos nascimentos em Itapemirim era de escravos. Entretanto, nos anos seguintes foi constatado relativo equilíbrio da população. De acordo com a tabela anterior, de 752 nascimentos, 50,9 % eram livres e 49 % escravos. Anualmente, contudo, verificaram-se maiores variações. Com o Gráfico 6 nota-se que, em 1851, nasceram quase duas vezes mais escravos que livres, já em 1853 elevou-se o número de nascidos livres em detrimento dos cativos, processo que se acentuou mais em 1855.

Gráfico 6. Batismos de livres e escravos da paróquia de Itapemirim (1851-1855)



Fonte: Tabela 7.

Cabe ressaltar que as variações observadas no Gráfico 6 só poderão ser explicadas a partir de análise da estrutura sexual e etária das populações em questão. Como as pesquisas sobre escravidão na região sul da província ainda carecem de maior investigação, os dados disponíveis, no momento, permitem destacar o significativo incremento de escravos por meio do comércio interprovincial e ilegal – como visto anteriormente – como fator preponderante nas oscilações demográficas da região no período analisado.

Para finalizar esse *tour* pelos números da demografia escrava da província, é oportuno rememorar o primeiro gráfico deste capítulo – já que até aqui foram destacados e analisados momentos de crescimento desta população. Em 1872 o Espírito Santo contava com cativos em quantidade nunca antes vista no local (22.659). A partir de então este índice sofreu progressiva queda. De 1872 a 1874 ocorreu uma diminuição de 362 de cativos; entre 1874 e 1884, observou-se redução de 2.081. Em 1886 havia 6.835 escravos a menos na província, que passou a contar com uma popu-

lação de 13.381 mancipios. Ou seja, pouco mais da metade do contingente escravo calculado pelo censo de 1872.

A curva de declínio acentuada no desenho demográfico da província se deveu à lei de 28 de setembro de 1871 que, além de libertar o ventre das escravas, ou seja, a partir dessa lei não nasciam mais escravos⁹⁴, criou um fundo de emancipação para ser usado na manumissão de cativos em todas as províncias. Tal norma também reconheceu ao escravo o direito legal de guardar economias (pecúlio) para a compra da liberdade. De acordo com Robert Conrad (1978, p. 112), a Lei Rio Branco, ao mesmo tempo que protegia os interesses da geração viva dos senhores, resgatava a geração seguinte de escravos, eliminando sua última fonte de renovação.

Tais medidas contribuíram significativamente para o colapso da escravatura no Brasil e, como comprovado pelos dados, na Província do Espírito Santo. Esta, mesmo dependente da mão de obra escrava até as vésperas da abolição (1888), não possuía condições de impedir o declínio da instituição.

REFERÊNCIAS

Fontes

APEES. **Aviso enviado pelo Ministério da Justiça com ordens endereçadas aos delegados e subdelegados da província.** 1851a. Série Accioli, livro 66. (Manuscritos).

APEES. **Carta de denuncia dirigida ao chefe de polícia e mandado de prisão contra Joaquim Ferreira de Oliveira.** 1851b. Série Accioli, livro 66. (Manuscritos).

APEES. **Circular aos delegados e subdelegados de polícia de todas as vilas da província.** 1851c. Série Accioli, livro 66. (Manuscritos).

94. Era obrigação dos senhores, contudo, cuidar das crianças até a idade de oito anos. Em troca de qualquer gasto ou inconveniente envolvido em tais responsabilidades, os donos dos escravos podiam escolher entre receber do Estado uma indenização de seiscentos mil-réis em títulos ou usar o trabalho dos menores até alcançarem a idade de vinte e um anos.

APEES. **Ofício com denúncias dirigidas ao chefe de polícia.** 1851d. Série Accioli, livro 66. (Manuscritos).

APEES. **Ofício do chefe de polícia dirigido ao Ministério de Justiça.** 1851e. Série Accioli, livro 66. (Manuscritos).

APEES. **Ofício enviado aos delegados de Itapemirim e Guarapari e sub-delegados de Benevente.** 1851f. Série Accioli, livro 66. (Manuscritos).

APEES. Precatório de prisão. **Ofício do Juiz da Auditoria da Marinha da Província da Bahia contra José Alz da Costa.** 1851g. Série Accioli, livro 66. (Manuscritos).

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Mapa da população da Província do Espírito Santo.** 1839. Assinado por Ildefonso Joaquim Barbosa de Oliveira. Tabela enviada pela Secretaria do Governo, 29 abr. 1839.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Tabela com relação nominal das cidades, vilas e freguesias da Província do Espírito Santo.** 1846.

BRASIL. Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. **CLBR**, Rio de Janeiro, 5 set. 1850. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm>. Acesso em: 22 jan. 2018.

BRAZIL (Império). **Recenseamento do Brasil em 1872.** Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, [1874?]. 12v. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&xview=detalhes>>. Acesso em: 1º abr. 2017.

CÚRIA METROPOLITANA DE VITÓRIA. **Livro de Batismo da Catedral.** 1831-1889.

CÚRIA METROPOLITANA DE VITÓRIA. **Livro de Batismo de escravos da Catedral.** L. 03, 1845-1859.

DAEMON, B. C. **Província do Espírito Santo**: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/APEES, 2010.

ESPÍRITO SANTO (Província). **Falla com que o exm. presidente da província do Espírito Santo, Wenceslau de Oliveira Bello, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 25 de maio de 1843**. Rio de Janeiro: Typ. Americana de I.P. da Costa, 1843. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo>. Acesso em: 1º abr. 2017.

ESPÍRITO SANTO (Província). **Falla com que o exm. vice-presidente da província do Espírito Santo, Joaquim Marcellino da Silva Lima, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 27 de maio de 1845**. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1845a. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo>. Acesso em: 1º abr. 2017.

ESPÍRITO SANTO (Província). **Falla com que o exm. vice-presidente da província do Espírito Santo, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1844**. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1845b. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%A Drito_santo>. Acesso em: 1º abr. 2017.

ESPÍRITO SANTO (Província). **Falla dirigida á Assembléa Legislativa da província do Espírito Santo na abertura da sessão ordinaria do anno de 1846 pelo exm. vice-presidente da mesma província, Joaquim Marcellino da Silva Lima**. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de F.M. Ferreira, 1846. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%A Drito_santo>. Acesso em: 1º abr. 2017.

ESPÍRITO SANTO (Província). **Falla que o ex.mo presidente da província do Espírito Santo dirigio á Assembléa Legislativa Provincial no dia 1.o de abril de 1840**. Rio de Janeiro: Typ. do Diário, de N. L. Vianna, 1839. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%A Drito_santo>. Acesso em: 1º abr. 2017.

ESPÍRITO SANTO (Província). **Relatorio com que o exm. sr. dr. Sebastião Machado Nunes, presidente da provincia do Espirito Santo abriu a sessão ordinaria da respectiva Assembléa Legislativa no dia vinte e cinco de maio do corrente anno.** Victoria: Typ. Capitaniense de P.A. d’Azeredo, 1854. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%A9rito_santo>. Acesso em: 1º abr. 2017.

ESPÍRITO SANTO (Província). **Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente da Província do Espírito Santo, o Doutor José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, passou a administração da Província ao Exmo. Sr. Comendador, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo Vice-Presidente, no dia 13 de fevereiro de 1857.** Victoria: Typ. Capitaniense de P. A. d’Azeredo, 1857. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo>. Acesso em: 1º abr. 2017.

ESPÍRITO SANTO (Província). **Relatorio do presidente da provincia do Espirito Santo, o bacharel Pedro Leão Velloso, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 25 de maio de 1859.** Victoria: Typ. Capitaniense de Pedro Antonio d’Azeredo, 1859. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo>. Acesso em: 1º abr. 2017.

ESPÍRITO SANTO (Província). **Relatorio do presidente da provincia do Espirito Santo, o doutor Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 1.o de março de 1848.** Rio de Janeiro: Typ. do Diario de N.L. Viana, 1848a. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo>. Acesso em: 1º abr. 2017.

ESPÍRITO SANTO (Província). **Relatorio do presidente da provincia do Espirito Santo, o doutor Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1847.** Rio de Janeiro: Typ. do Diario de N.L. Vianna, 1848b. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo>. Acesso em: 1º abr. 2017.

ESPÍRITO SANTO (Província). **Relatorio que o exm. presidente da provincia do Espirito Santo, o bacharel José Bonifacio Nascentes d’Azambuja, dirigiu a Assembléa Legislativa da mesma provincia na sessão**

ordinaria de 24 de maio de 1852. Victoria: Typ. Capitaniense de P.A. de Azeredo, 1852. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/es-p%C3%ADrito_santo>. Acesso em: 1º abr. 2017.

VASCONCELOS, I. A. de. **Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828.** Transcrição do manuscrito original realizada por Fernando Achiamé. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.

Obras de apoio

ALMADA, V. P. F. de. **Escravidão e transição: o Espírito Santo 1850/1888.** Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CAMPOS, A. P. Escravidão e creolização: a Capitania do Espírito Santo, 1790-1815. In: FRAGOSO, J. et al. (Org.). **Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português.** Vitória: Edufes, 2006.

CAMPOS, A. P. Escravidão, reprodução endógena e crioulização o caso do Espírito Santo no Oitocentos. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 84-96, jul./dez. 2011.

CAMPOS, A. P. **Nas barras dos tribunais: direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX.** 2003. 278 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

CONRAD, R. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 571-608.

FLORENTINO, M. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FLORENTINO, M. G. Sobre a lógica demográfica da plantation no Brasil, 1789-1850. In: CAMPOS, A. P.; SILVA, G. V. (Org.). **O siste-**

ma escravista lusobrasileiro e o cotidiano da escravidão. Vitória: GM, 2011. p. 45-73.

FLORENTINO, M. G.; GÓES, J. R. **A paz das senzalas:** famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

GUEDES, R. **Egressos do cativo:** trabalho, família e aliança e mobilidade social – Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c.1850. Rio de Janeiro: MauadX/Faperj, 2008.

GUTIÉRREZ, H. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 161-188, mar./ago. 1988.

JESUS, A. D. R. de. **De porta adentro a porta afora:** trabalho escravo nas freguesias do Espírito Santo (1850-1871). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

MACHADO, C. **A trama das vontades:** negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social. (São José dos Pinhais - PR, passagem do XVIII para o XIX). 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MARQUESE, R. de B. **Feitores do corpo, missionários da mente:** senhores letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

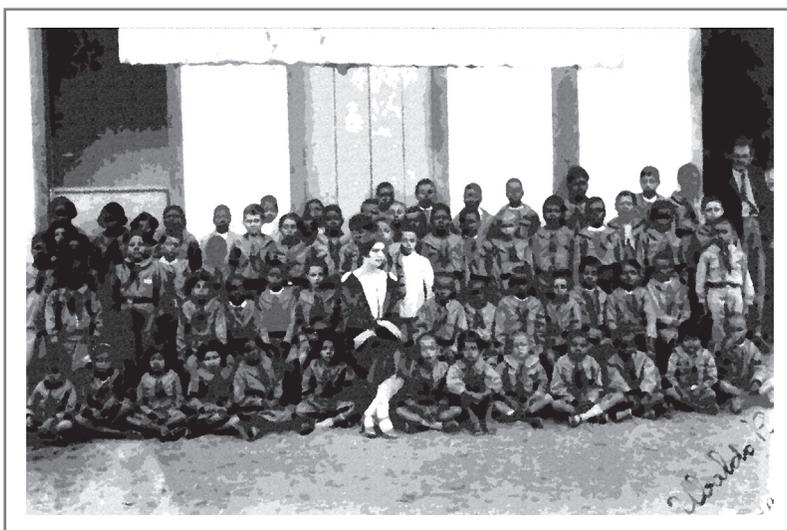
MERLO, P. M. S. **O nó e o ninho:** estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871. 2008. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

OLIVEIRA, J. T. de. **História do estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

RIBEIRO, G. L. **Enlaces e desenlaces**: família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871). 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

SANTANNA, L. de A. O negro na historiografia capixaba: a presença negra na obra de Maria Stella de Novaes. **Dimensões**: Revista de História da Ufes, Vitória, v. 11, p. 301-306, jul./dez. 2000.

SLENES, R. Senhores e subalternos no Oeste paulista. In: ALENCASTRO, L. F. de (Org.). **História da vida privada no Brasil Império**: a Corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 233-290.



Grupo de alunos da escola mista de D. América, oferecida ao Dr. Ramalho Maia, 30 ago. 1926. Acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Coleção Jerônimo Monteiro, JM 148.

PARTE III – O ENSINO DA HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA

DOS HORIZONTES E DAS POLÍTICAS DA MEMÓRIA: SOBRE A HISTÓRIA E O ENSINO DA HISTÓRIA DA ESCRavidÃO E DA PÓS-EMANCIPAÇÃO NO BRASIL⁹⁵

Flávio Gomes

Sandra Martins da Silva

A história da escravidão foi e continua sendo contada de vários modos. Sabemos pouco de muitas coisas. Ainda bem que continuam surgindo livros e pesquisas que oferecem abordagens inovadoras sobre as dimensões de *espaços e tempos* da escravidão e da pós-emancipação no Brasil (GOMES, 2014). Por que *espaços e tempos*? Fundamentalmente, em função da diversidade, considerando regiões em diferentes épocas. Não há mais lugar, seja nas análises dos especialistas e nos livros didáticos, seja nas salas de aula do ensino fundamental, médio e superior, para explicações generalizantes, românticas ou polarizadas sobre senhores ora bondosos, ora cruéis, diante de escravos algumas vezes obedientes, outras vezes rebeldes (ALENCASTRO, 2000; MONTEIRO, 1994; SCHWARTZ, 1988). Em que medida a escravidão africana na Amazônia colonial, com o cultivo de arroz e regiões cercadas por rios e planícies, foi diferente das montanhas de café do Vale do Paraíba na época do Império? O que dizer das lavouras de algodão no Maranhão, das áreas de pastos nos sertões de várias capitanias e províncias, sem falar da mineração e dos engenhos de açúcar da colônia? O que aconteceu com a população de libertos pós-1888 em áreas de fronteiras de Goiás e Mato Grosso? No Espírito Santo há diferenças, considerando o norte do estado, na área de São Mateus, ou a região sul,

95. Uma versão parcial deste artigo aparece como “Paisagens, cenários e memórias: roceiros e camponeses na escravidão e na pós-emancipação no Brasil” (GOMES, 2011). Nesta versão optamos por incorporar outra seção no texto, além de argumentos, notas e adensamento da bibliografia temática.

em Itapemirim, na expansão ou limitação do acesso à terra, na migração de comunidades negras, na meação e na parceria? Eis alguns exemplos.

Chamamos a atenção para a diversidade da escravidão e da pós-emancipação no Brasil com tipos diferentes de trabalho, formas sociais, culturas e relações de poder.⁹⁶ Cenários diferentes significavam sempre personagens singulares (NEVES, 1994). Havia grandes fazendeiros – senhores de engenhos –, mas também pequenos proprietários, em áreas voltadas para o mercado interno, distante, portanto, das regiões produtoras de açúcar e café para o exterior. Numa mesma área podiam conviver grandes fazendeiros possuidores de centenas de escravos com pequenos lavradores com apenas dois a três cativos (SCHWARTZ, 1983). Além disso, tanto setores livres podiam estar sujeitos às vontades dos donos de terra, morando como agregados em fazendas, como alguns libertos que rapidamente se tornaram também senhores de alguns escravos, reproduzindo a dimensão escravista da sociedade.⁹⁷ Nas cidades, cativos abarrotavam as ruas, trabalhando como quitandeiros, carregadores, pedreiros, alfaiates, amas de leite etc. e moravam em seus próprios casebres e nos cortiços, autorizados por alguns senhores que viviam da renda produzida por estes trabalhadores urbanos escravizados.⁹⁸ Na pós-emancipação, os cenários urbanos de Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro, com a arregimentação de trabalhadores em fábricas, serão diferentes das paisagens rurais de comunidades de “moradores” nas antigas áreas da *plantation* açucareira em Pernambuco e Alagoas.

Para o abolicionismo, a abolição e o período da pós-emancipação são lacunas ainda maiores. Como foi a propaganda abolicionista em áreas rurais e em zonas urbanas? Como se comportaram nas cidades o movimento operário, os jornalistas, os caricaturistas, os grêmios carnavalescos, os literatos em suas reuniões em cafés, sem falar das sociedades emancipadoras e do debate parlamentar? E no mundo rural? Como incidiu – de diferentes formas – o impacto do abolicionismo nas senzalas e nas escravarias? A imagem de escravos acomodados diante de abolicionistas – em geral brancos, letrados

96. Para uma reflexão sobre a bibliografia da escravidão e seus desdobramentos com a questão racial, ver Gomes (1999), Klein e Luna (2010) e Queiroz (1987).

97. Sobre família escrava, ver Faria (1998), Florentino e Goés (1997), Graham (1979), Motta e Gomes (1999), Reis (2005) e Slenes (1988, 1999).

98. Para a bibliografia sobre escravidão urbana, ver Algranti (1988), Carvalho (1998), Graham (1992), Karasch (2000), Moreira (2003), Soares (2007) e Wissenbach (1993).

e parlamentares – ainda domina em muitos manuais e conhecemos pouco sobre o abolicionismo proletário e o papel das lideranças negras – alguns ex-escravos ou filhos deles – na luta, propaganda e debate abolicionista em diversos espaços urbanos e rurais. O que significou o dia seguinte ao da abolição? Migrações de todos os ex-escravos para a cidade? Ou uma intensa mobilização nas áreas rurais de famílias camponesas negras – parte das quais legatárias da escravidão – à procura de terra? Além disso, o que significa pensar a pós-emancipação no Brasil? Como os temas da política, da cultura, da sociedade, do trabalho, do lazer, da saúde, da cidadania, da raça e da nação no início do Brasil republicano estavam atravessados pelas experiências e debates em torno de uma sociedade que tivera mais de trezentos anos de trabalho escravo? Até onde vai a pós-emancipação em termos de parâmetros historiográficos e debates em torno do pensamento social brasileiro? Quais as implicações disto – para além de uma história dos afrodescendentes – para a história do Brasil e o ensino de história do Brasil como um todo?⁹⁹

Para além dos quilombos: formas camponesas do cativo e da liberdade

Precisamos saber mais. Quem eram os homens pobres livres numa sociedade escravista? Como viviam? Como e onde moravam? Nunca nas alardeadas e limitadoras dicotomias escravidão e liberdade, opressão e benevolência, pobres e ricos ou brancos e negros. Cenários, paisagens e personagens complexos se constituíram (COSTA, 1992; EISENBERG, 1989; KLEIN, 1978). Foi comum a formação de setores camponeses a partir do extrativismo e da pequena produção agrícola de roceiros libertos e mesmo de escravizados na agricultura de subsistência. Vilas camponesas também surgiram a partir de comunidades de escravos fugidos, chamadas de quilombos e mocambos no Brasil (SCHWARTZ, 1987).

Formas camponesas na escravidão? Exato. Com os estudos do antropólogo norte-americano Sidney Mintz (1974, 1979) sobre o Caribe, as abordagens a respeito da existência de um campesinato sob a escravidão foram ampliadas, destacando-se as conexões em termos de economia, cul-

99. Verificar mais sobre o assunto em Cunha e Gomes (2007), Domingues e Gomes (2013a, 2011).

tura, ecossistema, cotidiano, práticas alimentares etc. No Brasil, em diversas regiões – e apesar de suas especificidades sociodemográficas, econômicas e ecológicas –, cativos tinham autorização de seus senhores para constituir roças a partir das quais interagiram com a sociedade envolvente. Visando à própria subsistência, os escravos cultivavam estes pequenos lotes de terra e frequentavam feiras e mercados locais nos seus “dias livres” costumeiros (CARDOSO, 1987; SILVA, 1989).

Na historiografia brasileira, a reflexão sobre a temática do campeonato na escravidão teve início na década de 1980, com Ciro Cardoso (1979) analisando o que denominava *brecha camponesa*. Argumentaria que atividades camponesas coexistiam com o escravismo, destacando as modalidades *camponeses não proprietários*, *camponeses proprietários*, *atividades camponesas dos quilombolas* e o *protocampesinato escravo*. Neste último caso, significava dizer que o sistema escravista incluía mecanismos de exploração relativamente autônoma de pequenas glebas pelos escravos, geralmente sob o patrocínio dos próprios senhores. Posteriormente, ganhariam força investigações sobre a economia própria dos escravos nos engenhos e fazendas, especialmente com os estudos de Stuart Schwartz (2001) e Bert Barickman (2003). Também a historiografia a respeito da cultura de setores camponeses, geralmente descendentes de africanos no período escravista, se desenvolveu bastante nos últimos anos, acompanhando estudos similares feitos em outras regiões das Américas. São exemplos desse interesse de pesquisa no Brasil os trabalhos de Maria Helena Machado (1988), Robert Slenes (1996, 1997), Márcia Motta (2007) e Guillermo Palacios (1987, 1989). Ainda são raros, porém, os estudos que perseguem trajetórias das populações de libertos e suas expectativas de ocupação de terras no período pós-abolição. As exceções são os trabalhos de Walter Fraga Filho (2006), sobre o recôncavo baiano; de Eliane Guimarães (2006), sobre a zona da mata mineira; de Robson Luís Martins (2005), sobre o sul do Espírito Santo; e de Hebe Mattos e Ana Rios (2004), sobre o sudeste escravista.

Precisamos saber mais sobre as formas camponesas, suas origens e dimensões; aquelas constituídas nas franjas das fronteiras agrárias em expansão, nas áreas de sertões ou de *plantation*. O que representaram os camponeses e as comunidades negras rurais no Brasil dos séculos XVIII e XIX? As formas camponesas mais conhecidas para o período da escravidão são as comunidades de escravos fugidos, os quilombos (REIS; GOMES, 1996).

Embora temática emergente na pauta política atual com as comunidades remanescentes de quilombos, não muito se avançou no estudo das formas camponesas durante a escravidão – com base nas roças dos escravos – e na pós-abolição. Os quilombos eram formas camponesas sob a escravidão? Sim. As fontes disponíveis sobre a economia dos quilombos são escassas, quando não dispersas. De qualquer modo, as informações sobre as atividades econômicas apontam, via de regra, para uma agricultura de alimentos acompanhada pelo extrativismo e pela caça e pesca abundantes. Muitos mocambos produziam excedente – a maior parte agrícola – que os favoreceriam em trocas mercantis. Além disso, a prática da “rapinagem”, com saques e roubos a fazendas e povoados, funcionava como complemento econômico. A maior parte da agricultura desenvolvida nos mocambos e quilombos deve ter sido constituída do plantio de milho, feijão, mandioca e outras leguminosas. Juntamente com a caça e a pesca, conseguiam, por meio de trocas com comerciantes, lavradores e cativos de plantações vizinhas, os produtos que necessitavam. Estes podiam ir do sal (para conservar os alimentos) até armas, pólvora, aguardente e roupas. Os contatos entre quilombolas, cativos e taberneiros envolvendo, circunstancialmente, mascates, lavradores, agregados, arrendatários, fazendeiros e até mesmo autoridades locais (muitas das quais também proprietárias de fazendas) era mais do que uma conexão estritamente econômica. Constituíram a base de uma teia maior de interesses e relações das formas camponesas. Em muitas regiões, os escravos frequentavam feiras e mercados locais aos sábados e domingos – ou seja, nos seus “dias livres” –, onde montavam “quitandas” e vendiam os excedentes de suas roças, que podiam ser tanto gêneros agrícolas (fumo, milho, feijão etc.) como produtos de caça, pesca e artesanato.

Os estudos em história agrária no Brasil têm apontado caminhos para uma compreensão maior e mais complexa dos padrões de propriedade de terra, das estratégias de cultivo de setores agrícolas voltados para o mercado interno com a produção de alimentos e do desenvolvimento de setores camponeses, constituídos de libertos e homens livres pobres, durante a escravidão e na pós-emancipação. Estratégias de autonomia desenvolvidas por comunidades de fugitivos ganhavam contornos a partir da inter-relação com outros setores, que podiam ir desde os grandes proprietários de terras e escravos que produziam para a exportação, passando por médios fazendeiros voltados para o mercado interno, produtores de alimentos,

arrendatários-escravistas, posseiros, sitiantes, minifundiários e até outros setores camponeses constituídos por roceiros libertos e negros.

Não só baseadas em trocas mercantis, mas, também, em interações e permutas simbólicas, movidos por relações de família e parentesco baseadas em procedências comuns, escravos, libertos, camponeses e quilombolas podem ter constituído espaços de solidariedades (não obstante tensões e conflitos) a despeito das diferenças de *status*. Com o controle social sobre as comunidades de senzalas (constituídas por livres, libertos ou escravos), havia, de modo geral, reduzido espaço de mobilidade social, não obstante as hierarquias entre homens, mulheres, cativos, livres, libertos, crioulos e africanos, suas ocupações e parentesco. Embora houvesse níveis de relações e solidariedades (sociais, culturais e econômicas), setores camponeses negros devem ter mantido suas identidades próprias.

Solidariedades – não de forma generalizada – podiam existir, porém com estratégias próprias e diferenciadas entre livres e escravos, ainda que pudessem ser compartilhadas. É possível pensar a existência de setores camponeses negros como ataques indiretos à escravidão e posteriormente expectativas sobre a pós-abolição. Muitas vezes, senhores e autoridades tinham a visão de que tais setores, e, conseqüentemente, sua busca por maior autonomia, constituíam uma ameaça, ainda mais se as estratégias adotadas contavam com a participação de escravos e quilombolas. Da mesma forma, como as ações dos quilombolas na manutenção de suas comunidades, as estratégias de enfrentamentos de tais setores camponeses, que podiam envolver a luta pela posse e usufruto da terra das fazendas ou a abertura de pequenas vendas e tabernas no interior das áreas rurais etc., ajudavam a transformar o mundo dos que permaneciam escravos. Analisando o grau de autonomia econômica da população livre em algumas áreas, podemos abordar a forma como esta se engajou no cultivo de gêneros alimentícios para o abastecimento, já que para ela a produção para exportação ficava dificultada pela limitação de acesso à quantidade de terra e escravos necessária e ao capital inicial a ser investido. A capacidade de autonomia econômica das populações negras livres podia estar relacionada com a organização do sistema de mercado interno e o seu conseqüente abastecimento. Aliás, desse mercado interno participavam também os cativos das plantações, que procuravam comerciar nas feiras locais os produtos excedentes de sua economia própria. Pode ter se desenvolvido, paulatinamente, uma economia

camponesa (inclusive com pequenos vendeiros e negociantes) gestada pela população negra livre durante a escravidão. O desenvolvimento deste setor camponês pode também ter aproximado – econômica e socialmente – cada vez mais toda a população negra, fosse livre, fosse escrava.

Estratégias em busca de autonomia e a integração das práticas econômicas e sociais dos quilombos, dos escravos nas plantações e de outros setores sociais envoltentes ajudaram a forjar as faces de um campesinato negro. Isso não significa concluir que as comunidades de fugitivos fossem simplesmente aceitas no mundo da escravidão. Para a maioria dos senhores proprietários de escravos, a existência dos quilombos representava uma ameaça à autoridade e ao controle de suas fazendas. As constantes fugas, a possibilidade de incitamento a revoltas de escravos e de comunicação com elas e as razias executadas por quilombolas causavam temor. De qualquer modo, as variadas relações econômicas mantidas por diversas comunidades agrárias, mesmo que a maioria delas tivesse caráter semiclandestino, acabava por fortalecer-las enquanto espaços (territórios) articulados e identificados economicamente em dada região e circunstância. Não era só com comerciantes, taberneiros e acoitadores que estas comunidades agrárias procuravam se relacionar. As solidariedades com cativos nas plantações eram fundamentais. Em diversas ocasiões, quilombolas se refugiaram no interior das fazendas, fossem nas matas, fossem nas senzalas, com a convivência e o apoio efetivo dos escravos. Encontravam a possibilidade de manter trocas mercantis providenciais. Escravos e quilombolas podiam, inclusive, entre outras coisas, complementar suas respectivas dietas alimentares, permutando gêneros produzidos em suas roças. A aguardente – muitas vezes proibida ou controlada pelos senhores – poderia ser facilmente conseguida com os quilombolas, que também podiam oferecer aos cativos alguns produtos de suas plantações ou mesmo de roubos praticados no interior das fazendas e contra viajantes em estradas.

Recentes estudos têm procurado destacar a formação de setores camponeses a partir das senzalas, dos mocambos e de roceiros livres. Para várias regiões há evidências de como escravos e quilombolas faziam circular produtos de sua economia agrária e mesmo de articulações econômicas, em que esta produção camponesa alcançava tabernas, feiras e vilas em áreas rurais e semiurbanas. De modo geral, as fontes históricas a respeito são raras, quando não indiretas. Nas senzalas tudo era clandestino, e nos qui-

lombos os registros aparecem em fontes produzidas pela repressão. Ainda assim, conhecemos em detalhes um campesinato que articulou mocambos e senzalas, dando origem às comunidades negras rurais e acesso à terra ainda na escravidão. Alguns produtos que complementavam a economia dos quilombos – servindo como moeda de troca – vinham das roças e da economia própria daqueles que permaneciam nas senzalas, estabelecendo-se entre eles alianças que ampliavam bases econômicas, autonomia e proteção. Embora permeadas por tensões, surgiam redes de trocas em fazendas, povoados, feiras e vilas (GOMES, 2005, 2006; GUIMARÃES, 1988).

A formação de um *campesinato negro* no Brasil tem origens diversas: terras herdadas de quilombolas ou escravos fugidos, e seus descendentes, da escravidão; doações de senhores ou de ordens religiosas a ex-escravos; terras compradas por libertos e herdadas pelos seus descendentes; terras conseguidas do Estado em troca de participação em guerras (do Paraguai, por exemplo); ou, ainda, inúmeras migrações de libertos e suas famílias no período imediatamente pós-emancipação (YABETA; GOMES, 2013). Estes vários lugares ficaram conhecidos por diferentes denominações, como populações tradicionais rurais negras, comunidades negras rurais, bairros rurais negros, *terras de preto* e *terras de santo*. Ainda precisa ser incluída aqui a formação de comunidades de senzalas, ou seja, comunidades negras formadas ainda na escravidão – com desdobramento na pós-emancipação, sobrevivendo até os dias atuais –, no caso com cativos e libertos de um mesmo proprietário ou de um conjunto de proprietários, organizadas por grupos de trabalho, vizinhança, famílias, compadrio e base religiosa (SLENES, 1999).

Imagens, espelhos e novas formas de emancipação: em torno da Lei 10.639

Mas como este conhecimento histórico pode chegar às salas de aula? E os livros didáticos? O que eles dizem sobre a escravidão e sobre o pós-emancipação? Aparecia sempre um “escravo” e sua *escravidão* quase a-históricos, do século XVI até 1888, sem identidades, sem variações regionais ou experiências históricas. Um escravo sem África. Ou pior: uma África romântica, parada num tempo pré-colonial, do tráfico atlântico ou do posterior colonialismo (MATTOS; GOMES, 2012). Livros didáticos, manuais e professores nas salas de aula não são, exclusivamente, os culpados.

Onde estão as bibliotecas? E as políticas públicas de fomento, produção e distribuição de livros? Onde está a valorização dos profissionais da educação, sua formação, seus salários e sua carreira?

Não se trata de procurar vítimas e algozes, mas sim entender processos históricos, agentes e narrativas (MATTOS; ABREU, 2008). No dia 9 de janeiro de 2003, o governo federal sancionou a Lei 10.639 (BRASIL, 2003), a qual, juntamente com o Parecer do Conselho Nacional (CNE) nº 003/2004, alterou a Lei nº 9.394, conhecida como LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A LDB, Carta Magna da Educação, em seu artigo 26-A incluiu no currículo oficial da rede da educação básica a obrigatoriedade da temática da educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira. Essa lei, dirigida à educação básica, tem seus desdobramentos para a formação de professores no ensino superior expressos nas *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2004).

Instituída em 2003, 115 anos após a abolição da escravatura, a Lei 10.639 desnudou a ineficácia do Estado brasileiro, que ainda não havia criado políticas públicas de efetiva inclusão dos negros no novo sistema que se instalara – a República. Em 1920, periódicos negros, como o *Clarim da Alvorada*, denunciavam que o país destituía o “homem de cor” do pleno exercício da cidadania e atacavam tal problema, que parece não estar totalmente obsoleto (DOMINGUES, 2008, p. 53). Pouco menos de uma década antes da entrada de um novo milênio, esta parcela expressiva da população brasileira continuava relegada a uma quase invisibilidade, quiçá a uma segunda abolição (DOMINGUES, 2008; SANTOS, 2005).

Passado o torpor das longas viagens transoceânicas em grande escala, a intensa migração de africanos pelo mundo possibilitou trocas, novos conhecimentos e o incessante desenvolvimento de sociabilidades e práticas culturais mesmo diante da violência, intolerância e truculência do sistema escravista e, depois dele, do racismo e suas estratégias de exclusão (GONÇALVES, 2007). Educar-se é distanciar-se da condição de “coisificação” e preparar-se para uma cidadania, o que pressupõe o conhecimento dos processos históricos constitutivos da sua identidade e origem. A constituição das identidades é essencialmente política, por estar implicada também em todo o processo sério de educação (SODRÉ, 2002, p. 88).

Não por outros motivos, a educação foi uma das áreas que parte da população negra viu como um campo de possibilidades de sobrevivência para si e mais ainda para seus descendentes e de acesso a uma mobilidade social. Por certo, alguém pensou que, com o tempo e o investimento que o país fizesse, estes poderiam até competir em razoáveis condições com os descendentes dos europeus. Com a boa competição, naturalmente, a jovem nação e toda sua população seriam os grandes premiados ante o alto nível de desenvolvimento global – a médio e longo prazo. Ledo engano. Não só não houve investimento para esta camada populacional, como o preconceito e a discriminação racial após a abolição passaram a ser “determinantes do destino social, econômico, político e cultural dos afro-brasileiros” (SANTOS, 2005, p. 21). Ao se criticar os desdobramentos do abolicionismo como movimento social, destaca-se como ele pode ser visto “basicamente obedecendo aos interesses de certos grupos dominantes”, que estavam muito mais interessados em liberar o Brasil da escravidão do que em resolver o problema do negro e do ex-escravo em particular (HASENBALG, 1976).

Narrativas de mobilização não devem ficar soterradas sob o estigma da história dos vencidos. Conhecê-las para identificar legados, processos, personagens, agentes, projetos, esperanças e recordações são – entre outros – os objetivos da Lei 10.639/2003.

Uma educação antirracista é tema que vem norteando debates desde a primeira metade do século XX, como o que ocorreu no *Congresso do Negro no Brasil*, promovido pelo Teatro Experimental do Negro (TEN), no Rio de Janeiro, entre agosto e setembro de 1950 (SANTOS, 2005, p. 23). Os itens elencados nesse congresso compuseram a base da fundamentação do parecer da relatora do Conselho Nacional de Educação, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, considerando os artigos 5º (inciso I), 206 (inciso I), 210, 215, 216 e § 1º do artigo 242 da Constituição Federal, bem como os artigos 26, 26-A e 79-B da Lei 9.394/96, que asseguraram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantiram igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos os brasileiros.

No parecer, o subtítulo “Políticas de reparações, de reconhecimento e valorização, de ações afirmativas” alude à responsabilidade do Estado e da sociedade de tomarem medidas para ressarcir os afrodescendentes dos va-

riados danos causados pelos quase quatrocentos anos de escravidão, bem como das políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com poder de governar e de influir na formulação de políticas na pós-abolição. Em estudo pioneiro, Hasenbalg (1976) chamava a atenção para a mobilidade invertida quanto a brancos e negros. Na ocasião, observava a tendência de negros atingirem menos anos de estudos do que brancos da mesma origem social. Tal diferença ficava evidenciada nos níveis educacionais mais elevados. Ao utilizar dados do Censo Demográfico de 1980, a taxa de analfabetismo para brancos era de 14,5 % enquanto para negros subia para 36,5 %. Anos mais tarde, em 1995 e 2006, o grupo de pretos e pardos analfabetos passou de 23,5 % para 14,6 %, e o de brancos foi de 9,6 % para 6,5 %. Ainda em 2006 a diferença era bem acentuada: o analfabetismo de pretos e pardos era, proporcionalmente, superior em 124,6 % ao dos brancos (BARCELOS, 1989, p. 1; PAIXÃO; CARVANO, 2007, 2008).

Tal paralelismo crônico revela como a população negra conheceu uma situação de “deseducação”, que poderia ser sensivelmente atenuada se houvesse políticas públicas de combate ao racismo, como defendia Abdias Nascimento (1981, p. 8) ao execrar “a estrutura racial eurocêntrica que tem monopolizado todo tipo de poder, desde o poder político, passando pelo poder econômico, até ao status social, à custa do esbulho e da aviltação de toda uma raça”. Mais do que transformar a mulher em um objeto de exploração, ou impedir a entrada de negros pela porta principal, ou negar-lhes o emprego condizente com sua formação intelectual e técnica, o racismo está inserido em todo o tecido que forma a cultura brasileira, ensinado às crianças, revisitado constantemente pelos meios de comunicação.

Ao mesmo tempo, cotidianamente, a produção midiática tem transgredido dispositivos legais constitucionais ao oferecer conteúdos com mensagens subliminares fundamentadas num padrão eurocêntrico: artigo 4º, inciso VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo –; e o artigo 5º, incisos III – ninguém será submetido a tortura e nem a tratamento desumano e degradante – e XLII – a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei (BRASIL, 1988). Surgiram argumentos que destacaram como os discursos sociais – de manuais escolares aos diálogos socializantes, à produção midiática e jornalística, etc. – têm exercido papel central tanto na produção quanto na reprodução do preconceito e do

racismo, posto que “desses discursos provêm os modelos cognitivos e as atitudes relativas às minorias de qualquer natureza, especialmente os negros na sociedade clara do Ocidente” (SODRÉ, 2002, p. 25).

Tanto as consequências desse tipo de mensagem como o sistema de relações raciais no Brasil como um todo desembocam em dois níveis que se complementam: os estereótipos em torno da população negra tornaram-se referenciais na relação cotidiana entre brancos e negros, funcionando como fatores de bloqueio na modernização das relações sociais; essa mesma imagem fornece os elementos com os quais os próprios negros fabricam a sua autorrepresentação e através dos quais eles se julgam como pessoa e como grupo, através do espelho ideológico branco, que, internalizado, fornece o campo propício para a sustentabilidade da baixa autoestima e a deterioração de identidades (PEREIRA, 1983, p. 190). Ou seja, a naturalização do racismo na mídia nacional prejudica, em larga escala, a afirmação de diferentes identidades e o valor social do grupo.

O negro é retratado com estereótipos semelhantes aos dos jornais do século XIX e observados até a atualidade, sendo empregadas analogias pejorativas sobre sua imagem ao ocupar profissões inferiorizadas e de menor prestígio, surgindo assim como personagens de ocorrências policiais e emocionalmente desequilibrados; ou como um ser exótico, que surpreende pela sua capacidade de autorrecuperação (SILVA, 2005). Houve quem alertasse para a responsabilidade dos meios de comunicação ao veicularem somente um lado da moeda, que tem duas faces: o da mulher negra empregada doméstica – que é verdade; mas não mostra que também há a mulher negra advogada, médica, juíza, professora – o que também é verdade (NUNES, 1976).

Como política pública de combate às desigualdades socioeducativas, a Lei 10.639/2003 sinaliza propostas político-pedagógicas voltadas para o enfrentamento das desigualdades ao romper com o discurso escolar instituído, abrindo espaço a experiências educativas eficazes para construções identitárias no ambiente escolar. O desenvolvimento de uma pedagogia antirracista é fundamental para a sociedade como um todo – não só para a população afrodescendente –, pois promove a cidadania. Daí a necessidade de haver não só a boa vontade e sensibilidade dos profissionais de educação, mas sobretudo materiais didático-pedagógicos específicos aos professores, para ministrarem as aulas, e à comunidade escolar, para combater o preconceito e a discriminação raciais.

O debate, no entanto, não começou em 2003 com a lei, mas foi fruto de um longo processo de mobilização dos movimentos sociais (PAIXÃO; GOMES, 2008b). Já nos anos 1990, alguns passos foram dados para que o sistema de ensino incorporasse essa discussão através dos Parâmetros Curriculares Nacionais¹⁰⁰ (os quais abordaram a diversidade cultural). No fim do século XX, compromissos internacionais ratificavam o empenho de uma educação democrática plural. Um dos acordos internacionais assinados pelo Brasil, o Plano de Ação produzido pela III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, à Discriminação Racial, à Xenofobia e à Intolerância Correlata, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Durban, na África do Sul, em 2001, contém o seguinte nas suas recomendações:

Insta as Nações Unidas, outras organizações internacionais e regionais e os Estados a compensarem a minimização da contribuição da África para a história do mundo e da civilização através do desenvolvimento e implementação de programas de pesquisa, educação e comunicação de massa abrangentes e específicos para disseminarem de forma ampla uma visão equilibrada e objetiva da importante e valiosa contribuição da África para a humanidade (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2001, p. 71).

Antes disso, a LDB de 1996 inspirou a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, divulgados pelo Ministério da Educação, que orientam que a pluralidade cultural seja tratada como tema transversal nas atividades curriculares. Em 1998 os PCNs foram criados para servirem como uma referência curricular nacional para o ensino fundamental. O papel da escola na construção das identidades de cidadãos conscientes e participativos destaca-se no projeto de uma sociedade democrática, para a qual os PCNs são voltados. As temáticas sociais são apresentadas sob a forma de temas transversais, como ocorre com o tema diversidade, presente em todas as áreas do conhecimento. A sociedade brasileira é apresentada como multiétnica, pluricultural e hierarquizada. Nela, os grupos minoritários são alvos de preconceito e discriminação. As desigualdades raciais estruturais, que resultam em injustiças sociais, são reveladas e exigem-se ações efetivas.

100. Os PCNs são diretrizes elaboradas pelo Governo Federal para orientar a educação no Brasil.

Entretanto, a adesão aos PCNs não era compulsória, algo que foi corrigido com a Lei 10.639/2003 (GONÇALVES, 2007, p. 173).

Não bastam, todavia, os acordos internacionais e legislações sem que haja desdobramentos, como: empenho de recursos para o fomento às pesquisas; formação e qualificação dos profissionais de educação – da educação infantil à pós-graduação –; incentivo a projetos pedagógicos que potencializem a autonomia do aluno, conforme preconizava Paulo Freire; produção de conteúdos adequados com a nova visão proposta de mostrar uma nova forma de abordagem das relações raciais concernentes ao negro brasileiro como raça e sua implicação no todo social (GRUPO DE TRABALHO ANDRÉ REBOUÇAS, 1983). Tal assertiva pode ser observada ao se analisar o Plano Nacional de Educação de 2001, quando se constatou ter havido pouca preocupação quanto à preparação dos professores – seja do ensino infantil ou do fundamental – para lidarem com conteúdos como a origem da diversidade, a representação negativa da criança negra sobre si, a ausência de heróis negros, a falta de conhecimento sobre a religião dos negros (em geral tratada como feitiçaria ou demonizada) e a falta de estudos sobre história da África, representada ora como uma selva, ora como terra de conflitos tribais (CEERT, 2005, p. 16).

Antes da aprovação da Lei, alguns municípios, como Salvador (1989), Belo Horizonte (1990), Porto Alegre (1991), Diadema e Belém (1994), São Paulo e Distrito Federal (1996), Criciúma (1997), Teresina (1998), Campo Grande (1999) e Campinas (2000), incluíram, em seu currículo, o estudo das relações étnico-culturais ou raciais. No entanto, somente a promulgação da lei, apesar do avanço enquanto política de promoção da igualdade racial, não garante sua efetiva implementação. Na perspectiva de atenuar tal situação e fomentar a União – a quem cabe coordenar a política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo funções normativas, redistributivas e supletivas em relação às demais instâncias educacionais (estaduais e municipais) –, organizações da sociedade civil e programas nas universidades vêm desenvolvendo formações, publicações e metodologias que contemplem uma educação étnico-racial (CEERT, 2005, p. 16).

Mobilização social, debates parlamentares e ações de entidades e organizações são bem antigos e torna-se fundamental resgatar o legado de protagonismo dos movimentos sociais em torno de uma educação antirracista e o ensino de história. Desde os anos 1970, foram inúmeras as iniciativas. Elencaremos algumas:

a) GTAR – Grupo de Trabalho André Rebouças. Fundado em 1976, foi uma organização de estudantes negros da Universidade Federal Fluminense que criou a Semana de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Sociedade Brasileira e o Ciclo de Palestras e Debates Abertos ao Público em Geral. Os dois projetos visavam à produção de conteúdo sobre relações raciais concernentes ao negro brasileiro e a implicação disso no todo social, com atualização da bibliografia adotada pelo corpo docente e discente, na qual se propunha a reescrita da história dos povos subalternizados pelo discurso oficial que determina o lugar do negro. O conteúdo das duas iniciativas foi transformado em Cadernos de Estudos que eram enviados para universidades, bibliotecas, secretarias de educação – municipais e estaduais – e instituições do movimento negro.

b) Penesb – Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Nos anos 1990, em parte inspirado nas ações do GTAR, o Penesb, da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, foi um espaço de educação continuada para docentes sob a temática Educação para as Relações Étnico-Raciais que, além do debate teórico sobre a temática racial, buscava, sobretudo, orientar ações para a transformação do cotidiano escolar. O programa promoveu cursos de extensão presencial e a distância e cursos de pós-graduação *latu sensu* (OLIVEIRA; GONÇALVES; MULLER, 2010).

c) CEEA – Centro de Estudos Afro-Asiáticos. Foi um importante polo de conexão acadêmica e intelectual já no início da década de 1970 e funcionava no ambiente da Universidade Cândido Mendes (UCAM). Fundadores de importantes organizações de mobilização e luta antirracista (do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras, por exemplo), pesquisadores e intelectuais negros atuaram no CEEA entre os anos 1980 e 1990. Também nos anos 1990 foi criado um curso *latu sensu* de História da África e do Negro no Brasil. A principal expectativa na ocasião era exatamente contribuir para a superação da carência dos professores da educação básica e do ensino médio no trato com os conteúdos dessa temática, assim como o fomento à vocação de pesquisa em temas africanos e afro-brasileiros.

d) Laeser – Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatística das Relações Raciais do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Criado em 2006, o Laeser, adaptado à Lei 10.639/03, desenvolve, desde 2007, o curso de extensão “Oficina de indicadores sociais: ênfase em relações raciais” (PAIXÃO; CARVANO, 2007, 2008).

e) Neabs – Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros. Embora existam registros sobre o surgimento de Neabs desde os anos 1980 em algumas instituições de ensino superior e iniciativas autônomas de grupos de intelectuais negros (como o grupo da PUC na década de 1980), há na segunda metade dos anos 1990 a explosão de Neabs em várias universidades públicas e o interesse de órgãos do Ministério da Educação em discutir fomento, editais e ações de formação e extensão articuladas. Os Neabs coordenariam programas de formação inicial e continuada de professores da escola básica focados na produção de conhecimentos sobre a realidade étnico-racial brasileira em instituições estaduais e federais de ensino superior. Estas instituições passaram a receber apoio técnico e financeiro do Uniafro III – Programa de Ações Afirmativas para a População Negra regido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (LIMA, 2012, p. 21).

f) CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. Organização paulista, criada em 1990, cujo primeiro projeto de intervenção na área de educação foi iniciado em 1995, em bairros de Belo Horizonte. A proposta objetivou a formação de educadores e gestores, como impulsionadores principais da ação institucional bem como a produção coletiva de conhecimento sobre as iniciativas.

g) Ceap – Centro de Articulação de Populações Marginalizadas. Fundado em 1989, no município do Rio de Janeiro, oferece o curso Formação de Professores: História da África e Educação das Relações Étnico-Raciais – Lei 10.693/2003. O público são os professores do ensino básico, educadores populares e de pré-vestibulares comunitários, estudantes de licenciatura e integrantes de movimento social, que acessam tanto conteúdos como metodologias, por meio de atividades de sensibilização, debates e práticas pedagógicas. Em 2014, o curso abrangeu os municípios de Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Macaé, Volta Redonda e São Gonçalo.

h) A Cor da Cultura. Projeto de valorização da cultura afro-brasileira, envolvendo a parceria de várias instituições públicas, privadas e organizações não governamentais – Fundação Roberto Marinho, Petrobras, Centro de Informação e Documentação do Artista Negro (Cidan), MEC, Fundação Cultural Palmares e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Dessa união de esforços foram desenvolvidos variados produtos destinados à ação pedagógica: audiovisuais, atividades culturais e coletivas para formação de gestores e professores da rede pública de ensino.

Esses, entre outros – e precisamos saber mais da história intelectual e institucional de mobilização antirracista articulada com legislação na educação e fomento de formação, extensão e produção de material didático sobre ensino de história –, constituíram processos de mobilização de agentes, setores públicos, intelectuais, instituições e entidades (DOMINGUES; GOMES, 2013a; SILVA; GOMES, 2013). Ainda assim, educadores continuam enfrentando desafios para lidar com temas e questões sobre a história da África nos currículos escolares. Em geral, a abordagem dada nas formações é ampla e o enfoque sobre cada um dos assuntos selecionados é de caráter geral. Já houve alerta para que, além dos aspectos legais que nos colocam diante da história do continente africano, para entendermos a história do Brasil temos que necessariamente compreender as suas relações com os povos africanos. Populações de várias gerações de africanos e seus descendentes, sobretudo devido ao tráfico de escravos, foram espalhadas pelo mundo levando seus saberes, costumes, modos de pensar e fazer, configurando o fenômeno da diáspora africana. Tratar de um tema que sempre foi relegado ao ostracismo ou, na melhor das hipóteses, considerado manifestação folclórica merece muita cautela, leituras e muita pesquisa. Os africanos e seus descendentes “nascidos na diáspora do Novo Mundo”, mesmo nas circunstâncias em que se encontravam, eram seres humanos em trânsito entre os dois lados da moeda. Res-salva-se que as idealizações são perniciosas, pois desfocam e não valorizam o positivo, que é reconhecer que entre as heranças africanas no Brasil estão conhecimentos, condutas, visões de mundo, na medida em que os africanos “nos legam parte de sua civilização” (LIMA, 2012, p. 25).

Considerações finais

Com relação à dimensão africana da história da escravidão atlântica, se, de um lado, valoriza-se a pesquisa e crescem a produção de conhecimentos, a oferta de cursos de pós-graduação e a publicação de traduções de livros, por outro, é preciso avançar. E isso implica muito mais do que boa vontade, pois falta uma massa crítica de pesquisadores – verdadeiramente *africanistas* – formados em centros de história africana, treinados em investigações empíricas de arquivos da África; inexistem bibliotecas especializadas; desconhece-se a vasta historiografia a respeito, em inglês, francês ou

outro idioma, especialmente aquela produzida por uma renovada geração de intelectuais propriamente africanos. Muitos são os questionamentos que podem ser levantados ao se abordar a África (des)coberta. Há recriações das áfricas nas diásporas e nos seus desdobramentos geopolíticos. Entre as críticas, há certos marcadores cronológicos que naturalizam as relações entre escravidão e tráfico atlântico para as várias sociedades africanas do passado. É possível oferecer uma história da África e dos africanos no Brasil bastante inovadora. As dimensões africanas (no sentido das reinvenções e reinterpretções) podem ser abordadas numa perspectiva histórica de redimensionar o Atlântico, possibilitando entender as conexões entre o Brasil e a África (MATTOS; GOMES, 2012).

No tocante à dimensão diaspórica da escravidão com seus legados na pós-emancipação, temos uma historiografia consolidada e contando com recursos metodológicos originais, mas ainda precisamos processar isso sob a forma de conteúdos didáticos, convertendo-os em temas, objetos, imagens, cenários, personagens e experiências. Conhecer a história da pós-emancipação talvez seja hoje o desafio mais urgente. É certo que a escravidão marcou a sociedade brasileira de várias formas. Foram quase quatrocentos anos de trabalho escravo com indígenas e africanos. O fim da escravidão, em várias sociedades nas Américas, começou nas primeiras décadas do século XIX. O Brasil – que recebeu cerca de 40 % de todos os africanos escravizados enviados para as Américas – foi o último país a abolir esse regime de trabalho. Não muitos anos depois do dia 13 de maio de 1888, setores das elites, compreendendo intelectuais, cientistas e literatos, já falavam da escravidão como coisa de um passado distante (MATTOS; ABREU, 2010). A ideia era apagar a “mancha” da escravidão e eliminar a memória das lutas abolicionistas do final do século XIX. Escravos e libertos eram transformados em “negros” e “pretos”, numa perspectiva racial de classificação estigmatizante das novas hierarquias sociais no alvorecer do século XX. A abolição não foi acompanhada de políticas públicas que garantissem terras, educação e direitos civis plenos aos descendentes de escravos e libertos. Pelo contrário, políticas públicas urbanas e higienistas refundaram as diferenças com novas bases sociais e étnicas. Até a década de 1930, o dia 13 de maio era feriado nacional e com festas cívicas, além de comemorações populares. Apesar da manutenção de faces da desigualdade, descendentes de escravos e mesmo libertos comemoravam – se não a cidadania plena – a liberdade conquistada com a Lei Áurea.

O fato é que ainda conhecemos pouco sobre o pós-emancipação no Brasil. O que representaram – em áreas rurais e urbanas – as primeiras décadas da liberdade para milhares de homens e mulheres e seus filhos, netos e sobrinhos que conheceram a escravidão? A propósito da exibição do capítulo final da telenovela *Sinhá Moça*, alguns anos atrás, foi possível conectar reflexões sobre as expectativas da emancipação no Brasil e, ao mesmo tempo, as narrativas cristalizadas em manuais de história e de sociologia. Na cena final, apareciam duas gigantescas filas, paralelas e em sentidos contrários. Uma de chegada à fazenda (no período pós-1888), constituída por imigrantes europeus que rumavam em direção ao trabalho livre, supostamente racional e capitalista. Todos brancos. Na fila de saída, alinhavam-se ex-escravos e libertos negros, ao mesmo tempo expulsos, indesejados, ingratos ou obtusos, que rumariam para as cidades à procura de emprego. Imagem caricata – muitos diriam – e, também, indicativa de como a *intelligentsia* (literatos e intelectuais) percebia o que muitos estudos chamariam de “transição”.

Caricatas ou não, tais imagens indicavam projetos de *nação* no ontem e no hoje ainda sólidas. De um lado, os mitos dos imigrantes radicais, inventando a história do trabalho e do progresso. De outro, o seu reverso, milhares de negros analfabetos, miseráveis e despreparados, a indicar problemas sociorraciais no futuro. Desqualificavam-se assim possibilidades de pensar as experiências e expectativas da pós-emancipação, articulando fronteiras econômicas e agrárias abertas e a migração de microsociedades camponesas (roceiros, líberos, negros e mestiços). Silenciou-se, fundamentalmente, a história da escravidão e da pós-emancipação, com centenas de microsociedades camponesas e suas expectativas e lutas de acesso à terra, aos territórios, às sociabilidades agrárias e à conformação étnica.

O esforço para esquecer um passado considerado incômodo também foi acompanhado pela construção de uma memória seletiva do processo de emancipação, que apresentava a Lei Áurea como uma dádiva concedida pela romântica figura da princesa Isabel, amparada pela ação apenas dos abolicionistas brancos e dos parlamentares da época (ARAÚJO; GOMES, 2008; GOMES, 2010). Essa imagem idealizada do 13 de maio produziu uma série de silêncios sobre as batalhas pela abolição, marcada pela edição de jornais que reivindicavam o fim da escravidão, fugas coletivas, participação da classe trabalhadora organizada em associações, comícios abolicionistas, refregas nas ruas etc. Tentava-se, assim, desmobilizar os cenários, des-

qualificar os personagens, enfraquecer a força política e os desdobramentos da abolição, remetendo a escravidão e os ex-escravos para um passado por demais distante. O estudo sobre a escravidão e os legados destas experiências na pós-emancipação possibilita um resgate da memória e da cidadania.

REFERÊNCIAS

ABREU, M.; MATTOS, H.; DANTAS, C. V. Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores. **Antíteses**, Londrina, v. 3, p. 21-37, 2010.

ALENCASTRO, L. F. de. **O trato dos viventes**: a formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

ALGRANTI, L. M. **O feitor ausente**: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808-1821). Petrópolis: Vozes, 1988.

ARAÚJO, C. E. M. de; GOMES, F. dos S. A igualdade que não veio. **História Viva**, São Paulo, mai. 2008.

BARCELOS, L. C. Algumas questões sobre a (des)educação do ensino. In: CICLO DE PALESTRAS E DEBATES SOBRE A VIDA DA COMUNIDADE AFRO-BRASILEIRA, 4., mar./abr. 1989, Rio de Janeiro. [**Trabalhos apresentados**]. Rio de Janeiro: Grupo de Trabalhos André Rebouças, 1989. p. 1. Rio de Janeiro, p. 1, mar./abr. 1989. Grupo de Trabalhos André Rebouças, 1989.

BARICKMAN, B. J. A bit of land, wich they call a roça: slave provision grounds in the Bahia Recôncavo, 1780-1860. **Hispanic American Historical Review**, v. 74, n. 4. p. 649-687, 1996.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional número 20, de 15 dez. 1998. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 10 jan. 2003.

CAMPOS, A. P.; SILVA, G. V. da (Org.). **Da África ao Brasil: itinerários históricos da cultura negra**. Vitória: Flor & Cultura, 2007.

CARDOSO, C. F. S. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

CARDOSO, C. F. S. **Escravo ou camponês?: O protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARVALHO, M. de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo**. Recife, 1822-1850. Recife: Ed. Universitária, 1998.

CEERT. Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. **Políticas de promoção da igualdade racial na educação: exercitando a definição de conteúdos e metodologias**. São Paulo: ArteAgora, 2005.

CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO, A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, A XENOFOBIA E A INTOLERÂNCIA CORRELATA. **Declaração e Programa de ação**: adotada em 8 de setembro de 2001 em Durban, África do Sul. Durban: Fundação Cultural Palmares, 2001. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_durban.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 22 jun. 2004. Seção 1, p. 11. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

COSTA, I. del N. da. **Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil**. São Paulo: MGSP, 1992.

CUNHA, O. G. da; GOMES, F. dos S. (Org.). **Quase-cidadão**: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

DOMINGUES, P. **A nova abolição**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

DOMINGUES, P.; GOMES, F. dos S. **Da nitidez e invisibilidade**: legados da pós-emancipação no Brasil. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013a.

DOMINGUES, P.; GOMES, F. dos S. História dos quilombos e memórias dos quilombolas no Brasil: revisitando um diálogo ausente na Lei 10.639/03. **Revista da ABPN**, v. 5, p. 5-28, 2013b.

DOMINGUES, P.; GOMES, F. dos S. (Org.). **Experiências da emancipação**: biografias, instituições e movimentos sociais na pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011.

EINSENBURG, P. L. **Homens esquecidos**: escravos e trabalhadores livres no Brasil – Séculos XVIII e XIX. Campinas: Unicamp, 1989.

FARIA, S. de C. **A colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FLORENTINO, M.; GOÊS, J. R. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGA FILHO, W. **Encruzilhadas da liberdade**: história de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas: Unicamp, 2006.

FUNDAÇÃO DE APOIO À FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (Org.). **Programa ética e cidadania**: construindo valores na escola e na sociedade: relações étnico-raciais e de gênero. Equipe de elaboração: Ulisses F. Araújo et al. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

GOMES, F. dos S. **A Hydra e os pantânos**: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil escravista (séc. XVII-XIX). São Paulo: Polis, 2005.

GOMES, F. Cidadãos e escravos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 jan. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1001201013.htm>>. Acesso em: 8 mar. 2018.

GOMES, F. dos S. Do escravo-coisa ao negro-massa: a escravidão nos estudos de relações raciais no Brasil. In: VILLAS-BOAS, G.; MAIO, M. C. (Org.). **Ideais de modernidade e a sociologia no Brasil**: contribuição do pensamento de L. A. Costa Pinto. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

GOMES, F. dos S. Escravidão. In: SANSONE, L.; FURTADO, C. A. (Org.). **Dicionário crítico das Ciências Sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014. v. 1, p. 165-186.

GOMES, F. dos S. Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas – Rio de Janeiro, Século XIX. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

GOMES, F. dos S. Paisagens, cenários e memórias: roceiros e camponeses na escravidão e na pós-emancipação no Brasil. In: CAMPOS, A. P.; SILVA, G. V. da (Org.). **A escravidão atlântica**: do domínio sobre a África aos movimentos abolicionistas. Vitória: GM, 2011. p. 73-90.

GONÇALVES, M. A. R. A cultura afro-brasileira e a escola. In: GONÇALVES, M. A. R.; ASSIS, M. de P. **Educação, cultura e literatura afro-brasileira**: contribuições para a discussão da questão racial na escola. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

GRAHAM, R. A família escrava no Brasil colonial. In: GRAHAM, R. **Escravidão, reforma e imperialismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

GRAHAM, S. L. **Proteção e obediência**: criadas e patrões no Rio de Janeiro. 1860-1910. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

GRUPO DE TRABALHO ANDRÉ REBOUÇAS. Em busca de um espaço. Encontro Nacional Afro-Brasileiro. Rio de Janeiro, 29 jun. a 1º ago. 1982. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 8-9, p. 64-66, 1983.

GUIMARÃES, C. M. **Uma negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Ícone, 1988.

GUIMARÃES, E. S. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito** (Juiz de Fora, MG, 1828-1928). São Paulo: AnnaBlume, 2006.

HASENBALG, C. A. Alguns aspectos da história social do negro pós-abolição. In: CUNHA, M. de O. et al. (Org.). **Caderno de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 1976.

KARASCH, M. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

KLEIN, H. S. **Os homens livres de cor na sociedade escravista brasileira**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1978.

KLEIN, H. S.; LUNA, F. V. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2010.

LIMA, S. G. de. **A questão étnico-racial na formação continuada de professores da escola básica: uma análise de quatro Núcleos de Estudos Afro-brasileiros do estado do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MACHADO, M. H. P. T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. **Revista Brasileira de História**, v. 8, n. 16, p. 143-160, mar./ago. 1988.

MARTINS, R. L. M. **Os caminhos da liberdade: abolicionistas, escravos e senhores na Província do Espírito Santo (1884-1888)**. Campinas: Unicamp, 2005.

MATTOS, H. M. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil, Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, H.; ABREU, M. Em torno das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana: uma conversa com historiadores. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 5-20, 2008.

MATTOS, H. M.; RIOS, A. M. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v5n8/2237-101X-topoi-5-08-00170.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

MATTOS, W. R.; GOMES, F. dos S. Em torno de Áfricas no Brasil: bibliografias, políticas públicas e formas de ensino de história. In: FEITOSA, L. C.; FUNARI, P. P.; ZANLOCHI, T. S. (Org.). **As veias negras do Brasil**: conexões brasileiras com a África. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2012.

MINTZ, S. W. Slavery and rise of peasantry. **Historical Reflections**, v. 6, n. 1, p. 215-242, 1979.

MINTZ, S. W. **Caribbean Transformations**. Chicago: Aldine Publishing Company, 1974.

MONTEIRO, J. M. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREIRA, P. R. S. **Os cativos e os homens de bem**: experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre: EST, 2003.

MOTTA, M. Ilha da Marambaia: história e memória de um lugar. In: GUIMARÃES, E. S.; MOTTA, M. M. M. (Org.). **Campos em disputa**: história agrária e companhia. São Paulo: Annablume, 2007.

MOTTA, M.; GOMES, F. dos S. Terras e territórios da liberdade: notas de pesquisas sobre posseiros, camponeses negros e remanescentes de quilom-

bos. In: MOTTA, J. F. **Corpos escravos, vontades livres**: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: Annablume, 1999.

NASCIMENTO, A. **Jornada negro-libertária**. Rio de Janeiro: Ipeafro, 1981.

NEVES, E. F. Escravismo e policultura. **Clio Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, n. 15, p. 73-98, 1994.

NUNES, V. O negro nos meios de comunicação social. In: CUNHA, M. de O. et al. (Org.). **Caderno de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1976.

OLIVEIRA, I.; GONÇALVES, M.; MÜLLER, T. (Org.). **Curso ERER**. Niterói: Alternativa, 2010.

PALACIOS, G. A Guerra dos Maribondos: uma revolta camponesa no Brasil escravista – Pernambuco, 1851-1852. Primeira Leitura. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 10, n. 18 e 19, p. 7-75, jun./dez. 1989.

PALACIOS, G. Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste Oriental do Brasil, c. 1700-1875. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 30, n. 3, 1987.

PAIXÃO, M.; CARVANO, L. M. **Oficina de indicadores sociais**: ênfase em relações raciais. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2007.

PAIXÃO, M.; CARVANO, L. M. (Org.). **Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil**: 2007-2008. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2008.

PAIXÃO, M.; GOMES, F. dos S. Raça, pós-emancipação, cidadania e modernidade no Brasil: questões e debates. **Maracanan**, v. 4, p. 171-194, 2008a.

PAIXÃO, M.; GOMES, F. dos S. Razões afirmativas: relações raciais, pós-emancipação e história. **Interesse Nacional**, v. 3, p. 39-46, 2008b.

PEREIRA, J. B. B. O negro no rádio e na televisão brasileira. **Cadernos de Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 8, 9, 1983.

QUEIROZ, S. R. R. de. Rebelião escrava e historiografia. **Estudos Econômicos**, v. 17, número especial, 1987.

REIS, I. C. F. **A vida familiar e afetiva dos escravos na Bahia do século XIX**. Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2005.

REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. (Org.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

SANTOS, S. A. dos. A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In: BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília, 2005.

SCHWARTZ, S. B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

SCHWARTZ, S. B. Mocambos, quilombos e palmares: a resistência escrava no Brasil colonial. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 17, número especial, 1987.

SCHWARTZ, S. B. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 259-287, 1983.

SCHWARTZ, S. B. Resistance and accommodation in eighteenth-century Brazil: the slaves view of slavery. **Hispanic American Historical Review**, v. 57, n. 1, p. 69-81, 1977.

SCHWARTZ, S. B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial – 1550-1835. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

SILVA, A. C. L.; GOMES, F. dos S. A Lei 10.639/03 e a patrimonialização da cultura: quilombos, Serra da Barriga – primeiros percursos. **Teias**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 92-101, 2013.

SILVA, E. A função ideológica da brecha camponesa. In: REIS, J. J.; SILVA, E. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 22-31.

SILVA, P. V. B. da. Racismo discursivo na mídia: pesquisas brasileiras e movimentação social. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS DEL DISCURSO, 6., 2005, Santiago (Chile). **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.neab.ufpr.br/Publicacoes/Racismo_discursivo_na_midia_brasileira.pdf> Acesso em: 3 nov. 2014.

SLENES, R. W. **Da senzala uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SLENES, R. W. Histórias do cafundó. In: FRY, P.; VOGT, C.; SLENES, R. **Cafundó**: a África no Brasil – linguagem e sociedade. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

SLENES, R. W. Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 189-203, mar./ago. 1988.

SLENES, R. W. Senhores e subalternos no oeste paulista. In: ALENCASTRO, L. F. (Org.). **História da vida privada**: Império – a Corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

SOARES, L. C. **O povo de Cam na capital do Brasil**: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

SODRÉ, M. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2002.

WISSENBACH, M. C. C. **Sonhos africanos, vivências ladinas**: escravos e forros no Município de São Paulo, 1850-1888. São Paulo: Hucitec, 1993.

YABETA, D.; GOMES, F. dos S. Memória, cidadania e direitos de comunidades remanescentes: em torno de um documento da história dos quilombolas da Marambaia. **Afro-Ásia**, Salvador, v. 47, p. 79-117, 2013.

NAS TRILHAS DA HUMANIDADE: DISCURSOS SOBRE O AFROCENTRISMO EM MANUAIS ESCOLARES DE HISTÓRIA NO BRASIL E EM PORTUGAL¹⁰¹

Anderson Ribeiro Oliva

Nas trilhas da humanidade, nas trilhas da história

Entre janeiro e fevereiro de 1974, na cidade do Cairo, no Egito, ocorreram duas sessões do simpósio intitulado *O povoamento do Antigo Egito e a decifração da escrita meroíta*, organizado pela Unesco (MOKHTAR, 2010, p. 821-856). Os debates que iriam inquietar e revolucionar os bastidores das pesquisas sobre a África possuíam a intenção de provar que o Egito Antigo seria uma grande civilização negra, uma das teses centrais da corrente de estudos denominada *afrocentrismo*.¹⁰²

De acordo com o historiador senegalês Cheikh Anta Diop (1983), com os resultados do simpósio e das pesquisas arqueológicas do início da década de 1970, acabar-se-ia por escrever uma nova página da historiografia africana. Os sistemáticos conjuntos de métodos, fontes e argumentos que historiadores especializados na história africana utilizavam em suas investigações há algum tempo¹⁰³ passavam a ser conhecidos cada vez mais por aqueles que

101. Esta é uma versão ampliada e atualizada de Oliva (2011, p. 7-22).

102. Uma das teorias principais defendidas pela corrente do afrocentrismo era a de que o Egito Antigo seria uma civilização negro-africana e de que a África seria o berço das civilizações humanas. Segundo Paulo Fernando de Moraes Farias, as teses do “afrocentrismo que têm como foco o Egito Antigo definem sua população como negra (de aparência semelhante a dos negros da África subsariana atual) e propõem esses antigos egípcios como fonte da civilização grega e de toda a civilização ocidental. Essas formas de afrocentrismo tendem a afirmar também que todas as culturas da África negra descendem da cultura do Egito Antigo, em vez de serem criações originais nascidas sem necessidade de estímulo civilizador, ou migrações, a partir do mundo faraônico” (FARIAS, 2003, p. 319).

103. Sobre esse tema, recomendo as leituras de Obenga (2010, p. 59-75) e Djait (2010, p. 77-104).

não possuíam intimidade com os estudos africanistas. Outro ingrediente nesse debate era a tese defendida por Diop de que o Egito Antigo seria uma civilização africana e de que os egípcios seriam negros. Desses elementos apenas o último continua a ser alvo de polêmicas e indefinições entre os especialistas dos dias atuais.

Hoje, olhando para trás, parece claro que se escrevia, na verdade, uma nova página da história da humanidade e não apenas da historiografia africana. A aceitação da ideia de que o Egito seria uma civilização africana, mesmo com as controvérsias em relação à afirmação de que os egípcios seriam formados por populações negras, lançaria ao palco principal de reflexões e investigações, no que concerne à criação e divulgação das “civilizações”, as teses da anterioridade africana e do afrocentrismo.

Quase quarenta anos depois, outro historiador africano, o congolês Elikia M'Bokolo (2003, p. 20-63), nos informa uma leitura ainda mais instigante e já consolidada sobre o papel daquele continente na trajetória histórica das sociedades humanas. Primeiro: para além de qualquer dúvida ou perspectiva teórica, podemos afirmar com convicção absoluta ter sido o Egito uma civilização africana. Segundo: a tese do Egito Negro continua alvo de intensos debates, sendo hoje mais ou menos consensual a perspectiva de alterar o foco da discussão racial sobre o fundo populacional da região – “caucasóide” ou “negro” – para uma abordagem da história social, forjada pelo contato de “grupos muito heterogêneos e de processos de mestiçagem”. Isso não interdita a continuidade das pesquisas sobre as dinastias faraônicas núbias. Por fim, em terceiro lugar: os estudos realizados a partir da Paleontologia permitiam afirmar, de forma inquestionável nos anos que se seguiram à citada conferência, que a humanidade nascera em África.

Enunciada, não sem polêmica, por Cheikh Anta Diop, a questão da “anterioridade africana” não se dirige em primeiro lugar, como parece tê-lo acreditado o historiador senegalês, à “origem das civilizações”, de que a África teria sido “a mãe” antes de as transmitir a outros continentes. Como mostram hoje inúmeras derivações do “afrocentrismo”, semelhante ponto de vista pode ser apenas, em definitivo, a reapropriação pelos africanos de todos os preconceitos sobre os quais, antes deles, os europeus, e outros tinham pretendido exercer a hegemonia. Ao invés, estamos hoje autorizados a dizer, de maneira ainda mais radical, que

a questão da “anterioridade africana” se impõe no próprio modo dos processos de hominização e, de certa maneira, a montante da que se refere à eclosão das sociedades humanas e das suas civilizações respectivas (M'BOKOLO, 2003, p. 20).

Pesquisadores como Ives Coppens (2010, p. 447-470) e Lionel Balout (2010, p. 470-489) apresentaram argumentos convincentes sobre a teoria de que os primeiros homínídeos e o próprio *Homo sapiens* anatomicamente moderno surgiram na África e de lá emigraram para os outros continentes. Contrariando as pesquisas realizadas até os anos 1960, que apresentavam uma “certidão de nascimento” europeia para a origem da humanidade atual – como nos casos exemplificados pelo Homem de Neandertal, o Homem de Cro-Magnon e o Homem de Grimaldi –, as certezas agora se dirigiam para evidências coletadas pelas investigações paleontológicas em curso no continente africano: a humanidade conheceu a luz do dia na África. De acordo com Elikia M'Bokolo, haveria dois modelos explicativos para a questão. No entanto, as dúvidas acerca da sentença anterior – que a humanidade apareceu na África, assim como também o *Homo sapiens* anatomicamente moderno (*Homo sapiens sapiens*) – parecem não mais existir.

[O primeiro modelo explicativo,] o da “evolução multiregional”, também chamado policentrismo, organiza-se em torno das teses seguintes: existência de uma população ancestral comum nascida em África, *Homo erectus*, a qual, tendo emigrado de África há cerca de 2 milhões de anos, povoou a Europa e a Ásia; formação de “contrastes entre centro (África), e periferia (Europa e Ásia) no seio dos *Homo erectus*” (Milford H. Wolpoff); “estabelecimento precoce de traços regionais”, levando esta “continuidade regional” às raças actuais que teriam evoluído paralelamente. O outro modelo, o do Monocentrismo, também chamado “jardim do Eden”, parte do mesmo postulado para chegar a teses diferentes – existência de um antepassado comum aparecido em África, *Homo erectus*; emigração tardia para fora da África, à volta de 0,2 milhões de anos, de populações que “possuíam já a maior parte dos caracteres anatómicos presentes nas populações actuais”; substituição completa do *Homo erectus* por homens modernos de origem africana (M'BOKOLO, 2003, p. 25).

Se as trilhas da humanidade, e um extenso período de sua história, dependessem absolutamente dos espaços africanos para que pudessem existir, não me convenço de que o esquecimento sobre o passado africano preserve ainda qualquer justificativa. Entre os argumentos possíveis que sirvam para intensificar e aprofundar as abordagens sobre a história da África nas escolas podem ser apontados os seguintes aspectos: a correção das referências e ideias equivocadas que carregamos sobre os africanos e a África; o reconhecimento e a valorização da participação das sociedades africanas na formação dos espaços atlânticos construídos pelas diásporas (moderna e pós-colonial) das populações oriundas de África; para o Brasil, a perspectiva da obrigatoriedade legal, a partir de 2003 (Lei 10.639), e, por fim, o conhecimento e divulgação das perspectivas e visões das diversas escolas de intelectuais africanos e de uma outra epistemologia sobre suas histórias e as histórias globais.

A partir desse quadro, dois ingredientes precisam de atenção emergencial nos espaços atlânticos que serão aqui observados: Brasil e Portugal. É necessário que articulemos dados sobre a intensa participação africana na elaboração das sociedades brasileira e portuguesa com a ininterrupta tarefa de combate ao racismo, à xenofobia e às práticas discriminatórias a que estão sujeitos diariamente milhares de africanos e afrodescendentes espalhados pelo mundo. Se para o Brasil tal afirmativa já possui fundamentação retórica significativa¹⁰⁴, para Portugal precisamos destacar a intensa imigração de africanos tocados pela diáspora pós-colonial em direção à Europa e o nascimento de pelo menos duas gerações de luso-africanos ou afro-portugueses naquele país, contabilizando milhares de descendentes diretos de africanos entre os jovens portugueses.

[...] em 2004, havia cerca de 140 mil imigrantes de origem africana vivendo legalmente em Portugal, sem contar com a primeira ou segunda gerações de luso-africanos ou de afro-lusitanos nascidas da primeira leva de imigrantes que chegou ao país na década de 1970 e desconsiderando os imigrantes em condição ilegal. [...] Outro dado relevante é o que aponta para o número de estudantes oriundos desses países africanos matriculados nas escolas portuguesas. Para o ano escolar de 2002-2003, eles somavam 38.605 alunos cursando os mais diversos segui-

104. Sobre as necessárias reflexões sobre a abordagem da história africana nas escolas brasileiras, consulte Oliva (2009a, 2012).

mentos escolares portugueses (eram 15.247 angolanos, 13.070 cabo-verdianos, 5.033 guineenses, 2.143 moçambicanos e 3.112 são-tomenses). Somente no 3º ciclo da Educação Básica – correspondente ao 7º, 8º e 9º anos – eram 13.784, no ano letivo 2003-4 (OLIVA, 2009b, p. 45-46).

Dessa forma, seja para os milhões de estudantes afro-brasileiros e brasileiros ou para os africanos, afro-portugueses e portugueses, se não ocorrer nas escolas uma abordagem estruturada das histórias africanas, será muito difícil construir imagens positivas sobre as trajetórias no tempo e as características de suas sociedades (africanas ou diaspóricas). Outra contribuição importantíssima dos estudos africanos na formação dessas futuras gerações é a possibilidade de inversão epistemológica e dos sentidos das histórias ensinadas. Não falamos, portanto, apenas da inclusão de novos conteúdos ou informações, mas de uma necessária construção de outras formas de observar e compreender as relações humanas.

Somados todos os pontos acima anteriormente apresentados, as justificativas para estudarmos, ao invés de esquecermos ou negligenciarmos, a história da África me parecem irrecusáveis. É claro que reconhecemos os obstáculos que ainda devem ser vencidos, como a questão da formação dos educadores ou a maior divulgação das pesquisas realizadas sobre o assunto. Também reconheço a dificuldade de tratar conteúdos que, a princípio e por um erro de percepção, estariam distantes das realidades escolares brasileiras e portuguesas ou, para ser mais pragmático, dos interesses mais imediatos de parte das comunidades escolares ou acadêmicas, e por parte dos gestores e políticos.

Ainda no ritmo desses esforços, o presente texto possui como objetivo principal, enunciado com alguma demora, analisar a produção de discursos historiográficos sobre as teses da anterioridade africana ou do afrocentrismo. Tais discursos foram apresentados em manuais escolares de história (do Brasil e de Portugal) destinados ao ensino fundamental ou à educação básica e publicados entre 1991 e 2012. No caso específico do recorte cronológico-temático agora tratado, identificamos dois assuntos que deveriam ser abordados com frequência pelos textos escolares: a origem da humanidade no continente africano e o debate sobre as teses da “anterioridade africana”, principalmente no que se refere à citação explícita do Egito como uma civilização africana. Se defendemos a teoria da anterioridade africana como um tema central a ser tratado nos bancos escolares, isso ocorre não pela

crença de uma inversão de polos relacionais (eurocentrismo x afrocentrismo / afrocentrismo x eurocentrismo), como lembrou Elikia M'Bokolo, mas sim como uma tentativa de revelar o papel indiscutível que o continente manifesta na história da humanidade. Seria, portanto, necessário que professores, estudantes e textos escolares estivessem atentos ao assunto para a produção de uma reflexão qualificada em sala de aula.

O surgimento da humanidade e a anterioridade africana tratada nas páginas dos manuais escolares brasileiros¹⁰⁵

Alguns dos historiadores que se debruçaram sobre questões relacionadas ao ensino da história africana no Brasil destacam a necessidade de que certos temas relevantes para a construção de olhares mais equilibrados sobre a história do continente deveriam ser abordados com frequência nas salas de aulas.¹⁰⁶ Entre esses assuntos figura, quase que de forma uníssona, a tese da anterioridade africana – seja na perspectiva do aparecimento da humanidade atual, seja na construção das civilizações, mesmo que, neste caso, de forma contemporânea às outras civilizações da Antiguidade tardia e não no papel de condutora de todas as experiências civilizatórias do período.

Concordamos que essas indicações de conteúdos sejam acertadas para o trabalho com o segmento escolar selecionado (5ª a 8ª série ou 6º ao 9º ano). Além de permitir a desconstrução dos antigos postulados racistas que, com novas roupagens, ainda circulam nos dias de hoje, elas restituem aos africanos a participação efetiva na trajetória histórica da humanidade e importam para o espaço escolar um debate que teve e tem grande repercussão em meio à historiografia africana. Ou seja, defendo a ideia de que se os livros didáticos abordassem adequadamente esses assuntos estariam contribuindo, de alguma forma, para a redefinição do papel e do lugar associados à África nas referências mentais de professores, estudantes e seus demais leitores.

Em nosso estudo de caso observamos dez livros didáticos de história dedicados ao segmento final do ensino fundamental no Brasil (5ª a 8ª série ou 6º ao 9º ano), publicados entre 1999 e 2012. Os manuais foram divididos

105. Esta é uma versão modificada e atualizada de tópico apresentado no artigo de Oliva (2008).

106. Para este debate, consulte Wedderburn (2005, p. 134-142) e Lima (2004, p. 86).

em dois grupos. O primeiro reuniu sete dos primeiros manuais que veicularam capítulos ou tópicos específicos sobre a história africana no país, quase sempre editados entre 1999 e 2002¹⁰⁷, portanto antes da Lei 10.639/2003. O segundo manual agrupou os livros que integram coleções de editoras que estão entre as que negociaram os maiores volumes de exemplares com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) nos últimos Programas Nacionais do Livro e do Material Didático (PNLDs de 2008, 2011 e 2014) e que foram publicados entre 2009 e 2012¹⁰⁸, contexto posterior à divulgação da lei.¹⁰⁹ Portanto, o período da observação antecede a Lei 10.639/03 – apesar de se encontrar dentro de um marco já abrangido pela publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e ser coincidente com a divulgação dos PCNs para os últimos anos do ensino fundamental – e distancia-se nove anos de sua publicação. Esse foi um intervalo de anos suficiente para que as editoras pudessem adequar suas coleções às novas demandas legais e, fundamentalmente, para que realizassem uma virada epistêmica (que ainda não ocorreu), quando o foco fosse a minimização do currículo eurocêntrico ainda vigente no ensino de história no país.

Dos manuais analisados, todos apontaram explicitamente a relação direta que o continente africano possui com as origens da humanidade, ou, pelo menos, com os primeiros exemplares dos hominídeos. Porém apenas cinco sinalizaram as teorias que, além de associarem a África ao berço da humanidade, deixam claro ter sido em suas terras que o *Homo sapiens anatomicamente moderno* encontrou suas origens.

Por exemplo, o autor Mario Schmidt, responsável pela elaboração do livro intitulado *Nova História Crítica, 5ª série*, apresentou o tema concedendo destaque para os dois tópicos, apesar de alguma imprecisão nas nomenclaturas e nas temporalidades.

Todos nós somos descendentes dos australopitecos. Os machos e fêmeas australopitecos da África foram os Adões e Evas que geraram a humanidade atual. [...] O *Homo sapiens* surgiu na

107. Conferir Bonifazi e Dellamonica (2002); Campos e outros (2002); Macedo e Oliveira (1999); Montellato, Cabrini e Catelli (2000); Piletti e Piletti (2002); e Schmidt (2002a e 2002b).

108. Conferir Boulos Júnior (2012); Rodrigues (2009); e Piletti, Piletti e Tremonte (2009).

109. Acerca das estatísticas envolvendo o PNLD, consulte <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>> (acesso em 15 jul. 2014).

África há mais ou menos 200 mil anos. Da África, os indivíduos da espécie *Homo sapiens* começaram a se espalhar pelo mundo chegando até a América (SCHMIDT, 2002a, p. 42 e 45).

No volume destinado à 7ª série, da coleção *Descobrimdo a História: Idade Antiga e Medieval*, os autores Elio Bonifazi e Umberto Dellamonica também destacam essas duas perspectivas, situando a África como berço da humanidade e do homem anatomicamente moderno.

Assim, juntando as peças, os arqueólogos acreditam que nossos primeiros ancestrais surgiram na África, há pelo menos 4,2 milhões de anos, e foram se espalhando pelo continente. [...] O *Homo sapiens* moderno (do latim, homem sábio), espécie à qual pertencemos, surgiu na África entre 150 mil e 100 mil anos atrás (BONIFAZI; DELLAMONICA, 2002, p. 14 e 17).

Em outros livros, como o de Nelson Piletti e Claudino Piletti (2002, p. 18-20), ou o de Andréa Montellato, Conceição Cabrini e Roberto Catelli (2000, p. 84-89), são encontradas referências sobre a questão, mas nenhum comentário explícito que relacione o continente à origem dos *Homo sapiens*, portanto, dos homens modernos.

Em uma versão atualizada do livro *História e Vida Integrada*, destinada ao 6º ano e publicada em 2009 com a parceria de um novo autor, a temática aparece ao longo do segundo capítulo em um tópico intitulado “Mãe África”. Para os autores, a tese é alvo de polêmicas ou discordâncias científicas não enunciadas no livro.

Em meio a toda essa teoria, a principal discordância entre os pesquisadores é quanto à origem no *Homo sapiens*, a nossa espécie. A maioria dos pesquisadores defende que a espécie se formou na África, para depois se expandir pelo restante do mundo (PILETTI; PILETTI; TREMONTE, 2009, p. 24).

No entanto, parece existir alguma contradição na informação apresentada pelo livro acerca do assunto. Em um tópico anterior, no mesmo capítulo, intitulado “*Homo sapiens*”, os autores noticiam aos leitores que foi

apenas entre 100 mil e 200 mil anos que se formaram os seres com características físicas semelhantes à nossa: o *Homo sapiens* atual ou

homem de Cro-Magnon (em referência à região da França onde seu fóssil foi encontrado, espécie da qual fazemos parte).

Neste caso, os autores defendem a tese justamente oposta à apresentada pela teoria do afrocentrismo, afirmando que o homem moderno teria surgido na Europa, e não na África (PILETTI; PILETTI; TREMONTE, 2009, p. 22).

No texto escrito por Alfredo de Boulos Júnior (2012, p. 47), *História, Sociedade & Cidadania 6*, o aparecimento dos hominídeos em África é citado ao longo do texto explicativo do capítulo, mas a referência acerca da africanidade do *Homo sapiens anatomicamente moderno* é incluída apenas em uma tabela com a seguinte explicação: “é a espécie da qual fazemos parte. Originou-se na África e depois se espalhou por todos os continentes” (BOULOS JÚNIOR, 2012, p. 48). Comentário similar é encontrado no livro *História em Documento, Imagem e Texto 6º ano*, de Joelza Ester Rodrigues, que informa aos seus leitores que “os fósseis mais antigos de *Homo sapiens* foram encontrados na África, o que leva a crer que ali ocorreu nossa origem há 120 mil anos” (RODRIGUES, 2009, p. 28).

É interessante também assinalar, já no campo da observação das imagens apresentadas pelos manuais, que praticamente não foram encontradas representações iconográficas nas quais as fisionomias dos primeiros exemplares do *Homo sapiens* possam ser vistas com a pele negra.¹¹⁰ As imagens apresentam, quase sempre, homens e mulheres de pele branca. Uma das poucas exceções é a de um esquema sobre a trajetória evolutiva dos hominídeos apresentada no livro *História e Vida Integrada, 6º ano* (PILETTI; PILETTI; TREMONTE, 2009, p. 23). A ascendência dos grupos humanos negro-africanos sobre a humanidade aparece também em uma charge no livro de Mario Schmidt, na qual são representados como um Adão e uma Eva negros. Apesar de entendermos que tal associação é uma metáfora da questão, parece óbvio afirmar que a referência à passagem bíblica não substitui os debates científicos acerca das origens da humanidade.¹¹¹

110. Sobre o assunto, consulte o artigo de Paim (2013, p. 136-156).

111. Ambas as abordagens podem ser trabalhadas em sala de aula, mas sempre associadas aos seus referenciais de origem e contextos de formulação. Seria importante também contrapor as teorias científicas sobre o assunto e ampliar as reflexões sobre os mitos de origem produzidos pelas diversas matrizes religiosas (judaico-cristã, muçulmana, das tradições indígenas, das mitologias iorubana, hindu, mbundu, egípcia, greco-romana, entre tantas outras).

Já sobre a tese da “anterioridade das civilizações africanas”, aqui sintetizada pela citação explícita do Egito Antigo como uma civilização africana, percebemos uma postura marcada por significativos silêncios, ao menos por parte da maioria dos autores, intercalados por alguns lúcidos discursos. A falta de notícias, percebida em alguns textos, pode sinalizar desconhecimento por parte dos autores sobre o tema ou, então, discordância teórica em relação às pesquisas que defendem a ideia de que “a civilização” não seria um empréstimo externo importado pela África, mas sim uma criação africana. Lembramos aqui que consideramos na análise a menção explícita do Egito como uma civilização africana, e não apenas a simples localização geográfica do Egito em África ou então a defesa de que esta civilização seria uma criação genuinamente africana difundida pelo Mundo Antigo, questão ainda polêmica para a historiografia. Apenas em quatro livros encontramos referências explícitas à questão e, novamente, o livro *Nova História Crítica, 6ª série*,¹¹² de Mario Schmidt, foi um deles.

Além do Egito, na Antiguidade também houve outras civilizações extraordinárias. Apesar disso, o Egito teve algo especial. Em primeiro lugar, porque a existência do Egito é uma bofetada nos racistas, que ignoram que povos não-brancos criaram uma grande cultura. Em segundo lugar, porque muitas coisas que serviram de base para erguer a famosa civilização ocidental tiveram seu nascimento exatamente no Egito antigo (SCHMIDT, 2002b, p. 99).

No livro *História em Documento, 6º ano*, a autora situa o Egito como o primeiro integrante de um conjunto de antigas civilizações africanas ao afirmar que, com a unificação do Baixo Egito e do Alto Egito, “começava a longa História do Egito, a primeira civilização da África Antiga” (RODRIGUES, 2009, p. 82). No capítulo seguinte, como revelam o título – “O que conhecemos da África Antiga além do Egito?” – e o conteúdo, a autora dedica-se, justamente, a abordar outras experiências civilizatórias africanas, mas tendo o Egito como eixo principal de influência e relação (RODRIGUES, 2009, p. 90).

No manual *História, Sociedade & Cidadania, 6º ano*, o capítulo que trabalha exclusivamente com o Egito Antigo não apresenta nenhum texto específico sobre a temática. Na introdução do capítulo, o autor realiza algumas per-

112. Para uma análise mais criteriosa desse manual, ver o artigo de Oliva (2003).

guntas ao leitor, entre elas esta: “Você sabe em que continente fica o Egito?”. No manual do professor, o autor explica o motivo desse questionamento: “Professor, o objetivo aqui foi começar pela localização do Egito, já que, por diversos motivos, ele quase nunca é associado à África, embora esteja situado no nordeste do continente negro” (BOULOS JÚNIOR, 2012, p. 121). Apesar da argumentação correta, sua apresentação implícita no manual do aluno desperdiça essa importante reflexão apresentada apenas ao professor.

Em outros textos, o polo gerador das primeiras civilizações africanas associa-se exclusivamente ao “Crescente Fértil”, em uma perspectiva de tornar sua história tributária à do Mediterrâneo ou à do Oriente Próximo. Assim, a informação que prevalece é a apresentação do Egito como parte integrante dessa área maior, e não da África.

Chama-se *Crescente Fértil* a região que engloba parte do Oriente Médio e o nordeste da África. A região recebeu esse nome devido ao seu traçado, que lembra o da Lua na fase quarto crescente, e porque possuía áreas bastante férteis, banhadas por rios como o Nilo, o Tigre e o Eufrates (BONIFAZI; DELLAMONICA, 2002, p. 28).

Acerca do assunto, o manual *História e Vida Integrada, 6º ano*, é marcado por algumas enunciações ambíguas. No capítulo intitulado “África Antiga”, a positiva ênfase recai sobre outras experiências civilizatórias africanas, para além da egípcia, já que, de acordo com os autores, “por toda a África desenvolveram-se outras sociedades complexas, como as de Kush e Axum” (PILETTI; PILETTI; TREMONTE, 2009, p. 104). No entanto, nas páginas a seguir, percebe-se uma questionável lógica de atribuir maior relevância histórica às chamadas “sociedades complexas”, como se essas fossem mais relevantes do que outras formas de organização societária. Tal hierarquia estabelece-se a partir de uma leitura eurocêntrica da história que informa a necessidade das sociedades se desenvolverem sempre tendo como modelo as “estruturas” societárias e civilizatórias produzidas na Europa. Para completar o quadro, os autores afirmam que algumas dessas experiências estatais e civilizacionais da África Antiga devem sua formação à presença em África de grupos emigrados do Crescente Fértil.

Com a humanidade esparramando-se pelo mundo, as sociedades complexas tomaram forma. Na África [...] os povos que habitavam a região do delta do Nilo obtiveram um desenvolvi-

mento vertiginoso. Mas no restante do continente esse processo foi mais lento e gradual. No começo de nossa era, há dois mil anos, prevaleciam no continente as sociedades atreladas à caça e à coleta de alimentos. Ao mesmo tempo, porém, diversos povos donos de grandes impérios já estavam organizados, como Kush e Cartago. Vários desses povos eram formados por grupos vindos do Crescente Fértil, que se misturavam às populações locais (PILETTI; PILETTI; TREMONTE, 2009, p. 106).

Ainda sobre a abordagem ou a simples citação da existência de outras importantes civilizações/sociedades antigas africanas, como Kush, Núbia, Axum e Méroe, encontramos referências mais consistentes do que as elaboradas sobre a africanidade do Egito nas coleções observadas. Seis obras citavam ou concediam atenção a algumas dessas sociedades.¹¹³ Os três livros que compõem o segundo grupo de textos observados – produzidos entre 2009 e 2012 – reservavam capítulos específicos para a abordagem de algumas dessas sociedades/civilizações da África Antiga, enquanto outros três manuais, dos sete observados do primeiro grupo – produzidos entre 1999 e 2002 –, realizavam incursões explicativas sobre suas histórias.

O livro *História, Sociedade & Cidadania, 6º ano*, reserva o capítulo 8, “A Núbia e o Reino de Kush”, para noticiar aos leitores as trajetórias e características históricas da Núbia, tratada como o “berço da civilização na África”, e do reino de Kush. Grande parte do capítulo é reservada às atividades com textos e imagens. Destaca-se, neste caso, a introdução do capítulo, que apresenta uma imagem com estátuas de faraós negros, com o seguinte texto explicativo: “As estátuas que você vê nesta página são de faraós negros, que governaram dois importantes reinos africanos erguidos nas margens do rio Nilo” (BOULOS JÚNIOR, 2012, p. 144). O enfoque nas relações entre o Egito e Kush ganha destaque justamente pela ênfase da existência de uma dinastia de faraós negros oriunda de Kush.

[...] os cuxitas conquistaram o Egito, dando início à *dinastia dos faraós negros*. Esses faraós usavam uma coroa com duas serpentes que se erguiam sobre suas frentes para indicar que reinavam

113. Conferir Boulos Júnior (2012, p. 144-159); Campos e outros (2002, p. 60-63); Rodrigues (2009, p. 90-97); Macedo e Oliveira (1999, p. 196); Piletti, Piletti e Tremonte (2009, p. 103-115) e Schmidt (2002b, p. 177-178).

ao mesmo tempo sobre Kush e o Egito. Eles se consideravam sucessores dos faraós egípcios e também ordenaram a construção de pirâmides para lhes servirem de túmulos (BOULOS JÚNIOR, 2012, p. 146).

Na coleção *História em Documento*, no livro do 6º ano, a autora reserva o capítulo 7, “O que conhecemos da África Antiga além do Egito?”, para realizar uma abordagem panorâmica sobre algumas das sociedades africanas do período. O foco, assim como no livro anterior, recai sobre a Núbia/Kush, suas relações com o Egito e sobre a existência de uma dinastia de faraós núbios.

Em 750 a.C., a relação com o Egito se inverteu: o rei núbio Piye venceu os assírios que, então, dominavam o Egito e tornou-se faraó. Começava o período conhecido na história egípcia como o “dos faraós negros”. Os reis kushitas mandaram erguer templos e pirâmides na Núbia e no Egito e mantiveram Napata como capital. Cinco reis kushitas sucederam-se no trono faraônico até que, em 591 a.C., os egípcios os expulsaram e tomaram Napata (RODRIGUES, 2009, p. 92).

Apesar da positiva ênfase em destacar a “africanidade” de grandes conjuntos civilizatórios da humanidade, tal iniciativa, às vezes, se recobre de um aprofundamento insuficiente de temas controversos e fecundos. Esse é o caso da tese do Antigo Egito faraônico sendo formado por um “fundo populacional negro”. Em relação a este tópico, e apesar do intenso debate visualizado na historiografia africana, somente dois livros, da mesma coleção (*Nova História Crítica*), citavam direta e explicitamente essa perspectiva, mesmo sem conceder aos leitores a amplitude de versões e divergências apresentadas pelos teóricos das correntes de historiadores que se dedicaram a pensar a questão. No livro dedicado à 5ª série, isso fica explícito.

[...] os antigos egípcios eram africanos! Isso mesmo, eles nada tinham do tipo físico europeu. A extraordinária civilização egípcia, tão admirada no passado e nos tempos atuais, foi construída pela inteligência, criatividade e trabalho duro de milhões de pessoas de pele escura (SCHMIDT, 2002a, p. 89).

Quando o assunto é a localização do Egito no continente africano, o quadro é um pouco diferente. Seis livros fazem referência direta a tal aspecto, três do primeiro grupo – editados até 2004 – e os três do segundo grupo – editados após 2004. A princípio, o tema parece redundante, ou se recobre de obviedade. Mas não podemos esquecer que a associação do Egito ao “Crescente Fértil” se tornou, muitas vezes, um elemento de maior ressonância do que a visualização do Egito na África. Portanto, a citação explícita e direta da localização da civilização egípcia no continente africano se reveste de um caráter simbólico relevante. Tal iniciativa, se trabalhada de forma mais esclarecedora por professores e estudantes, poderia despertar interesse maior acerca da temática e da formulação de questionamentos que os aproximassem dos debates anteriormente apresentados.

A África Antiga nos manuais portugueses: do surgimento da humanidade ao Egito faraônico¹¹⁴

Um dos princípios legais norteadores do ensino português centra-se na necessidade de formar cidadãos que saibam respeitar e conviver com a diferença e com a diversidade, agindo como indivíduos combativos às práticas discriminatórias e preconceituosas, sejam elas de que origens forem (PORTUGAL, 1999, p. 13-14, 39-40, 61-62). Identificamos também que, segundo os programas escolares de história, os conteúdos do 7º ano escolar deveriam abordar de forma não obrigatória o processo de hominização ou do aparecimento da humanidade. Ao mesmo tempo o estudo detalhado das civilizações antigas (“dos grandes rios”) – Suméria, Egito, Vale do Indo e Rio Amarelo – ficaria a cargo da escolha dos docentes ou dos autores dos manuais escolares, responsáveis por selecionar apenas uma delas para tratamento mais específico (PORTUGAL, 1999, p. 18).

Se, de fato, estes são ingredientes sinalizadores dos caminhos a serem seguidos no ensino de história, parece existir uma forte contradição entre os objetivos formadores e o desenvolvimento de conteúdos apresentados pelo sistema educacional português. Percebe-se que o combate ao preconceito e às práticas discriminatórias, no Ocidente e na sociedade portuguesa, e

114. Este tópico é uma versão modificada de Oliva (2008).

mais especificamente quando tratamos do caso africano, deveria passar pela desconstrução do racismo, entendido como um princípio científico e como elemento integrante do imaginário e do cotidiano de suas sociedades. Dessa forma, abordar nas salas de aula as teses sobre a “anterioridade africana” – a África percebida como berço formador da humanidade, seja por ser o local do aparecimento do homem anatomicamente moderno, seja por abrigar algumas das primeiras civilizações – poderia ser um instrumento importante para a obtenção dos objetivos propostos (M'BOKOLO, 2003, p. 20). Porém, a realidade perceptível não é bem essa.

Para o estudo de caso em Portugal, optamos pela análise de sete manuais de história produzidos para uso no terceiro ciclo do ensino básico (7º, 8º e 9º anos) e publicados entre 1991 e 2002.¹¹⁵ O período eleito difere principalmente em relação ao segundo grupo de textos analisados para o caso brasileiro, mas é coincidente com grande parte dos livros do primeiro grupo. Neste contexto temporal, em Portugal, ganhavam força as críticas sobre o colonialismo, o eurocentrismo e a negação da história da África, que ainda dominavam parte da historiografia portuguesa. Além disso, as investigações sobre a imigração de africanos e a formação das novas gerações de afro-portugueses ou de luso-africanos, a partir dos anos 1970, revelavam uma sociedade multifacetada, multicultural e sulcada por sérios problemas relacionais, como o racismo e a xenofobia (MARTINS, 1996, 2002). Fosse frequentando as salas de aulas das escolas portuguesas, fosse convivendo nos bairros, praças, centros comerciais e demais espaços públicos e privados, milhares de indivíduos de origem africana eram sugados pela força centrípeta da identidade nacional lusa, supostamente homogênea e estável, tendo negadas suas identidades e culturas. A escola e os manuais poderiam ser instrumentos de enfrentamento da negação do Outro e de efetiva educação para diversidade. Será que isso ocorria? Vejamos.

Em relação ao primeiro tópico analisado – o debate acerca do surgimento da humanidade em África –, o quadro encontrado nos manuais portugueses indica a existência de uma situação pouco sugestiva para se trabalhar com estudantes e docentes a perspectiva da anterioridade africana, apesar de identificarmos algumas positivas abordagens. No que concerne ao processo

115. Foram analisados os seguintes manuais: Azevedo (1990); Diniz, Tavares e Caldeira (1997); Diniz, Tavares e Caldeira (2002); Neves (1991); Oliveira, Cantanhede e Mendonça (2002); Oliveira e outros (2002); e Rebelo e Lopes (2002).

de *hominização*¹¹⁶, tendo como pano de fundo o continente africano, vamos perceber que quase todos os manuais eleitos para análise tecem referências ao assunto, lembrando aos seus leitores o posto de “berço da humanidade” reservado à África. Tal citação, por exemplo, é explícita no texto de Maria Emília Diniz, Adérito Tavares e Arlindo Caldeira.

A África foi o berço da humanidade. Foi neste continente que apareceram os primeiros homens, depois de uma longa *evolução*. Os antepassados directos do homem eram *primatas*, [...], que habitavam nas árvores das florestas tropicais da África oriental. [...] Foram estes os primeiros *hominídeos*. Iniciou-se com eles o processo de *hominização*, isto é, a *evolução que havia de conduzir ao homem actual* (DINIZ; TAVARES; CALDEIRA, 2002, p. 12).

Já em outros manuais, como no de Carlos Rebelo e Antonio Lopes, a tese sobre o aparecimento dos primeiros hominídeos também é apresentada, mas com uma ênfase menor. Segundo os autores, “de acordo com os conhecimentos actuais, calcula-se que os nossos mais remotos antepassados tenham surgido no continente africano há pouco mais de 4 milhões de anos” (REBELO; LOPES, 2002, p. 16).

Outro fato que chamou nossa atenção foi que a grande maioria dos textos não procura estabelecer uma relação direta entre o aparecimento do *homem anatomicamente moderno* e a África, remetendo suas origens para fora do continente. Por exemplo, o livro de Oliveira e outros (2002, p. 17), a partir do uso de um mapa que apresenta a sequência cronológica do aparecimento das espécies de hominídeos e suas migrações pelo globo, divulga a ideia de que os primeiros exemplares do *Homo sapiens* estão localizados na África, já os dos *Homo sapiens sapiens*, na Europa. Em outros livros, após a menção de que os primeiros hominídeos surgiram na África, não identificamos nenhuma outra referência significativa ao processo diferenciado que levou ao surgimento do *Homo sapiens sapiens* (REBELO; LOPES, 2002, p. 16-24). Tais posturas, intencionais ou não, podem levar o estudante a relacionar apenas os primeiros ancestrais humanos ao continente africano, sendo que as origens do homem anatomicamente moderno acabam sendo associadas aos outros continentes, principalmente ao europeu.

116. Para evitar citações repetitivas, consideraremos, para a análise dos manuais portugueses, boa parte do debate historiográfico apresentado para o estudo dos livros didáticos brasileiros.

O único texto que faz referência direta ao aparecimento do *Homo sapiens sapiens* no continente africano é o de Maria Emília Diniz, Adérito Tavares e Arlindo Caldeira publicado em 2002. Esses autores demonstram grande afinidade com os recentes estudos da Paleoantropologia, apresentando os primeiros grupos do homem moderno como originados na África.

Por volta dos 200 mil anos, já viviam na África e na Eurásia novas espécies, a que foi dado o nome de *Homo sapiens* (homem inteligente), porque tinham um cérebro maior e souberam desenvolver técnicas mais avançadas. Mas foi só cerca dos 120 mil anos que a *evolução biológica do homem atingiu a sua última fase*, quando apareceu, em África, o *homem moderno*, fisicamente idêntico ao homem actual. Este homem moderno era já plenamente inteligente, por isso se lhe chama *Homo sapiens sapiens* (DINIZ; TAVARES; CALDEIRA, 2002, p. 16).

Sobre o tratamento concedido ao Egito Antigo, identificamos um quadro bastante homogêneo de referências. Dos sete livros observados, apenas um cita explicitamente o fato de que aquela antiga civilização do Nilo pertencia ao continente africano. Os outros manuais, mesmo que veiculando mapas, nos quais o Egito é representado no nordeste africano, não fazem conexão direta entre a África e essa civilização. Nesses casos, a “grande civilização do Nilo” aparece relacionada ao Crescente Fértil e não aos espaços africanos. Inclusive, em muitas dessas representações cartográficas, o continente é visualizado apenas parcialmente ou no seu quadrante superior direito.¹¹⁷

No único manual onde o Egito Antigo é citado como integrante do continente africano, a referência é feita apenas no sentido da localização geográfica, mas não civilizacional. É o livro *À Descoberta da História 7*, no qual o autor afirma que o “Egito é um território situado no nordeste africano”, limitado pelo Mar Mediterrâneo e os desertos da Líbia e da Arábia (NEVES, 1991, p. 84).

Não identificamos nenhuma referência às teses da formação do Egito Antigo a partir de um fundo populacional negro-africano (M'BOKOLO, 2003, p. 53-63; DIOP, 1983). E, por fim, também não localizamos a citação de nenhuma das outras civilizações que se desenvolveram na África na An-

117. Ver Diniz, Tavares e Caldeira (1997, p. 51; 2002, p. 28 e 30); Azevedo (1990, p. 87); e Rebelo e Lopes (2002, p. 49).

tiguidade, como Kush, Axum e Méroe, ou as teses da anterioridade africana. Esse silêncio, associado ao deslocamento do Egito para o Crescente Fértil, pode gerar, nas reflexões de estudantes e docentes, a continuidade do descrédito histórico relacionado à trajetória temporal no continente africano e à permanência do desinteresse sobre o passado da região.

O tópico que mais concentra informações associadas aos africanos é o da descrição das características e práticas das “sociedades primitivas”, ou seja, dos ancestrais do homem moderno. Compete esclarecer que, quase sempre, os autores dos manuais classificam os primeiros grupos humanos como “primitivos” pelo fato de estes possuírem técnicas de produção, formas de organização social e cosmovisões consideradas “arcaicas” ou “simplórias”.

Em termos de conteúdos, os manuais enfatizam a descrição de algumas estratégias sociais – a caça ou os chamados “ritos mágicos” – que permitiram a organização e a expansão das populações humanas e o desenvolvimento de instrumentos e tecnologias ao longo de milhares de anos. Por exemplo, no manual de Maria Emília Diniz, Adérito Tavares e Arlindo Caldeira (1997, p. 16), os autores afirmam que, “durante centenas de milênios, os homens utilizaram instrumentos de pedra lascada” ou ainda que “os primeiros homens viviam da recolha de frutos e raízes”. No mesmo manual, encontra-se a ideia de que “os principais progressos realizados pelos primeiros homens dizem respeito ao fabrico de instrumentos” (DINIZ; TAVARES; CALDEIRA, 2002, p. 14). No livro da mesma coleção, publicado cinco anos antes, os autores afirmam que “a maior conquista realizada [...] foi, porém, o domínio do fogo”.

Já no texto de Carlos Rebelo e António Lopes (2002, p. 18), a ideia apresentada foi a de que, “durante o Paleolítico, a subsistência do Homem vai depender exclusivamente da caça, da pesca e da recolha de plantas e frutos”. Por fim, no livro de Ana Rodrigues Oliveira e outros (2002), a informação divulgada foi a de que, por serem indivíduos marcados pela extrema dependência da Natureza e de seus recursos espontâneos, os grupos humanos primitivos elaboravam simplórias expressões cosmológicas.

Como sabes, o Homem do Paleolítico estava muito dependente da Natureza para a sua subsistência. Todos os fenómenos naturais para os quais não encontrava explicação (o nascimento, a reprodução, a doença, a morte) ou que punham em perigo a recolha de alimentos e até a sua vida (as tempestades, as erupções vulcânicas, as cheias) eram por ele temidos. Para tentar dominar essas

forças misteriosas e desconhecidas, o Homem primitivo praticava uma série de ritos mágicos (danças, cantares, culto aos mortos, sacrifício de animais) em que utilizava, normalmente, máscaras e se cobria de tintas ou de peles de animais (OLIVEIRA et al., 2002, p. 18, grifos nossos).

Para ilustrar os comportamentos e as práticas descritas, quatro manuais veiculam imagens de africanos atuais como se eles representassem ou reproduzissem em seus cotidianos, de forma idêntica, o modo de vida dos “homens primitivos”. Das 24 imagens encontradas sobre o assunto, cerca de 30 % (oito ao todo) dedicavam-se justamente a apresentar africanos em atividades – caça, coleta de alimentos e produção de fogo – que serviriam para ilustrar como se comportavam os homens no Paleolítico ou no período “Pré-Histórico”. Essas imagens e suas legendas são reveladoras de tal postura.

Por exemplo, no livro de Ana Rodrigues Oliveira e outros, algumas imagens realizam essa associação. Os autores do mesmo manual também informam aos leitores que, “ainda hoje, o modo de vida de alguns grupos humanos continua semelhante ao dos primitivos caçadores-recoletores do Paleolítico”. Fariam parte desses grupos, além dos esquimós e tribos australianas, “os pigmeus da África Equatorial e os Bosquímanes da África do Sul” (OLIVEIRA et al., 2002, p. 14).

No manual de Maria Emília Diniz, Adérito Tavares e Arlindo Caldeira, a inferiorização da África aparece relacionada à produção do fogo, quando uma imagem de três africanos é apresentada com a seguinte legenda: “alguns povos, como estes habitantes do interior da África, utilizam ainda hoje processos primitivos para produzir o fogo” (DINIZ; TAVARES; CALDEIRA, 2002, p. 15).

Ao ilustrar possíveis situações que caracterizariam as sociedades humanas em outros períodos históricos – como o Paleolítico – com fotografias de africanos contemporâneos (descritos em aspectos ditos “cotidianos”), a perspectiva dos autores se enquadra em uma imposição de modelo histórico ou de características históricas eurocêntricas. E, mais óbvio do que isso, registra-se o fato de que essas sociedades – as do presente e as do passado – não podem ser entendidas como idênticas, assim como não são iguais suas práticas culturais e a tessitura social.

Outro aspecto impactante nas imagens refere-se ao fato de que os africanos são representados como membros de sociedades primitivas e tribais,

lançando suas sociedades para o “degrau” mais baixo da “escala da evolução humana” divulgada pelas teses racistas do século XIX. Os estereótipos e as ilustrações caricaturais informam todo o desprestígio que recobre as leituras sobre os africanos. Não podemos perpetuar as interpretações fabricadas, principalmente a partir do século XIX, de que existiriam hierarquias ou padrões de classificação entre os povos ou as sociedades, de ordem “racial”, “cultural” ou “civilizatória”. Essa perspectiva, cunhada em meio ao processo colonialista na África, é marcada pela convicção de que todos têm que passar por certos estágios de desenvolvimento ou seguir certas formas/estruturas políticas, tecnológicas ou econômicas a partir dos marcos de algumas sociedades. Isso é etnocentrismo, ou melhor, é um claro exemplo de eurocentrismo. Se as sociedades “optam” por seguir ou se apropriar de certos mecanismos é um princípio de autodeterminação ou de um impacto relacional. Mas não podemos partir do princípio de que exista “um modelo” único, obrigatório e indispensável para as sociedades. O respeito e o reconhecimento sobre o *outro* partem da ideia de que não existem sociedades superiores e inferiores, mas apenas sociedades “diferentes”.

Já a apresentação de infográficos sobre as práticas cotidianas dos grupos humanos no Paleolítico e sobre a própria evolução das espécies de homínídeos ocorre quase sem qualquer vestígio ou referência aos homens de pele negra. Praticamente todas as figuras observadas representavam os antepassados humanos como indivíduos brancos (REBELO; LOPES, 2002, p. 19; DINIZ; TAVARES; CALDEIRA, 1997, p. 10-11; OLIVEIRA et al., 2002, p. 15). As únicas exceções se encontram no livro de Maria Emília Diniz, Adérito Tavares e Arlindo Caldeira, que reproduz imagens acerca dos *Homo habilis* e dos *Homo sapiens* de cor negra, mas não do *Homo sapiens sapiens* (DINIZ; TAVARES; CALDEIRA, 1997, p. 15-19).

Alguns apontamentos

Após incursionarmos por algumas leituras sobre a anterioridade africana e o afrocentrismo, realizadas tanto por especialistas como pelos manuais didáticos brasileiros e portugueses, parece acertado apontarmos (ou reforçarmos) algumas trilhas possíveis para o estudo da história africana. Mergulhados em obrigações múltiplas, tendo que vencer conteúdos programáticos extensos e

enfrentando a distância em relação aos estudos africanos (lacuna essa, muitas vezes, aberta em seus cursos de formação superior) – e isso nos dois lados do Atlântico em estudo –, muitos docentes têm evitado incursionar pela história da África, apesar de reconhecerem a importância da temática.

Dessa forma, uma combinação simples pode ser vislumbrada como um caminho seguro a tomar. Seja pelo recorte temático ou pelo recorte temporal, a história das sociedades africanas pode (e deve) acompanhar as leituras de nossos estudantes. O exemplo foi dado. Ao introduzirmos o conteúdo histórico, a África já é tema obrigatório. Entendam, não é apenas um processo ocasional que leva o homem a surgir na África. A humanidade não se constitui apenas de um aparelho físico eficiente. Ela resulta, fundamentalmente, da condição humana, mensurada pela indiscutível capacidade criativa da espécie. Neste caso, a humanidade também surge na África. A partir desse ponto, todos os recortes históricos recorrentes nos livros didáticos e nas salas de aula devem estar atentos às diversas contribuições africanas para a construção do patrimônio histórico e cultural da humanidade.

Assim como os conteúdos sobre a história da América, da Europa, do Brasil e de Portugal aparecem articulados, a África também deveria figurar, nos manuais e em nossas mentes, como parte integrante da história da humanidade. Possuímos hoje um conjunto importante de textos publicados e produzidos por historiadores que auxiliam os professores em suas abordagens. Um crescente grupo de historiadores brasileiros e portugueses também tem se dedicado aos estudos africanos. A consulta a livros, artigos, dissertações e teses é outra dica importante. Enfim, não basta alertar para a ausência da África nos bancos escolares e universitários. Precisamos nos esforçar, cada um dentro de suas possibilidades, para que os silêncios sejam quebrados e a África ingresse definitivamente em nossos conteúdos e em nossas vidas.

REFERÊNCIAS

Livros didáticos

AZEVEDO, A. M. **Nova História Viva**: 7º ano de escolaridade. 9. ed. Lisboa: Plátano, 1990.

BONIFAZI, E.; DELLAMONICA, U. **Descobrimdo a História**: Idade Antiga e Medieval, 7ª série. São Paulo: Ática, 2002.

BOULOS JÚNIOR, A. **História, Sociedade & Cidadania**, 6º ano. São Paulo: FTD, 2012.

CAMPOS, F. de et al. **O Jogo da História**: de corpo na América e de alma na África. São Paulo: Moderna, 2002.

DINIZ, M. E.; TAVARES, A.; CALDEIRA, A. M. **História**, 7º ano. Lisboa: Editorial O Livro, 1997.

DINIZ, M. E.; TAVARES, A.; CALDEIRA, A. M. **História**, 7º ano. Lisboa: Editorial O Livro, 2002.

MACEDO, J. R.; OLIVEIRA, M. W. **Uma História em Construção**, v. 3. São Paulo: Editora do Brasil, 1999.

MONTELLATO, A.; CABRINI, C.; CATELLI, R. **História Temática**: tempos e culturas, 5ª série. São Paulo: Scipione, 2000.

NEVES, P. A. **À Descoberta da História**, 7. Porto: Porto, 1991.

OLIVEIRA, A. R.; CANTANHEDE, F.; MENDONÇA, M. O. **História**, 7. Cacém: Texto, 2002.

OLIVEIRA, A. R. et al. **História**, 8. Lisboa: Texto, 2002.

PILETTI, N.; PILETTI, C. **História e Vida Integrada**, 5ª série. São Paulo: Ática, 2002.

PILETTI, N.; PILETTI, C.; TREMONTE, T. **História e Vida Integrada**, 6º ano. São Paulo: Ática, 2009.

REBELO, C.; LOPES, A. **História**, 7. Lisboa: Didáctica, 2002.

RODRIGUES, J. E. **História em Documento, Imagem e Texto**, 6º ano. São Paulo: FTD, 2009.

SCHMIDT, M. **Nova História Crítica**, 5ª série. São Paulo: Nova Geração, 2002a.

SCHMIDT, M. **Nova História Crítica**, 6ª série. São Paulo: Nova Geração, 2002b.

Obras de apoio

APPIAH, K. A. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BALOUT, L. A hominização: problemas gerais, parte II. In: KI-ZERBO, J. (Org.). **História geral da África: metodologia e pré-história da África**. 2. ed. Brasília: Unesco, 2010. v. 1, p. 471-489.

COPPENS, I. A hominização: problemas gerais, parte I. In: KI-ZERBO, J. (Org.). **História geral da África: metodologia e pré-história da África**. 2. ed. Brasília: Unesco, 2010. v. 1, p. 447-470.

DIOP, C. A. A origem dos antigos egípcios. In: MOKHTAR, G. (Org.). **História geral da África: a África Antiga**. São Paulo: Ática, 1983. v. 2, p. 39-70.

DJAIT, H. As fontes escritas anteriores ao século XV. In: KI-ZERBO, J. (Org.). **História geral da África: metodologia e pré-história da África**. 2. ed. Brasília: Unesco, 2010. v. 1, p. 77-104. Disponível em: <<http://portal.doprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015104.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

FARIAS, P. F. de M. Afrocentrismo: entre uma contra-narrativa histórica universalista e o relativismo cultural. **Revista Afro-Ásia**, n. 29-30, p. 317-343, 2003.

LIMA, M. A África na sala de aula. **Nossa Historia**, ano 1, n. 4, fev. 2004.

MARTINS, M. G. Migrações internacionais e aumento do racismo e da xenofobia na União Européia. **Africana**, n. 16, p. 75-90, mar. 1996.

MARTINS, M. G. Imigrações, racismo e xenofobia em Portugal (1974-2002). **Africana**, n. 25, p. 71-90, 2002.

M'BOKOLO, E. **África negra**: história e civilizações (até o século XVIII). Lisboa: Vulgata, 2003.

MOKHTAR, G. (Org.). **História geral da África**: África Antiga. Brasília: Unesco, 2010. v. 2.

OBENGA, T. Fontes e técnicas específicas da história da África: panorama geral. In: KI-ZERBO, J. (Org.). **História geral da África**: metodologia e pré-história da África. 2. ed. Brasília: Unesco, 2010. v. 1, p. 59-75. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015104.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

OLIVA, A. R. A África como berço da humanidade: o debate sobre a anterioridade africana e seus reflexos nos livros didáticos brasileiros. In: CAMPOS, A. P.; SILVA, G. V. (Org.). **Os reinos africanos na Antiguidade e Idade Média**: uma história para ser (re)contada. Vitória: GM, 2011. p. 7-22.

OLIVA, A. R. A África não está em nós: a história africana no imaginário de estudantes do Recôncavo Baiano. **Fronteiras**, Dourados, v. 11, n. 20, p. 73-91, jul./dez. 2009a.

OLIVA, A. R. A história africana nas escolas: entre abordagens e perspectivas. **Educação Africanidades Brasil**, Brasília, v. 1, p. 87-107, 2006.

OLIVA, A. R. De indígena a imigrante: o lugar da África e dos africanos no universo imaginário português dos séculos XIX ao XXI. **Sankofa**: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, São Paulo, n. 3, p. 32-51, jun. 2009b.

OLIVA, A. R. Entre máscaras e espelhos: reflexões sobre a identidade e o ensino de história da África nas escolas brasileiras. **Revista História Hoje** (ANPUH), v. 1, n. 1, p. 29-44, 2012.

OLIVA, A. R. Os negros e os africanos nos livros didáticos de história: entre representações e esquecimentos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES DO ENSINO DE HISTÓRIA, 6., 2003, Londrina. **Resumos dos trabalhos**. Londrina, 2003. Formato digital.

OLIVA, A. R. Uma história esquecida: a abordagem da África Antiga nos manuais escolares de história – estudos de caso no Brasil e em Portugal (1990-2005). **Em Tempo de Histórias**, Brasília, n. 12, p. 184-200, 2008.

PAIM, M. Dos hominídeos ao homo sapiens: as pesquisas sobre a cor da pele e a utilização de suas informações no ensino da história da África como uma alternativa à desconstrução de mitos raciais. **Em Tempo de Histórias**, n. 22, p. 136-156, 2013.

PORTUGAL. Ministério da Educação. Direção Geral dos Ensinos Básico e Secundário. **Programa de História do Ensino Básico**, 3º Ciclo (Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem). Lisboa, 1999. v. 2.

SILVA, A. da C. e. **A enxada e a lança: a África antes dos portugueses**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

WEDDERBURN, C. M. Novas bases para o ensino da história da África no Brasil. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília, 2005. p. 133-166.

A ESCRITA SOBRE POVOS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS NA LITERATURA ESCOLAR DE HISTÓRIA NO CONTEXTO DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Maria Telvira da Conceição

Este capítulo discute a escrita produzida na segunda metade do século XX sobre africanos e afro-brasileiros no âmbito da literatura escolar de história, como categoria e consequência de uma visão hegemônica, construída dentro dos parâmetros da “narrativa da dominação global”. Situa, em linhas gerais, aspectos de natureza escrita e visual que compõem um conjunto de conteúdos presentes nessa literatura cujo teor supostamente conta a história desses povos e alcança legitimidade.

A literatura oficial ou anedótica criou tantas histórias de pretos, que não podemos mais ignorá-las. Porém, ao reuni-las, não se avança na verdadeira tarefa, que é mostrar seu mecanismo. O essencial para nós não é acumular fatos, comportamentos, mas encontrar o seu sentido (FANON, 2008, p. 145).

Situado no início da década de 1950, o inquietante *Pele negra, máscaras brancas*, texto de Fanon, nos coloca diante de uma problemática particularmente desafiadora: a construção de uma crítica à literatura oficial. Ao longo do tempo, e em diferentes sociedades, tem se constituído um repertório de “histórias de preto”, cuja dimensão certamente extrapola o contexto da fala do autor e como tal instiga a colocá-la na condição de uma questão do presente, a partir das suas ambiguidades e conexões.

Adentrar nesse terreno não parece um exercício de fácil consecução. Se considerarmos que esses repertórios foram massivamente adensados por meio de registros históricos de cunho visual ou escrito, de tecnologias de ensino, de visões e discursos paradoxais entremeados de sutile-

zas, banalizações e silenciamentos, essa tarefa se agiganta. Partimos dos termos com que Trouillot (1995) severamente constrói sua crítica acerca da história ocidental em relação à Revolução Haitiana, no processo de construção do que ele denomina de “narrativa da dominação global”.

Os silêncios da história ocidental acerca de um “dos mais significativos processos históricos”, conforme assinala Trouillot (1995, p. 15), tiveram e continuam tendo a conviência dos livros didáticos de história na medida em que, como tais, constituem “fontes primárias na história global para a literatura de massas na Europa, nas Américas e em largos espaços do Terceiro Mundo”. Partimos dessas fontes transformadas, segundo o autor, em “corpos de conhecimentos”, as quais “ensinaram a gerações de leitores que o período entre 1776 e 1843 pode ser apropriadamente denominado ‘A Idade das Revoluções’, enquanto permanece silencioso sobre a mais radical revolução política desta era”.

A questão levantada pelo autor acerca dos livros didáticos certamente ultrapassa os limites do seu silenciamento em relação à Revolução Haitiana. Pois, como perspicazmente infere, “o silêncio efetivo não requer uma conspiração, nem mesmo um consenso político. Seus caminhos são estruturais”. E a principal matriz na urdidura dessa estrutura é a própria narrativa da historiografia ocidental que, no seu entendimento, “não rompeu com a ordem simbólica sobre a qual emergiu o Ocidente como forma de pensar” (TROUILLOT, 1995, p. 20). E isso o leva a concluir que

[...] o silenciamento da Revolução Haitiana é somente um capítulo no interior da narrativa da dominação global. É parte da história do Ocidente e irá persistir, mesmo de uma forma atenuada, na mesma medida em que a história do Ocidente não for recontada de uma maneira que traga a perspectiva do mundo.

Isto coloca a literatura escolar, em particular da história, em um papel distintamente relevante no que respeita à formação da memória social. Mas também demarca as confluências que perpassam essas construções estruturais, conforme chama a atenção Trouillot, e que são também do âmbito do discurso histórico ou de uma ideia de história ocidental, conforme crítica Mudimbe (2013), em cujos pressupostos foi se ancorando essa memória.

Desse ponto de vista, a literatura escolar na condição de fonte primária, conforme aceção de Trouillot, proporcionou aos processos de escolarização das sociedades oriundas do colonialismo europeu consideráveis instrumen-

tos de leitura, de formação e de deformação de memórias históricas “de povos e culturas que ficaram nas bordas” (ANTONACCI, 2013). E, com base em uma ideia de história de retórica universalista (SANTOS, 2006), pode ser computada entre os instrumentos de significativa relevância para subsidiar este cânone. Ou seja, a legitimidade e a institucionalidade da hegemonia desta epistemologia universal, que também é racializante, foram garantidas, em várias modalidades de produção do conhecimento, sem exclusão do conhecimento escolar, como pretendo argumentar ao longo deste texto.

Nesse sentido, a importância do seu papel na construção do discurso da história ocidental tem sido fundamental. Mas qual é a dimensão de tal papel no caso desta literatura no Brasil, em particular quando tomamos como base material a produção deste tipo de literatura no contexto da segunda metade do século XX?

Se por um lado é instigante pensar no que foi ignorado, banido, silenciado, é igualmente inquietante a tarefa de não perder de vista a abrangência temporal dos processos nos quais esses repertórios foram inoculados. Se fizer sentido pensar quantitativamente, nesse caso, é angustiante. No Brasil são quinhentos anos, distribuídos por diferentes vieses e contextos. No que se refere ao processo de inculcar através da escolarização, a primeira metade do século XIX é crucial, pois é quando oficialmente foram criadas as primeiras escolas, foi instituída a história como disciplina escolar e foram escritos os primeiros manuais.

Como não levar em conta a importância da dimensão temporal na qual foram construídos esses repertórios, sem inquirir os pressupostos sobre os quais eles estão arraigados? Afinal, onde se misturaram o anedótico e o oficial? Quais diferenças resultam de visões como as que se refere Fanon, em se tratando de mundos colonizados a exemplo do Brasil? Assim, parece-me pertinente pensar na questão expressamente posta pelo autor: a tarefa não é “somente reuni-las, mas mostrar seu mecanismo e encontrar o seu sentido”.

Questionar os processos de escrita sobre afro-brasileiros e africanos na literatura escolar sob a hegemonia dos consensos

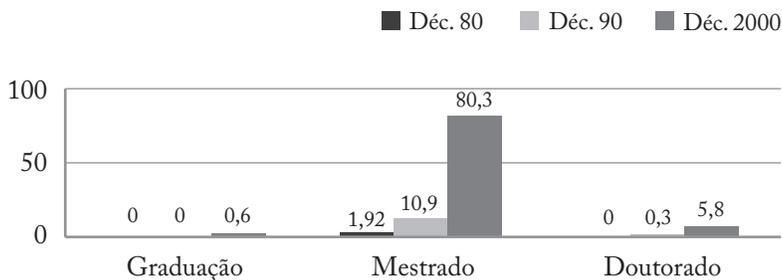
No caso do Brasil, a ilustração de uma literatura escolar considerada tradicional se dá nos quadros da influência das ideias positivistas e historicistas, consideradas marcantes nos manuais escolares do século XIX e de parte

do XX, mas supostamente superada no movimento de renovação do ensino de história a partir da década de 1980 em diante, mediante a influência de perspectivas advindas do materialismo histórico e da historiografia francesa dos *Annales*. Este compõe um grande consenso sobre o qual se inscreve um dos principais desafios da problemática afro-brasileira no âmbito do ensino de história e da cultura escrita desse campo de conhecimento.

O estágio atual das pesquisas em torno da literatura escolar de história no Brasil

As duas últimas décadas do século XX e, sobretudo, a primeira década do século XXI são significativas como marco inicial da produção de pesquisas acadêmicas de mestrado e doutorado sobre livros didáticos.¹¹⁸ Foram realizados, em particular, estudos relacionados ao campo do conhecimento histórico.

Gráfico 1. Evolução das pesquisas acadêmicas sobre livros didáticos no Brasil



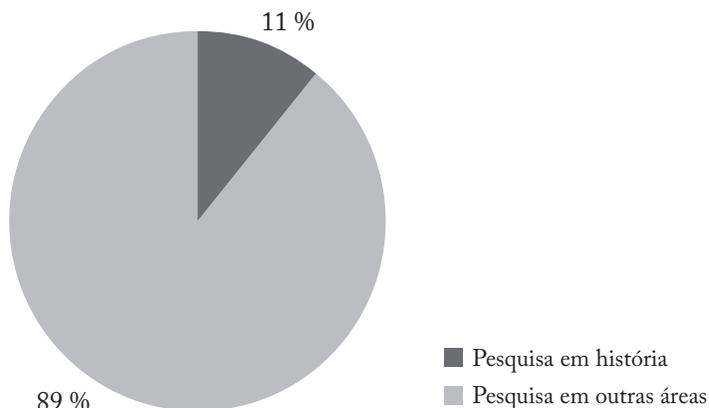
Fonte: Capes. Período de consulta: julho de 2010 a julho de 2011. Sistematização da autora.

118. Sobretudo na área de língua portuguesa, há uma quantidade significativa de pesquisas de mestrado e doutorado sobre o livro didático. Muitos trabalhos abordam, por exemplo, o preconceito e os estereótipos em relação ao negro nas obras destinadas ao ensino. Entre os principais estudos estão os de Ana Célia da Silva, com a tese *As transformações da representação do negro no livro didático e seus determinantes* (UFBA, 2011) e a dissertação *Estereótipos e preconceitos em relação ao livro didático de comunicação e expressão de primeiro grau* (UFBA, 1988). Há também os trabalhos de Cândida Soares da Costa – *O negro no livro didático de língua portuguesa: imagens e percepções de alunos e professores* (UFMT, 2004) – e de Elisabeth Rosa da Silva Junia – *Discursos sobre as relações raciais em livros didáticos de português para as séries iniciais do ensino fundamental* (UFMG, 2010).

Os dados do Gráfico 1 evidenciam, no comparativo das três décadas citadas, que em 1980 apenas 1,9 % dessas pesquisas referia-se à literatura didática, contra 80,3 % na década de 2000. Ou seja, somente podemos falar de pesquisas de mestrado e doutorado nesse campo a partir da última década do século XX. E, do ponto de vista quantitativo, pode-se advogar certa visibilidade acadêmica em torno do tema como objeto de investigação. Todavia, é uma afirmação que ganha materialidade apenas na última década do século XX, na medida em que várias áreas do conhecimento trouxeram essa literatura como assunto de investigação e debate.¹¹⁹

No tocante ao livro didático de história, essa tendência não se evidencia de forma tão expressiva assim. Por exemplo, de um universo de 654 trabalhos de teses e dissertações sobre livro didático em diversas áreas do conhecimento, registrados no banco de dados da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), apenas 71 tratam do livro didático de história. Ou seja, 11 % das investigações dizem respeito a essa linha de conhecimento.

Gráfico 2. Pesquisas da segunda metade do século XX sobre livro didático no Brasil



Fonte: Capes. Período de consulta: Julho de 2010 a julho de 2011. Sistematização da autora.

119. De acordo com dados do Banco de Teses e Dissertações da CAPES, as áreas de língua portuguesa e da linguística aplicada ocupam lugar de destaque na quantidade de pesquisas, sobretudo de mestrado, desenvolvidas na segunda metade do século XX, com 29 % de investigações sobre o tema do livro didático.

De forma geral, essas pesquisas abordam diferentes preocupações em relação ao livro didático de história repartidas em pelo menos quatro grandes eixos: 1) as propostas curriculares e as políticas públicas a elas vinculadas; 2) as bases teóricas e ideias que marcaram o período de produção desses livros; 3) a história da disciplina vista através da produção escolar; e 4) as questões pertinentes ao ensino, inclusive seus usos e práticas em sala de aula.

No que se refere ao campo de inserção teórico, a maioria toma como base os aportes da historiografia cultural francesa. Os principais teóricos referendados nesses trabalhos são Roger Chartier, sobre a história do livro; Alain Choppin (2004) e sua perspectiva da história dos manuais escolares; e André Chervel (1990), defensor da tese de que as disciplinas escolares são portadoras de um saber específico e próprio.

Em termos de alocação institucional, essas pesquisas têm tido majoritariamente a chancela dos programas de pós-graduação em Educação, mas abrangem diversas áreas do conhecimento, em particular aquelas que são matérias de ensino na escola básica.

Especificamente nas últimas décadas do século XX e no início do XXI, no interior desses programas, são reproduzidas variadas pesquisas em torno do livro didático de história, ora tomando-o como fonte, ora como tema-problema de questões relacionadas às práticas pedagógicas e à formação do professor (MEDEIROS, 2005), ao mercado editorial (MUNAKATA, 1997; GATTI JUNIOR, 2004), aos usos e às apropriações no processo de ensino e aprendizagem (FRANCO, 2009; TIMBÓ, 2009), à história da disciplina em seu percurso de ideias e finalidades (GASPARELLO, 2002; FREITAS, 2009; MÁSCULO, 2008; FERNANDES, 2009; SOUZA 2009; PINTO JUNIOR, 2010; BUENO, 2011), à inserção nas políticas públicas, sobretudo de natureza avaliativa, a exemplo do Programa Nacional do Livro Didático (CRUPI, 2008; FILGUEIRAS, 2011), ou às implicações dos contextos educacionais de forma mais ampla (MOREIRA, 2011).

Nos programas de pós-graduação em história, as pesquisas sobre livros didáticos, ainda que quantitativamente inferiores à pós-graduação em Educação e a outros temas de pesquisa do campo da história¹²⁰, tiveram, nas úl-

120. A observação é válida ao comparar as pesquisas sobre livro didático e o ensino de história de uma forma geral. No final da década de 1990, Silva do Carmo Nunes, no livro *Concepções de mundo no ensino de história*, mostra que no período de 1961 a 1992, considerando os artigos em periódicos nacionais especializados em história, enquanto outros temas ocupam 95,8 %, os que se referem ao

timas décadas do século XX, a sua referência temporal de expansão. Estudos de pesquisadores como Bittencourt (1993), Melo (1997), Bonzatto (2004), Medeiros (2005), Silva (2006) e Mattos (1993, 2007) exemplificam o percurso da produção acadêmica desse gênero desenvolvida nos referidos programas.

Nesse sentido, é oportuno recuperar a crítica de Freitas. Para o autor, há uma lacuna significativa de estudos sobre a escrita didática no campo da história, incluindo a sua completa ausência nas obras de síntese da história da historiografia, conforme assinala:

o trabalho de maior envergadura sobre a história da historiografia brasileira, produzido no início da década de 1990 – *A História no Brasil* (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica, de Carlos Fico e Ronald Polito –, não incluiu o livro didático como fonte (FREITAS, 2009, p. 12).

Significativas e em fase de expansão, as pesquisas sobre a produção escolar de história, no Brasil, mesmo com pouca visibilidade nos programas de história, indicam a sua importância e o seu papel formativo desempenhado no sistema escolar nacional desde o século XIX e de forma mais intensificada a partir da década de 1960 do século XX, com o processo de expansão da rede escolar nacional e do mercado editorial, conforme evidencia Gatti Junior (2004).

Mas como se situa, nesse contexto de crescimento da pesquisa acadêmica sobre livro didático, a pesquisa voltada para as questões do universo afro-brasileiro? De forma geral, embora tenha havido um incremento no *corpus* de pesquisas pós década de 2000, notadamente aquelas alusivas ao nosso tema¹²¹, estas ainda não apontam expressividade quantitativa. Para justificar a afirmação, tomo como exemplo pesquisas de mestrado e doutorado do banco de dados da CAPES¹²² e como recorte temporal a se-

ensino de história representam apenas 4,19%. O mesmo se repete quando se considera a produção de dissertações e teses em educação. São 99,24% que tratam de outros assuntos, e somente 0,75% versam sobre o ensino de história. O período considerado nesse estudo foi de 1984 a 1989.

121. No pós-1990, o estágio das pesquisas sobre o tema passou a usufruir de uma nova fase de produção e debates, sobretudo a partir da década de 2000, com a aprovação da Lei 10.639/2003 e das diretrizes para a educação das relações étnico-raciais de 2004.

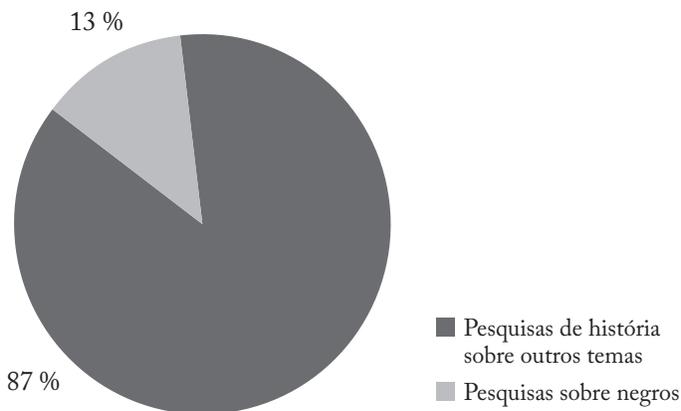
122. Os dados foram catalogados através da pesquisa de iniciação científica *A história do negro na escrita didática da história (1950-2000)*, coordenada por mim de julho de 2010 a fevereiro de 2011, quando oficialmente me afastei para cursar o doutorado. O estudo foi finalizado em julho de 2011, sob a coordenação da professora doutora Paula Cristiane de Lyra Santos, do Depart-

gunda metade do século XX – temporalidade na qual se insere a presente investigação – e a primeira década do século XXI.

Obviamente, a indagação não se encerra na ilustração quantitativa dos trabalhos realizados no referido período. Contudo, é necessário retomar os dados quantitativos nesse primeiro movimento, posto que esses dados elucidam uma visibilidade ou não em torno da discussão e, conseqüentemente, as inquietações que foram sendo pautadas.

A partir do levantamento já referido, averiguamos que somente a partir da última década do século XX surgem trabalhos de mestrado e doutorado sobre livro didático de história tratando questões pertinentes ao que genericamente poderíamos denominar de temáticas relacionadas ao negro. Ainda assim é pouco expressivo, quantitativamente, em relação ao universo total das pesquisas sobre este tema, como as relacionadas ao livro didático de história. Desse modo, num total de 71 investigações, apenas nove, ou seja, 13 % delas versaram sobre alguma questão relacionada aos negros.

Gráfico 3. Produção de pesquisas da segunda metade do século XX sobre livro didático de história no Brasil



Fonte: Capes. Período de consulta: julho de 2010 a julho de 2012. Sistematização da autora.

mento de História da Universidade Regional do Cariri (Urca), uma vez que a legislação do afastamento não permite a continuidade da orientação. Portanto, os dados aos quais faço referência foram coletados entre julho de 2010 e julho de 2011. A busca efetiva dos dados quantitativos das pesquisas acabou extrapolando o recorte temporal sugerido no projeto aprovado pelo CNPq, dada a relevância de estender o levantamento à primeira década do século XXI, já sob a vigência da Lei 10.639/2003 e das *Diretrizes para a educação das relações étnico-raciais* aprovadas em 2004.

Ultrapassando-se a linha dessa contabilidade, outras questões, sem dúvidas, são palpantes. No entanto, dentro do contexto da análise é importante aferir outra indagação: sobre quais questões versaram essas investigações? Considerando, panoramicamente, os estudos de mestrado e doutorado realizados a partir dos anos iniciais da década de 2000, é possível identificar pelo menos três linhas de preocupações nas quais poderíamos enquadrar a produção mencionada: a primeira diz respeito às representações sociais do negro, seja no material iconográfico, seja no texto escrito. Nessa linha de interrogação, situam-se as pesquisas de Marco Antônio de Oliveira (2000), Silva Filho (2005), Anderson Oliva (2007), Marli Solange de Oliveira (2009), Boulos Jr. (2008) e Borges (2009).

A segunda linha de preocupação inclui trabalhos que discutiram a escrita da memória da escravidão e/ou apontaram-na como uma questão central para o tratamento do tema. Com essa preocupação, encontram-se, por exemplo, as pesquisas de Conceição (2001), Oliveira de Paula (2004), Castello Branco (2005) e Pina (2009). A terceira linha, com menor representatividade, contém algumas exíguas pesquisas que analisam os discursos sobre raça ou etnia no livro didático, a exemplo da pesquisa de Ribeiro (2004) e Silva Filho (2005), localizadas no mencionado levantamento.

Os desenhos e as problemáticas tratadas por essas investigações, além de recentes, muito provavelmente dão o tom do percurso até aqui aferido. Todavia, é quase imperativo reconhecer que há um vácuo acadêmico sobre a discussão do tema nesse campo literário, distintamente do campo de história, que só começa a ser percebido no limiar do século XXI.

Se considerarmos este campo estratégico para a formação da memória social, como tal, os aspectos identificadores do percurso, as linhas temáticas e problemáticas postuladas, assim como os contextos ancoradouros dessa produção, oferecem mais do que dados para traçar um perfil do estado da arte. Apontam para a importância do papel que teve e continua tendo a referida literatura, nas sociedades letradas contemporâneas, como é o caso do Brasil.

Tessituras, discursos e abordagens: a visão hegemônica dos livros didáticos de história sobre afro-brasileiros e africanos

Como se conhece e o que se sabe sobre a história de povos africanos e afro-brasileiros através do ensino formal, como da escrita escolar em par-

ticalar? Como essa literatura participou do processo de “difusão” de uma história sobre e não de povos africanos?

Embora não seja possível esgotar o conjunto de respostas cabíveis às questões aqui formuladas, é preciso não perder de vista que pensar sobre tais questões requer pensá-las na longa trajetória que comporta essa problemática, que, nesse caso, é uma trajetória que remonta à própria implantação do sistema formal de ensino e à história da produção dessa literatura¹²³ que, no Brasil, situa-se no século XIX.¹²⁴

Se o percurso é longo por um lado, por outro também tem sido, em certa medida, fragmentado o nosso olhar sobre ele. Por isso, resguardar os ganhos de um olhar a partir de posições divergentes é enriquecedor. Assim, presumir as especificidades desse conhecimento poderá contribuir para não perdermos de vista a sua relevância e os seus significados na construção desses discursos, do ponto de vista histórico e também epistemológico.

Parto do princípio de que o conhecimento produzido com a finalidade

123. O Decreto Imperial de 15 de outubro de 1827, que criou as Escolas de Primeiras Letras, é considerado a gênese desse processo. Estruturado em dezessete artigos, ele preconizava, no artigo 6º, o seguinte: “os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil”. Fonte: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/3_Imperio/lei%2015-10-1827%20lei%20do%20ensino%20de%20primeiras%20letras.htm>. Acesso em: 14 out. 2014.

124. Os primeiros manuais escolares destinados ao ensino de história no Brasil são do século XIX e, naquele contexto, objeto de lei do então Império. O Decreto 9.397, de 7 de março de 1885, é um exemplo da anuência do governo imperial. Ele estabelecia o seguinte: “nenhum livro, mapa ou objeto de ensino será adotado nas escolas públicas do Império sem prévia aprovação do ministro do Império, ouvido o Conselho diretor, que dará parecer fundamentado; a adoção dos livros ou compêndios que contenham matéria de ensino religioso precederá também da aprovação do bispo diocesano” (BITTENCOURT, 1993, p. 15). Os debates que cercaram o contexto da produção desses primeiros manuais, segundo evidencia o estudo de Bittencourt (1993), teriam se desenrolado em dois momentos distintos: na primeira metade do século XIX, autoridades políticas e educacionais propuseram reproduzir e/ou adaptar compêndios estrangeiros (nesse caso, franceses e alemães). Na segunda fase, houve a nacionalização da literatura escolar, o que só ocorreu na segunda metade do referido século. É importante chamar atenção que os debates em torno dos manuais escolares no Brasil oitocentista têm seu referencial nas concepções iluministas, sobre as quais assentaram não só os debates, mas a própria produção. Nesse sentido, recupero uma citação expressiva relacionada aos argumentos sobre a adaptação de manuais europeus: “mesmo traduzir-se alguns, que há nas outras nações cultas, particularmente a alemã, que mais tem assinalado nesta espécie de instrução, apropriando-os ao sistema estabelecido neste plano” (BITTENCOURT, 1993, p. 18).

escolar e pedagógica confere, de certa forma, autonomia enquanto campo de saber, conforme defende Chervel (1990), e tem sua legitimidade reconhecida em função da sua finalidade educativa. Entretanto, inquiri-lo, sob quaisquer problemáticas, implica mensurá-lo na perspectiva da crítica de Bhabha, do pedagógico como sedimentado e oposto ao performático. Segundo o autor, “o pedagógico constrói a identidade sedimentada e o performático destrói, no sentido da perda” (BHABHA, 2010, p. 216).

Nessa perspectiva, parece-me tanto oportuno quanto obrigatório tomar a literatura escolar de história não como sinônimo de um conhecimento ingênuo e simplificado – característica supostamente inerente à sua própria especificidade e natureza –, mas, sobretudo, como terreno sedimentado. É esta percepção que deverá nortear o tratamento e o entendimento da fonte didática nesta abordagem.

Contudo, para alguns teóricos, a exemplo de Alain Choppin (2004), a definição do objeto livro didático expressa uma significativa dificuldade em virtude da diversidade do vocabulário e da instabilidade dos seus usos lexicais. O autor chama a atenção para o seguinte fato:

[...] na maioria das línguas, o livro didático é designado de inúmeras maneiras, e nem sempre é possível explicitar as características específicas que podem estar relacionadas a cada uma das denominações, tanto mais que as palavras quase sempre sobrevivem àquilo que elas designaram por um determinado tempo (CHOPPIN, 2004, p. 549).

Também reconhece o autor, no entanto, tratar-se de uma literatura “supranacional”, com uma abrangência de circulação indiscutível nas sociedades letradas, cujo nascimento coincide com a organização das instituições destinadas a controlar a formação das crianças e da juventude em geral.

Independente das dificuldades em torno de uma definição categórica para esta modalidade de literatura, trata-se de uma fonte enredada por conjunturas socioeducacionais e concebida na interface disciplinar. De todo modo, a dimensão social e prescritiva desta literatura é, sem dúvida, significativa. Contém, no seu processo de feitura e na sua relevância como produto da indústria cultural, dentro e fora do ambiente escolar, questões decorrentes da sua apropriação por diversos agentes.

Ou seja, a ideia de tessitura, neste caso, leva em conta que, em seus respectivos contextos temporais e culturais, a literatura escolar se inscreve em

processos sociais, culturais e epistemológicos, além de preencher requisitos teóricos, políticos, mercadológicos, contextuais e pedagógicos. E, sem dúvida, ela constitui um dos saberes estratégicos para a configuração do que Trouillot (1995) denomina de “narrativa da dominação global”.

Embora todas as fontes guardem suas especificidades e implicações, é sempre obrigatório ter em conta que a escrita escolar é a escrita da síntese, da sinopse e supostamente, como indica a definição do próprio termo, “permite ver de uma só vez as diversas partes de um conjunto”, remetendo sob outro ângulo às reflexões de Trouillot.

A linguagem de um conhecimento de natureza resumida, simplificada, didática só poderia ser tomada como embaraçosa, dissimulada e fúlgida, sobretudo por escapar a um suposto rigor científico do qual este tipo de conhecimento não goza e nem lhe seria intrínseco, em contraposição ao conhecimento científico, por meio do qual são elaboradas e fundamentadas as prestigiadas “verdades” e interpretações creditáveis.

Nesse sentido, a pseudossimplificação da linguagem didática, assim como a sua condição de epítome, não deve descredenciá-la como um campo e fonte estratégica de articulação de ideias marcantes e inferências significativas. Menos ainda disfarçar o rigor no seu tratamento como objeto cultural, social e epistemológico. Assim, o didático, como condição e identidade de um conhecimento, torna-se o campo e, ao mesmo tempo, a especificidade deste campo.

Conteúdos sobre povos africanos e afro-brasileiros na escrita escolar de história da segunda metade do século XX

Primeiramente, ainda que de forma breve, é importante chamar a atenção para o fato de que 95 % dos manuais contemplavam alguma referência que remete a povos africanos e/ou afro-brasileiros ao tratar da história do Brasil. Ou seja, de dezenove manuais apenas um, *História do Brasil* (1961), de Victor Mussumeci, não se inclui nesta constatação.

Trata-se, portanto, de um tema cuja problemática não deverá recair sobre a exiguidade da sua representação, mas sobre seus pressupostos. Isto porque, tão pertinente quanto a representatividade dos conteúdos contemplados será pensar sobre quais processos históricos foram alicer-

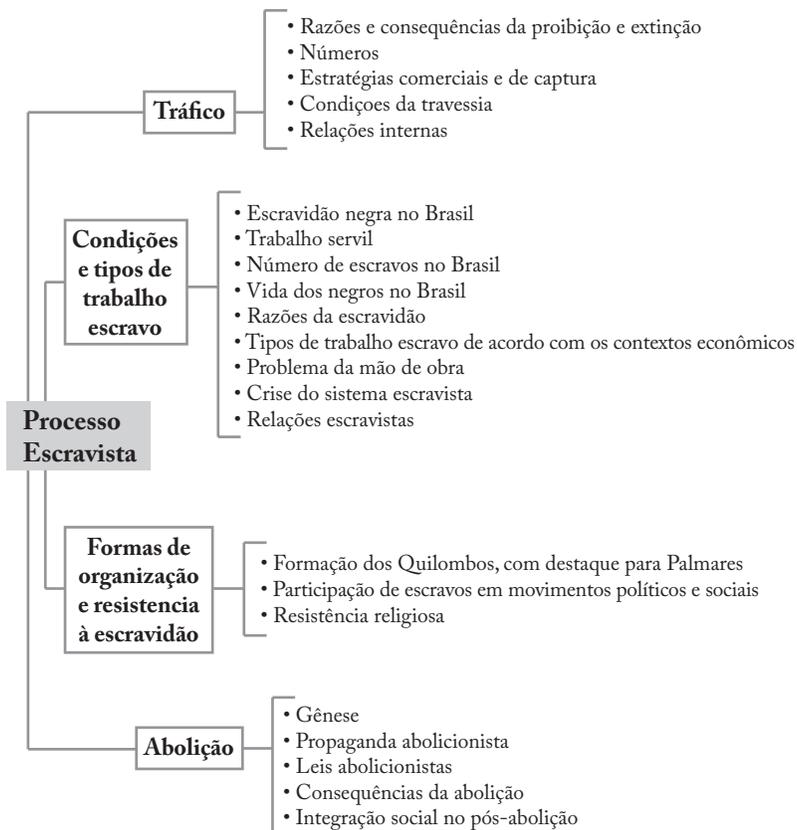
çados a visões e discursos sobre africanos e afro-brasileiros no complexo e contraditório cotidiano.

Do ponto de vista do ângulo de abordagem, o processo escravista constitui tanto a dimensão temporal quanto o conteúdo em torno do qual gravitam as alusões e os discursos sobre povos africanos e afro-brasileiros. O fluxograma adiante exemplifica minha observação de partida.

No conjunto de dezenove livros didáticos, apenas uma digressão: *História do Brasil*, de Joel Rufino dos Santos. Para esse autor, o processo desencanaador da história do negro no Brasil está no pertencimento de seus trabalhadores da colônia e do Império à África. Portanto, ao abordar o transcurso histórico África/Brasil, sobretudo quando trata da “origem do povo brasileiro”, da sua “identidade” e das “relações com as civilizações africanas” (SANTOS, 1979, p. 22-29), o autor consegue costurar outro caminho, em termos de perspectiva e conteúdo, para tais alusões.

Nas demais produções didáticas de história, a escravidão constitui o processo histórico angular, devidamente dimensionado e diacronicamente referenciado, marcado por vários desdobramentos – neste caso em relação ao tema do tráfico, das condições e dos tipos de trabalho escravo, das formas de organização e resistência à escravidão e do processo abolicionista –, como represento no Fluxograma 1. Esses desdobramentos compuseram o conteúdo principal, tanto da escrita quanto da imagética, constituindo, por conseguinte, duas dimensões estruturantes das abordagens sobre o tema. Como também da singularidade dos discursos a respeito. Portanto, a possibilidade de construir entendimentos sobre o pós-escravismo no contexto do século XX ficou absolutamente esvaziada. Isto se fosse o caso de pensá-la em dois grandes recortes processuais: o ante e o pós-escravismo. Seriam válidos?

Fluxograma 1. Conteúdo sobre povos africanos e afro-brasileiros na escrita escolar de história (1950-1995)



Fonte: Manuais didáticos de história do Brasil (1950-1995). Sistematização da autora.

Ainda que a indagação requeira muito mais dados e articulações que o presente estudo comporta, penso que seus termos apontam para um variado número de questões e possibilidades como tema pouco explorado no campo da literatura escolar. A princípio, dois enfoques parecem indispensáveis. O primeiro é quanto à questão do pós-abolição como problema histórico. E o segundo seria a relevância que este recorte histórico poderia sugerir em termos de perspectiva para a produção do conhecimento histórico escolar.

O pós-escravismo como problema histórico, segundo Mattos e Rios (2005), constitui um tema recente:

[...] o que não significa que a preocupação com o período pós-abolição, especialmente no que se refere ao estudo das relações raciais, seja recente. Pelo contrário, é uma questão bastante antiga. No entanto, durante muitos anos considerou-se mais ou menos a mesma coisa estudar as relações raciais no pós-abolição ou o destino das populações libertas, considerando ambas as situações uma herança do período escravista (MATTOS; RIOS, 2005, p. 17).

Essa relação supostamente inerente e direta entre escravidão, pós-abolição e relações raciais, segundo as autoras, remonta aos anos de 1930 e tem como base o legado freireano, especificamente a tese quanto à harmonia e/ou à acomodação das relações raciais no Brasil, herança da escravidão. Essa visão, segundo elas, foi “decisiva para influenciar a percepção acadêmica sobre a situação dos descendentes de escravos no Brasil até pelo menos a década de 1970”.

No entanto, a consequência dessa revisão empreendida na década de 1980, do ponto de vista acadêmico – que compreende a revisão do legado da democracia racial, a produção dos teóricos da chamada Escola Sociológica Paulista, em que se encontra, por exemplo, a tese de Florestan Fernandes sobre a integração do negro no pós-abolição na sociedade de classe (obra de 1964) –, possibilitou uma nova formulação para o pós-abolição como problema histórico e cultural. Conforme os autores,

esta mudança de perspectiva implicou uma abordagem das sociedades pós-emancipação mais centrada na experiência dos libertos, no estado de suas aspirações e de suas atitudes em face do processo emancipacionista e dos novos contextos sociais por eles produzidos (MATTOS; RIOS, 2005, p. 26).

Quanto à relevância da historicidade dos processos históricos que englobam o pós-escravismo na produção do conhecimento histórico escolar, esta ultrapassa os limites da literatura analisada, para fins de problematização de suas formulações e visões, uma vez que este recorte não constrói entendimentos nesta literatura, por não estar contemplado. Porém, suscita interrogações, constitui um fosso e, sem dúvida, um apagamento do processo histórico da maior relevância para a história do Brasil, de nossa cultura e dos afro-brasileiros.

Uma das indagações que considero pertinente, num conjunto de várias, é continuar discutindo sobre o que seria uma história do Brasil e dos afro-brasileiros no contexto da produção da história escolar, obliterando as construções processuais que seguem a partir de 1888. Como repensar a dimensão eurocêntrica dessas visões e correspondentes discursos tendo somente a experiência da escravidão local como referência histórica?

Ao analisar os dados do Fluxograma 1, percebemos que o enquadramento temporal das ocorrências e dos contextos nos quais se inscreve a abordagem em torno da escravidão, como processo central, talvez seja significativo.

Quadro 1. Os conteúdos sobre a escravidão por recortes temporais nas escritas de história do Brasil (1950-1995)

Século XVI	Século XVII	Século XVIII	Século XIX	Século XX
<p>Década de 1950</p> <ul style="list-style-type: none"> • O povoamento do solo (MAGALHÃES, 1953) 	<p>Década de 1950</p> <ul style="list-style-type: none"> • Movimentos nacionalistas (LOBO, 1959, p. 98) 	<p>Década de 1970</p> <ul style="list-style-type: none"> • A deflagração do tráfico de africanos para o Brasil colonial: o negro e as Minas Gerais, o negro e os cafezais (CARVALHO, 1972, p. 68-81) 	<p>Década de 1950</p> <ul style="list-style-type: none"> • A escravidão e o processo abolicionista (SILVA, 1950) • O desenvolvimento econômico (MAGALHÃES, 1953) • As questões políticas e econômicas que levaram ao fim dessa forma de governo Imperial (LOBO, 1959) 	<p>Década de 1970</p> <ul style="list-style-type: none"> • Movimentos sociais na “República oligárquica e conservadora” (SANTOS, 1979)
<p>Década de 1960</p> <ul style="list-style-type: none"> • O processo de organização da colonização (TAPAJÓS, 1960, p. 49-74) • A formação territorial do Brasil (MUS-SUMECI, 1961) • A formação étnica e cultural do Brasil (TAUNAY; MORAES, 1964) • A formação do povo brasileiro (HERMIDA, 1969) 	<p>Década de 1960</p> <ul style="list-style-type: none"> • O processo de organização da colonização (TAPAJÓS, 1960, p. 49-74) • Os ciclos da economia colonial (TAUNAY; MORAES, 1964) • A formação do povo brasileiro (HERMIDA, 1969) 	<p>Década de 1980</p> <ul style="list-style-type: none"> • O incremento da escravidão no contexto da economia mineradora (CARVALHO, 1972, p. 77) • As conjurações contra a opressão (MOCELLIN, 1987) 		

Século XVI	Século XVII	Século XVIII	Século XIX	Século XX
<p>Década de 1970</p> <ul style="list-style-type: none"> • A deflagração do tráfico de africanos como escravos para o Brasil colonial e o processo escravista (CARVALHO, 1972) • Desenvolvimento e economia dos primeiros tempos (HOLLANDA et al., 1973) • A origem do povo brasileiro (SANTOS, 1979) 	<p>Década de 1970</p> <ul style="list-style-type: none"> • A deflagração do tráfico de africanos como escravos para o Brasil colonial (CARVALHO, 1972) • A crise econômica do Império (TEIXEIRA; DANTAS, 1974) • Formação territorial e os primeiros conflitos internos da colônia. (HOLLANDA et al., 1973) • As rebeliões coloniais (SANTOS, 1979) 		<p>Década de 1960</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os motivos da crise política e econômica que levaram à crise e ao fim do governo imperial (TAPAJÓS, 1960) • A escravidão como esteio da produção econômica no pós-colonial e imperativo para as novas formas de produção econômica (TAUNAY; MORAES, 1964) • O processo abolicionista e o fim da escravidão como questão para a continuidade do sistema político (HERMIDA, 1969) 	
<p>Década de 1980</p> <ul style="list-style-type: none"> • A estrutura da produção colonial e da organização social (KOSHIBA; PEREIRA, 1980) • A organização econômica e social da colônia (ALENCAR; RAMALHO; RIBEIRO, 1985) • Produção agrícola colonial: movimentos político-sociais de emancipação (MOCELLIN, 1987) 	<p>Década de 1980</p> <ul style="list-style-type: none"> • A estrutura da produção colonial e da organização social (KOSHIBA; PEREIRA, 1980) • A organização econômica e social: a crise do sistema (ALENCAR; RAMALHO; RIBEIRO, 1985) • A economia açucareira colonial (MOCELLIN, 1987) 		<p>Década de 1970</p> <ul style="list-style-type: none"> • O ideal humanista como motivação central para o fim do sistema escravista (CARVALHO, 1972) • As relações político-econômicas Brasil/Inglaterra: os impasses econômicos do sistema escravista, e o impasse político (SANTOS, 1979) 	
<p>Década de 1990</p> <ul style="list-style-type: none"> • Período colonial: a formação da sociedade brasileira (SILVA, 1990) • As características da sociedade colonial: a vida, as condições e a resistência à escravidão (PILETTI; PILETTI, 1993) • O trabalho, as condições de vida e a resistência à escravidão (ARRUDA; PILETTI, 1995) • A formação da sociedade açucareira (DREGUER; TOLEDO, 1995) 				

Século XVI	Século XVII	Século XVIII	Século XIX	Século XX
	<p>Década de 1990</p> <ul style="list-style-type: none"> • A formação da sociedade brasileira (SILVA, 1990) • O trabalho, as condições de vida e a resistência à escravidão (ARRUDA; PILETTI, 1995) 		<p>Década de 1980</p> <ul style="list-style-type: none"> • A afirmação da aristocracia rural: os fatores do declínio do Império. (KOSHIBA; PEREIRA, 1980) • A crise da economia e do sistema político (ALENCAR; RAMALHO; RIBEIRO, 1985) • As atividades econômicas: movimentos políticos em torno da questão escravista (SANTOS, 1986) • O regresso do Império (MOCCELLIN, 1987) 	
			<p>Década de 1990</p> <ul style="list-style-type: none"> • A repercussão da crise do trabalho escravista para a desintegração do sistema político imperial (ARRUDA; PILETTI, 1995) 	

Fonte: Manuais didáticos de história do Brasil (1950-1995). Sistematização da autora.

Com base nesse quadro, podemos inferir algumas observações de partida. Por exemplo, estamos limitados por um recorte temporal com relação à problemática do estudo. Isto significa assinalar que partimos de alusões apenas no que diz respeito aos contextos dos séculos XVI ao XIX, sendo o XVIII pouco significativo em termos de conexões, como indicado no referido levantamento.

No século XX, podemos inferir que apenas a abordagem de Joel Rufino dos Santos (1979) poderia ser ilustrativa. Nesse caso, o autor pauta duas questões centrais do pós-abolição: a sua ineficácia (“a abolição que não

mudou a sorte dos pretos” [SANTOS, 1979, p. 130], ainda que não tenha incluído dados a despeito da realidade social objeto do questionamento) e o racismo, “esse passo em falso chamado racismo”, como texto de leitura. Nas demais, apenas na escrita de Piletti e Piletti (1993, p. 83) há uma breve menção ao “Racismo no Brasil de hoje”, o que não constituiu, necessariamente, uma abordagem sobre a questão do racismo como tema.

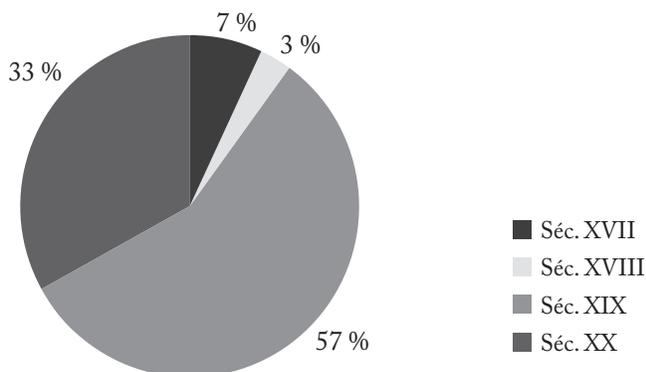
Tão importante quanto as referências historiográficas que embasam a escrita, textualmente falando, central nesta investigação, são os registros visuais. Através de uma imagética quantitativamente significativa – no total de 166 imagens alusivas a povos africanos e afro-brasileiros, em sua maioria relacionadas ao contexto escravista, contempladas nos referidos manuais –, que ampara essas escritas, vemos que as imagens constituem outra dimensão central na análise. Como se apresentam essas referências visuais nos manuais?

As escritas em questão apresentaram, de forma geral, significativo número de imagens visuais. Com menor incidência, as da década de 1950, especificamente *História do Brasil* de Joaquim Silva (1950) – com um acervo de apenas 27 imagens – e Basílio de Magalhães (1953) – que no total tem oito imagens, em sua maioria representações cartográficas. Em relação ao foco do qual se ocupa o estudo, a obra de Basílio de Magalhães não traz nenhuma imagem visual. No caso de Joaquim Silva, há apenas duas imagens, e estas são de personalidades ligadas ao processo abolicionista.

Nos demais períodos, há uma imagética expressiva cujos usos são múltiplos, tanto no que respeita à sua abordagem quanto às possibilidades de sentidos do seu uso, por assim dizer, pedagógico. Em linhas gerais, esses registros visuais são provenientes de diferentes fontes, técnicas, linguagens e temporalidades de produção. As mais recorrentes, assim pude constatar, são representações cartográficas, litografias, gravuras, pinturas, charges, autorretratos, desenhos, reproduções, fotografias, inclusive coloridas, especificamente nos manuais da década de 1990.

Quanto à sua vinculação temporal, trata-se de uma iconografia situada majoritariamente no século XIX. As referências imagéticas alusivas a africanos e descendentes, no conjunto das escritas produzidas entre 1950 e 1995, são emblemáticas, não somente em termos de autoria, mas também em relação às referências temporais às quais elas se remetem.

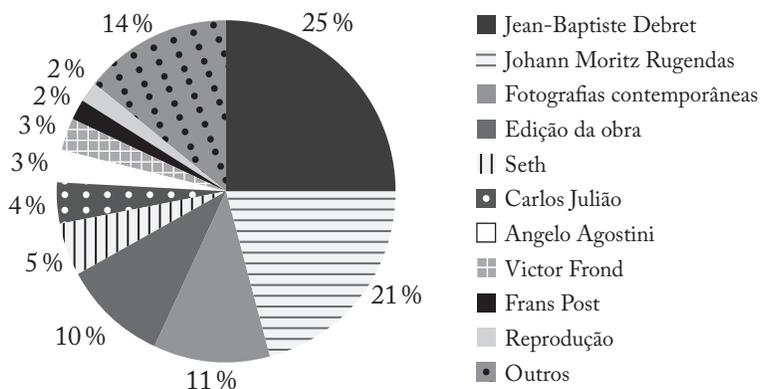
Gráfico 4. Representação temporal de registros visuais alusivos a africanos e afro-brasileiros nos manuais de história do Brasil (1950 a 1995)



Fonte: Manuais didáticos de história do Brasil (1950-1995). Sistematização da autora.

Esse dado revela outro aspecto importante: a articulação da inteligibilidade temporal com suas respectivas matrizes. No conjunto das escritas que foram objeto da análise, trata-se de uma visualidade fortemente atrelada aos viajantes do século XIX, particularmente Jean-Baptiste Debret e Johann Moritz Rugendas, os quais elucidam visões e leituras dos seus respectivos contextos históricos.

Gráfico 5. Autorias de registros visuais sobre africanos na literatura escolar de história (1950 a 1995)



Fonte: Manuais didáticos de história do Brasil (1950-1995). Sistematização da autora.

Quando ao conteúdo, um significativo número dessas imagens visuais é tematicamente alusivo às questões do mundo escravista, assim como em sua maioria foi produzida pelos viajantes europeus no contexto do século XIX. Talvez seja importante assinalar que, de forma geral, essas imagens põem em destaque alguns aspectos que considero significativos para construir entendimentos sobre a problemática em questão:

1) A recorrência da representação dos castigos físicos, especialmente em Debret e Rugendas. Essa imagética dos castigos foi bastante evidenciada nas escritas a partir da década de 1970.¹²⁵ Também há uma representatividade tanto em termos de recorrências quanto de ênfases.

2) Outro aspecto preponderante diz respeito ao fato de a imagética, no conjunto das escritas, circundar apenas quatro eixos: a) o contexto do tráfico; b) as condições e os tipos de trabalho escravo; c) as formas de organização e de resistência à escravidão; d) a abolição, conforme o Fluxograma 1.

No que respeita à imagética representativa do trabalho escravo, como mencionado anteriormente, sobressaem, nas escritas, as seguintes atividades: 1) mineração¹²⁶, 2) vendedor ambulante¹²⁷, 3) carpintaria¹²⁸, 4) transporte de pessoas¹²⁹, 5) condução de animais¹³⁰, 6) atividades domésticas¹³¹ e 7) agrícolas.¹³² Ou seja, o trabalho escravo constitui uma representação majoritária e expressiva no conjunto dos manuais de História do Brasil do período em questão.

O conjunto de cenas e cenários visuais feitos por artistas e pintores, cuja maioria expressiva se vincula ao século XIX, e as referências temporais dos registros na escrita em questão constituem um aporte fundamental, cujo mérito é o papel do visual na construção dos discursos da racialização.

Para Gilroy (2007, p. 56), a história da escrita científica sobre as raças foi construída sob a “morfologia física” e, ao mesmo tempo, como elemen-

125. Manuais de Carvalho (1972), Koshiba e Pereira (1980), Santos (1986) e Piletti e Piletti (1993).

126. Como nos manuais de Haddock Lobo (1959), Hollanda e outros (1973) e Silva (1990).

127. Presente nos seguintes manuais: Lobo (1959), Hermida (1969), Carvalho (1972), Hollanda e outros (1973), Koshiba e Pereira (1980), Santos (1986) e Piletti e Piletti (1993).

128. Hermida (1969) e Silva (1990).

129. Hermida (1969) e Piletti e Piletti (1993).

130. Hermida (1969), Hollanda e outros (1973) e Koshiba e Pereira (1980).

131. Hollanda e outros (1973), Koshiba e Pereira (1980) e Santos (1986).

132. Como consta na escrita de Hermida (1969), de Santos (1979), de Santos (1986), de Silva (1990), de Piletti e Piletti (1993) e de Dreguer e Toledo (1995).

to de construção cognitiva. Assim, para esse autor, o processo de racialização do negro não foi um

processo exclusivamente linguístico, envolvendo desde o princípio um distintivo imaginário, óptico e visual. A plenitude total dos ícones e [das] imagens racializadas transmite algo profundo sobre as formas de diferença engendradas por esses discursos.

Para ele, portanto, há uma convergência entre ícone e logos que, como tal, serviu de esteio à produção da ideia de “raça”.

[...] a atividade de produção de “raça” exigiu uma síntese do logos com o ícone, da racionalidade científica formal com algo mais – algo visual e estético em ambos os sentidos desta palavra escorregadia. Eles resultaram conjuntamente numa relação específica com o corpo e num mundo de observação do corpo (GILROY, 2007, p. 57).

De todo modo, parto do pressuposto de que a imagética a partir desses registros visuais contemplados largamente na abordagem histórica do Brasil e de povos africanos e afro-brasileiros, em particular, constitui-se como parte importante dos discursos sobre esses mesmos povos.

A partir da identificação sistematizada no gráfico anterior, é quase obrigatório inferir que a matriz visual sobre esses povos – elaborada na maioria das vezes por viajantes europeus – situa-se majoritariamente entre os séculos XVII e XIX. Apenas 11 % são referências contemporâneas. Pensar as potencialidades desse suporte no conjunto da literatura investigada e a sua relevância na construção de discursos racializantes é a finalidade do diálogo pretendido com esses referenciais.

Na interseção desses entendimentos, a imagética alusiva a povos africanos e afro-brasileiros, na escrita escolar da história analisada, interpela por certo um ângulo, talvez indissociável, das tessituras da questão racial no encontro dessas duas dimensões – o escrito e o visual, do “ícone e do logos”.

Considerações finais

A emergência da escrita escolar no Brasil, filha do século XIX, não poderia ser jamais ignorada nos debates contemporâneos sobre o universo

histórico e cultural afro-brasileiros. O processo de assimilação e o papel desse universo na construção de uma memória social são cada vez mais indispensáveis para a permanência, ainda que reinventada, de uma visão hegemônica, tanto histórica quanto epistemológica. Pensar a dimensão da África no Brasil acompanha um movimento a ser captado nos embates com uma temporalidade ocidental, assim como no combate à cultura da negação e nos consensos que tornaram possível uma visão unilateral, incluindo a literatura escolar de história, sobre este universo chamado afro-brasileiro.

REFERÊNCIAS

Fontes

ALENCAR, F.; RAMALHO, L. C.; RIBEIRO, M. V. T. **História da sociedade brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1985.

ARRUDA, J. J. de A.; PILETTI, N. **Toda a história**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995.

CARVALHO, L. G. M. **Ensino moderno de história do Brasil**. 17. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1972.

DREGUER, R.; TOLEDO, E. **História: cotidiano e mentalidades**. São Paulo: Atual, 1995.

HERMIDA, A. J. B. **Compêndio de História do Brasil**. 54. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

HOLLANDA, S. B. de et al. **História do Brasil: estudos sociais (das origens à independência)**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

KOSHIBA, L.; PEREIRA, D. M. F. **História do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Atual, 1980.

LOBO, R. H. **História do Brasil**. 1ª Série. Curso Ginásial. 8. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1959.

MAGALHÃES, B. de. **História do Brasil**: para a terceira série dos cursos clássico e científico. 3. ed. Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo, 1953.

MOCELLIN, R. **A história crítica da nação brasileira**. 7. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1987.

MUSSUMECI, V. **História do Brasil**. 45. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1961.

PILETTI, N.; PILETTI, C. **História e vida – Brasil**: da pré-história à Independência. 13. ed. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, J. R. **História do Brasil**: 2º Grau. São Paulo. FTD, 1979.

SANTOS, M. J. V. **História do Brasil**. 21. ed. São Paulo: Ática, 1986.

SILVA, F. de A. **História do Brasil colônia**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1990.

SILVA, J. **História do Brasil** para o quarto ano ginásial. 27. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1950.

TAPAJÓS, V. **Compêndio de história do Brasil** para 1ª série do curso ginásial. 4. ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1960.

TAUNAY, A. D.; MORAES, D. **História do Brasil**: 1ª a 3ª do curso colegial. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

TEIXEIRA, M. P. F.; DANTAS, J. **Estudos de história do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1974.

Obras de apoio

ANTONACCI, M. A. **Memórias ancoradas em corpos negros**. São Paulo: Educ, 2013.

BANDEIRA, C. F. M. **Senhores da história**: a construção do Brasil em dois manuais de história na segunda metade do século XIX. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Tradução de Míriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

BITTENCOURT, C. M. F. **Livro didático e conhecimento histórico**: uma história do saber escolar. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

BONZATTO, E. A. **A fonte da nação**: a iconografia pátria no livro didático de história do Brasil: o nacional e o regional (1960-2000). Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

BORGES, J. A. **Ambígua África, memórias e representações da África Antiga no livro didático**: Egito, reinos e impérios africanos. Dissertação (Mestrado em Memória, Linguagem e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2009.

BOULOS JÚNIOR, A. **As imagens da África, dos africanos e dos seus descendentes em coleções de didáticos aprovado pelo PNL D de 2004**. 2008. 204 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BUENO, J. B. G. **Imagens visuais nos livros didáticos**: permanências e rupturas nas propostas de leitura (Brasil, décadas de 1970 a 2000). Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

CASTELLO BRANCO, R. **O negro no livro didático de história do Brasil para o ensino fundamental II da rede pública estadual de ensino, no Recife**.

2005. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, dez. 1990.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, 2004.

CONCEIÇÃO, M. T. da. **O negro no ensino de história**: uma análise das suas implicações e desafios no contexto do ensino médio. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.

CRUPI, M. C. **A natureza nos livros didáticos de história**: uma investigação a partir do PNLD. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2008.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, J. R. O. **O Brasil contado às crianças**: Viriato Correia e a literatura escolar para o ensino de história (1934-1961). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FILGUEIRAS, J. M. **Os processos de avaliação de livros didáticos no Brasil** (1938-1984). 2011. 263 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

FRANCO, A. P. **Apropriação docente dos livros didáticos de história das séries iniciais do ensino**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

FREITAS, I. **História regional para a escolarização básica no Brasil**: o livro didático em questão (2006/2009). São Cristovão: UFS, 2009.

GASPARELLO, A. **Construtores de identidades**: os compêndios de história do Brasil do Colégio Pedro II (1838-1920). Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

GATTI JUNIOR, D. **A escrita escolar da história**: livro didático e ensino de história no Brasil (1970-1990). Bauru, SP: Edusc, 2004.

GILROY, P. **Entre campos**: nações, cultura e fascínio da raça. Tradução de Célia Maria Marinho de Azevedo e outros. São Paulo: Annablume, 2007.

MÁSCULO, J. C. **A coleção de Sérgio Buarque de Hollanda**: livros didáticos e ensino de história. 2008. 238 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MATTOS, S. R. de. **Brasil em lições**: a história do ensino de história do Brasil no Império através dos manuais de Joaquim Manuel de Macedo. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Departamento de Filosofia da Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1993.

MATTOS, S. R. **Para formar os brasileiros**: o compêndio da história de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Império do Brasil. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

MATTOS, H. M.; RIOS, A. M. L. **Memórias do cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MEDEIROS, D. H. de. **A formação da consciência histórica como objetivo do ensino de história no ensino médio**: o lugar do material didático. 2005. 194 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

MELO, C. F. C. B. **Senhores da história**: a construção do Brasil em dois manuais de história na segunda metade do século XIX. 1997. 295 f. Tese

(Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

MOREIRA, K. H. **O ensino de história do Brasil no contexto republicano de 1889 a 1950 pelos livros didáticos**: análise historiográfica e didático-pedagógica. 2011. 234 p. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.

MUDIMBE, V. Y. **A invenção da África**: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Portugal: Edições Pedagogo, 2013.

MUNAKATA, K. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. 1997. 223 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

OLIVA, A. R. **Lições sobre a África**: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário Ocidental e o ensino da história da África no Mundo Atlântico (1990-2005). 2007. 415 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, 2007.

OLIVEIRA, M. A. de. **O negro no ensino de história**: temas e representações. 2000. 191 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, M. S. **A representação dos negros em livros didáticos de história**: mudanças e permanências após a promulgação da Lei 10.639/03. 2009. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

PAULA, J. L. O. **A escravidão negra nos livros didáticos de ensino médio**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2004.

PINA, M. C. D. **A escravidão no livro didático de história**: três autores exemplares (1890-1930). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

PINTO JUNIOR, A. **Professor Joaquim Silva, um autor da história ensinada do Brasil**: livros didáticos e educação moderna dos sentidos (1940-1951). Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

RIBEIRO, R. R. **Colônia(s) de identidades**: discursos sobre a raça nos manuais escolares de história do Brasil. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SANTOS, B. de S. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA FILHO, J. B. da. **Representações sobre os negros nos discursos verbais e iconográficos de livros didáticos de história**. 2005. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

SILVA, V. R. e. **Concepções de história e de ensino em manuais para o ensino médio brasileiros, argentinos e mexicanos**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOUZA, M. M. de. **Concepções de livros didáticos entre convergências e divergências**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

TIMBÓ, I. B. **O livro didático de história**: um caleidoscópio de escolhas e usos no cotidiano escolar (Ceará, 2007-2009). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

TROUILLOT, M. An unthinkable history: the haitian revolution non event. In: TROUILLOT, M. **Silencing the past**: power and production of History. Boston: Beacon Press, 1995. p. 70-107.

TROUILLOT, M. **Silencing the past**: power and the production of History. Boston: Beacon Press, 1995.

SOBRE OS AUTORES

ADRIANA PEREIRA CAMPOS é professora dos Programas de Pós-Graduação em História e Direito da Universidade Federal do Espírito Santo. É especialista em História pela mesma instituição, doutora em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisadora do Centro de Estudos do Oitocentos (Ceo) e bolsista produtividade 2 do CNPq.

ANDERSON RIBEIRO OLIVA é professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, mestre e doutor em História pela mesma instituição e tem pós-doutorado pela Universidade de Lisboa.

BELCHIOR MONTEIRO LIMA NETO é professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, mestre e doutor em História pela mesma instituição e pesquisador do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir).

CARLOS ENGEMANN é professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, mestre e doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É ainda professor titular do Instituto Superior de Teologia do Rio de Janeiro e professor-pesquisador da Universidade Aberta do Brasil.

ÉRICA CRISTHYANE MORAIS DA SILVA é professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, mestra em História pela mesma instituição, doutora em História pela Universidade Estadual Paulista e pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir).

FLÁVIO GOMES é professor dos Programas de Pós-Graduação em História Comparada e Arqueologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. É também mestre e doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas e bolsista produtividade 1-C do CNPq.

GERALDO ANTONIO SOARES é professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, mestre em Economia pela Universidade Federal de Viçosa e doutor em História pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris.

GILVAN VENTURA DA SILVA é professor titular de História Antiga do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, mestre em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, doutor em História pela Universidade de São Paulo, pesquisador do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir) e bolsista produtividade 1-C do CNPq.

KÁTIA SAUSEN DA MOTTA é doutora e mestra em História pela Universidade Federal do Espírito Santo e pesquisadora do Laboratório de História, Poder e Linguagens na mesma instituição. Atua no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo como bolsista do Programa de Fixação de Doutores da Capes/Fapes.

MARIA TELVIRA DA CONCEIÇÃO é professora do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri, mestra em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará e doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MARIZA DE CARVALHO SOARES é professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, mestra em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutora em História pela Universidade Federal Fluminense, tendo realizado pós-doutorado na Universidade Estadual de Campinas, na Stanford University, na Yale University e na Vanderbilt University. É ainda bolsista produtividade 1-D do CNPq.

PATRÍCIA MARIA DA SILVA MERLO é professora do Programa de Pós-Graduação em História e pesquisadora do Laboratório de História, Poder e Linguagens da Universidade Federal do Espírito Santo. Também é mestra em História pela Universidade Federal Fluminense e doutora em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RAFAELA DOMINGOS LAGO é mestra e doutora em História pela Universidade Federal do Espírito Santo e pesquisadora do Laboratório de História, Poder e Linguagens na mesma instituição.

SANDRA MARTINS DA SILVA é graduada em Comunicação Social pelas Faculdades Integradas Hélio Alonso. Atualmente, desenvolve oficinas educomunicativas em escolas da rede de ensino do Rio de Janeiro. É produtora de conteúdo da Revista Appai Educar desde 2001.

Nesta obra, os leitores são convidados a explorar um pouco da riqueza da História da África, que, em determinado momento, se (con)funde com a História do Brasil. Os organizadores cumprem, desse modo, uma tarefa de suma importância para a consolidação da Lei nº 10.639/03 ao se empenharem em reunir produções acadêmicas de ponta oriundas dos grandes centros de pesquisa e disponibilizá-las ao grande público. Trata-se, pois, de um convite para conhecer a história do continente negro e a trajetória dos africanos e de seus descendentes em *terra brasilis* por meio de pesquisas atuais que ajudam a compreender melhor esse rico universo que deverá ser apresentado aos alunos.

Patrícia da Silva Merlo